



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0542/15	DATA: 12/05/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de Curitiba	INÍCIO: 09h41min	TÉRMINO: 18h40min	PÁGINAS: 270

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Depoente.
RENÊ LUIZ PEREIRA - Depoente.
JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Depoente.
ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Depoente.
PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Depoente.
CARLOS HABIB CHATER - Depoente.
RICARDO HOFFMANN - Depoente.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Grafia não confirmada: Coralchi, Camon.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cumpridas as normas regimentais, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento dos senhores:

Nelma Kodama, convocada pela aprovação do Requerimento de 2015 nº 607, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra;

Renê Luiz Pereira, convocado pela aprovação do Requerimento de 2015 nº 607, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra;

João Luiz Correia Argôlo dos Santos, convocado pela aprovação dos Requerimentos de 2015 nºs 607, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; 668, de autoria do Deputado Efraim filho; 671, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni; e 731, de autoria do Deputado Celso Pansera;

André Luiz Vargas Ilário, convocado pela aprovação dos Requerimentos de 2015 nºs 607, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; 669, de autoria do Deputado Efraim Filho; 673, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni; 680, de autoria do Deputado Ivan Valente; e 731, de autoria do Deputado Celso Pansera;

Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto, convocado pela aprovação dos Requerimentos de 2015 nºs 607, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; 670, de autoria do Deputado Efraim



Filho; 672, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni; e 731, de autoria do Deputado Celso Pansera.

Carlos Habib Chater, convocado pela aprovação do Requerimento de 2015 nº 671, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni.

Interrompo agora a nossa sessão de oitava e declaro aberta a sessão deliberativa, visando à apreciação dos Requerimentos nº 686, da Deputada Eliziane Gama e nº 689, do Deputado Ivan Valente, que tratam sobre a convocação do Sr. Ricardo Hoffmann, que também se encontra aqui em Curitiba. Esse requerimento não havia sido aprovado pelo Plenário da CPI. Como estamos aqui, temos quórum para deliberar e é mais uma pessoa que se encontra presa nesta cidade, nós iremos, neste momento, deliberar este requerimento para que possamos também ouvir, no dia de hoje, o Sr. Ricardo Hoffmann.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem, antes da votação. Qual é o quórum de deliberação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quatorze.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós temos 14 Deputados aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode contar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por isso eu queria perguntar antes. Eu queria também levantar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não iria, Deputado Ivan, abrir uma sessão deliberativa sem ter quórum para deliberar. Essa é uma responsabilidade deste Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, sim, Sr. Presidente. Mas, ontem, V.Exa. mesmo colocou que seria abrir um precedente fazer sessão deliberativa sem prévia definição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu queria ouvir os argumentos para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os argumentos são que este senhor está aqui. Nós já pedimos à Polícia Federal desde ontem que ele fosse trazido no dia de hoje. E acredito que, a CPI estando aqui, esse é um esforço que



todos nós fazemos de boa vontade. Nós não convocamos sessão deliberativa prévia, não anunciamos pauta, porque esse incidente surgiu ontem no final do depoimento. Então, eu não estou entendendo o questionamento de V.Exa. Nós estamos aqui fazendo um esforço. Então é isso. E queremos a deliberação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tenho nada contra o esforço. Eu acho só que a gente deve seguir... Eu não quero ser constrangido a votar, Sr. Presidente, porque eu sou autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. colocou uma questão... Se V.Exa. me constranger a votar, eu vou colocar empecilho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se V.Exa. argumentar é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cabe a V.Exa. colocar empecilho. Agora, V.Exa. não vai ditar as regras aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não vou ditar nenhuma regra. Eu vou dizer só o seguinte: ontem, V.Exa. falou uma coisa; hoje V.Exa. já está falando outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E isso só pode ser votado por acordo. Se um Deputado não concorda, porque não foi previamente avisado, não foi convocada com a devida antecedência a reunião deliberativa, então, nós não podemos deliberar. É isso que eu estou colocando. Por isso que eu estou pedindo explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é contra a convocação?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria que alguém defendesse a necessidade dos... não só esse do Sr. Hoffmann, que já foi aqui colocado, mas o outro. Eu nem sei quem é, eu não sei. Qual é o outro nome que está aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só tem o Sr. Hoffmann, que é o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, eu sei que é, Presidente, mas tem o problema do...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento, em discussão o requerimento.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. pode defender a aprovação desse requerimento? Pode falar a favor, como autora?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Claro. Eu quero inclusive pedir ao Deputado Ivan Valente — o Deputado Ivan Valente é um Deputado muito diligente e preciso no acompanhamento dos requerimentos —, até mesmo por conta de que nós poderíamos até ter aprovado anteriormente, mas, como o Presidente já colocou, foi uma questão que surgiu ontem: eu acho que se torna necessário, seria algo inusitado até, Presidente, se a gente não ouvisse o Hoffmann, considerando todas as condições que nós temos aqui, para estar ouvindo. Eu também sempre defendi que nós tenhamos a deliberativa, como nós vamos ter na quinta-feira, para colocar os demais requerimentos na Ordem do Dia para serem votados. Mas seria algo inoportuno se nós, na verdade, não aprovássemos esse requerimento agora que está em pauta.

Então, eu queria pedir sensibilidade ao Deputado Ivan Valente, Deputado. Já conversamos aqui inclusive anteriormente para que nós, em comum acordo, aprovássemos esse requerimento, que é importante para que nós viéssemos, na verdade, ouvir o Hoffmann nesta audiência. Eu queria pedir carinhosamente ao companheiro Ivan Valente, à sua sensibilidade, para que votasse conosco. Valente!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, “carinhosamente” é outro departamento, entende? (*Risos.*) Certamente, pelo carinho — e não só pelo carinho, pelo respeito — que eu tenho pela Deputada Eliziane Gama e até por ser o autor do requerimento também, não vou me opor a essa questão. Eu só quero levantar que eu sou autor de vários requerimentos que estão com imensa dificuldade de serem colocados na pauta de quinta-feira. Então, eu quero argumentar com os nobres Deputados que eu vou concordar com essa questão, mas na quinta-feira vou colocar requerimentos que estão destacados a três reuniões, e a gente não consegue votar; e são pessoas importantes, como o Sr. Júlio Camargo, que já tem delação premiada, o Sr. Jayme de Oliveira, que é um fantasma hoje.

Então, eu quero afirmar à CPI que está aqui reunida: já que a gente chegou a esse acordo, que a gente chegue a outros acordos, para que a CPI possa ter



andamento nos trabalhos. Então, eu vou aceder aí ao pedido da Deputada Eliziane Gama e vamos votar o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir o requerimento.

Alguém mais deseja discutir? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Coloco o requerimento em votação, Requerimentos nºs 686, da Deputada Eliziane Gama, e 689, do Deputado Ivan Valente.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Sr. Ricardo Hoffmann será o último a ser ouvido hoje, na nossa Ordem do Dia.

Está encerrada a reunião deliberativa.

Comunicação.

Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada e considerando a condição de presos que ora se impõe a todos os depoentes, em face da contribuição que poderão dar aos objetivos desta investigação, informo que os depoentes serão ouvidos na condição de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais de permanecer em silêncio e não prestar o compromisso de dizer a verdade.

Nesse sentido é também a decisão proferida pelo Juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos que respondem na 13ª Vara Federal, em resposta a requerimento formulado pela CPI:

“Consigno, de forma redundante e desnecessária, que devem ser garantidos a eles os direitos inerentes à condição de acusado/investigado, inclusive assistência pelo defensor constituído e direito ao silêncio, à exceção dos colaboradores que expressamente renunciaram a esse direito”.

Convido, primeiramente, a Sra. Nelma Kodama para tomar assento à Mesa.
(Pausa.)



Conforme solicitado ontem pelo Deputado Onyx Lorenzoni, chega às nossas mãos a procuração do advogado da Sra. Nelma Mitsue Penasso Kodama, onde ela tem e nomeia seus procuradores o Dr. Juan Marciano Dombeck Vieira, OAB/PR nº 22.992, e Dr. Eduardo Pugliesi Lima, OAB/SP nº 158.363.

Aos Deputados que desejarem, a procuração ficará à disposição dos senhores para quaisquer constatações.

Advirto que V.Sa. será ouvida na qualidade de investigada, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistida pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpellá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, a Sra. Nelma Kodama.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar aqui os Congressistas, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas; o Sr. Presidente Hugo Motta, Deputado Hugo Motta. desta Comissão; o Relator, o Deputado Luiz Sérgio; e o Deputado Sub-Relator Altineu Côrtes. Gostaria de apresentar meus novos advogados: o Dr. Eduardo Pugliesi Lima e o Dr. Juan Marciano.

Estou aqui hoje na condição de investigada, uma vez que já fui sentenciada e condenada, pelo Juiz Sérgio Moro, a 18 anos, e estou à disposição dos senhores para poder colaborar e responder aquilo que não me comprometer, porque hoje eu estou em... trâmites de uma colaboração junto às autoridades. Então, no que for possível a minha colaboração, estarei aqui à disposição dos senhores e das senhoras.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sra. Nelma, no depoimento ontem aqui, a Sra. Iara, sua colega de cela, que foi também já sentenciada, revelou aqui um grande esquema de lavagem de dinheiro e de outros crimes comandados por V.Sa. durante anos, na palavra dela. O que V.Sa. tem a dizer sobre os fatos aqui revelados pela Sra. Iara Cordeiro?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É Iara Galdino da Silva.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas tem o Cordeiro também.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Eu conheço Iara Galdino, conheci-a mais ou menos... foi em 2012. E tenho uma casa de câmbio, eu tinha uma casa de câmbio a partir de 2000, que era Havaí Câmbio e Turismo, na qual eu trabalhava nessa casa de câmbio e fazia meus trabalhos na agência dessa casa de câmbio, e eram relatados ao Banco Central. Então... Eu não entendi a pergunta, que ela relatou...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que ela relatou que havia um grande esquema de lavagem de dinheiro, de que participavam várias pessoas. Em relação a esse fato da lavagem de dinheiro de outras pessoas, aos 91 contratos, o que V.Sa. tem a dizer sobre isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Bom, eu fui condenada na Operação Lava-Jato, como é de conhecimento de todos, em 91 contratos de câmbio, dos quais esses contratos eles não aparecem nos autos, os contratos originais e, tampouco, não há assinatura da Procuradora, que é a Sra. Iara, certo? Outros, outros... crimes que ela relaciona estão ligados a outros fatos, que eram crimes de lavagem de dinheiro, lavagem de dinheiro não, de... Eu sou doleira, não é? Eu comprava e vendia moeda estrangeira no mercado negro. E isso vai fazer parte da minha colaboração, o qual efetivamente, após...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. foi condenada pelos 91 contratos.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pelos 91 contratos, durante o período...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E que contratos eram esses?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eram contratos que foram celebrados na TOV Corretora. Quem estruturava essa... esses contratos, essas importações fraudulentas era o Sr. Lucas Pacce Neto e eu apenas era a doleira, ou seja, eu comprava e vendia moeda. Então, para se fazer um contrato — certo? —, uma importação, necessita-se primeiro de uma empresa, a qual ela deve ser passada pelo *compliance* da instituição financeira, no caso, a TOV; a TOV deve conhecer o seu cliente, deve saber o potencial do seu cliente; a empresa deve ter o radar, ou seja, deve passar por todo um critério para poder ser aprovada na corretora, o qual não teve. Diante disso, essa empresa, ao fechar o câmbio, ela tem que ter os documentos, que são as faturas, as *invoices*, as BLs. Desses documentos eu não tenho conhecimento porque essa parte quem fazia era o Sr. Lucas Pacce. Ele próprio, no seu termo de colaboração, fala que, durante 32 anos, ele trabalhou em grandes instituições financeiras, inclusive em mesas de câmbio, em bancos. Então, ele próprio, junto com outras pessoas, ele fazia esses contratos, esses documentos de forma que a TOV Corretora aceitasse esses documentos para que essas importações fossem aceitas. E, diante disso...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas essas corretoras utilizavam umas empresas laranjas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa corretora TOV.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...abertas pela lara.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa corretora, essa corretora TOV.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Usava as empresas laranjas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. Usava as empresas de fachada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... essas empresas de fachada que foram abertas pela Sra. lara.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, isso. A Sra. lara, ela era...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a Sra. lara foi convidada por V.Sa. para participar desse processo?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu conheci a Iara, aí ela me falou o que ela fazia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que que ela fazia?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Que ela mexia com empresas, que ela abria empresas. Então, eu falei assim: "*Iara, eu vou então te apresentar a uma pessoa*", que seria o Sr. Lucas Pacce — está certo? —, que ele toma conta dessa parte. Eu não entendo disso, eu não sei... Se o senhor colocar um BL na minha frente, uma *invoice*, uma fatura, eu não sei o que é isso. Eu sei comprar e vender dólar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa... Tanto a Iara, ontem...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...como V.Sa., hoje, tenta meio que responsabilizar o Sr. Lucas, que eu não conheço e não sei, responsabilizar o Sr. Lucas pelos contratos. Mas a Sra. Iara foi convidada por V.Sa. E V.Sa. é que apresentou o Lucas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E já apresentou o Lucas sabendo o que ele fazia.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, como é que a senhora conheceu o Lucas, qual é a relação com ele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu conheço o Lucas há mais ou menos uns 12 anos. E eu o conheci, inclusive, numa... num problema que ele causou a um cliente meu — está certo? —, que ele burlou um contrato de câmbio no Banco Itaú, na época. Ou seja, ele conseguiu fechar um câmbio sem que houvesse dinheiro na conta, sem que houvesse dinheiro na conta, e esse câmbio seguiu para a origem, para o destino. Aí, quando o Banco Itaú descobriu que esse câmbio, ele seguiu, o Banco Itaú pediu de volta essa remessa. E quando pediu de volta essa remessa, o cliente reclamou. Foi dessa forma que eu conheci o Sr. Lucas, ele já conhecedor das brechas do mercado financeiro, ele então... Foi dessa forma que eu conheci o Sr. Lucas. Eu não estou atribuindo ao Sr. Lucas. Não, cada um tem a sua participação.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, mas V.Sa. conheceu o Sr. Lucas há 12 anos atrás...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, conheci.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...numa situação em que ele tinha fraudado um processo.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E mesmo assim se estabelece uma relação de trabalho onde depois V.Sa. apresenta essa pessoa que conheceu numa situação de fraude para a Sra. Iara para um trabalho juntos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quer dizer que o fato de ele ter... de ter conhecido uma pessoa num processo de fraude, V.Sa. achou que era normal, que ele não teve má-fé, que não foi...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu não disse que ele, ele... Eu não falei sobre isso. Eu disse... Eu respondi ao que o senhor me perguntou. Eu não tiro a minha culpabilidade disso, tanto é que eu respondi, fui sentenciada e condenada por 91 contratos. Sobre o meu passado — está certo? — eu estarei... estou pleiteando junto às autoridades um termo de colaboração, o qual eu, eu... hoje, eu tenho a consciência de que não está correto. Existe um ditado que diz assim: *“Dai a César o que é de César”*. Então, eu não acho isso correto — hoje, hoje.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que que V.Sa. não acha correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ter burlado, ter burlado isso, porque qual é...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas é hoje?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hoje. Hoje, sim, porque o meu papel de compra e venda de moeda era mais ligado a importações. Então, o que que acontece? Quando um importador compra uma mercadoria na China, vou dar um exemplo, um chinês compra um contêiner de 100 mil dólares, então, ele pega, ele, através da empresa dele, ele paga 30 mil dólares, 40 mil dólares pelo Banco Central, pagando os impostos, tudo certinho. E aí ele usa o doleiro para mandar o que é por fora, que seriam os 60 mil dólares. Então, na minha concepção,



eu achava que não estava fazendo nada de errado. Por quê? Porque eu acreditava que eu vendia e comprava dinheiro como alguém que compra e vende carro. Por quê? Porque o importador, o importador — está certo? —, ele fugia de comprar, de... como é que se fala? de legalizar toda a operação devido aos altos impostos, aos impostos que são atribuídos pelo sistema. Então, não é... Não cabe a mim julgar se o imposto é alto ou não é alto. Eu achava... Eu achava que era alto. Então, de certa forma, eu achava isso normal, porque pensava eu: *“Se os impostos realmente fossem utilizados para os fundos de saúde, educação, de segurança...”* O senhor entende o meu raciocínio? Então, tudo bem. Então, era como se eu estivesse fazendo uma coisa errada, mas não tão errada assim. Mas não cabe a mim isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nesse caso, é. Agora, voltando aqui, V.Sa. convida a lara para uma parceria. Conheceu a lara onde?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu conheci a lara, se eu não estou enganada, foi numa reunião, foi numa reunião que eu tive com um cliente, ela estava presente. Não sei o que ela fazia lá, e eu me apresentei a ela, e ela falou... começamos a conversar, ela falou o que fazia, e eu, na necessidade de ter mais alguma empresa, empresas de fachada, falei assim para ela: *“Olha, lara, eu vou lhe apresentar uma pessoa que estrutura, está certo, exatamente isso, que é a matéria, a matéria-prima de ferramenta para que seja fechado um câmbio dentro de uma instituição financeira, no caso, a TOV Corretora”*, que é uma das maiores corretoras e que eu acredito que hoje seja a maior do Brasil e continua fazendo os fechamentos de maneira e forma ilícita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - De forma ilícita?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Com certeza! Absoluta. Absolutamente, sim, sim, TOV Corretora.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que é uma das maiores corretoras?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu acredito que é uma das maiores corretoras, e o Presidente, na época, era o Sr. Heller. Pelo que eu sei, agora é o Sr. Stéfano, que é parente do Sr. Heller, que está na direção da TOV. E, com certeza, ele tem conhecimento de tudo o que se passa dentro da corretora dele. É uma instituição financeira, para ele ter uma...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, quando V.Sa...



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É uma lavanderia?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desculpa. Quem perguntou?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Delegado Waldir. É uma lavanderia essa corretora?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ó, Sr. Delegado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Você é uma pessoa experiente.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Olha, do meu ponto de vista, dizem que eu sou a maior doleira, uma das maiores doleiras do Brasil. Eu não sou uma das maiores doleiras do Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Essa corretora é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não é uma das maiores doleiras do Brasil. Mas como que V.Sa. se autocalifica entre os doleiros, uma média, uma grande, uma pequena?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah... É difícil falar. Depois de tudo o que eu vi no caso dessa corrupção da PETROBRAS, das propinas, dos empreiteiros, eu não me classificaria como uma das maiores doleiras.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputado Luiz Sérgio, só para acrescentar, V.Exa. me desculpa aí. Sou o Deputado Aluisio, sou da Polícia Federal. Eu queria só recordar a nossa Nelma Kodama.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Uma interceptação telefônica do IPL nº 1.000, de 2013...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ... onde a senhora diz exatamente isto: "*Profissão...*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Doleira.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ...*doleira. (Risos.)*"

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - "*É, talvez, eu seja a última dama do mercado tão respeitado e hoje, infelizmente, tão avacalhado*".



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim. Posso explicar?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só para colaborar com o Relator.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor gostaria de ouvir a minha explicação? Porque doleira, tempos atrás...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não precisa explicar o que é doleira para mim.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu sou Deputado, sou da Polícia Federal, a senhora não precisa me explicar.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu só estou dizendo aqui que a senhora está dizendo que não se considera uma grande doleira, não se considera numa atividade legal.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deixa o Relator concluir a inquirição dele.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tá, mas se o senhor quiser...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - No meu momento eu vou inquiri-la sobre isso.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. era uma doleira, considerada uma grande doleira...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO -... experiente, atuante no mercado. Aí, encontra uma pessoa no escritório, que nem conhece direito, inclusive não levantou quem é essa pessoa, porque, ontem, em 20 minutos, ela começou a deixar todo mundo com pena. Depois, usou o documento da irmã já falecida para poder comprar uma moto.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A carteira, ela achou mais fácil comprar do que tirar. E foi se enrolando e fomos vendo que não era tudo isso. E V.Sa. chama



essa pessoa para ser parceira, mesmo com esse currículo de condenação, e chama para abrir empresas laranja, apresenta uma pessoa que conheceu quando ela estava fraudando um cliente de V.Sa. Então, não é muito confusa essa história toda?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, do meu ponto de vista não, porque eu a chamei, tanto que é o seguinte: eu nunca soube do passado dela. Eu vim a saber depois. Então, eu comecei a conversar com ela e é aquela coisa, eu senti nela a confiança de que, dentro das empresas dela, eu não seria roubada. E eu era muito roubada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ladrão que rouba ladrão tem mil anos de perdão, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Roubada por quem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desculpe?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ladrão que rouba ladrão tem mil anos de perdão, não é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ainda bem, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Roubada por quem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, ele disse que ladrão que rouba ladrão tem mil anos de perdão. Eu disse que sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse que se considera muito roubada. Por quem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, fui muito roubada, porque eu gostaria até de voltar àquele *e-mail* que eu ponho assim: “*Doleira. (Risos).*” Por quê? Doleira sempre foi um sinônimo de quem tem palavra, fio do bigode. Eu jamais assinei qualquer nota promissória ou qualquer coisa que devesse a alguém. O senhor entendeu? Então, quando eu falo que eu tenho orgulho, orgulho não “doleira, doleira”, de lesar o sistema financeiro. Não, doleira de ter a palavra, de ter a credibilidade, porque os clientes entregavam dinheiro para mim às vezes sem saber quem eu era. Eu não falava com meus clientes olho no olho, mas eles ouviam o meu nome e entregavam dinheiro para mim, para receber numa conta lá fora, através de evasão de divisa, que eu confesso — sou ré confessa, está certo? —, em 48 horas ou em 72 horas. Então, a pessoa confiava no que eu estava falando. E às



vezes eu falava assim: “*Eu não vou pegar o seu dinheiro, porque eu não tenho condições de mandar, eu não vou mandar*”. Então, doleira nesse sentido é na questão de credibilidade, credibilidade. E uma das últimas damas do mercado, neste mercado tão avacalhado, porque.... O que aconteceu? Na medida em que houve o problema do BANESTADO, houve o problema do Beacon Hill, então, os antigos doleiros, como o Sr. Dario Messer, o Sr. Matalon, o Sr. Pires, que eram doleiros, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A senhora conhecia todos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu conhecia de nome. Alguns, eu conheci pessoalmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E operou com alguns?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu operei com o Sr. Matalon, operei com o Sr. Pires, através de um operador dele, e mais alguns outros.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, V.Sa. convida a lara — vou reforçar isso mais uma vez — para abrir empresas de fachada,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... para fazer remessas ilegais de recursos ao exterior e acha que estava operando em uma situação de normalidade?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor vem batendo nessa tecla, então eu vou ser bem objetiva com o senhor, não é? Eu era doleira. Então, para se fazer uma importação da forma que eu fazia, que era uma importação fraudulenta, fictícia, está certo, eu, propriamente eu, sozinha, não conseguia fazer isso. O meu trabalho era de compra e venda de moeda estrangeira, e eu tinha credibilidade. Eu não usava dinheiro meu para fazer isso. O próprio cliente entregava o dinheiro para mim, sem me conhecer. Daí a credibilidade. Então, quem fazia essa parte de estruturação era o Sr. Lucas, que tinha o conhecimento técnico junto ao Banco Central, junto à instituição financeira. E era necessário o quê? A empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já está sentenciada?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Já estou sentenciada e condenada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E presa?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nessa estrutura do câmbio paralelo, V.Sa. se sente injustiçada nesse processo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Eu não me sinto injustiçada, porque eu tenho consciência dos meus crimes. Eu me sinto injustiçada pela dosimetria que o Juiz aplicou. Eu me sinto injustiçada por que eu fui presa no dia 14 de março, que eu estava indo a Milão, eu não estava fugindo do País, eu estava com 200 mil euros e não estavam na calcinha. *(Risos.)* Vamos já esclarecer bem isso. Não estavam na calcinha.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estavam onde?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estavam no bolso. Aqui. Exatamente aqui. É de conhecimento de todo mundo que existem notas de 5 euros, 10 euros, 50 euros, 100 euros, 200 euros e 500 euros. Então, 200 mil euros significam um pacotinho assim e um pacotinho assim. Então, não estavam na calcinha, estavam no bolso de trás da minha calça.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De onde surgiu essa história da calcinha?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu acho que é porque houve outros acontecimentos, em que algumas pessoas apareceram com dinheiro na cueca, então, eu acho que tinha que ter uma mulher que tivesse dinheiro na calcinha. Certo?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já foi condenada por algum outro crime anteriormente?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Eu não fui condenada. Eu estou na Operação Anaconda. Esse processo está em tramite justamente porque eu era ex-cunhada do ex-Juiz Federal João Carlos da Rocha Mattos. Então, ele foi condenado nesse processo e eu era noiva de Júlio César Emílio, que era irmão de Norma Regina Emílio, ex-esposa do ex-Juiz João Carlos da Rocha Mattos. Então, nessa época, ele comprou um apartamento na Rua Maranhão, o qual passou por uma conta, e antigamente a Havaí Câmbio e Turismo era a Santur Câmbio e



Turismo, que pertencia ao Sr. Cesar Ades, que hoje é dono do Banco Rendimento, ao Sr. Sandor Paes de Figueiredo e à sócia oculta, que era a Sra. Norma Regina Emílio. E quem ficava tomando conta da Santur Câmbio e Turismo era o Júlio César Emílio. Então, o Sr. João Carlos da Rocha Mattos comprou esse apartamento e colocou numa conta, que era uma conta laranja, utilizada pela Santur para fazer um caixa dois. O Antônio Célio, que era o laranja dessa conta... Na época, eu estava namorando o Sr. Júlio César Emílio, eu fui condenada junto, porque, também, depois descobriu-se que eles usaram os meus documentos para colocar inclusive um terreno em Atibaia, alguma coisa assim, que eles haveriam recebido do Picciotto, Picciotto ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Usaram ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Usaram o meu ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apareceu ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Apareceu um...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... um terreno em nome de V.Sa.?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Um terreno, no meu nome, que o Juiz, o ex-Juiz João Carlos da Rocha Mattos recebeu, como forma de pagamento, na venda de uma sentença do Sr. Picciotto, na época dos precatórios.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No caso do BANESTADO, V.Sa. também foi citada, esteve envolvida?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não fui envolvida, porque nessa época eu tinha a minha casa, a casa de câmbio, a Havaí Câmbio e Turismo, ela ficou para mim. Então, eu trabalhava na casa de câmbio ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ficou para V.Sa.? Como?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ficou, porque, era o seguinte: ela era Santur Câmbio e Turismo. E eu era namorada de Júlio César Emílio. O Juiz João Carlos da Rocha Mattos começou a ser perseguido pelo Delegado Gilberto, porque eles queriam deflagrar alguma operação. Então, começaram a perseguir o Júlio César Emílio, que trabalhava nessa Santur, de Santo André. O que aconteceu?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Juiz não foi perseguido, porque depois a Justiça provou que ele...



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Bom, ele foi perseguido, condenado e foi preso. Isso aí não é um problema meu, isso aí é com a Justiça, e a Justiça foi feita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, só que o termo perseguido, de alguém que cometeria tantos crimes ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... não é adequado. Possivelmente ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desculpa, então eu errei. O termo é errado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se tomou conhecimento dos crimes ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele foi investigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... que ele cometia.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, isso. Não, ele foi investigado, começou a ser investigado, e a investigação começou pelo Júlio César Emílio, que estava na Santur Câmbio e Turismo. E ele simplesmente deixou, abandonou, e eu fiquei com a casa de câmbio, que tinha a parte de agência de turismo, tinha a parte do balcão, que tudo era boletado. Então, eu não faço parte do BANESTADO. O BANESTADO foi...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas essa casa da câmbio foi citada.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ela foi citada, mas eu não ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. acabou, como usou a expressão, *“ficou com uma agência ...”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu assumi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Assumiu.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu comprei, eu fiquei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E esteve envolvida.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu fiquei, eu assumi, porque ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele não tinha uma participação acionária?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, ele saiu. Ele deixou para mim.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deixou para V.Sa.?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Deixou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, V.Sa. acabou herdando uma casa de câmbio, que é citada em todo aquele processo do BANESTADO. V.Sa. é citada e tem uma participação no processo da Operação Anaconda, e agora na Operação Lava-Jato. É isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, a casa de câmbio não tem nada a ver com a Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, estou dizendo, não é a casa de câmbio, estou dizendo V.Sa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah, sim, eu, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, nas três últimas operações, V.Sa. é citada, participa, e qual argumento que a senhora vai, V.Sa. vai utilizar aqui para nos convencer que entrou nessa história inocentemente?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu não falei que entrei inocentemente. Eu não citei, eu não disse isso ao senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A única questão ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu estou contando a história, em nenhum momento eu, eu ...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A única ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - ... eu falei que sou inocente. Eu ainda, eu assumi que estou respondendo pelos meus crimes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só acha que a sentença é que está alta demais?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, sobre esses, sobre, sobre esses 91 contratos, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sobre esses 91 contratos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos ...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Porque não aparece meu nome, não tem minha assinatura, não sei se são meus ou se não são meus, porque dentro da TOV...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos dar prosseguimento, se houver necessidade, eu retomo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Primeiro, o Sub-Relator, Deputado Altineu. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sra. Nelma, foi interceptado um e-mail da senhora com a ex-mulher do ex-Juiz Rocha Mattos, em 20 de setembro de 2013, em vários trechos aqui. Eu vou ler um trecho para a senhora.

A senhora disse em um trecho: *“Pois ele e o Toninho ficaram amigos na época dessa estadia no COP. E teve uma denúncia na qual foi dito que a amante doleira Nelma vivia no centro do COP com o Alberto Youssef”*.

A senhora foi amante do Alberto Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Depende do que o senhor entende do ponto de vista de amante.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, foi a senhora que escreveu.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu escrevi, mas depende, né? Então, sob o meu ponto de vista...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu não entendo nada. Foi o que a senhora escreveu. Eu só estou lendo o que a senhora escreveu.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tá. Então, eu posso explicar?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pode.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Obrigada. Eu vivi maritalmente com o Alberto Youssef do ano de 2000 a 2009. Portanto, eu, eu... Além de conviver maritalmente com ele... porque amante é uma palavra que engloba tudo, né? Amante é esposa, amante é amiga, amante...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu não estou fazendo julgamento.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu estou. Eu estou...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu estou sendo claro.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu estou respondendo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu estou lendo o que a senhora escreveu.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - E eu estou explicando. E eu estou explicando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu estou lendo aqui. Tem algum problema de ler?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Posso continuar?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pode, por favor.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Então, tem até uma música do Roberto Carlos, né: "*Amada amante, amada amante...*"

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - "*Amada amante, amada amante...*"

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não é verdade? Então, quer coisa mais bonita do que ser amante, né? Você ter uma amante, que você pode contar com ela, ser amiga dela, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sra. Nelma, Sra. Nelma, Sra. Nelma...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Então, eu vou responder ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sra. Nelma, Sra. Nelma...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu, como Presidente desta CPI, digo que nós não estamos aqui num teatro. Eu peço a V.Sa. que se detenha a responder as perguntas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ... mantendo a ordem e o respeito ao Congresso Nacional, que, neste momento, está aqui fazendo a apuração.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor. O senhor me desculpe. Sim, mas eu gostaria de responder então, né? Eu estou respondendo e sou, e sou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Responder com respeito, não cantando. Nós não estamos aqui num *show*.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A minha pergunta é se a senhora foi amante dele, a senhora já me respondeu. Eu estou satisfeito com a resposta da senhora.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Obrigada.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero saber o seguinte...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Do ano de 2000 a 2009.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso. De 2000 a 2009, já aí tem grande parte da Operação Lava-Jato, que está sendo investigada...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ... e do trabalho desta CPI.

Então a senhora estava por dentro de tudo o que o Alberto Youssef fazia, porque a senhora também era doleira, ele também era doleiro. A senhora tem aí uma relação com ele não só como amante, como a senhora escreveu aqui,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ... mas, profissional. A senhora tinha uma relação muito próxima a ele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A essa pergunta, eu vou me reservar o direito de ficar em silêncio, porque, como eu disse aos senhores, eu estou a caminho de uma colaboração, na qual eu revelarei os fatos na hora oportuna, e isso aí vai estar... Vai estar nos autos e os senhores poderão acompanhar. Então, eu me reservo o direito de ficar em silêncio nessa pergunta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, a senhora...Toquei num ponto aqui sensível, tanto que a senhora não quis responder, né? E, dando até prosseguimento a essa parte aqui do *e-mail* da senhora, a senhora cita: "*Citar também o Deputado José Janene. Embora morto, eu tenho dois processos e possam revertê-los, e dizer que eram compadres, ou eu era ameaçada a dizer que era pedido, vamos trabalhar*". Isso foi o final do *e-mail* da senhora. O que isso significa? Que processos eram esses que a senhora poderia revertê-los?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, houve um processo, o qual foi, acho que do Sr. Belinati, ele era Prefeito na época, né? Então eu tenho esse processo e depois houve mais outro que eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está o.k.



Outra questão é a seguinte: a senhora cita aqui (*Pausa.*). A senhora cita aqui num dos trechos também: “*Temos a Sra. Marta Rocha, esposa de um senhor muito bom, que acredito estar preso ainda. Apesar de ela morar em Santa Cruz de la Sierra, eu respondi por uma rogatória, uma coisinha, a qual o delegado e o escrivão receberam 40 mil dólares por me dar antecipadamente as perguntas. Através de um amigo, agente federal do Alberto Youssef, que hoje atua no Rio de Janeiro, e faz viagem entre São Paulo e Rio de Janeiro com valores, usando-se de sua carteira para responder e andar livremente.*”

Que agente é esse da Polícia Federal?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Esse agente, eu até posso citar, porque ele é o agente Jayme. Então, nisso aí não há problema nenhum, porque ele... O Sr. Alberto Youssef, ele, na sua delação, ele citou o nome dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Já está o.k.

A senhora diz também: “*Temos um grande amigo do Alberto Youssef, Carlos Rocha, que, óbvio, entraram em choque, mas arrola, sim, como testemunha, pois vive na Europa, recolhendo valores em dinheiro dos amigos do tráfico.*”

Que tráfico? Tráfico de drogas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa, eu me reservo também o direito de ficar em silêncio,...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Carlos Rocha?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - ... porque, na hora oportuna, eu irei revelar o que seria isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Carlos Rocha. Quem é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Carlos Rocha, ele, inclusive, participou da primeira Operação Lava-Jato, que é o vulgo Ceará. E ele foi solto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, o Alberto Youssef tinha um amigo também que era traficante na Europa.

O Geraldo, que consigo localizar em Brasília... Quem era o Geraldo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Geraldo era um amigo do Youssef.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele fazia o que em Brasília?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, ele morava lá, morava lá.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas ele fazia o quê? Por que a senhora citou ele aqui?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu citei ele porque, na hora oportuna, também vou...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora diz aqui que ele fazia transporte entre a Ciudad del Este e São Paulo com valores.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Na hora oportuna, também irei revelar isso aí. E citei que ele morava em Brasília, porque ele... Na verdade, eu acho que ele morava em Foz do Iguaçu, e depois ele passou a morar em Brasília.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Trechos importantes da futura delação que a senhora está pleiteando, né?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora diz aqui também: “O Alberto Youssef armou um assalto para ele e a Casa”...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Casa Fortaleza.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ... “Fortaleza de Câmbio, pois Alberto Youssef havia perdido uma milha e colocou na cabeça que tinha sido o Carlos Rocha, conhecido como Ceará. Ou seja, sim ou não, o Geraldo foi assaltado e sabia do meu envolvimento com Alberto Youssef.”

O Alberto Youssef armou um assalto? Ele assaltou? Ele armou um assalto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Posteriormente, eu posso responder essa pergunta também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Essa é outra pergunta?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa é outra pergunta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, eu só estou nos pontos de futura delação. (Risos.)

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor me desculpa...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele levou um banho, Deputado.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor me desculpa, mas eu prefiro responder depois.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, sem problema, sem problema. A senhora, a senhora...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor me desculpe, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Agora, o Sr. Lucas Pacce Neto, ele está solto...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora já citou sobre ele aqui. A senhora acha que é justo ele estar solto e a senhora presa?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não acho, ele estar solto e eu estar presa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Sr. Raul Srouer também está solto. A senhora acha justo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não acho, ele estar solto, principalmente porque ele também foi um dos grandes doleiros junto, e na época do Sr. Matalon. E o Sr. Raul Henrique Srouer, ele também participou de uma delação premiada. Então, entendo eu que, quando você participa de uma delação, na época chamava-se delação... Estou errada, Doutor? Então, entendo eu que quando você assume um termo, ou de colaboração, ou, na época, delação premiada, você assume uma série de compromissos. Você tem os seus compromissos, os seus deveres e os seus benefícios. Então, a partir do momento que você tem os seus compromissos, você, inclusive, não pode atuar no mercado financeiro, e você não pode fazer uma série de crimes que você cometeu. E o Sr. Raul cometeu esses crimes, mesmo após a delação premiada dele. Ele participou da primeira Operação Lava-Jato, a qual foi desmembrada como Operação Casa Blanca, e ele saiu sob a fiança... Inicialmente, pedida uma fiança de 7 milhões de reais e depois ele saiu sob a fiança de 2 milhões de reais. Está solto. Então, eu acho que não é justo isso, haja vista que eu fui condenada numa corrupção ativa, da qual não há provas, está certo? E eu tenho provas que o Sr. Raul, junto com o Gerente-



Geral do Banco do Brasil, o Sr. José Augusto Aparecido Eiras... Havia um contrato entre eles, pelo qual eles movimentavam grandes quantidades de dinheiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora pode repetir? Qual é o nome do Eiras?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É José Augusto Aparecido Eiras.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - José Augusto. É do Banco do Brasil, não é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É do Banco do Brasil. Ele era do Banco do Brasil, da Rua Rio Branco, e depois ele foi transferido.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Para Santana, né?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Para Santana. Ele era o Gerente-Geral.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está o.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. se referiu a uma quebra, a pessoa fez uma delação e quebrou.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. aqui condenou. Esse mesmo juízo de valor, a senhora tem em relação ao Sr. Alberto Youssef, que fez um acordo de delação premiada, em 2003? Quando foi colocado em liberdade, ele voltou a cometer os mesmos crimes, em pouco tempo voltou a acumular uma enorme quantidade de recursos, e uma nova operação o prendeu, e ele volta a fazer uma nova delação. Então, esse juízo de valor, de quebra de delação, porque voltou a cometer os mesmos crimes, V.Sa. tem em relação ao Sr. Alberto Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não sou julgadora, Excelência. Isso aí cabe... Já que o Alberto fez uma delação, a primeira delação com o Juiz Sérgio Moro, e ele está numa segunda delação, eu acho que cabe ao Juiz acatar ou não. Eu não sou juíza, nem de primeira instância, nem de segunda instância. Eu acho que cabe a ele, e uma vez que é ele que está à frente disso, eu acho que cabe a ele definir, não a mim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Bem humorada no levantamento da Polícia Federal, a senhora se dizia "dama do mercado de câmbio". A senhora já



falou isso. A senhora também usava, como pseudônimo, os nomes de atrizes famosas, como Cameron Diaz, Angelina Jolie, Greta Garbo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não é isso? E a senhora também... Quem era o comandante? Quem a senhora chamava de comandante?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É... O comandante era um cliente meu... Que o Sr. Lucas Pacce... Ele, ele, ele... Olha, olha a inversão das coisas. O Lucas disse que não era meu subordinado. Como é que o Lucas não era, não trabalhava em parceria comigo e sabia dos meus clientes, não é? Então, quem delatou esse nome foi o Sr. Lucas Pacce. Comandante era um cliente meu, o qual eu vou qualificar no momento certo, dentro da minha colaboração junto aos órgãos. Desculpe mais uma vez.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu acho que estou no caminho certo aqui da delação da senhora, porque tudo o que... Muitas das situações aqui, a senhora só vai esclarecer depois, né?.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu irei esclarecer. O senhor pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso é bom para a senhora, porque a verdade vai ajudar a senhora, na minha opinião.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A verdade o salvará, não é?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso é termo bíblico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu creio.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu também creio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Vamos só a mais a uma pergunta. Faltam poucas perguntas diretas aqui à senhora. A senhora disse, num trecho do seu e-mail: *“Conceição, minha secretária, 20 anos”*. Qual o nome completo da Conceição?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conceição da Silva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. Conceição da Silva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ela é de onde?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ela é de São Paulo. Ela trabalhou para mim, ela trabalhou para mim durante 20 anos. É que, nesse *e-mail*, eu estava arrolando testemunhas para...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É porque a gente queria localizá-la. Como é que é? Conceição da Silva tem muitas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conceição da Silva. Mas eu posso fornecer...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora pode fornecer os dados?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Claro, sem problema algum.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, eu gostaria que a senhora, já assumindo esse compromisso aqui com a CPI...

Agora, a senhora diz também, nessa sequência, que *a Conceição, minha secretária há 20 anos, o Sr. Wilson, motorista da esposa do Sr. Rafael, ainda funcionária do Alberto Youssef, e tem o processo no Banco Camon, pois ele era laranja numa conta do Alberto Youssef e teve apreensão na casa dele.*

O Sr. Wilson tinha uma conta, ele era o laranja?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não. Está emendado aí. É porque é assim: a Conceição era minha funcionária, que trabalhou na minha casa durante 20 anos. O Sr. Wilson, numa época, ele foi meu motorista. Não tem nada a ver. Era só para...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Motorista da esposa do Sr. Rafael?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não. O Sr. Wilson era meu motorista. Isso aí eu quis dizer que a Conceição...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era o laranja do Alberto Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O Sr. Rafael Ângulo, que ele... Foi homologado o acordo de delação premiada dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ah, está o.k.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sr. Rafael Ângulo que fazia as entregas, *delivery*.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Relativo... Só faltam, Sr. Presidente, poucas perguntas diretas aqui.



Relativo à TOV, a senhora pode passar também o nome completo do Sr. Heller e do Sr. Stefano.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não sei o nome completo dele, deles, mas o Sr. Heller, inclusive teve uma...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O primeiro nome dele a senhora sabe?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Heller. Heller.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Heller é o primeiro nome?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Heller é o primeiro nome. Ele é o Presidente da TOV, na época ele era o Presidente da TOV. Eu sei muito... Tenho convicção disso, porque o Lucas fez uma reunião com o Sr. Heller, para que... porque estava dando muito problema nas empresas. Então, ele próprio, segundo ele, falou diretamente com o Sr. Heller, e a empresa TOV parece que teve um grande problema na... numa das unidades dela de Ribeirão Preto, o qual foi... cobriram isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O.k. O Sr. Stefano...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele é parente, me parece que ele é primo do Sr. Heller.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Hoje é ele que preside a TOV?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É, é ele que preside a TOV.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o Sr. Carlos Alberto Dias?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Carlos Ci... Carlos Dias é um dos operadores da TOV.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além da TOV...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Era ele que fazia os fechamentos de câmbio, tanto para o Sr. Lucas quanto para outros doleiros, tanto quanto para ele mesmo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora citaria além da TOV e a corretora do Sr. Raul Srour... Qual o nome da corretora do Sr. Raul Srour?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Raul Henrique Srour

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Srour.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Era a Distri-Cash Corretora de Valores, Corretora de Valores. Era uma corretora que ele tinha adquirido em Minas Gerais e ele tinha um contrato que estava no nome do filho dele, Rodrigo Henrique Srour. Mas, na verdade, quem era o verdadeiro sócio oculto era Raul Henrique Srour, que fazia todas as atividades de papel-moeda. Porque existem duas modernidades: o papel-moeda, que é o papel que vem importado, todos os dias, através dos bancos que têm a licença para fazer isso, e através da mesa de câmbio, que pode se fazer os câmbios, os fechamentos através dos câmbios que falam simplim/simplex. Então, o Sr. Raul fazia a parte de papel-moeda.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além da corretora do Sr. Raul e da TOV, quais as outras corretoras que participaram desse esquema de que a senhora tenha conhecimento?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A Pioneer.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pioneer é de onde?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A Pioneer é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem é o responsável?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não sei quem é o responsável. Mas tem a Pioneer, tem a Fair Corretora, tem a Levycam.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só um minutinho, só um minutinho. São Paulo, Fair, como se escreve Fair?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Fair é Fox, Alfa, Índia, Romeu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Fox, Alfa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Índia, Romeu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Índia, Romeu.

E qual é a outra que a senhora citou?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não sei que...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pioneer, Fair. A senhora citou mais uma.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pioneer, Fair. Tá bom, né?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Levycam.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Levycam.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Levycam.

Não está bom, não. A gente quer saber quem operou essa corrupção toda.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas isso aí é, na minha, na minha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem operou essa corrupção toda?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nessa... Na minha delação premiada... O senhor sabe que o meu maior desejo, sinceramente, é assim: que o verdadeiro responsável, que é o sistema... É o sistema.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu sei. Mas alguém operou o sistema. Quem é o responsável por operar... Quem é o verdadeiro responsável por operar o sistema? Quem era o cabeça dos corretores?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não tinha cabeça. Tanto é que eu cito naquele *e-mail* que hoje é o mercado avacalhado porque qualquer um que chegar à TOV hoje com uma empresa... Por exemplo, existe uma empresa que foi operada e que se chama Mezuma Três Irmãos Alimento. Essa conta, para senhor ter ideia... Desculpa. Essa empresa é um boteco, é um boteco, boteco, vulgarmente chamando boteco. Ela não tem radar, ela não tem licença pra operar, ela sequer tem conta no banco. A Mezuma foi aceita na corretora TOV, e operaram a Mezuma, mais ou menos uns 3 milhões de dólares ou 2 milhões de dólares que serão atribuídos a mim, mas operaram nela dentro da TOV. Então, dentro da TOV há um... um...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora falou que tinha um grande desejo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deixe-a terminar de responder: *"tinha um... um..."*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, a senhora falou que tinha um grande desejo. Qual o desejo da senhora?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Meu desejo é que essas brechas aí sejam... sejam localizadas e que, verdadeiramente, essa CPI possa obter o sucesso aí, que vocês possam chegar a uma conclusão e... e que os verdadeiros... que os culpados sejam culpados, que os inocentes sejam inocentados e que realmente tudo isso possa mudar, né?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E qual é a sugestão da senhora?



A SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, peço a V.Exa. que conclua para podermos seguir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Vou encerrar. Vou concluir neste momento.

Deixe-me só fazer uma pergunta à senhora, então, aqui, rapidamente. Os doleiros Dario Messer, Matalon e Pires participaram também desses pagamentos durante esses anos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não posso afirmar isso ao senhor. Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas a senhora era doleira!

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, isso eu não posso afirmar, eu estaria...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A senhora não pode afirmar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não posso afirmar, porque não tinha acesso à contabilidade deles. E eu não posso afirmar algo que eu não tenho conhecimento. Isso eu não posso fazer.

A SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É o último questionamento. Toda a relação da senhora com Alberto Youssef, uma relação próxima, tanto profissional quanto pessoal, como a senhora colocou aqui... A senhora também se considera injustiçada? Alberto Youssef, apesar de estar preso... Ele fez uma delação premiada e ele é tido como o grande mentor de todo esse esquema, e a senhora já foi condenada. A senhora acha isso justo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Quem tem que achar isso justo, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu estou perguntando à senhora. O juiz é... A Justiça é outra... Estou perguntando à senhora.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A mim?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Se eu acho justo isso?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A opinião da senhora.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pelos meus 91 contratos, que foram atribuídos 18 anos, eu acho injusto, como também no caso do Sr. Leonardo Meireles, que celebrou 3.900 contratos, enviando pra fora, através de outras corretoras, inclusive da TOV, mais de 380 milhões de dólares, enquanto eu fui condenada, sem saber se esses contratos são meus ou não, por 5 milhões, 279 mil — 269 mil — e 42 centavos. Então, 18 anos para um Leonardo Meireles que saiu sob uma fiança de 200 mil reais, é injusto. Sobre Alberto Youssef, sobre os 91 contratos... sobre os 91 contratos, eu acho injusto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Última pergunta: a senhora teve contato diretamente com os donos de empresa da Operação Lava-Jato?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, diretamente... Não, não conheci. Eu... eu conheci na, conheci na carceragem da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, senhora.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a S.Exa. Deputado Bruno Covas, V.Exa. é o 2º Sub-Relator e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Bom dia a todos.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Bom dia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sra. Nelma...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Pois não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só para entender aqui essa última pergunta do Deputado Altineu. Em relação ao crime que a senhora foi condenada de 91 crimes de evasão de divisa, a senhora não tem certeza se esses contratos a senhora participou... É isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora participou de vários contratos como esses...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, eu... Deixe-me explicar melhor. Esses 91 contratos, eles sequer foram juntados aos autos. Ou seja, o contrato, ele tem que ser assinado, ele tem que ter o *swift*. Eu não sei se são meus.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas a senhora tem vários, independente desses 91?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Esses 91 eu acredito que não sejam meus.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas a senhora fez vários?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Fiz, eu não me nego.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quantos são da senhora?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não tenho certeza. É preciso... Quando... Dos meus...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se puder aguardar a vez, eu agradeço.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A quem eu respondo? Ao senhor?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ao senhor?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quanto a senhora estima que a senhora tenha feito?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Dos 91? Eu não posso...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, não, não. Quanto a senhora estima durante a sua carreira, vamos assim chamar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu ainda não tive, não tive esse levantamento.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nunca lhe passou pela cabeça...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não... Mas eu não tiro...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se 91 é pouco ou é muito em relação ao seu histórico?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O pouco ou o muito, Sr. Deputado, é relativo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, por isso que eu peço para comparar em relação ao seu histórico.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Diante do que eu estou vendo...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em relação ao meu, por exemplo, é muito.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Diante do que eu estou vendo e acompanhando, é um grão de areia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas, em relação ao seu histórico, 91 é pouco ou é muito?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ao meu histórico? É pouco.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É pouco.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Diante do que está acontecendo hoje, é pouco.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora também foi condenada por operar instituição financeira irregular.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em relação a essa condenação, é justa ou injusta?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Agora, eu pergunto ao senhor: instituição... O senhor pode repetir a pergunta, bem, bem...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora está condenada por operar em instituição financeira irregular.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Quem que está irregular? Eu ou a instituição financeira?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas alguém opera a instituição?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Alguém opera.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O crime é operar e não ser...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Está bom. Mas quem está irregular: Nelma Mitsue Penasso Kodama, Lucas Pacce ou a instituição financeira, que é ligada ao Banco Central do Brasil? Quem está irregular? A D. Nelma, o Banco Central, o Banco de Compensação, a TOV Corretora ou o chinezinho que mandou a importação fraudulenta porque ele não quis pagar o imposto?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - D. Nelma, a senhora operou ou não operou?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu operei, mas eu perguntei ao senhor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, não, eu estou perguntando.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah, sim, senhor, desculpa. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu sou Deputado, e a senhora está aqui convocada.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu estou questionando.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não vamos trocar de papéis, por favor.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah, está bom.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, vamos lá.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O.k.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora também foi condenada por tentativa de evasão de divisas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora acha justo ou injusto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Olha, eu acho injusto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Injusto. E posso falar por quê?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pode.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Muito bem. Eu estava sendo monitorada pela Polícia Federal, segundo a Polícia Federal, por 7 meses. Então, a Polícia Federal tinha o conhecimento de que eu estava com viagem de ida e volta, que eu estava portando 200 mil euros. Eu estava sendo monitorada pela Polícia Federal, ou seja, passo a passo. Está certo? Eu passei pelo *check-in*. Por que eu não fui pega no *check-in*? Eu passei pela imigração. Por que não me pegaram na imigração? Eu passei pelo *free shop*. Por que não me pegaram no *free shop*? Por que havia um agente federal na porta do avião? Então, seria como um flagrante... um flagrante preparado? O meu voo era às 22 horas e 45 minutos. A Receita, onde a gente declara, no aeroporto, fechava às 18 horas. E, antes de viajar, nos meus



grampos telefônicos, eu comprei esses euros na Distri-Cash, a qual eu comentei com o Sr. Raul — e tem nos meus grampos telefônicos e grampos de Skype — que eu tenho isso no meu imposto e eu queria declarar, porque eu tinha como declarar. Ele fala: “*Não precisa boletar, porque eu tenho a minha forma de fazer*”.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora tinha feita a declaração de porte de valores?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Acabei de explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora tinha feito? Sim ou não?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estava fechado. O meu voo era 22h45...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhor tinha feito? Sim ou não?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estava fechado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora tinha feito? Sim ou não?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, porque estava fechado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, tudo bem. A senhora também foi condenada por corrupção ativa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora disse também considerar injusto. A senhora foi condenada pelo crime de lavagem de dinheiro.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Que eu acho injusto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E a senhora foi condenada pelo crime de pertinência à organização criminosa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu gostaria de saber quem eram os seus clientes? Comandante, a senhora já disse que não vai dizer quem era...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não vou... Eu não vou falar quem são os meus clientes...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E o primo, quem era?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O primo era o Beto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Alberto?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O Beto. O Beto, ele era, era... O apelido dele era primo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Alberto Youssef.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. E ele também chamava outras pessoas de primo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. E os outros clientes a senhora não vai entregar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não vou decliná-los porque isso aí... Já expliquei o porquê...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora pode dizer se o comandante era um agente político?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo no direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O comandante já foi preso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não. A senhora já operou em algum outro esquema de corrupção que não esse instalado na PETROBRAS?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu nunca operei em corrupção de PETROBRAS. Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não? A senhora já participou de alguma reunião com algum ex-dirigente da PETROBRAS?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Alberto Youssef, a senhora disse que foi casada com ele de 2000 a 2009.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas quando a senhora o conheceu?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Quando eu o conheci? Eu o conheci no dia 20 de agosto de 2000.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dia 20 agosto de 2000. Durante esse período todo, ele chegou a comentar ou a falar algum nome de algum político com quem ele trabalhasse?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quais?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Olha, o mais, o mais... Era o Janene.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora já operou para algum partido político?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora alguma vez participou da estratégia de lavar dinheiro por meio de doações eleitorais?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora foi... Quando fizeram uma busca e apreensão à residência de V.Sa., foram apreendidos um veículo Mercedes-Benz...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Modelo SL63 AMG, 2010; um quadro de Di Cavalcanti.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dois quadros de Cícero Dias.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro de Mário Gruber.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro de Claudio Tozzi.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro do Renoir.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É cópia. Desculpe, é uma cópia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dois quadros de Orlando Teruz.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro de Aldemir Martins.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro de Tony Koegl.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Um quadro de Antônio Gomide.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. inclusive disse que tais bens seriam recebidos em dação de pagamento pelas dívidas de Raul Henrique Srouf.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim. O veículo Mercedes foi em dívida. Um quadro do Gomide foi em dívida. Que eu me recorde, o Gruber foi presente. Tem vários quadros aí que eu já tinha e eram presentes. Foram presentes, e alguns adquiridos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essas dívidas, portanto, foram origem de operações cambiais do mercado negro de câmbio.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não foi de... Não foram totalmente não. Foram de... Foi dinheiro que eu emprestei a ele.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E ele comprou com recursos de origem não legal?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Como ele comprou ou não comprou, eu não sei. Eu sei que ele comprou da galeria do Sr. Paulo Leminski, que é um *marchand* muito conhecido em São Paulo. E eu não sei se ele comprou ou se ele declarou ou não declarou. Isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora não tem conhecimento de ninguém que tenha lavado dinheiro sujo entre as ações mobiliárias ou imobiliárias?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não. Na decisão da Justiça Federal aqui do Paraná, há um trecho em relação a uma resposta que a senhora deu ao juiz dizendo o seguinte: *“Teve até uma briga entre a minha família, porque a minha mãe queria saber o porquê eu queria uma procuração em meu nome.”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *“Eu tenho uma dívida na Receita Federal...”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *“...criada pelo Alberto Youssef...”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *“...da época do Bônus Banval...”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Da Corretora Bônus Banval.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *“Então, diante disso, eu não posso ter nada.”*

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No seu nome?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu queria perguntar o seguinte: tendo em vista a conexão entre o escândalo do mensalão e do petrolão,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...você nos poderia dizer alguma coisa em relação às operações da Bônus Banval.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Olha, a Bônus Banval, eu operei na Bônus Banval como pessoa física, completamente regular. Tanto é que, quando eu operei, eu operei através do corretor que eu conheci, operei em meu nome e, toda vez que eu tinha um ganho, eu inclusive tenho pagamento desses DARFs, né, porque toda vez que... Não sei se mudou agora, mas toda vez que você ganha, você tem 30 dias para pagar “x” por cento daquilo que você ganhou. E, quando você perde, você não paga absolutamente nada. Essa dívida da Receita Federal ela foi criada porque, durante a minha relação com o Alberto Youssef, ele começou a operar na Bônus Banval no meu nome. E, quando eu participei da CPI do Mensalão, foi questionado se esse dinheiro era um dinheiro que estava sendo lavado. E eu fui muito clara, objetiva e verdadeira. O Alberto Youssef, nessa época, ele operava opções em dólar futuro, mas no meu nome. Foi a época que é..., o..., estava em eleição o..., o Lula e mais alguém, o Presidente Lula e mais alguém, e o dólar disparou, foi a 4 reais. Então, houve uma perda financeira muito grande. Então, essas operações elas realmente aconteceram. E ele operou no meu nome. E, quando eu fui questionada na CPI do Mensalão, eles quebraram o sigilo bancário da minha conta. E, durante esse período, houve uma movimentação, durante 1 ano, de 3 milhões de reais na minha conta, que foi onde a Receita Federal me questionou de onde era a origem desse dinheiro. E eu, no intuito e orientada pelo Alberto Youssef, ele falou que era para colocar no nome do George, que também operava com ele. E George havia falecido. Então, ele pediu para que eu respondesse que quem operava era o George. E essa ação ela deu continuidade. E eu fui autuada em 12 milhões de



reais. E essa multa, o verdadeiro criador, o verdadeiro dono disso aí é Alberto e, inclusive, ele já assumiu isso aí, porque isso não me pertence. Então, devido a esse problema, eu não podia, ele mesmo me orientava a não colocar nada no meu nome, porque, a qualquer momento, poderia vir algum problema da Receita. Então, eu confiava nele, ele viveu comigo e achava que tudo o que ele falava era o melhor para mim. E vejo que isso, na verdade, só me atrapalhou.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Há um diálogo interceptado entre a senhora e Mirna Zanetti Filho...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...no qual a senhora reclama ter pago 9.000 reais de impostos sobre a receita recebida de um hotel.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. fazia uso da atividade de hotelaria para esquentar também dinheiro sujo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não. Esse hotel, inclusive, o... é... só um minuto. *(Pausa.)* Isso já está no processo, Sr. Deputado. Eu não lavei meu dinheiro em cima do hotel. Em cima dos meus bens e das coisas que eu tenho, é dinheiro lícito. Eu estou comprovando isso na Receita. Eu só não tenho, não tive isso declarado devido a esse problema que o Alberto Youssef originou para mim como herança do meu relacionamento com ele, uma das heranças, né?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Era lícito, mas estava em nome de laranja, é isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Não está no nome de laranja. Eu não poderia tê-lo no meu nome. E eu só faria isso uma vez que resolvido o problema da Receita.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então estava em nome de quem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estava no nome de uma empresa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quais eram os contatos de V.Sa. nas ações financeiras?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu, diretamente, eu não tinha contato na instituição financeira.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E nas corretoras de câmbio?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nunca pisei. Se o senhor perguntar para mim onde é a TOV Corretora, eu não sei. Eu nunca falei com o Sr. Heller ou com o senhor... A única pessoa com quem eu tinha contato nessa destituição financeira foi o seu Raul, porque ele era doleiro. Nunca, nunca tive..., nunca participei de nenhuma reunião, nem pessoalmente conheço o Sr. Heller, o Sr. Stéfano.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E contatos no exterior?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Também não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No ano de 2005,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS -... o doleiro Antônio de Oliveira Claramunt, Toninho da Barcelona, declarou em depoimento formal, em audiência conjunta da CPMLs dos Correios, Mensalão e Bingos, que V.Sa. era conhecida como a doleira de Santo André.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E teria feito operações regulares, em dólares, para o PT, entre 2000 e 2002, quando Celso Daniel ainda era Prefeito da cidade. Toninho da Barcelona assegurou que V.Sa. mantinha um estreito relacionamento com o PT. V.Sa. confirma a informação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não confirmo. Ele está equivocado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se não, a que atribui essas declarações do doleiro Toninho da Barcelona?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É... Houve um desentendimento entre ele e, na época, Júlio César Emílio e o juiz, o ex-juiz. Então, eu acho que ele misturou as coisas. E não tenho nada com isso. Inclusive, parece que depois, houve uma... ele desmentiu isso aí. Tem algum lugar que ele desmentiu isso aí. Eu não tive nenhum contato. E ele se refere que eu era a doleira de Santo André, porque eu tinha a casa de câmbio Havaí Câmbio Turismo, era em Santo André. Mas eu não tinha nenhum contato com o partido, com o PT ou com qualquer outro partido.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O comandante é filiado a algum partido político?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já falei que vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos para agora os autores do requerimento. Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem a palavra para fazer os seus questionamentos. Desde já juntaremos ao seu tempo o tempo também de membro inscrito. V.Exa. tem até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, me avise quando tiver faltando 5 minutos, por favor.

Sr. Presidente, eu queria que o Sub-Relator e os Relatores prestassem atenção nessa linha de investigação. Eu tenho insistido em algumas perguntas, porque eu acho que a CPI não tem só que buscar botar gente na cadeia, não. Ela tem que resolver problemas de legislação que fogem ao controle deste País.

O que nós estamos vendo aqui é um espaço do submundo que gira milhões de reais por dia e que envolve gerentes de banco, envolve operadores, e que está passando em branco nessa situação, que é a mesma coisa que aquela discussão: o dinheiro da corrupção na Lava-Jato é do lucro das empresas ou é de sobrepreço das empresas? Então, a gente tem que buscar responder a essas questões.

Se a gente observar, o Dr. Luan, que está aqui, é o advogado que estava ontem com a Sra. Iara. Então, essa coisa é muito imbricada. Não existe inocente e não existe fato isolado. Quando eu falei ontem, Presidente, da questão do Alberto Youssef... Eu não consigo entender como que uma pessoa que sai de um esquema, sai da cadeia, e logo entra com força tão grande em outro esquema tão grande. Qual é o ativo que ele tem para vender para as pessoas senão exatamente essa rede montada no submundo para fazer valer e funcionar um conjunto de ações que envolvem bancos, empresas? Ela é muito maior do que o que a gente pode imaginar. Então, a gente tem que buscar isso aí.

Ontem, a Sra. Iara falou o seguinte: *“Eu ganho de 15 a 20 mil reais por mês, o que significa 0.1 a 0.2 do que movimentavam os meus contratos”*. Uma regrinha de três nos diz que a Sra. Iara, nos contratos dela, movimentava de 15 a 30 milhões por



mês. É só fazer essa dimensão. Então, vocês veem que a coisa é muito grande. E a gente tem que buscar esse fio da meada, para que nós possamos avançar no relatório consistente da CPI.

O Sérgio Moro fala, em relação à conduta da Sra. Nelma, que *“o emprego de esquemas sofisticados de evasão não inerentes aos crimes e acessíveis apenas a criminosos de grande sofisticação merece especial reprovação, devendo ser valoradas negativamente as circunstâncias dos crimes”*. Segundo ele, *“as provas colecionadas nesse mesmo feito indicam, porém, que Nelma faz da prática de crimes financeiros o seu meio de vida”*. Isso é uma ponta de um *iceberg*. A CPI tem que buscar respostas e buscar respostas do ponto de vista da legislação.

Eu vou fazer algumas perguntas à senhora ainda no meu tempo que resta.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Na sua delação premiada, o Youssef cita muito junto Nelma Penasso e Leonardo Meirelles...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA -...como operadores de dólares no exterior. É isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A Sra. Nelma Penasso tinha o mesmo peso que o Sr. Leonardo Meirelles?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não posso afirmar isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E a senhora já fez uso dessa estrutura de funcionamento de envio, de remessa de dólares, de dinheiro para o exterior através do Sr. Leonardo Meirelles e Nelma Penasso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu nunca trabalhei com o Sr. Leonardo Meirelles. Não posso dimensionar o tamanho dele. Eu apenas comentei que achei injusto ele ter celebrado 3.900 contratos dentro da mesma operação minha e estar solto, contra 91 contratos meus.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sobre o Sr. Carlos Rocha, o Ceará, qual era a ação dele dentro desse esquema?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso aí eu não sei, dentro desse esquema. Isso deve, com certeza, estar na delação do Sr. Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, eu fiquei sabendo que a senhora também tinha uma convivência muito forte com Alberto Youssef e uma relação de subordinação com ele.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Então, a senhora tinha acesso às informações.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, que isso aí vai estar junto à minha colaboração.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sobre o policial careca,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, o Sr. Jaime.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - ...o Sr. Jaime, o Alberto Youssef ontem citou uma coisa chamada "transcareca", que era a viabilização de entrega de recursos em diversos lugares do Brasil, inclusive em Brasília. Esse dinheiro vivo, cédulas, vinha de onde?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor tocou num ponto que eu até agradeço, porque o senhor fala assim que isso é a ponta do *iceberg*, não é? Então, toda essa corrupção, tudo isso que está acontecendo das empreiteiras, da PETROBRAS, de tudo isso, tem a participação do Banco Central, das instituições financeiras. E se não houver uma mudança na legislação, e até se utilizar da gente, porque nós temos o conhecimento, porque são as brechas, isso nunca vai terminar. Então, de onde vem o dinheiro vivo? Dos próprios bancos, das próprias instituições financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria fazer uma pergunta à senhora. A senhora está afirmando agora que o sistema operacional financeiro do Brasil é um sistema falho ou ele é moldado para que os bancos tenham lucros, mesmo com operações irregulares?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor pode repetir, bem devagar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A senhora disse agora que o problema é que as instituições financeiras estão envolvidas nestas operações.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu pergunto: o nosso sistema operacional financeiro é falho?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É falho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele tem falhas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ou os bancos admitem as falhas para, com operações irregulares, também terem lucros?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Os dois, porque, por exemplo, quando há...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, são rentáveis para os bancos essas operações?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Claro que sim! Absolutamente! O senhor acha que a TOV não ganhava nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, é claro que eu sei que ganhava.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Existe um *spread*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas os bancos ganhavam o quê?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Os bancos ganhavam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Taxas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - ...em taxas, em... Olha, vou dar um exemplo. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que não pode, se várias pessoas sabiam dessas brechas. Ontem veio aqui uma que disse que conhecia as brechas. Ela também conhece. É impossível que os bancos não saibam que isso existe.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Senhor, essa pergunta... Os bancos ganham, sim. Isso aí eu vou estar dando na minha delação, porque inclusive eu tenho documentos — está certo? — que provam que os bancos, os gerentes gerais... Existem pessoas envolvidas que, através das taxas, através de contratos..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Comissões que eles ganham...



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA -... comissões, e até mesmo empresas. Gerentes até têm empresas junto. Está certo? Então, é um sistema falho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para facilitar...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA -... corrupto. Eu, sinceramente, tenho vergonha hoje de falar que eu sou doleira. Eu tenho vergonha! Eu tenho vergonha de ter participado disso e achado que eu não estava fazendo nada de errado. Eu não estou falando isso porque eu quero me... Não! Eu tenho vergonha. Vergonha!

Eu admiro a atuação do Juiz Federal Sérgio Moro. Mesmo tendo sido sentenciada, tendo sido condenada a uma pena pesada, eu o admiro. Eu acho que estão tentando virar, falando que há desemprego, há recessão, porque pararam as empreiteiras, pararam as obras. Se for necessário que haja recessão, que haja desemprego, que haja tudo isso para...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sra. Nelma..

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA -... para acabar com essa corrupção, poxa vida! Vamos lá! Nós somos brasileiros.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sra. Nelma, vamos voltar aqui à vaca fria, por favor?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tá, vamos voltar.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A senhora não me falou de onde vinha o dinheiro. A senhora só falou que existe. Então, eu vou fazer uma pergunta mais direta à senhora...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Já falei para o senhor, das próprias instituições financeiras.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso. Vou lhe fazer uma pergunta mais direta, então: duzentos mil euros são quatrocentas notas de quinhentos euros. Eu até admito que caiba no bolso. Eu acredito que fica bem desconfortável, mas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não fica.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas onde a senhora foi buscar duzentos mil euros em espécie?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já expliquei.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, não em que local? Eu quero saber onde a senhora foi pegar o dinheiro?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu comprei... Não, eu expliquei para os senhores. Eu falei que eu comprei dentro de uma instituição financeira chamada Distri-Cash. Essa Distri-Cash é autorizada a vender...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A senhora foi lá com o quê? Com cheque, ordem de pagamento? Levou reais?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu comprei do Sr. Raul Srour. Ele era o sócio oculto da Distri-Cash, e falei para ele: *“Eu estou pagando em dinheiro vivo. Eu tenho condições de boletar isso aqui”*. Porque todo o dinheiro, todo o dinheiro...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Tá. A senhora foi, então, a senhora...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA -... todo o dinheiro acima de três mil dólares...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A senhora foi, então, com oitocentos mil reais?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, fui comprando em partes. Dez mil euros, sessenta mil euros, e sempre quis boletar.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Tá bom. E isso pode ser de onde sai o dinheiro para a movimentação da “transcareca”, do Sr. Carlos Rocha, de pagamentos de propina? Pode ser esse o caminho? Porque é muito volume financeiro, muito, muita nota. É difícil o cidadão botar a mão em tanto dinheiro assim. De onde vem, como é que vocês faziam para transformar essa movimentação, que era através de papéis, uma movimentação, vamos dizer assim, até virtual, em papel, em real, moeda, papel palpável, algo que se toque e que se carregue?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Qual é a dimensão do Banco Central? Qual é a dimensão...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, não a minha pergunta é direta.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É direta?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Onde vocês iam buscar o dinheiro para isso? A minha pergunta é direta.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nas próprias instituições financeiras.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Quais? Banco? Que banco?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Algumas já citadas.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Que banco, por exemplo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Qual agência?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Agência da Rio Branco, de Santana e dentro de algumas outras agências...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A cunhada do Sr. Eiras opera com vocês?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Como é o nome dela? A senhora a conhece?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A cunhada?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ela foi citada ontem aqui pela lara.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu.... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Você quer fazer a pergunta?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu me reservo ao direito...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, é porque a lara citou aqui ontem que a cunhada do Sr. Eiras, do Banco do Brasil, era sócia do Sr. Raul. A senhora... Esclarece isso para a gente.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A Dona lara poderia ter esclarecido. Eu...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só o nome dela. Ou o nome da empresa da qual eles eram sócios. A senhora não tem nenhum problema.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - CRG Serviços de Assessorias. Eu acho que já passei esse nome para a Taquigrafia.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Por fim, Sr. Presidente, para encerrar: vocês operavam a tríplice fronteira — câmbio ilegal de troca de moedas na tríplice fronteira: Brasil, Argentina, Paraguai?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Brasil/Paraguai.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Brasil/Paraguai? Deixa eu só lhe fazer uma outra pergunta: eu não consigo, não encaixa na minha cabeça que o Youssef e todos tenham entregado, de fato, tudo o que se tem em dinheiro no exterior. Essa coisa não me passa pela cabeça — pessoas, com tantos anos operando, joguem isso, assim, de volta para a justiça. E existem países — principalmente... em diversos lugares do mundo, e no Oriente Médio tem muito disso — que não subscrevem os Acordos de Basileia, que não estão obrigados a fazer... repatriar, passar informações de movimentações atípicas em seus bancos.

Eu vou fazer uma pergunta à senhora: através da tríplice fronteira, vocês movimentavam valores com países, bancos do Oriente Médio?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu, não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A senhora, não. E o Alberto Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não... Não sei.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O.k. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos agora aos membros inscritos. Deputado Izalci, V.Exa. tem até 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. JUAN MARCIANO DOMBECK VIEIRA - Minha cliente quer ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo, irei interromper por 10 minutos.

O SR. JUAN MARCIANO DOMBECK VIEIRA - Pode ser 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cinco minutos? A sessão está interrompida por cinco minutos, para que a depoente possa ir ao toalete.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Retomando aqui os trabalhos, Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntaria a V.Sa.: em diálogo interceptado pela Polícia Federal, V.Sa. queria pedir um cargo para um amigo, no Departamento



Estadual de Investigações Criminais. Youssef respondeu: “Se o Padilha ganhar o Governo, ajudo ele, e muito!”

Para a Polícia Federal, o trecho indica, possivelmente, que o doleiro tem influência política junto ao candidato ao Governo de São Paulo, que foi candidato ao Governo de São Paulo. V.Sa. confirma o teor dessa mensagem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Confirmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Alberto Youssef, efetivamente, tinha influência política junto ao ex-Ministro Alexandre Padilha, que concorreu ao Governo de São Paulo? Tem conhecimento?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não confirmo, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem conhecimento. *(Pausa.)*

A quase implementação da parceria público-privada entre o laboratório de fachada LABOGEN e o Ministério da Saúde é resultado dessa influência política. V.Sa. tem maiores informações a respeito desse relacionamento e dessa transação que não foi efetivada?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No *e-mail* interceptado também por investigadores da Operação Lava-Jato, foi revelado pelo *Estadão* na matéria do dia 20 de março de 2014 que V.Sa. menciona Alberto Youssef como responsável pela Operadora Bônus-Banval e que Enivaldo Quadrado, um dos sócios condenados na ação do mensalão, era seu subordinado. V.Sa. confirma a informação de que Alberto Youssef era o responsável pela operação da Bônus-Banval? Confirma isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Se eu confirmo... desculpa, que o Alberto Youssef...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que o Alberto Youssef era o responsável. Na prática, esse Enivaldo Quadrado era apenas um subordinado dele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, a Bônus-Banval pertencia ao Enivaldo Quadrado e ao...é o sócio dele. Não me recordo do nome.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas de fachada ou oficialmente?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não. Era oficialmente o Sr. Enivaldo Quadrado e o outro sócio dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, mas ele, inclusive, continuou com o Alberto Youssef na GFD Investimentos.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, continuou. Continuou, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Enivaldo era sócio de Youssef, ou era subordinado a Youssef, ou era laranja de Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. A Bônus-Banval pertencia ao Sr. Enivaldo e à outra pessoa que eu esqueci o nome, não me vem na memória agora. E depois, como teve o problema do mensalão, aí houve essa...fechou a Bônus-Banval, e o Enivaldo foi trabalhar com o Alberto Youssef na GDF, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas V.Sa. não vê essa subordinação e esse envolvimento de Youssef com Enivaldo Quadrado na Bônus?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Acredito que é porque se tornaram amigos, alguma coisa assim. Fechou a Bônus...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque V.Sa. inclusive disse antes que Youssef operou em nome de V. Sa. nessa...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, operou no meu nome, operou em meu nome, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ontem, no depoimento da Sra. Iara, ela de fato falou a respeito da questão do gerente do Banco do Brasil, também do Sr. Raul, e o que a gente percebe é que existe uma facilidade muito grande com relação à importação e exportação. Como V. Sa. disse, na LABOGEN, do Leonardo Meirelles foram quase 4 mil operações, 3 mil 900 e tantas operações...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Três mil e novecentas, que eram...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E V.Sa., também algumas. Mas eu digo assim: eu já...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Só nessa fase. Só nessa fase.



O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Mas eu quero dizer o seguinte — já que V.Sa. quer contribuir, inclusive, para o País e para desvendar esses mistérios todos, e melhorar, inclusive, a *performance* das operações no sentido de evitar a corrupção —: eu perguntaria aqui que mudanças seriam necessárias para coibir essa prática de evasão por intermédio dessas importações fictícias? O que nós teríamos que fazer para evitá-las? Porque, de acordo com as operações que o Meirelles fazia, Leonardo Meirelles, importavam e exportavam, mas na prática não existia...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não existia nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Era tudo fictício. O Banco Central... Não tem ninguém que confira isso, que cheque isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Deveria ter. Deveria ter.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou isso já é feito propositalmente para...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa é uma pergunta que eu também me pergunto, né? Como pode você fazer uma importação e não vir nada? Então, existem vários tipos, né? O câmbio antecipado, que você paga, e depois a mercadoria vem. Aí, o que acontece? Depois de 3 meses que não veio a mercadoria, então, encerra-se a conta e abre-se outra conta, e faz tudo de novo. O senhor entendeu? Então, são falhas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Agora, para ter essa operação tem que estar tudo combinado. Você tem que ter um gerente de banco, você tem que ter uma empresa de fachada ou uma empresa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tudo. Tudo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você tem que ter a corretora...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tudo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E tem que estar tudo combinado, porque se não estiver combinado não funciona?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não funciona, porque veja bem: hoje, existe o COAF. Ele é avisado automaticamente. Qualquer movimentação que o senhor faça, acima de “x”, automaticamente, ela cai. Dentro de uma corretora... Por exemplo, a corretora é obrigada a conhecer o cliente. Ela é obrigada a saber quem é o cliente. Ela é obrigada a ter os balancetes, a tudo isso. Então, existe um *compliance* dentro da corretora.



O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Mas quando, por exemplo, você importa alguma mercadoria,...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... você tem 6 meses para receber e para conferir. Alguém confere isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Existe. Tem que ser conferido. Tem que ser conferido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas, no caso do Leonardo Meirelles, a mercadoria não tem nada a ver com o que foi importado.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Então...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele importava medicamentos e chegavam joias, chegavam outros...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ou não chegava nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou não chegava nada.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Exatamente. Então, aí é que estão as falhas, que estão as brechas que devem ser o quê? Elas devem ser...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Corrigidas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Elas devem ser corrigidas, tem que bater em cima.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, só para encerrar, porque meu tempo está se esgotando. Só falei rápido aqui para V.Sa. também poder nos ajudar. Além de V.Sa. e de Alberto Youssef e Leonardo Meirelles, quem mais operava dessa maneira que V.Sa. tenha conhecimento? Que agentes políticos foram beneficiados por essas transações? Ex-dirigentes da PETROBRAS ou alguém? Quem seriam os facilitadores de V.Sa. para que essas operações ocorressem durante tanto tempo e não tivessem sido detectadas pelas autoridades?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A única pergunta que eu posso responder aqui é quem facilitou tudo. Quem é o maior doleiro? Eu, o Banco Central ou uma instituição financeira? Eu termino a sua pergunta com esta resposta.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas tem mais alguém além de Youssef, conhece mais algum operador além de Youssef, Roberto Meirelles, Leonardo Meirelles?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Existem “n”, “n”...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nessas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - “N”, que eu desconheço, mas existem. Existem “n” Albertos, “n” Nelmas, Leonardos... Enquanto não terminar, não acabar o mal pela raiz, vai continuar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas como? Qual raiz? Que mal é esse que nós temos... Como?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A própria instituição financeira, o próprio Banco Central, a própria corretora é uma instituição financeira. O próprio Banco do Brasil. O Banco do Brasil é de quem? Uma Caixa Econômica Federal, um Banco do Brasil é de quem? Agora mesmo está tendo uma corrupção na Caixa Econômica. A quem pertence a Caixa Econômica?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É. A conclusão é que V.Sa. acha então que há todo um complô com relação...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É claro que sim!

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... a manter um sistema para que este sistema beneficie quem está no poder?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. A conclusão que eu tiro... Sabe o que eu sinto? É assim: parece que o Brasil é movido a corrupção, certo? Parece, não, o Brasil é movido pela corrupção. Uma vez que parou a corrupção, o Brasil parou. Então, faltou água? Pô, é a Lava-Jato. Subiu a gasolina? É a Lava-Jato. Não tem energia? Subiu a energia? É a Lava-Jato. Então, é assim: uma corrupção cobre outra corrupção. É o que nós chamamos, no meu mercado, de *byke*: bicicleta, um santo descobrindo o outro. Então, estamos em cima do quê? Da corrupção da PETROBRAS, dos empreiteiros. Então, isso fez com que... O que aconteceu? Quebrou o vício, o círculo. Então, aí o País entrou em crise. O País entrou numa recessão. Então, o que é necessário? Se é necessário esgotar tudo isso aí para cada um se conscientizar de que nós não precisamos disso...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para encerrar, eu pediria a V.Sa. que, se pudesse contribuir com a CPI, que indicasse essas falhas que poderiam ser corrigidas, sugeridas pela CPI, se V.Sa. poderia contribuir com as falhas que ajudam realmente a manter este sistema corrupto que existe com relação à importação e exportação e também às casas de câmbio...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Com certeza! Eu acho que deveria ter uma CPI aqui das corretoras, das instituições financeiras, a começar pela TOV, gente. Pela TOV! A TOV está abrindo as corretoras fora do País. Isso vai facilitar quem? A mim? Aos seus filhos, aos seus netos? Quem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu encerro, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu espero que venha esta contribuição para a gente melhorar inclusive a legislação para poder amenizar esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Agora, Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vou pedir para o Presidente ser um pouco mais condescendente, mas eu queria aqui, primeiro, lembrar à D. Nelma que ela está compromissada aqui, nesta Comissão, a falar a verdade. Ela pode até se recusar a responder, mas, se faltar com a verdade, a senhora arcará com as consequências judiciais disso, tá? Eu estou só lhe alertando isso, porque eu estou aqui de posse de alguns relatórios da Polícia Civil de São Paulo e da Polícia Federal, e as minhas perguntas têm a ver com isso, certo?

Sra. Nelma, a senhora conhece o Sr. Alberto Youssef há quantos anos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desde 2000, 20 de agosto de 2000.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora já o conhecia quando ele celebrou a primeira delação premiada, no caso do Banestado.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Naquela oportunidade, ele denunciou uma série de doleiros que praticavam no mercado paralelo de dólar. A senhora já atuava nesse mercado naquela época. Por que a senhora foi poupada naquela oportunidade?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Por que eu fui poupada? Isso está... Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio, porque, na hora da minha delação, desculpe, da minha colaboração, eu irei explicar ao Ministério Público e a quem de direito.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, já sei que a senhora não vai falar.

A senhora, durante o tempo que o Sr. Youssef esteve preso, a senhora operou em nome do Sr. Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora, no período em que ele esteve preso no COP, a senhora fazia visitas frequentes àquela instituição policial?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso eu vou responder que sim, porque está no meu próprio *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora foi multada pela Receita Federal e declarou isso aqui agora. De quanto foi essa multa?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Doze milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Existe uma informação da Polícia Federal de que a senhora teve uma ácida discussão com o Sr. Youssef na carceragem, em função dessa multa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora cobrava insistentemente do Sr. Youssef o pagamento dessa multa. Por que essa multa é de responsabilidade do Sr. Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já expliquei aqui que eu operava na Bônus Banval, na qualidade de pessoa física, corretamente, pagando os DARFs quando havia lucro. O.k.?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está certo.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - E...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, não, já me satisfez.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - E já respondi essa pergunta para o senhor.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora... Nós alguns registros aqui da sua saída do Brasil, vários registros por sinal...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora viajou acompanhada do Sr. Youssef várias vezes para o exterior, está correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quais eram os países que a senhora visitava constantemente com o Sr. Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Está no meu passaporte.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu quero que a senhora declare aqui. Ninguém aqui tem conhecimento do seu passaporte.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu não me lembro. Está no meu passaporte.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora, constantemente, ia à Itália e à Espanha com o Sr. Youssef, correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - À Itália, à Espanha... Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu gostaria que a senhora me dissesse aqui se a senhora operou para o tráfico de drogas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Nunca operei para o tráfico de drogas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, se a senhora está me declarando que nunca fez operações para o tráfico de drogas, como é que a senhora me explica que, numa das operações da Polícia Federal, foram apreendidas várias mensagens da senhora, via Skype e BBM, com uma pessoa de codinome Omeprazol. A senhora sabe quem é Omeprazol?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O Omeprazol trabalhou em Ciudad del Este para o Sr. Carlos Coralchi.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E a senhora não tem conhecimento que o Sr. Omeprazol operou no tráfico de drogas internacional?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Ele operava em Ciudad del Este e era funcionário do Carlos. Aliás, ele começou como *office-boy*.



Depois de algum tempo, eu perdi o contato com ele, está certo? Depois de algum tempo, ele voltou e falou que estava... Ele tinha aberto uma...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sra. Nelma, não precisa dar muita volta, não. O Sr. Omeprazol é o Ivan, certo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, o Ivan.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O Ivan é o braço direito do Sr. Patrick, está correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não sei.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não conhece o Patrick Assis?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Conhecido traficante de drogas italiano, inclusive preso no Brasil e na Itália. A senhora não sabe de quem se trata?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora, com o Sr. Youssef, foi várias vezes à Espanha. A senhora mesmo confirmou aqui, e o seu passaporte diz isso, não é isso? Correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Correto.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora conheceu a Sra. Iara Galdino numa reunião, num escritório, como a senhora declarou aqui. Não foi isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Esse escritório — a senhora sabe, a Sra. Iara Galdino declarou aqui ontem — operava com empresas laranja para várias pessoas em São Paulo, inclusive para o PCC. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nunca teve conhecimento disso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora conhece o Sr. Marcel?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Lembre-se de que a senhora pode se negar a responder, mas, se mentir, a senhora será responsabilizada por isso.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já respondi: conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora conhece o Sr. Marcel. A senhora sabe se o Sr. Marcel tem algum envolvimento com o tráfico de drogas ou com o PCC?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Desconhece isso.

A senhora já esteve com a Sra. Iara em alguma favela, na companhia do Sr. Marcel?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Favela? Não. Que eu me recorde, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora nunca procurou o Sr. Marcel, com a Sra. Iara, em função de cobrar uma dívida do Sr. Raul?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Se eu procurei... Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora já procurou serviços da Sra. Iara e do Sr. Marcel para cobrar alguma dívida de alguém que devia...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não se recorda disso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, nós temos de posse aqui um relatório da Polícia Civil de São Paulo que comprova que a senhora esteve no aniversário de 15 anos de um integrante do PCC numa localidade de São Paulo, numa favela de São Paulo.

A senhora se recorda de ter ido a alguma festa de 15 anos, numa favela de São Paulo, na companhia da Sra. Iara e do Sr. Marcel?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não era uma favela. Não, não fui na companhia...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não foi?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, na companhia da D. Iara e do Sr. Marcel não fui. Fui a uma festa de 15 anos e não era numa favela, era num bufê.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está certo.



A senhora tinha um funcionário, um ex-policial de nome Sarita, correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Esse Sr. Sarita fazia que tipo de serviço para a senhora?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele está... Ele, ele trabalhou para mim desde a época da Havaí. Depois ele foi desligado, porque meu movimento foi diminuindo. Ele foi desligado e fazia outros trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Que trabalhos ele fazia para a senhora? Por exemplo: o Sr. Sarita, que é o seu funcionário, um ex-policial, ele foi várias vezes a Manaus cumprir missões para a senhora, a pedido da senhora, para o Comandante ou para o Comanda. A senhora confirma isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É... me reservo...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nós sabemos quem é o Comandante, o Comanda. É uma pessoa de Manaus, não é isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, isso, isso, isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é, o que a senhora estava escondendo nós já sabemos aqui.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, o Sr. Sarita, por várias vezes, foi a Manaus levar valores para o Comandante ou Comanda, como a senhora o chamava, não é isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Reservo-me ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é, mas não precisa esconder mais quem é o Comandante nem o Comanda que nós já sabemos.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Então, obrigada.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, a senhora sabe o que aconteceu com o Sr. Sarita?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. Ele... Mataram ele, né?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mataram ele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mataram ou assaltaram, alguma coisa desse tipo.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora tem conhecimento de que corre um inquérito na Polícia Civil de São Paulo em que a senhora é, inclusive, acusada da morte do Sr. Sarita?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não tem conhecimento de que a senhora é objeto de um inquérito policial por homicídio?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Por coincidência, o Sr. Sarita foi morto após um assalto sofrido por ele, não é correto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Por um...?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele prestava serviço para o Sr. Mário Zamporelli. Quem é o Sr. Mário Zamporelli?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É meu antigo convivente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Seu antigo marido?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele operava com o quê, o Sr. Mário?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele mexia com compra e venda de veículos e mercadorias de ouro, prata. Isso aí é negócio dele, particular dele, assim como ele não se metia...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E a senhora não tinha conhecimento nem participou de nada disso, né?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não. Assim como ele não se metia nos meus negócios.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora tem conhecimento de que o seu ex-marido sofreu um assalto de uma grande quantidade de ouro que o Sr. Sarita, seu funcionário, era portador desse ouro? A senhora nunca soube disso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E que logo após isso o Sr. Sarita foi assassinado?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu desconheço. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora atualmente está na cela com a Sra. Iara?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora veio já do presídio de Piraquara, onde dividia a mesma sala com a Sra. Iara?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. A Sra. Iara estava na PCF e eu ficava no presídio feminino de Piraquara, é um outro presídio. Eu não tinha contato com ela.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora conhece o Sr. Stefano, conhecido também por Drácula?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Qual é a atividade do Sr. Stefano?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não... Ele mora na Itália. Ele era um antigo sócio ou amigo do meu marido, do meu ex-marido.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não sabe qual é a... Sócio do seu marido, e a senhora não sabe que atividade que eles tinham nessa sociedade?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Como eu disse para o senhor, as atividades do Sr. Mário, assim como as minhas atividades, cada um tinha... Nós não misturávamos, é... é... a relação comercial, é... não tinha, não era do meu interesse.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora não sabe que o Sr. Stefano operava no tráfico internacional de drogas? Nunca teve essa informação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, o Sr. Estefano... Isso eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora já se incumbiu de levar recursos em espécie ao Sr. Estefano na Itália ou na Espanha?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, nunca mandei, nunca. Isso aí eu confirmo. Nunca.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora tem algum tipo de relação, além de dividir o mesmo advogado e a mesma cela, com a Sra. Iara Galdino?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tenho uma relação de amizade com ela.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Apenas de amizade, hoje?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora, quando foi presa, foi instada pelo Ministério Público a fazer uma delação premiada, um termo de colaboração. Isso é verdade?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Que eu...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A senhora, quando presa, foi instada, foi consultada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal se a senhora concordava em fazer uma colaboração...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, então, Presidente, eu me sinto satisfeito por aqui, porque eu acho que em todas as perguntas aqui ela vai se reservar a manter o silêncio. Mas aqui a gente conseguiu ver realmente o perfil da D. Katia Kodama. Então eu deixo as outras perguntas para uma oitiva posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento à lista de Deputados inscritos, concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

V.Exa. tem até 3 minutos, mais a compreensão da Mesa. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sra. Nelma, a gente vai apurando e, com a competente pergunta dos colegas Parlamentares aqui...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... do autor do requerimento e dos Sub-Relatores, a gente vai desvendando e descobrindo muita coisa. De outras a gente já tem o conhecimento, e foi feito agora pelo meu colega que me antecedeu, Deputado Aluisio.

A senhora sabe quem é e conhece uma pessoa chamada Juliana?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tem o sobrenome? Porque conheço várias Julianas.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, mas tem uma Juliana que é muito próxima a V.Sa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tem a Juliana que é a Juliana Cordeiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Parece que ela é sua filha adotiva. A senhora tem uma filha adotiva chamada Juliana?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A única Juliana mais próxima que eu tenho é Juliana que é Juliana Cordeiro, companheira de lara.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o que que ela é... Qual a proximidade dela com V.Sa.?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, é pela proximidade que eu tenho da lara, então eu tenho...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A informação que a gente tem é que a Juliana, que é a companheira da Sra. lara, é uma pessoa muito próxima à senhora. Inclusive foi a pessoa que fez a apresentação na tal festa, no tal encontro, na tal reunião em que V.Sa. conheceu a lara, e daí já convidou-a para poder trabalhar com a senhora. Procede essa informação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não procede.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu gostaria de saber isso.

O dinheiro que a senhora disse ter levantado aqui na... ter levado, e por isso a sua prisão, os 200 mil euros, a senhora disse aqui já que ele foi comprado por partes. E aí o Deputado Pansera lhe perguntou como é que era esse procedimento por partes. Nós temos claramente remessas. A senhora ia lá e comprava 10 mil, 40 mil, como disse.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, por partes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como é que era a seleção ao pedir esse dinheiro? Porque a senhora foi detida com 200 mil euros em notas de 500.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não sei qual que é o procedimento, mas qualquer corretora, quando você faz esse levantamento, ela não



dispõe dessa seleção, dessa ordem de notas de 500. Era solicitado pela senhora que fossem notas de 500?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso, era solicitado...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para não serem notas de 100, de 20, de 200?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Era solicitado. Mas a corretora, ela pode solicitar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim, mas você solicitava que fosse em notas...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Notas de 500.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... de 500.

Esse dinheiro, a senhora ia com recurso de corretora, de recebimento, para poder ir lá comprar os euros. A senhora levou esse dinheiro para alguém? Esses 200 mil euros estavam indo para fora para quem? Para ser depositado na conta de quem?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse contexto, a senhora sabia de todas as ações...? De 2000 a 2009, disse que se relacionou com o Sr. Youssef. A senhora sabia que ele se relacionava com empresários e políticos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah... O... José Janene era o mais... o de que eu mais ouvia falar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pois é, mas a senhora falou aqui já três ou quatro vezes no Janene. Era só o Janene? Tinha algum outro...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, é que mais especificamente era o mais próximo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque, de 2000 a 2009, o Sr. Youssef se relacionou com vários políticos. Ele não se relacionou só com o ex-Deputado Janene, falecido, ele se relacionou com outros políticos e com gente que inclusive está viva. A gente está falando aqui... Nós estamos vivendo uma realidade de falar só de quem já morreu. Nós estamos entrando na área de um crime em que os nomes... São muitos os suspeitos aqui levantados. Olha só: perguntada por um



colega, a senhora disse que conhecia o Omeprazol, depois o outro se chamava... Suquinha? Como é que é?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sarita.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sarita.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Depois passou para Drácula. Só nome que...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Codinomes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... envolvem uma organização criminosa de alto... Para a senhora vir aqui dar a lição de falar que nós temos que corrigir o sistema financeiro...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu não estou dando lição, eu estou sugerindo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... que nós temos que criar CPI, que nós temos que apurar o sistema financeiro, eu concordo.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, estou sugerindo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Agora, a organização criminosa com a qual a senhora se envolveu não era tão simples ou singela a ponto de se imaginar que isso não perpassava por envolvimento político, empresarial, na qual a senhora se relacionou por 9 anos com uma pessoa que tinha todo esse envolvimento, e nos disse isso aqui ontem.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputado Júlio, só para acrescentar ao que o senhor está falando aí, Deputado, quero perguntar para ela — eu esqueci, era uma pergunta — se ela tem conhecimento de que a Sra. Iara é figura batizada pelo PCC, tem codinome dentro da organização criminosa... E quando foi apresentada a ela inclusive foi alertada de que a D. Iara era a pessoa que comandava essa organização criminosa pelo PCC de laranjas. Se ela tinha conhecimento disso.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não tinha conhecimento disso, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu queria fazer uma última pergunta, Presidente.



Depois da sua relação com o Sr. Youssef, a partir de 2000 a 2009, as suas operações e as suas coisas, os seus negócios melhoraram?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Depois que eu tive...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora tinha uma relação de doleira e disse que não era nem a maior nem a mais importante. Aí a senhora começou a se envolver em relação com o Sr. Youssef, a partir de 2000, e teve essa convivência até 2009. Eu quero saber se as suas questões, as suas coisas, os seus negócios, seja na área que fossem, se eles melhoraram, se a senhora passou a ganhar mais dinheiro, vamos dizer, para ter condições de comprar 200 mil euros em notas de 500 euros e levar para o exterior, seja para quem quer que seja.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Num, num, num... num fiz esse levantamento. Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu tenho a lhe dizer que é prudente. A senhora tem receio de terminar como terminou o seu colega Sarita?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O fato de ele...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sarita foi assassinado.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque a senhora quer fazer delação, está pedindo, está falando que se reserva o direito de fazer, teve a oportunidade de fazê-lo, e não o fez. Que o faça aqui, com a assessoria do seu advogado, com o direito, sabendo que na delação a senhora não poderá mentir.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu vou fazer essa...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E eu espero que V.Sa. possa fazer essa delação abrigada, no sentido de não fazer o que está fazendo conosco aqui hoje.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu acho que talvez eu não tenha me feito entender. Eu falei que estou pleiteando uma colaboração, na qual algumas perguntas eu não vou respondê-las. Por quê? Porque isso faz parte do que eu irei esclarecer para as pessoas responsáveis nessa colaboração.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora já demonstrou para nós que é uma pessoa muito inteligente, perspicaz, e aí é uma questão da CPI, de quem tenta fazer isso que a senhora sugeriu, de apurar e esclarecer as coisas para a



sociedade brasileira. Eu só lhe digo isto: cuidado no seu pedido de colaboração, não minta, coisa que a senhora já fez aqui hoje, na manhã de hoje. E aí a gente vai poder apurar quando tiver a delação.

Era só isso.

Eu agradeço ao Presidente.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cumprimento V.Exa. e já chamo o próximo inscrito, Deputado Delegado Waldir.

V.Exa. poder vir até aqui à mesa fazer os seus questionamentos.

Em seguida, Deputada Eliziane Gama. Após, Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bom dia...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Bom dia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sra. Nelma Kodama, senhores advogados, meus caros Deputados, brasileiros e brasileiras.

Eu percebi que meus colegas fizeram várias perguntas, em vários sentidos, algumas muito duras. Em outras foi possível até a senhora cantar uma música aqui.

Eu queria saber o seguinte. Ontem estive uma funcionária da senhora aqui. O Sr. Luccas — eu estava dando uma olhadinha no material — também disse que era seu funcionário, e parece que, como seu funcionário, a senhora não quitou todas as despesas trabalhistas com ele, viu? Porque ele ficou extremamente bravo e lhe tomou muito dinheiro, me parece. A senhora ficou revoltada, porque ele se passou por seu funcionário, usou da delação premiada e colocou a senhora e a sua contabilista, que montou as empresas, na cadeia.

Eu vi que a senhora é uma pessoa religiosa.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está com um terço na mão, aí.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está com um terço na mão.

O Deputado perguntou ali se a senhora tinha medo de morrer. Acho que aí a senhora apelou duas vezes, segurou mais forte ainda. Eu acho que a senhora é mais importante viva e eu acho que a senhora é mais inteligente ainda que o nosso



amigo Youssef, com quem a senhora viveu, que foi seu companheiro, seu esposo por alguns anos.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu acho que a senhora é mais inteligente. E eu acho que, se a senhora resolver colaborar mesmo, a senhora vai realmente derrubar a casa de muita gente.

Eu queria saber da senhora: a senhora fez doação para alguma campanha eleitoral?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora nunca fez doação? Para nenhum...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu nunca fiz nenhuma doação. Eu poderia até explicar melhor isso aí. Eu nunca fiz doação. É que o Sr. Deputado Delegado Waldir não entende como funciona a sistemática operacional. Porque às vezes a gente está pagando alguma coisa — está certo? — a mando de uma outra pessoa que a gente não sabe. O senhor entendeu? É a mesma coisa que eu vender um carro para o senhor, colocar um cheque na sua conta, mas o cheque, por exemplo, ser de um estelionatário, e eu não saber, entendeu? Então, eu, Nelma Mitsue Penasso Kodama, nunca fiz nenhuma doação a nenhum partido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora é uma pessoa extremamente inteligente.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora é uma pessoa extremamente inteligente, senão não teria tido essa lucratividade toda durante a sua vida. Agora ao final é que a senhora está tendo algumas dificuldades. A senhora mexia com câmbio. E as pessoas conversam. A senhora soube... A senhora vivia com o Youssef, que conseguiu ganhar dinheiro nesse meio político. A senhora soube, dessas movimentações que a senhora fez, se algum dinheiro foi destinado para campanhas políticas? A senhora tomou co...? Olha, depois alguém comentou: "*Não, aquele dinheiro...*" É claro que você não sabe tudo que você faz, mas a senhora é uma pessoa muito inteligente, e a senhora escuta, ouve, vive num meio onde temos serpentes, várias serpentes.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Só serpentes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só serpentes. Então... A senhora não é boba nem nada. A senhora tomou conhecimento das movimentações que a senhora fez, se foram destinadas a campanhas políticas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Delegado Waldir, isso aí eu vou estar esclarecendo. E, como disse o seu colega anteriormente, para que eu tome muito cuidado no que eu falo, porque eu não posso mentir, não irei mentir, porque isso é uma decisão já tomada, já está decidido, então isso aí, oportunamente, será re...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Vou, com certeza absoluta, com certeza absoluta, sem medo nenhum. E gostaria de corrigi-lo, que a lara não era minha funcionária...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ela disse ontem aqui.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O Sr. Luccas, ele não era meu funcionário, ele era um parceiro, e ele atribuiu à lara todas as funções que ele fazia, certo? Então... É porque eu não quero mentiras.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estou satisfeito com a resposta. Eu perguntaria para a senhora: uma vez que a senhora vai fazer a delação premiada — a senhora já confirmou isso para nós aqui —, então a gente já poderia mandar um recado para muita gente, para muitos políticos, peixes graúdos ou não, que comecem a tomar remédio para dormir, ou podem preparar uma roupa... um pijaminha para vir aqui para o presídio também? Nós teremos essa possibilidade, então, de inverter esse papel: amanhã a senhora vai estar nas ruas e hoje pessoas que estão em situação extremamente confortável, não apenas políticos, mas operadores e outras pessoas, talvez até o Palácio do Planalto, muita gente, diretor de empresa, pode amanhã estar comprando comprimidinho para dormir e se preparando, porque, amanhã ou depois, a Polícia Federal, muito competente, vai bater na porta da casa deles? É isso? A gente pode ter essa esperança? O povo brasileiro, neste momento, que está nos assistindo, pode confiar na Sra. Nelma, que a senhora vai fazer uma revelação e vai cair a casa de muita gente? É isso o que vai acontecer?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - As informações que a senhora tem são informações quentes realmente, que vão derrubar a casa de muita gente?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Deputado Waldir, se o senhor considerar que pode vir a cair a casa de muita gente, não cabe a mim falar o que o senhor deve fazer ou não. Se o senhor acha isso, que esse recado o senhor pode dar, sintá-se à vontade, porque a minha colaboração será efetiva, será verdadeira, e eu não tenho medo de morrer. Eu aperto o meu terço porque, em primeiro lugar e antes de vir aqui, como eu tenho um propósito com Deus, eu coloco Deus em primeiro lugar. Então, essa coisa de morrer, para mim, eu não tenho medo, porque todas as vezes que eu ia trabalhar, eu saía da minha casa e pensava: eu posso não voltar, eu posso ser assaltada, eu posso ser sequestrada, pode acontecer um acidente, eu posso sofrer um ataque cardíaco. Então, esse medo de morrer, para mim, eu não tenho. Eu acho que isso compete a Deus. Deus sabe o dia que eu vou morrer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Muito obrigado. Apenas para finalizar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para concluir, Sr. Presidente. Eu sei que o senhor é extremamente tolerante. Não é à toa que é nosso Presidente, muito honrado, pessoa maravilhosa.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta para a senhora. Diga uma coisa, quem que mandou, ou quem que é o chefe, quem que pediu para a senhora montar essas empresas, fazer essas...? Porque ninguém monta empresa por montar. Sempre tem um pedido de alguém. Alguém pediu para a senhora montar essas empresas, fazer essas movimentações financeiras. Além da PETROBRAS... Nós tratamos hoje aqui da PETROBRAS. A senhora mencionou a Caixa Econômica. De quais outros órgãos a senhora tem conhecimento? Ou em todos os órgãos federais tinha essa linha de propina? A senhora foi muito efusiva dizendo "*Olha, nós temos que acabar com a corrupção! Eu vou ajudar!*" Mas, pelo que a senhora tem conhecimento, isso tem acontecido em todas as empresas públicas hoje, da União, dos Estados, dos Municípios? E quem foi a pessoa que pediu para a senhora montar



essa estrutura para fazer essas movimentações que resultaram nessa quebra da PETROBRAS?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Quanto a essa sua pergunta, me reservo o direito de ficar em silêncio, porque senão isso... Eu não posso responder. Agora, quando eu citei a Caixa Econômica, são notícias que... Eu estou presa, então são notícias como Operação Zelotes, essa própria operação que está tendo em Londrina, da Receita, alguma coisa assim. São coisas de que eu tenho conhecimento pela televisão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Fora da televisão, dos bastidores...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nos bastidores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dos bastidores. Além dessas duas empresas, existem outras empresas em que existe esse mesmo sistema em que a senhora operava, ou que outros doleiros operavam? Existem outras empresas públicas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não posso afirmar ao senhor, mas eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De quais a senhora ouviu falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não pode mencionar.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não posso mencionar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado, Sra. Nelma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama.

Convido V.Exa. para vir até aqui à mesa fazer os seus questionamentos. Em seguida, o Deputado Ivan Valente, que com certeza não discordará deste chamado.

Deputada Eliziane Gama com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Nelma Kodama:

A senhora sonhava em ser atriz, Sra. Nelma?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nunca.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E na verdade a senhora tem vários nomes, não é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Camerón Diaz, Angelina Jolie, Greta Garbo...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - São nomes ou codinomes que a senhora utilizava...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Codinomes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... dentro dessas operações. E também era chamada de “Dama”, não é isso? Dama do câmbio, dama do dólar... Qual o cliente mais ilustre que a senhora teve?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso daí eu vou me reservar o direito de ficar em silêncio, sobre o meu cliente mais ilustre. E nunca tive a pretensão de ser atriz, mas achava simpáticos os codinomes. Foi só uma questão de...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse cliente era algum político?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Todas essas operações que a senhora na verdade fez lhe renderam quanto? Quantos milhões, ou quantos mil a senhora arrecadou durante essas operações realizadas até a sua prisão?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Também me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora recebia quanto por cento desse valor das operações das empresas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ontem nós ouvimos a lara, e foi inclusive aqui colocado que ela recebia algo em torno de 0,1 ou 0,2. Na escala de hierarquia ela se coloca abaixo da senhora dois degraus: viria ela, depois viria o



Pace e depois viria a senhora. Então ela estaria num percentual bem menor, não é? O seu percentual seria quantas vezes maior do que o percentual dela?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Quando ao percentual dela eu não posso discutir, porque isso aí ela tratava diretamente com o Sr. Luccas Pace. Quanto ao meu, eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quando foi perguntado aqui à senhora acerca de doações, a senhora não negou que fez doação para políticos, a senhora disse que depende da forma como seria essa doação. No depoimento que a senhora deu à polícia, a senhora falou que teve apenas, como bens... que a senhora não tinha bens, e que o único bem que a senhora tinha era um *chip* de uma telefonia.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ao mesmo tempo, a senhora disse que não fez doação, mas poderia ter feito essa doação de uma forma ilegal.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu citei como exemplo — exemplo, exemplo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas, mesmo de forma ilegal, mesmo sem ter depositado em conta desse determinado político, ou seja, pedindo a alguém para doar para esse político, ou doando em espécie, de forma ilegal, em nenhuma dessas circunstâncias a senhora nunca fez doação a político nenhum?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Repito: eu, Nelma Mitsue Penasso Kodama, nunca fiz nenhuma doação a nenhum partido. E quando eu citei o Deputado Waldir, eu citei como forma de exemplo, não como se eu tivesse feito, entendeu? Acho que talvez eu não tenha me colocado bem. Mas eu, particularmente, nunca fiz nenhuma doação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora teve alguma relação com as empresas da Operação Lava-Jato? Odebrecht, por exemplo, e outras grandes empresas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora não nega.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quando a senhora falou aqui... A senhora sempre coloca. Olha, quem é o maior doleiro? Sou eu, Banco Central, instituições financeiras. Especificamente do Banco Central, a senhora teria nomes? Quem exatamente estaria, por exemplo, comprometido, do Banco Central, ou de alguma outra instituição financeira, com essas operações ilícitas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Quando me refiro ao Banco Central, eu não me refiro a uma pessoa, mas à própria instituição, à pessoa responsável, ou às pessoas responsáveis, ou aos órgãos responsáveis no Banco Central para que se crie uma conduta, uma... não sei, um ser com mecanismo que possa...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora fala da instituição, a senhora fala do sistema, a senhora fala das brechas.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Instituição, quando eu falo, falo sobre as corretoras.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas os valores eram valores exorbitantes, bilionários, não eram sequer milionários, eram bilionários. Daria para se fazer tudo isso sem ter especificamente uma pessoa, ou mais de uma pessoa do alto escalão do Banco Central, por exemplo, para subsidiar, para ajudar nessas operações?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não entendi a pergunta da senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim. As movimentações que a senhora fazia eram movimentações gigantes. A senhora fala Banco Central do ponto de vista da instituição.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Deixe eu corrigir a senhora. Eu até, no início, falei que, diante do que eu estou presenciando hoje, eu sou um grão de areia, por isso não me considero a maior doleira do Brasil. Então, essas movimentações gigantescas, gigantescas, é impossível fazer por uma pessoa. Eu acho, na minha opinião — agora é a minha opinião —, que ela tem que ter,



assim, a retaguarda de alguma instituição. Porque é impossível, como a senhora mesma disse.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas, veja só, se a senhora é um grão de areia...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sou um grão de areia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os 91 contratos aí somam mais de 100 milhões de reais.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, foram 5 milhões, 279 mil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - No seu caso específico.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - No seu caso específico, que seria o ponto principal, digamos assim, dos 5 milhões.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É, por onde eu fui condenada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas no montante todo de movimentação dos contratos foram mais de 100 milhões de reais. Então, se isso se considera um grão de areia, imagine...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É um grão de areia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... o movimento gigantesco! Por isso lhe faço a pergunta: não daria para se fazer movimentações tão milionárias se especificamente não houvesse aí — não é uma palavra minha, é uma palavra sua...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... se não houvesse ninguém do Banco Central. A pergunta minha para a senhora...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - De uma instituição. Isso. Retaguarda.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - De instituições. Exatamente, retaguarda, para estar subsidiando. Quem seria, na verdade? Não teria nomes, ou a senhora não quer citar o nome? Ou existem nomes e a senhora não quer citar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, eu me refiro a isso como instituição mesmo, Banco Central, instituição financeira, Banco do Brasil.



Porque cada um... O Banco Central tem um órgão lá dentro que fiscaliza isso. Uma instituição financeira tem, um banco também tem. Então, não estou me referindo a nome nenhum, mas sim aos órgãos responsáveis, que são estudiosos. Eles ganham para isso, para poder fechar as brechas para que não haja nenhuma brecha que dê facilidade para ocorrer esse tipo de crime financeiro.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Acerca da lara, a lara falou que ela foi injustiçada. A senhora fala que é amiga da lara.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Inclusive dividem cela, têm o mesmo advogado. A senhora acha que ela foi injustiçada?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu acho que sim, foi injustiçada, porque a lara, ela não teve oportunidade de fazer a colaboração a que ela teria direito, assim como qualquer pessoa tem, dentro da operação. Então, ela foi injustiçada, porque o Sr. Luccas Pace Neto fez uma delação omissa, mentirosa e parcial, e ele atribuiu crimes que ele cometeu à D. lara. E ela tem prova disso. Então isso aí é uma injustiça. É uma injustiça que ela tenha sido condenada a 12 anos, em regime fechado — inicialmente, fechado —, e o Sr. Luccas ser condenado a 5 anos, se eu não me engando, pagando uma multa irrisória, estar solto e talvez até ainda cometendo os crimes, porque, no termo de colaboração dele, ele citou apenas as empresas da lara, ele não citou as empresas que ele trabalhava. Porque o Sr. Luccas era doleiro também, ele tinha as empresas dele também e ele tinha clientes dele também.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Deputado fez um levantamento, quando falava, por exemplo, de ligação com o PCC. Ontem a lara falou das sete empresas laranjas que ela criou, inclusive indo às pessoas, pessoas simples..

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ao que parece... Ela poderia estar me respondendo agora, mas, ao que me parece, essas empresas são empresas de pessoas muito simples, pessoas possivelmente de favelas, que foram utilizadas para essa operação, para essas empresas de fachada, ou empresas nem de fachada, mas empresas laranjas que foram utilizadas para esse esquema.



A proposta do Ministério Público Federal foi de 47 anos de prisão para a senhora, uma quantidade de anos realmente grande, não é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o Ministério Público Federal naturalmente tem elementos que justificariam essa quantidade muito grande de anos, muito embora a senhora tenha sido condenada a 18 anos.

Eu pergunto: a senhora falou que não tem relação com o tráfico de drogas. Já reafirmou isso...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A minha pergunta não é em relação à senhora especificamente, mas a senhora acredita, por exemplo, que as empresas hoje, ou todo o sistema hoje, as empresas que recorrem a esse câmbio negro, que são as empresas hoje da Operação Lava-Jato, que existe alguma relação desse câmbio com o tráfico de drogas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não posso afirmar, senhora, isso, porque eu não operava com ninguém ligado ao tráfico de droga. Eram importações fraudulentas mesmo. Então, eu não...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas não a senhora, o câmbio negro em si, ele tem uma relação com o tráfico de drogas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não posso afirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Para concluir.

Acerca da sua relação com o Youssef. A senhora foi casada com ele 9 anos, não é? De casada, viveu, teve uma relação estável com ele de 9 anos. Durante todo esse período, vocês tiveram, naturalmente, várias confidências, e, naturalmente, a senhora deve ter muita informação acerca de toda essa tramitação do Youssef, que também foi preso várias vezes, e que parece que tinha a máxima de que de fato o crime compensa, porque era preso, vinha solto, depois voltava a delinquir e continuava realmente nessa relação. Hoje ele está preso, a senhora também está presa, a senhora se separou dele — 9 anos em 2009 —, não é? É o que parece.

A SRA. NELMA KODAMA - Sim.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vocês têm alguma relação? Como é que ficou a relação de vocês depois dessa separação marital? Como é que continuou realmente esse relacionamento entre vocês?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Amistosa. Eu diria que amistosa. Inclusive houve um comentário de um Deputado, não me lembro, de que houve uma discussão na carceragem que foi devido a essa multa da Receita. Realmente houve sim, porque eu pedi, eu solicitei a ele que tomasse as providências, e me exaltei. Já passou.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputada Eliziane, fui eu o Deputado citado. Não foi uma conversa, foi uma discussão seriíssima, e coube uma intervenção dos policiais. Foi praticamente uma agressão. Não foi uma conversa coloquial e simples de uma cobrança.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não, não teve nenhuma intervenção de policial, não. Eu estava presente. Eu discuti com ele e não teve nenhuma...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Foi apenas uma conversa amistosa?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não foi uma conversa amistosa, foi uma discussão, e não houve nenhuma intervenção de policial. Quem informou isso ao senhor... Eu acho que o senhor deveria se informar melhor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - D. Nelma, eu dou credibilidade a quem me informou e não dou à senhora. Desculpe, mas a senhora não tem nenhuma credibilidade para questionar isso.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O senhor tem todo o direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só pra concluir, aquele fato que aconteceu, que inclusive a mídia chegou a publicizar, de que ele teria sido envenenado, logo ali no limiar das eleições de 2014, como é que a senhora recebeu essa informação, esse fato?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Na verdade, eu não fiquei nem sabendo, porque eu não estava na carceragem, eu já estava no presídio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Essa discussão a que o Deputado se refere foi em qual período exatamente? Qual período foi?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, faço um apelo a V.Exa. para que conclua.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já estou finalizando, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Foi assim que ela foi presa e conduzida à carceragem da Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ah, bem antes, então, desse processo.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Nelma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. desejar, pode sentar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui está bom, não tem problema. Não sei se o som está bom. Está um pouco baixo, parece.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Nelma, a primeira pergunta que eu queria fazer à senhora é a seguinte: qual é a sua escolaridade?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu sou cirurgiã dentista.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Cirurgiã dentista?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora já exerceu essa profissão?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Já, já exerci.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A partir de quando a senhora entrou nessa atividade de doleira e abandonou a profissão?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Por volta de 1999, 2000. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi quando a senhora conheceu o Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É. Eu conheci o Youssef em 2000.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi mais ou menos na mesma época?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma atividade mais rentável do que cirurgia dentista?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, depende.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria perguntar isso, se você puder me responder.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Depende do que a cirurgia dentista faz: implante, endodontia, periodontia E na atividade de doleira: se você é assaltada, se você perde. Depende.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma atividade de risco que a senhora está falando?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É uma atividade de risco.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso. A D. Iara colocou ontem que o rendimento médio mensal dela era em torno de 15 mil reais. A senhora tinha um rendimento médio? A senhora podia declarar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio. Eu não posso estimar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem. A senhora já se manifestou como foi presa lá em Guarulhos com 200 mil...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Duzentos mil euros

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...euros, né?

A SRA. NELMA KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não entendi uma questão. Por que a senhora, que é uma profissional nessa questão do dólar, foi fazer uma passagem pelo aeroporto com 200 mil euros não declarados? A senhora não é classificada, como se chama na gíria da Polícia Federal, como mula, que transporta.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora levou 200 mil euros. Por que a senhora não fez isso por outro tipo de operação, que pode ser feita até ilegalmente também, em dólar-cabo, que aparece em todos os processos? Por que a senhora levou em dinheiro, em espécie?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Justamente porque eu estava indo... Está certo? Ia ser declarado isso aí. E num...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora só não declarou porque...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estava fechado o...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois das 18 horas, no aeroporto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Fecha o...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu nunca vi isso. É uma coisa estranha, porque se a maioria dos voos noturnos sai de Guarulhos para o exterior e, inclusive, sai mais tarde, é óbvio que as pessoas querem declarar. E não podem declarar? Soa muito estranho. A senhora devia ter se preocupado, então, com essa questão, não é?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Preocupei-me. Tanto é que na minha declaração estava... Era um dia em que o trânsito estava muito complicado, chovia em São Paulo e eu perdi o horário disso aí.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quantas vezes a senhora chegou a transportar dinheiro dessa forma para o exterior?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, essa foi a primeira vez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi a única vez que a senhora fez isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Foi a única vez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quando a senhora transportava dinheiro para o exterior, a senhora tinha um motivo, porque ninguém vai gastar numa viagem de turismo 200 mil euros. Vai gastar 2 mil, 3 mil, 5 mil. Depende, né? O que a senhora ia fazer com esse dinheiro no exterior?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já respondi essa pergunta e me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem. A senhora conviveu muito tempo com o Sr. Youssef.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certamente, inclusive, a senhora tinha uma vida social com ele. Convivia com outras pessoas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, porque o meu perfil... Eu sou uma pessoa muito caseira. Eu não sou de...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas a casa de vocês era frequentada por amigos?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, porque eu, além de ser uma pessoa que gosta muito de ficar em casa, eu não recebo amigos, não sou social. Sou uma pessoa antissocial.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem. A senhora colocou que, numa das respostas aqui, conheceu ou ouviu comentários do Sr. Youssef do Sr. José Janene, político.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nenhum outro político a senhora ouviu, nem conviveu, nem frequentou a casa de vocês?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Outra questão é a seguinte: quando um Deputado perguntou à senhora sobre as declarações que o Sr. Youssef fez sobre os entregadores de dinheiro, que ele tinha vários operadores, logicamente ele comentava isso com a senhora, porque a senhora também enviava dólares para o exterior, fazia operações de câmbio dessa ordem.

A senhora conheceu o Sr. Jaime de Oliveira?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputado Ivan Valente, tem que lembrá-la de que o Jaime é o Careca, que talvez ela lembre.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É, o Careca.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu já vi sim, já vi o Sr. Jaime.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora esteve com ele já?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Já estive uma vez sim. Uma vez, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em que situação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele esteve na sua casa, na sua residência com o Sr. Youssef?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, acho que foi no escritório do Youssef. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o Sr. Adarico Negromonte?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não o conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não conhece? O Sr. Rafael Ângulo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em que ocasião a senhora esteve com ele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - No escritório do Youssef.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - As duas vezes, no escritório. Então a senhora frequentava o escritório do Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E lá no escritório do Youssef, a senhora nunca encontrou outros políticos, ou ouviu o Youssef falando sobre a relação com outros políticos com quem ele operava, e que agora estão na sua delação premiada?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Reservo-me ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora tinha ouvido falar da “transcareca”, então?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o que a senhora entendia por “transcareca”

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, como está na própria delação do Alberto, era ele que levava valores para as pessoas com quem ele teria que fazer o negócio, a negociação, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Inclusive no começo do seu depoimento, a senhora talvez num ato falho tenha colocado assim: “dinheiro delivery”.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora conhece bem essa situação.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É, porque está escrito, está escrito nas revistas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está escrito onde? Serviço de entrega.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Inclusive na revista *Veja* tem o depoimento do Sr. Rafael Ângulo. Então, está escrito lá: “O delivery, o homem do delivery”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu vou ler aqui para a senhora no depoimento de delação do Alberto Youssef — e eu perguntei ontem também para o Youssef — a respeito de uma denúncia sobre Júlio Camargo. A senhora conhece?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nunca ouviu falar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ouvi falar, mas não o conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas na época a senhora fez alguma operação para o senhor Júlio Camargo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA- Reservo-me ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou ler para a senhora, então. Está na delação.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *“Que indagado acerca dos fatos referentes ao anexo 9, afirma que no ano de 2010, Júlio Camargo, à época já representante da Pirelli no Brasil, lhe disse que a Pirelli precisava pagar propinas a fiscais do ICMS de São Paulo e que, a partir disso, Júlio Camargo solicitou apoio ao declarante para disponibilizar reais no Brasil, mediante operação de dólar-cabo; que a operação se deu mediante a transferência de 1 milhão de dólares de uma das suas contas utilizadas por Júlio Camargo no exterior, podendo ser a conta denominada Pelego, em Montevideú”.*

A senhora já ouviu falar dessa conta Pelego, em Montevideú?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem com esforço, porque a senhora titubeou um pouco para responder?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, eu titubeei, porque eu estou um pouco cansada, mas não me recordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não. Mas aqui na continuidade está escrito exatamente o seguinte: *“Na conta Pelego, em Montevideú, ou em alguma conta das subsidiárias da Treviso, Piemonte ou Auguri para uma conta indicada pelo declarante, que acredita que foi de algum cliente de Nelma Penasso Kodama, ou Leonardo Meirelles, os quais disponibilizaram os reais no Brasil para que o declarante pagasse a propina; que Júlio Camargo passou ao declarante o endereço, dia e horário que deveria estar...”* E que mais tarde aqui na delação vai dizer que a senhora participou, era um cliente seu que estava nessa operação com Júlio Camargo, que a senhora tem participação no envio de 1 milhão de dólares para o exterior.

A senhora confirma?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Eu não posso confirmar. Está escrito *“Nelma ou Leonardo Meirelles”*. Ele não falou diretamente que foi meu. Ele falou *“Nelma ou Leonardo Meirelles”*. Foi isso o que o senhor leu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora conhece o Sr. Júlio Camargo?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na outra resposta a senhora falou que se reservava ao direito de não falar, agora está falando que não conhece?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Não. Não, eu falei que me reservo... O senhor perguntou se eu o conhecia. Eu disse que não. Se eu tinha negócio com ele, eu falei: eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui na continuidade do depoimento do Sr. Youssef continua a seguinte questão — o nome da senhora volta novamente da seguinte forma: *“Sobre a Refinaria Henrique Lage — REVAP, diz saber que José Janene teria tratado do comissionamento com Júlio Camargo”* — de novo, o Sr. Júlio Camargo — *“acerca de uma obra da Toyo Setal junto a essa Refinaria Henrique Lage; que o valor da comissão foi de cerca de 4 a 5 milhões de dólares pagos de forma parcelada junto a contas no exterior, as quais lhes foram fornecidas por Ceará, Carlos Rocha, ou por Nelma Penasso; que não sabe se as contas que Nelma*



teria fornecido eram dela ou de clientes, sendo que Ceará não possuía contas próprias no exterior”. Ou seja, foi a senhora.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Ele pôs: “Carlos Rocha” — de novo — “ou Nelma”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas aqui está falando que ele acredita que o Sr. Carlos Rocha não é, porque ele não tinha contas no exterior. Então, só pode ser a senhora. Está ali na delação premiada do Youssef.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Está na delação. Então, ele vai ter que provar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria perguntar à senhora então...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele tem que provar, então, porque tudo o que ele fala em delação ele tem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE -... o seguinte: quais são as suas contas no exterior?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora tinha contas no HSBC?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora viu que saiu esse escândalo aí do HSBC, que tinha 7 mil e 700 clientes....

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE -... que fizeram evasão fiscal no Brasil num montante que se afirma está em torno de 20 milhões de reais.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A senhora é uma dessas cotistas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - O meu nome não consta lá.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não consta.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não consta. Em nenhuma empresa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a senhora não quis responder se tinha conta no HSBC.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu disse... Não, eu disse que me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero só lembrar...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - E nesse caso do HSBC é na Europa. E esse caso o meu nome não aparece e eu não tenho conta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria lembrar, é a última pergunta, Presidente, que o HSBC é relativo apenas a 1 ano. O que vazou pelo SwissLeaks é relativo apenas ao ano, parece-me, de 1997.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, hum...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por isso perguntei se a senhora tinha outras contas no exterior. A senhora não me respondeu, ou não quer declarar.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim... Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não quer declarar?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. Eu me reservo ao direito de ficar em...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Reserva-se ao direito de não declarar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V. Exa.

Próximo inscrito, Deputado Antonio Imbassahy. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Presidente Hugo Motta, Relator Luiz Sérgio, apesar da vida pregressa da depoente, eu gostaria que a senhora, primeiro, confirmasse que o Sr. Leonardo Meirelles operou mais de 3 mil contratos no valor de cerca de 380 milhões de dólares. A senhora confirma?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso aí está escrito na denúncia do delegado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A senhora confirma?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - É, está escrito.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A senhora confirma?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu confirmo, porque está escrito.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Confirma.



Desses mais de 3 mil contratos, quantos seriam regulares, aproximadamente?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não posso responder a essa pergunta, porque eu não participei de nenhuma operação com o Sr. Leonardo Meirelles. Mas... Não sei.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mas a senhora ao se referir a esse fato colocava como uma operação irregular, grande, de grande proporção. Então, dentro desses 380 milhões de dólares, certamente a juízo de V.Sa. tem valores irregulares. É isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Certo. As corretoras que V.Sa. citou aqui, poderia repetir, as que também operavam com irregularidade? Poderia repetir?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu acho que eu falei sobre a Fair, sobre a Levycam, sobre a Pioneer, a Distri-Cash e a TOV.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Com certeza, elas operam com irregularidades também?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Certo. Uma avaliação, mesmo que aligeirada, entre o que aconteceu com a corretora Bônus Banval e nesse tema do petrolão, quando V.Sa. diz que é um grão de areia, qual seria mais ou menos essa proporção, porque, na Bônus Banval, teria sido na ordem de 70 milhões de dólares. Com relação a esse esquema do petrolão, de operações irregulares que passaram nesse sistema financeiro, tipo corretoras, contratos irregulares, V.Sa. poderia fazer uma avaliação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não posso fazer, porque eu não participei, mas eu vi pela televisão que foram devolvidos ontem 157 milhões de reais do Sr. Pedro Barusco. É isso? Então, 70 milhões de dólares hoje — eu não sei quanto está o câmbio, mas imaginamos que a 3 reais — daria 210 milhões. Então, se Pedro Barusco, um dos participantes, devolveu 157 milhões, para 210 milhões, correspondente a 70 milhões de dólares da Bônus Banval, então eu acho que há uma discrepância um pouco grande.



O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, eu estou concluindo. Apenas faço referência às palavras do Deputado Celso Pansera, que realmente é um submundo absolutamente desconhecido por muitos brasileiros. É um submundo do crime, é um descalabro, pelo que a gente percebe, se conferir tantas colocações feitas pela Sra. Nelma, um descalabro nos controles financeiros do País esse trânsito de dinheiro que entra e que sai. São valores impressionantes, milhões e milhões de dólares.

Eu queria comunicar a V.Exa., Presidente, ao Relator e a todos os membros que nós estamos juntos aqui conversando com os demais membros da CPI que vamos promover também vários requerimentos dirigidos a dirigentes do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da COAF, de bancos brasileiros e também a essas corretoras que foram citadas — não é uma iniciativa minha, é uma iniciativa de vários membros aqui —, no sentido de que possa agora a CPI evoluir também nessa questão do Sistema Financeiro Nacional. Realmente, isso é uma coisa absolutamente impressionante. Eu fiquei impressionado. Eu acho que é quase uma falência do sistema de controle desse trânsito de dinheiro no mercado entre Brasil e demais países.

Então, eu acho que a gente vai fazer isso. É importante e vai significar também, Deputado Onyx, V.Exa. que vai usar da palavra, um novo ambiente de investigação. E V.Exa. sempre faz referência que a lei que estabeleceu a colaboração premiada decorreu de uma CPI, da CPI dos Correios. Eu acho que vamos evoluir, como já havíamos pensado, para algo semelhante no Sistema Financeiro Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sra. Nelma Kodama, a senhora viveu e conviveu por 9 anos com Alberto Youssef. Ali, por 2004, houve a prisão. Ele saiu em 2005 e aí volta a operar de maneira muito intensa de 2006 para cá. Ele chegou a comentar conosco que estima que movimentou muito mais de 200 milhões de dólares nesse período.



Primeiro, eu quero voltar ao tema do acordo que ele fez, que aí a senhora seguramente acompanhou, porque, volta e meia, isso volta às discussões aqui da CPI, e eu quero deixar isso claro. O acordo que ele fez, do ponto de vista dos conteúdos que ele informou e que resultaram na prisão de algumas pessoas e condenação de outras pessoas, isto continua valendo. A parte que ele quebrou foi a volta ao mercado de capitais. Essa é a parte que ele havia feito do acordo e, quando ele sai e volta a operar aí ele faz a quebra de acordo. Mas os conteúdos — aquilo que ele revelou, que ele disse aqui, e eu quero só lhe ouvir sobre isso — foram mantidos na sua integralidade. A única quebra que houve do acordo da delação premiada da época foi a questão de ele voltar a operar no mercado de capitais. É isso? A senhora lembra disso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Que a única quebra dele foi essa? Acho que eu não posso responder essa pergunta. Eu não consigo responder.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, porque fez o acordo. Dentre os compromissos que ele havia assumido no acordo, um era de não voltar mais a operar.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Aí ele sai da cadeia e volta a operar. É isso. A senhora acompanhou isso. Ele operou.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim, ele operou.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu trago isso aqui porque, de maneira reiterada, volta esse assunto na tentativa de dizer o seguinte: *“olha, a delação premiada foi quebrada, então não vai valer o conteúdo”*. Não é isso. O que houve, no caso do Alberto Youssef, ele disse aqui, foi apenas, eu vou dizer isso de novo, espero não ouvir mais essa conversa de que fez uma delação premiada que foi quebrada, não. Foi quebrada pelo ato concreto de voltar a trabalhar em algo que, quando ele fez um acordo com o juiz, o juiz pactuou que ele não voltaria ao mercado, até porque essa talvez fosse a maior punição para ele por conta dos volumes gigantescos que ele mesmo confessou que trabalhou aqui.

A outra pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: no seu convívio, ele comentava com a senhora os fatos de que a partir de 2005, 2006, no momento em que a PETROBRAS começou a fazer grande volume de operações, ele começou a



ganhar mais dinheiro de maneira muito significativa? Ele afirmou que de todas as operações que fazia 5% era para ele. Esses 5% sobre o volume que ele operou é uma coisa fantástica. Ele comentava com a senhora que, em virtude de contratos que ele administrava junto com o Paulo Roberto Costa, para beneficiar o Partido Progressista, ele conseguia resultados expressivos? Essa conversa havia entre a senhora e o Alberto Youssef?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não havia nenhum tipo de conversa do ponto de vista das atividades que eram de um e eram de outro

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, nesse teor não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A forma da conversa era completamente separada, o que um fazia, ou havia conexão em algumas operações?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Essa pergunta é muito complexa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu sei, por isso que eu lhe fiz.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Então, Eu prefiro não responder. É muito complexa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, Sr. Presidente, eu também vou me reservar ao direito de não perguntar mais no aguardo da delação premiada, porque quem conviveu 9 anos com Alberto Youssef e tem o reconhecimento, a capacidade intelectual e o QI que a senhora demonstrou aqui, eu aguardo ansiosamente a sua delação premiada. Eu tenho certeza de que ela vai ser elucidadora e vai nos ajudar a entender muitas coisa que nós não conseguimos entender.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para algo que — eu entendo — é simples e complexo ao mesmo tempo, eu lhe questionei. E que a senhora, para poder responder, vai avançar sobre coisas da sua delação premiada. É isso que eu estou entendendo.



Então eu vou esperar a sua delação. E nós seguramente vamos lhe convidar para retornar aqui, depois da delação feita, para que possamos esclarecer as dúvidas e as conexões que seguramente a senhora pode esclarecer.

Presidente, eu me dou por satisfeito.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Perondi. V.Exa. pode vir até aqui a mesa para fazer os seus questionamentos. É o último Deputado inscrito. E o Relator ainda quer fazer algumas perguntas.

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, nobre Relator, eu não farei perguntas. Eu estou impressionado com o relato da Dona Iara Galdino, ontem, e agora com o da Dona Nelma.

Nós já sabemos que existe mercado negro de câmbio, mas a contribuição dessas duas senhoras, para nós, só reaviva o descontrole do dinheiro que entra e sai pelo Banco Central. É impressionante! É impressionante! Banco do Brasil, Caixa Econômica e talvez outros bancos, não é? E citam gerentes, superintendentes que têm empresas. O COAF. Eu fui impedido a ouvir o Presidente do banco, depois recebi a visita do Diretor Corporativo do Banco Central. Muito simpático, homem preparado, culto. Ele responsabilizou, para mim, o COAF, que é um órgão como o Banco Central, também. Que eu quero o Banco Central autônomo. É um órgão direto entre a Receita Federal... Há um descontrole absoluto!

Eu não sei, eu sou um homem de oposição, apesar de estar na base aliada, mas, às vezes, fico pensando: será que esse descontrole, nos últimos 10 anos, nos últimos 10, 12 anos, não foi pensado, não foi pensado para aumentar a irrigação de dinheiro para essa estrutura partidária se manter no poder 12, 16, 20 anos? Eu começo a refletir. E com todo o sistema de informática! Eu estava checando com o Delegado Waldir: a cada 9 mil reais o banco é obrigado... A Dona Nelma parece que falou que seria automático. Eu chequei com o Delegado Waldir, não é automático. Não é automático. O banco tem que informar. Então, de repente, o gerente está ganhando comissão porque ele pegou um grande cliente, sabe que o dinheiro tem



marca de sangue ou de roubo, ou de petróleo, mas ele está ganhando comissão! Então, ele não informa.

Algo precisa ser feito nisso; realmente, algo precisa ser feito nisso.

É a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Voltarei a palavra para o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse que pretende fazer uma delação. É isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E se a Justiça, pelo fato de já ter uma condenação, não abrir essa possibilidade, V.Sa. estaria com disposição de responder aquilo que preferiu não responder na CPI?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Numa outra CPI?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, nesta mesma, nesta CPI mesma, porque esta está em curso.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu prefiro aguardar primeiro a resposta da...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se ela puder falar ao microfone, porque não estamos escutando...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah, desculpa. O senhor pode, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A pergunta é que V.Sa. está...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Estou pleiteando. Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...pleiteando o direito de fazer uma delação.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se esse pleito não for atendido, se V.Sa. estaria disposta a responder a esta CPI as perguntas que ficaram sem resposta.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu não vejo nenhum problema



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Relator, junto com a sua pergunta, porque tivemos uma informação, e é só a título até de a senhora esclarecer. A senhora ainda não está em delação premiada? Ou melhor, colaboração, ao mesmo tempo, também? A senhora está há 1 mês na Superintendência da Polícia Federal, não é isso?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ainda...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, certo. Mas ainda não foi definida a sua proposta referente à delação.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ela está em... É que tem outros inquéritos em andamento, entendeu? E esse é um dos motivos também porque eu estou lá, e está sendo elaborado... É uma... É uma... É um ajustamento lá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tá. Não é, então, de delação. Obrigada.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, o termo é colaboração, né? Termo de colaboração.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. fala de descontrole dos órgãos de controle, como o Banco Central, o COAF, V.Sa. fala de um descontrole recente, ou sempre foi assim?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ah... Eu acho que sempre foi assim. Eu acredito que sempre foi assim. Eu acho que piorou, eu acho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ou as operações aumentaram?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Acho que as operações aumentaram, a fome aumentou. Não sei. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, no período em que o Sr. Alberto Youssef esteve preso, V.Sa. se manteve operando; por sinal, mesmo tendo uma relação estreita com ele, na operação do BANESTADO, que muitos tiveram problemas, V.Sa. conseguiu escapar, e se manteve no mercado. O próprio desentendimento que houve na cadeia foi porque Youssef operou em seu nome. Num determinado momento, V.Sa. foi "laranja" do Sr. Alberto Youssef?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. É... Eu não tive... Eu não fui poupada do BANESTADO; eu não operei, por nenhum momento, no BANESTADO. Está claro isso? Eu não operei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Hum.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - A outra pergunta que o senhor fez?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Sr. Alberto Youssef operou, e teve... Ele chegou a ser preso

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele operou... Eu não, não... Ele operou...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já tinha uma relação com ele.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - ... e foi preso...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ali, ele fez uma delação...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas ele...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... que não operaria mais. E naquele período em que ele ficou impedido de operar, V.Sa. foi um "laranja" dele, operando no lugar dele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Reservo-me ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Outra questão que não ficou muito clara aqui, quando o Deputado Aluisio perguntou de uma pessoa que teria o nome, um apelido de Omeprazol...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO -... que é o nome de um remédio, e depois disse que essa pessoa era o Sr. Ivan.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse que conhecia.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que ele era um funcionário do Sr. Alberto Youssef.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, não. Ele era funcionário é...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele foi...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Ele foi um funcionário acho que por volta de 2003 — eu não me lembro muito bem — do Sr. Carlos Coralchi. Primeiro, ele foi funcionário acho que da Flora, irmã do Sr. Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele nunca foi funcionário do... Foi funcionário...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, ele nunca foi funcionário do Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO -... da Flora, irmã do Alberto?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Do Alberto. Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele foi funcionário...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Foi funcionário.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... da Flora.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso. E depois ele foi funcionário do Seu Carlos. E eu conheci ele nessa época. Conheço ele dessa época.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas sabia que ele operava em Punta Del Leste?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele operava o quê?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - No mercado de câmbio, moedas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas essa revelação, aqui, do Deputado Aluisio, de que ele operava para o Seu Patrick, que foi preso pelo tráfico de drogas, V.Sa. não tinha conhecimento?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não. Não tenho esse conhecimento. Que ele operava pelo...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Patrick.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - ...Patrick.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que era uma pessoa também com cidadania italiana.



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso eu não tenho conhecimento. Conheço o Ivan da época de 2003, eu acredito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia me dizer se conhece o Roberto? O doleiro Roberto Malaton, V.Sa. o conhece, ou operou com ele?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Roberto Malaton? Ele tem algum outro nome?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. Tá bom. Dario Messer?

A SRA. NELMA KODAMA - Dario Messer foi um dos maiores doleiros da época, 20 anos atrás. Conheço de nome, foi muito famoso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Antonio Pires de Almeida?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Também já ouvi falar, de 20 anos atrás. É daquela época dos grandes doleiros e...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Raul Henrique Srour?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Srour. Conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Gilberto Messod?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Gilberto...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Gilberto Messod Benzecry.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Esse não é um doleiro do Amazonas?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Mas eu não... Tem algum outro nome?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, o nome que tenho é Gilberto Messod...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não, é porque, às vezes, tem algum codinome.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele seria comandante?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Armando Santone?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Conheci.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Oscar Frederico Jager?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ettore Reginaldo Tedeschi?



A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Chaim?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Tem o Schahin banco. O senhor se refere ao Schahin banco?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, Schahin não. Chaim Zalgberg.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Antônio Wanis Filho?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Antônio...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Wanis Filho.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para V.Sa., quem são os maiores doleiros do Brasil atualmente em operação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Eu estou fora do mercado (*riso*), então eu não posso...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, não, mas nem tanto tempo.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Olha, eu vou falar uma coisa pro senhor: é muito tempo. É muito tempo porque isso é uma coisa tão (*riso*), tão rápida que é muito tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. participou de algum processo, viabilizou recurso em espécie para ser entregue a alguma pessoa e em alguma residência?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Isso aí vai fazer parte da minha colaboração.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque a questão relativa à pergunta se V.Sa. foi o laranja de Alberto Youssef é porque Alberto Youssef foi preso.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Fez a sua delação.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Entendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Entregou os recursos. Disse que não ia mais operar. E rapidamente ele volta a acumular uma enorme quantidade de recursos, quer dizer, ele fez a multiplicação rápida dos...

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Dos pães.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...recursos em espécie. Quer dizer, alguém não teria guardado para ele e continuado as operações para ele nesse intervalo em que ele esteve afastado da operação?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. não seria essa pessoa?

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Deputado inscrito, passo a palavra para a Sra. Nelma Kodama, para que ela possa fazer as considerações finais.

A SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA - Nas considerações finais, eu agradeço aos Srs. Congressistas, à imprensa aqui presente, que sempre foi muito gentil, muito amável comigo. E peço desculpas por algumas perguntas em que eu me mantive em silêncio mais por uma questão de tratativas. E no momento oportuno, eu me coloco à disposição pra poder colaborar de uma forma mais efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. e, de imediato, já a libero.

Chamo o próximo depoente, Sr. Renê Luiz Pereira. Estando o depoente Renê Luiz Pereira desacompanhado de advogado, a CPI, para a salvaguarda de seus direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal, nomeia, na forma do art. 263, do Código de Processo Penal, como advogado *ad hoc*, o Dr. Josias Soares da Silva, OAB/PR 66121.

A CPI agradece a valiosa colaboração do Dr. Josias para com os nossos trabalhos. *(Pausa.)*

Já fiz o agradecimento aqui, Dr. Josias, e quero renovar essa colaboração que o senhor dá neste momento, para que a CPI possa prosseguir com os seus trabalhos.

Sr. Renê Luiz Pereira, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer



em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

O SR. JOSIAS SOARES DA SILVA - Excelência, pela defesa, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. JOSIAS SOARES DA SILVA - Apesar da minha disposição em colaborar com a CPI, a complexidade deste caso, que é pública e notória, faz com que o investigado deseje o adiamento do depoimento dele, para que os mesmos advogados que atuaram na fase judicial sejam intimados e possam assisti-lo na participação perante esta CPI.

Então, eu coloco à Mesa essa questão de ordem preliminarmente, para que, na sequência, se for o caso, demos seguimento aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero deliberar aqui com a Comissão se nós concordamos com o adiamento ou persistimos com o depoimento.

E aqui eu já indago: Sr. Renê Luiz Pereira, V.Sa. se dispõe a responder a algum questionamento?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não. Eu me reservarei o direito constitucional e não responderei a nenhum questionamento nem nesta nem em próxima CPI.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, Sr. Presidente, eu acho que a gente vai perder tempo querendo ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, nós não devemos, acredito eu, adiar, e, sim, fazer alguns questionamentos do que acharmos necessário, como fizemos com os outros, para mantermos o mesmo tratamento. E aí a CPI cumpre o seu papel.

O depoente reserva o seu direito. É um direito que lhe assiste, para nossa tristeza. Mas, na verdade, nós temos que respeitar a Constituição Federal.

Eu passarei a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Renê Luiz Pereira, no trecho de sentença à página 139, há um...



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Relator, V.Exa. poderia falar um pouco mais alto? Nós não estamos ouvindo aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Possivelmente este microfone não está bom hoje.

Sr. Renê Luiz Pereira, na sentença em que V.Sa. foi condenado, há um trecho que vou aqui ler:

“Interessante notar que, apesar da longa conversa de mais de duas horas na qual trata Renê de negócios com seu interlocutor, em nenhum momento é revelada a natureza da 'mercadoria' que Renê importaria da Bolívia e remeteria para a Europa, o que é mais um indício de que se trata de mercadoria proibida, no caso tráfico de drogas (...).”

Em outro trecho, V.Sa. está conversando — é um diálogo — com uma pessoa, que aqui seria um colombiano:

“Colombiano: Sim... Acontece que em Peru exporta muita polpa de fruta nesses barris de 180 quilos. E vai congelado como uma pedra. Na temperatura ambiente demora 12 dias para descongelar. Porém o 'trabalho' não ia na polpa... (Inaudível.) Era muito. O contêiner levava 80 barris de 180 quilos...

Renê: Não estava cheio da polpa?

Colombiano: Não. Então se desenhou o piso e a tampa, para se colocar 2 quilos em cada um. E se mandou fazer a mercadoria no molde desse tamanho. Então todos os barris exatamente tinham o mesmo peso, todos os barris pesavam o mesmo, e pelo scanner era tudo igual.

Renê: Isto é inteligente.

Colombiano: É o que te digo. É ver as coisas...”

O que era colocado nessas caixas e que pesava 2 quilos cada um? E que mercadoria era essa? V.Sa. pode nos responder?



O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não tenho nada a responder. Não tenho conhecimento dessa conversa. Não tenho nada a dizer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas essa conversa nunca existiu?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Claro que nunca existiu!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, aqui a Polícia Federal, ao gravar essa conversa, gravou conversas que não eram suas?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Como saberemos, né? Não será a primeira vez.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não será a primeira vez o quê?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Ficamos assim. Eu não tenho nada a declarar. Tudo que está sendo, o que foi colocado como na minha investigação e considerado na minha condenação, eu não participei, não existe. A Polícia Federal sabe muito bem disso e sabe por que fez. Eu prefiro não citar. Não vou dizer. Eu já falei com o meu advogado inclusive com relação a isso, se não haveria como eu fazer uma denúncia ao delegado que me fez o questionamento, porque, quando falei em particular, antes de ser oficial, antes de estar gravando, me foi colocado algo pela Polícia Federal. E assim foi. Mas o meu advogado disse que isso é na hora da defesa. Isso não é real, não é verdade. Esse tráfico a que estou condenado não é de verdade, foi colocado. Só isso eu tenho a dizer, nada mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. Ele não é verdadeiro ou ele existe e V.Sa. é que estaria, então, sendo colocado no lugar de outras pessoas?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Bom, que ele existe, me disse a Polícia que existe o tráfico. Que eu soubesse da existência, eu nunca soube. Então, para mim, ele não é real.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas numa gravação da...

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu não estou condenado por essa gravação. Eu estou condenado por algo que a Polícia colocou e disse que assim seria. Pronto. Por um motivo, eu não vou citar nada além disso, porque assim já falei com o meu advogado e isso é o que foi colocado. Não adianta eu delatar o que houve dentro da Polícia Federal, porque eu não tenho provas pra isso, porque só é gravado aquilo que interessa à Polícia. Não foi gravado nada do que foi dito antes e da ameaça que sofri antes, dizendo...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que ameaças são essas?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Senhor, vamos ficar por aqui. Isso não vai resolver.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. A denúncia que V.Sa. faz é grave. Esta é uma CPI. Ela pode colaborar. V.Sa. está dizendo que a gravação não... O que V.Sa. falou... V.Sa. é o primeiro que chega aqui afirmando que sofreu ameaças. Como esta é uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, eu compreendo que seria oportuno que V.Sa. pudesse relatar que ameaças sofreu na sede da Polícia Federal, sendo que a Polícia Federal é uma instituição do Estado brasileiro.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - E o que faria o senhor pensar que eu deveria confiar nesta CPI, se eu estou condenado por algo que não fiz? Então, por que eu deveria confiar? Lá eu já não fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer a V.Sa. que não foi a CPI que o condenou. E o que disse é um desrespeito com o nosso trabalho aqui.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu sei disto. Eu sei disto. Eu sei disto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Realmente V.Sa. aqui está, acima de tudo, desrespeitando a CPI e os Parlamentares ao dizer que garantia teria para confiar na CPI. Eu acho que não lhe cabe fazer um prejulgamento aqui do nosso trabalho.

Agora, V.Sa. estaria contribuindo e colaborando para o Estado Democrático de Direito se pudesse relatar aqui que ameaças V.Sa. sofreu, para que nós inclusive não colocássemos em dúvida de que faz parte de um artifício de defesa colocar em dúvida a própria ação da Polícia Federal.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim. Eu não vou fazer esse relato, eu não vou fazer essa denúncia, diríamos assim, porque assim foi combinado. Meus próprios advogados já me disseram que não adiantaria. Se eu não o fiz na minha defesa, eu não o faria aqui tampouco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. trabalhava com o quê? Mexia com o quê?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu trabalho no ramo de construção civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No ramo de construção civil.



O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sempre foi no ramo de construção civil?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não. Já trabalhei com fábrica de confecção também — isso há muito tempo atrás, mais de 15 anos atrás.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. operava também com doleiros?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nunca? E como é que aparece o nome de V.Sa. numa operação como essa do Lava-Jato?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - A partir daqui eu prefiro ficar em silêncio, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se trabalhava no ramo da construção e não operava com doleiro, como V.Sa. deduz que o nome de V.Sa. acaba envolvido em todo esse sistema de corrupção que foi montado?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - A partir daqui eu me mantenho em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, se ele insiste em se manter em silêncio, eu vou passar aos outros depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Sub-Relator, Deputado Bruno Covas, deseja fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é Sub-Relator e tem a prerrogativa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Boa tarde, Sr. Renê!

Eu queria só entender: o senhor foi condenado a 14 anos de prisão pelo tráfico de 698 quilos de cocaína, mas está dizendo que não tem nenhuma relação com isso, que essa condenação foi injusta. É isso?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - É isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor também foi condenado pelo crime de lavagem dinheiro proveniente do tráfico de drogas. O senhor também não tem nada a ver com isso?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Nada.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor também foi condenado pelo crime de evasão fraudulenta de dinheiro. O senhor também não tem nada a ver com isso?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não tenho.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Alberto Youssef?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim. Eu o conheci na Polícia Federal. Estávamos presos juntos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desde quando o senhor conhece o Alberto Youssef?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Logo nos primeiros dias ou no primeiro dia, quando era 17 de março, o dia em que eu fui preso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quer dizer, quando em liberdade, o senhor nunca esteve com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Nunca o havia visto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. Carlos Habib Chater?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não o conheço pessoalmente, mas eu sei do posto. Não o conhecia pessoalmente. Vim a conhecê-lo aqui, na Superintendência da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor não o conhecia. Mas o senhor tinha alguma relação com ele, alguma relação comercial?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu sei, sabia do posto, sempre fui. Inclusive eu abastecia no posto dele. Mas nunca tive nenhuma relação, nenhum...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor frequentava o Posto da Torre?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não. Eu abastecia o carro no Posto da Torre. E é só.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor só abastecia sem sair do carro, não falava com ninguém lá?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Por coincidência. Porque lá, o combustível do Posto da Torre, eu passei a observar, sem saber que o Carlos era o dono, o Carlos Habib era o dono, eu abastecia o carro e percebia que o carro andava bem mais. A



gasolina que ele tinha era uma gasolina que fazia com que o carro durasse mais. Esse é o motivo. E de repente...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *(Riso)* O carro durava mais. Mas aí o senhor foi preso injustamente. É isso?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Mas aí, qual a relação de um com o outro? Ou seja, porque eu não o conhecia, eu o conheci pessoalmente aqui. Por coincidência, eu abastecia no posto. Eu te relatei que abastecia no posto. *(Riso.)* Mas qual a relação? Eu ter sido preso não foi porque abastecia o carro.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece a Nelma Kodama?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Também a conheci.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Agora preso ou antes?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na Polícia Federal.

Sr. Presidente, eu não vou fazer mais nenhuma pergunta porque as coisas estão meio sem sentido aqui, não vai adiantar nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao autor do requerimento, o Deputado Celso Pansera.

Depois do autor, quais Deputados gostariam de indagar o Sr. Renê? *(Pausa.)* O Deputado Aluisio Mendes é o primeiro, seguido pelo Deputado Delegado Waldir e, por último, a Deputada Eliziane Gama.

Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, esse foi mais um requerimento no sentido de a gente buscar nexos e conexões entre essas ações do doleiro Alberto Youssef com o submundo do crime no Brasil. Eu acho importante que a gente, como falei mais cedo, busque investigar essa área. É um pouco desagradável, mas não tem outro jeito senão a gente fazer.

Eu também vou fazer algumas perguntas. Sr. Renê Luiz Pereira, o senhor já falou que conheceu a Sra. Nelma na prisão. Exato?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor conhece o policial Jayme Careca?



O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Ele era operador do doleiro Youssef.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor conhece outro operador dele, o Sr. Carlos Rocha, o Ceará?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Também o conheci.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Também na prisão?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Também na prisão. Todos estávamos juntos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor conhece o outro operador, Adarico Negromonte?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está bem.

O senhor falou que não conhecia o Sr. Carlos e apenas era um cliente pela qualidade do combustível no posto.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Exato.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Coincidência tremenda. E acabou sendo arrastado para o processo?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Nunca tive nenhum relacionamento com o Sr. Carlos. Por coincidência — eu disse que “por coincidência”, ou seja, já que é por dizermos —, realmente eu sempre abasteci, enquanto tive carro à gasolina, sempre abasteci os carros no posto dele. Mas nunca o conheci, nunca havia falado com ele. Então, esse relacionamento... Realmente, o que me fez estar condenado aqui foi um contato que eu tive com um funcionário dele, o Sr. André. O único contato que eu tive foi com um funcionário. Nunca o havia visto.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas o senhor foi condenado por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Sobre isso existe um processo e um conjunto de investigações. Não é possível que a Polícia Federal tenha inventado — e a Justiça — esse conjunto de informações.

E ali no posto, coincidência ou não, havia também uma lavanderia de dinheiro e entrega de dinheiro a políticos lá em Brasília. O senhor não tinha nenhum contato com esse tipo de informação? O senhor era meramente um cliente do bom combustível do Sr. Habib Chater?



O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim, eu só fui um cliente do combustível. O que me trouxe para cá foi um contato que eu tive com um funcionário dele, porque eu tive, sim, um negócio financeiro com esse funcionário dele. Ou seja, se é com o Carlos ou deixa de ser, é simplesmente isso. Isso é o que me trouxe para a prisão.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Agora veja bem: nós estamos aqui buscando nexos entre as diversas operações, a que, em algum momento, vamos chegar nesta CPI ou em outra CPI. Nós estamos buscando a terceira CPI que envolve essa questão da PETROBRAS. Elas têm um tempo de duração e precisam ser encerradas, diferentemente do processo na Justiça, que vai sendo tocado ao longo do tempo, até haver a condenação e ser arquivado. Aqui não.

Mas nós vamos buscar, de uma forma ou de outra, encontrar esse nexo. E por isso estamos ouvindo o senhor aqui hoje.

Então, eu vou fazer outra pergunta: o senhor possui relação com políticos lá em Brasília?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Não, com nenhum político.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor nunca operou lavagem de dinheiro em esquema de corrupção de político e que envolvia também o Posto da Torre?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Nunca.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O.k.

Então, Sr. Presidente, eu acho que as minhas perguntas eram essas. A gente vai ter que depois voltar a ouvir o depoente no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Renê, o senhor morava em Brasília, não é?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Em que local em Brasília?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Em Águas Claras.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor morava em Águas Claras. Aqui acho que todos conhecem Brasília. Águas Claras deve ficar aproximadamente



a uns 40 quilômetros do Posto da Torre. E o senhor saía de Águas Claras para abastecer no Posto da Torre, porque o combustível lá era melhor?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - É engraçada a pergunta. Eu trabalho em Brasília, eu ando em Brasília. O Posto da Torre não tem conexão com o que houve. O que eu quis dizer é: houve, abasteci lá e até hoje, por incrível que te pareça, os nossos carros são abastecidos lá. Sempre que estamos perto, abastecemos lá. O Posto da Torre é no centro de Brasília. Então, nós sabemos que ali é o Setor Comercial Sul e todos passam ali. Então, se eu pudesse desviar, se eu estivesse do outro lado, subindo para ir pra casa, que fica a 14 quilômetros dali e não a 40... Então, quem é conhecedor deve saber que fica exatamente a 14 quilômetros, não é?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Primeiro, eu não quero que o senhor seja irônico. Primeira coisa: mantenha a postura aqui dentro. Eu sou policial federal, além de Deputado, e não vou permitir que um criminoso, um traficante condenado — e eu conheço os autos, para o senhor dizer que está aqui inocentemente — venha aqui debochar desta Comissão ou fazer ilações com relação à Polícia Federal. Então, eu sei da sua vida, eu sei do que levou o senhor à cadeia.

E o senhor me dizer que saiu de Águas Claras... O senhor trabalhava com quem em Brasília?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - A partir de agora, eu não respondo a uma pergunta sua.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é. Porque o senhor sabe agora que a casa caiu — o termo é esse.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Qual casa caiu?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, reserve-se o direito de ficar em silêncio.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu estou condenado e o senhor não pode fazer absolutamente nada mais.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor está condenado por tráfico de drogas num processo extremamente bem embasado. E o senhor vem fazer ilações com relação à atuação da Polícia Federal. Então, isto aqui não é lugar de chacota nem de brincadeira.



O senhor tem o direito constitucional de ficar em silêncio. Apenas esse. Se o senhor for aqui, de alguma maneira, agressivo ou descortês nesta CPI, o senhor receberá voz de prisão por mais um caso. Então, o senhor tem o direito constitucional de preservar o seu silêncio. Única e exclusivamente isso, está certo?

O SR. JOSIAS SOARES DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só 1 minutinho. Então, se o senhor não quiser responder a minhas perguntas, o que é um direito constitucional, o senhor tem todo o direito de fazê-lo.

O SR. JOSIAS SOARES DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não.

O SR. JOSIAS SOARES DA SILVA - Quem está sendo agressivo é o ilustre Deputado. A pessoa que está sendo inquirida está procurando responder às perguntas.

Eu só queria fazer apenas um esclarecimento. A sentença condenatória de primeiro grau está sujeita a recurso. E fui informado de que os colegas efetivamente ingressaram com recurso tempestivo. Portanto, a afirmação de que houve a condenação, conquanto seja válida neste momento, temos que lembrar que ela ainda está sujeita a recurso. Não há trânsito em julgado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, eu não estou questionando a questão do advogado. O que eu digo é o seguinte: o seu cliente tem todo o direito de não responder a nenhuma pergunta minha. Agora, não cabe a ele fazer ilações, nem colocações, nem suposições de que foi um processo conduzido, direcionado pela condenação dele. O direito constitucional que lhe assiste é de não responder às perguntas.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu fui cortês com todos, meu senhor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, o senhor vai continuar me respondendo e tendo o direito de não responder. Mas eu vou fazer as perguntas.

O senhor disse que saía de Águas Claras todos os dias ou em todas as necessidades de abastecimento, para abastecer no Posto da Torre, que fica, se o senhor computar a sua ida e a sua volta, a aproximadamente 40 quilômetros. O senhor tinha alguma atividade comercial no centro de Brasília?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu me reservo o direito constitucional.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes e convido o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Renê Luiz Pereira! Boa tarde, doutor!

Sr. Renê Luiz Pereira, por favor, o senhor disse que teve um relacionamento com o Sr. André, um funcionário do posto, que o senhor emprestou um cartão de crédito para ele. Que relação foi essa que levou ao envolvimento do nome do senhor nessa operação? O senhor emprestou um... Como foi essa operação? O senhor pode nos dizer?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - O senhor me desculpe, mas, a partir de agora, eu vou me reservar o direito. Ao que eu teria que ter respondido, eu respondi. E eu acho que já deu para entenderem o que é. Inclusive houve um mal-entendido de alguém que... Bom, ficamos assim: não vou mais responder.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O senhor comentou com vários Deputados que o senhor não teve nenhuma ligação com o Sr. Carlos, mas teria tido uma relação com o André. Esse André era apenas um funcionário? Era um conhecido do senhor?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu me reservarei o direito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O senhor respondeu que não conhece, não teve relacionamento com nenhum político em Brasília, com nenhum diretor de nenhuma empresa. O senhor confirma isso?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu me reservo o direito de não dizer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

Eu gostaria de saber se foi mais fácil ganhar dinheiro com a venda de drogas ou com a lavagem de dinheiro destinada a servidores corruptos?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu me reservo o direito de não respondê-lo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Delegado Waldir.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na verdade eu vou falar daqui mesmo, considerando inclusive que o Renê já falou que não vai falar.

Mas, Renê, me responde uma coisa: você conhece essas pessoas — e aí eu vou falar os codinomes, porque a gente não sabe quem são essas pessoas, apenas os codinomes: Omeprazol, Matusalém, Black, Michelin, Salomão, Chavo, Zezé, Primo?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Me reservo o direito de não mais falar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Zezé você também não conhece?

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Também é a mesma situação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu retorno a palavra para o Sr. Renê, para que ele possa fazer as suas considerações finais.

O SR. RENÊ LUIZ PEREIRA - Eu me dou por satisfeito. Não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Então, mais uma vez agradeço aqui a presença do Dr. Josias, que permitiu que esta oitiva pudesse ser realizada, deixando claro que eu acolho integralmente a posição do Deputado Aluisio Mendes com relação à defesa dessa importante instituição brasileira, que é a Polícia Federal.

Libero todos vocês.

Quero dizer que os próximos a serem ouvidos serão ex-Parlamentares, começando com o ex-Deputado Luiz Argôlo. Como aqui, neste momento, há poucos Deputados, porque alguns saíram para fazer um lanche, eu vou suspender a reunião durante...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria pedir a V.Exa. que déssemos continuidade aos trabalhos. Eu acho que estamos aqui numa caminhada contra o tempo. E há os Parlamentares que estão aqui e utilizarão da fala. É uma questão realmente de tempo.



Nós ainda temos mais quatro depoentes para ouvir, muito embora não saibamos se eles vão recorrer ao direito de não falar ou de falar. Mas eu estou muito preocupada aqui com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Essa é a questão, Deputada, porque, se eventualmente o depoente manifestar o desejo de ficar em silêncio, praticamente a reunião vai se encerrar. Estão aqui três ou quatro Deputados apenas. E os demais Deputados...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim. Mas são quatro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas são quatro que teriam 15 minutos.

Vamos interromper a reunião durante 20 minutos. Isso não significará nenhum prejuízo aos trabalhos da CPI.

Então, a reunião está suspensa por 20 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento às oitivas, convido para tomar assento à mesa o Sr. João Luiz Correia Argôlo dos Santos.

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e o de ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra o Sr. Luiz Argôlo, por até 20 minutos.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa que aqui estão presentes, eu, em respeito até à CPI, para até adiantar, eu gostaria de abrir mão dos meus 20 minutos. Podem iniciar aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. é ou foi amigo do Sr. Alberto Youssef? Desde quando? V.Sa. pode descrever que tipo de relação mantinha com o Sr. Youssef? V.Sa. usou o seu mandato para favorecer algum negócio ilícito do Sr. Alberto Youssef e eventuais comparsas?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria, V.Exa., de exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., em relação às outras perguntas, V.Sa. vai responder, dependendo da pergunta, ou se manterá em silêncio em todas as perguntas?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer neste meu direito, em silêncio, por algumas razões que até me faculto, mas entendendo que a CPI, com todo o direito que tem de interrogar, de investigar, de questionar, e em respeito ao Parlamento brasileiro, ao seu Presidente, Hugo Motta, aos senhores e senhoras da imprensa... É preferível eu permanecer em silêncio, e assim por desejo da minha própria defesa, até mesmo porque eu estou há 33 dias com uma decisão de prisão, que me foi facultada, e exatamente esses 33 dias, dos 3 ex-Parlamentares, eu fui o único que prestei depoimento aos delegados, e nada surtiu de efeito. Permaneço preso. O meu *habeas corpus* foi negado, e sequer foi apresentada uma denúncia. Eu prefiro permanecer no silêncio, porque eu vejo que não há nenhuma progressão nesse sentido. Então, eu gostaria de deixar claro esse meu direito que me é facultado de permanecer em silêncio em todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, se ele se manterá em silêncio em todas as perguntas, eu vou proceder de uma forma igual a todos. Então, para economizar tempo, eu abro mão das perguntas que faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que as perguntas que forem encaminhadas à Taquigrafia sejam colocadas nas notas taquigráficas, as perguntas dos Srs. Deputados. Que conste isso em ata.

Passo a palavra para o 1º Sub-Relator, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, da mesma forma vou proceder, porque o depoente não vai responder às perguntas, usando o seu direito constitucional. Eu vou encaminhar as perguntas à Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas, 2º Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Luiz Argôlo, o senhor pode declinar aqui para a CPI se o senhor e os seus advogados estão estudando uma possibilidade de delação premiada junto à Justiça?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu volto a falar que eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Então, só deixo aqui registrado, se é que é possível fazer isto, até porque tenho certeza de que seus advogados já lhe prestam toda a assistência devida... Mas as denúncias aqui contra V.Exa. são fortes. Vários depoimentos — do Sr. Alberto Youssef, do Sr. Carlos Alberto Costa — mostram que V.Sa. participava de um grande esquema criminoso. Então, eu espero que o senhor, junto com os seus advogados, decida fazer esse tipo de procedimento, até para que o Brasil possa saber o que de fato aconteceu e, quem sabe, em um eventual próximo depoimento aqui à CPI V.Sa. possa responder às perguntas que lhe forem aqui feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos aos autores dos requerimentos de convocação.

O primeiro autor é o Deputado Celso Pansera.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu vou fazer algumas perguntas, Presidente. Se o depoente continuar calado, vou encaminhar as demais para a Relatoria.

Sr. Luiz Argôlo, de acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 10 de abril de 2015, a prisão de V.Sa. foi decretada, dentre outros motivos, por ser acusado de receber ao menos 1,2 milhão de reais do doleiro Alberto Youssef e, segundo investigação da Polícia Federal, ter ainda se tornado sócio dele na empresa Malga Engenharia.

V.Sa. é sócio da Malga Engenharia?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de exercer o meu direito de silêncio.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações. V.Sa. mantinha contato com representantes das grandes empreiteiras? Quais e em que circunstâncias?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - V.Sa. participou de reuniões conjuntas com representantes de empreiteiras e diretores da PETROBRAS?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter, V.Exa., em silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, eu vou encaminhar as demais perguntas à Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Efraim Filho, que não está presente.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Um episódio que foi muito noticiado e que está aqui no Termo de Colaboração Premiada de nº 54, em 24 de novembro de 2014, do Sr. Alberto Youssef, acusa o senhor na aquisição de um helicóptero Robinson 44, onde o senhor teria pago 700 mil reais por meio da empresa GFD, em nome da qual a aeronave foi registrada. E o acordo é que o senhor utilizaria ele na campanha eleitoral de 2004, e depois essa aeronave seria entregue a Alberto Youssef, para utilização pelo operador do esquema do PP.

O senhor confirma a aquisição desse helicóptero, o senhor confirma essa negociação com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter no meu direito de silêncio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Outro questionamento: houve um racha na bancada do PP, havendo uma substituição da Liderança, onde o grupo do então Deputado Nelson Meurer perdeu o comando, e houve a necessidade da troca do operador. O Alberto Youssef era o operador do grupo e era quem tinha acesso aos recursos desviados da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS.



E, naquele episódio, Alberto Youssef consulta Paulo Roberto Costa, que diz que, para dar o nome da pessoa que passou a ser o operador, que era o Sr. Henry Hoyer, se não me falha a memória, ele precisava consultar o comando. Primeiro, o senhor confirma que houve essa modificação e o Alberto Youssef passou a ter um papel secundário nesse período, obrigado a entregar o resultado das propinas que beneficiavam o Partido Progressista para o Sr. Henry? E o senhor se beneficiava desses recursos? Sim ou não? E o senhor tem conhecimento de que Paulo Roberto Costa pediu autorização ao Palácio do Planalto para que fosse feita a substituição de Alberto Youssef por Henry como receptor do dinheiro destinado ao PP e à bancada?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Desculpe, V.Exa, mas eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom, Sr. Presidente, eu me sinto também na obrigação de dizer o seguinte: em todas as CPIs de que participei, sempre que qualquer pessoa se vale desse direito é porque ela não está munida da verdade, porque quem está munido da verdade enfrenta todo e qualquer questionamento.

E, em todas as vezes, Sr. Presidente, Sr. Relator, em que alguma pessoa em CPI se valeu desse direito por orientação de seus advogados, que é legítimo, com previsão constitucional, mas invariavelmente, Delegado Waldir, Delegado Aluisio, eram e são bandidos. Eu lamentavelmente tenho que afirmar isso, diante do depoente da tarde de hoje. Esta é uma prática que une todos os criminosos, quando diante ou da Justiça ou de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Seguimos agora...

O SR. SIDNEY ROCHA PEIXOTO - Sr. Presidente, eu peço a palavra, em nome da defesa, em virtude das ponderações que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vai colocar alguma coisa...
(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É que eu vou questionar. Se for alguma questão de ordem sobre o funcionamento, bem. Não sendo, só o Sr. Luiz Argôlo pode falar.



O SR. SIDNEY ROCHA PEIXOTO - Com todo o respeito, o Parlamentar falou da Defesa. A Defesa aqui está representada pela minha pessoa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não cabe ao advogado questionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não cabe. Peço desculpa a V.Sa., mas não cabe nos nossos trabalhos.

Dando seguimento aos inscritos, temos aqui, seguindo a mesma ordem, o Deputado Izalci.

Seguiremos a mesma ordem de inscritos dos depoentes que passaram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para... O senhor está chamando na ordem aí os que convocaram primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, os autores de convocação já falaram, o Deputado Celso e o Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sou autor de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não consta aqui nenhum requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual o número do requerimento?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou pedir à Secretaria da Mesa que informe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan é autor?

Se o Deputado Ivan for autor, terá a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não tem problema. O Deputado Izalci até pode falar. Não estou reivindicando. Apenas que eu entendi que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci com a palavra, enquanto encontramos o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de indagar a V.Sa. se o que V.Sa. disse e há pouco confirmou, o depoimento ao delegado, se V.Sa. poderia dizer o que foi dito nesse depoimento com o delegado, já que é público, já foi feito. Pode dizer alguma coisa sobre isso?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem. Então, eu quero dizer que eu tive muita preocupação, porque tive o privilégio — e às vezes nem privilégio, porque não é muito bom julgar pessoas, colegas, como o Deputado —, participei do Conselho de Ética e fiz lá diversas indagações.

V.Sa. solicitou e tentou nos convencer durante muito tempo, inclusive usando armas no sentido de sensibilizar, a questão familiar — seu pai esteve presente. Mas infelizmente eu vejo que, realmente, se V.Sa. não tivesse culpa nenhuma, não teria nenhuma dificuldade em nos responder algumas perguntas. E eu teria muitas, exatamente para confirmar aquilo que nós debatemos no Conselho de Ética.

Mas eu quero, Sr. Presidente, em primeiro lugar, dizer a V.Exa. da importância dessa vinda nossa a Curitiba. Eu acho que o depoimento da Nelma e também o da Iara ontem poderão contribuir muito com esta CPI. Por que digo isso? Porque ficou muito claro que esta questão do mercado de câmbio praticamente não tem controle. E, desde o primeiro momento, quando se falou em Banco do Brasil, quando se falou no Banco Central, eu lembrava que, há muito tempo, havia muito controle sobre isso.

E, depois, ontem e hoje, consultando a legislação, eu percebi que a flexibilização e a simplificação na área de câmbio nasceram com uma lei, a Lei nº 11.371, de 2006, fruto de uma medida provisória, a Medida Provisória nº 315, de agosto de 2006. Então, eu acho que nós teremos outra missão, que é verificar de fato qual foi a intenção da Medida Provisória nº 315, oriunda do Poder Executivo, saber se por trás dessa medida não havia realmente um interesse em facilitar tudo isso que nós estamos vendo agora.

Então, talvez seja fruto de uma nova CPI, mas aqui confirma que o Palácio do Planalto... E está aqui assinada por Luiz Inácio Lula da Silva e Guido Mantega essa medida provisória, encaminhada à Câmara, que flexibilizou e facilitou essas falcatruas todas que foram colocadas aqui pela doleira e pela sua amiga Iara.

Então, eu acho que só isso, Sr. Presidente, valeu muito. E eu tenho certeza de que, investigando essa medida provisória, a origem e as intenções dessa medida, nós chegaremos à conclusão de que tudo foi armado, não tem nada aqui por acaso. Essa questão do petrolão, como eu disse, foi uma inovação, que aconteceu, do mensalão. E, além da inovação, das empresas fantasmas, das empresas de



consultoria, palestras, agora aparece aqui uma medida provisória que flexibiliza completamente o mercado de câmbio no Brasil, facilitando realmente essas operações.

Então, só isso valeu. Era essa a minha... E vou entregar aqui na Taquigrafia as perguntas, para que possam ficar registradas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Como ainda não chegou o requerimento de V.Exa., Deputado Ivan, nós daremos aqui seguimento à lista.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, agora eu vou reclamar. *(Risos.)* Tem que ser obrigação da Secretaria ter o meu requerimento aí na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já pedi.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Aluisio está sendo muito elegante, mas eu estou exercendo só o direito de ser requerente. *(Pausa.)*

Quer dizer que o requerimento não chegou à mesa ainda, Sr. Presidente?

Sr. João Luiz Argôlo, eu queria, em primeiro lugar, dizer que para nós é muito constrangedor interrogar ex-Deputado com quem convivemos no Congresso Nacional, mas a nossa tarefa aqui é essa, como Parlamentar, como Parlamentar do PSOL, um partido rigoroso. E V.Exa. sabe, conviveu conosco lá. O nosso objetivo aqui é buscar a verdade e não convencer ninguém de que deva proceder de tal ou tal maneira. Aí é o advogado que cuida e etc. Eu só quero falar de questões que são relativas ao crime e também são políticas, porque V.Exa. exerceu um mandato parlamentar e, diferente de outros depoentes aqui, V.Exa. tratou com a população, quer dizer, pediu votos, se comprometeu com um mandato popular.

A primeira pergunta que eu queria fazer era a seguinte: o senhor militou no PP por vários anos, e só mudou de partido agora, no final, no Solidariedade. O senhor foi eleito pelo PP. Confirma? E depois o senhor passou para o Solidariedade por quê?



O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Nas minhas considerações finais, eu gostaria de fazer então esse relato. Já que V.Exa. puxa esse assunto aqui agora, primeiramente, só para informar que eu fui eleito pelo Partido Progressista e, na metade do meu mandato, eu saí do partido e fui para o Solidariedade. Então, o requerimento apresentado ao Presidente Eduardo Cunha para a criação desta CPI, que aqui informa, *“destina-se a no prazo de 120 dias investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015”*. Eu fui eleito em 2011 Deputado Federal, em 2011! Eu fiquei no partido até 2012, e tudo o que apareceu e surgiu — até hoje acusam-se ainda, né — eu não tenho nenhuma formalidade de denúncia feita ou apresentada pelo Ministério Público Federal. Então, eu prefiro, pela orientação dos advogados, permanecer em silêncio, porque tudo o que disse nada veio a favorecer, nem no Conselho de Ética, já que o partido de V.Exa. é um partido que realmente tem a sua doutrina de rigor, de ética, que eu acho importante que cada um tenha a sua plataforma política. Cada um que está aqui representando o povo brasileiro, representando o seu Estado, teve a forma de buscar o seu voto, teve a forma de se identificar com o seu eleitor. E uma coisa eu posso dizer: eu trabalhei e trabalho muito por minhas bases, pelos meus Municípios que me elegeram Deputado Estadual e Deputado Federal. Fui para a reeleição porque acredito na minha verdade, acredito na minha inocência. Mas não vai ser aqui na CPI, infelizmente, que vai me absolver. Por essa razão, eu volto a dizer: eu nada tenho a declarar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não, Deputado.

Eu queria colocar aqui o seguinte: nós pesquisamos as atas e os depoimentos. Eu quero ler um trecho aqui para o senhor do advogado Carlos Alberto Costa, que declarou no IPL nº 104, de 2013, em 12 de setembro de 2014, falando sobre o esquema criminoso envolvendo Parlamentares do PP: *“que soube, também por meio do Sr. Janene, que Alberto Youssef ‘fazia caixa do PP’, não sabendo integralmente como isso funcionava, exceto que envolvia o recebimento de recurso de empreiteiras, o qual era repassado a Parlamentares; que, quando participou de reuniões com Youssef na Av. São Gabriel, em São Paulo, recorda ter visto Parlamentares frequentando o local. Entre eles estavam os Srs. Mário Negromonte,*



Pedro Corrêa, Aline Corrêa, João Alberto Pizzolatti Júnior, Luiz Argôlo e Nelson Meurer; que, quando Youssef instalou-se na sede da GFD, que era lá, passaram a frequentar o local os mesmos Parlamentares, os quais se reuniram reservadamente com Youssef, inclusive nas salas da GFD, onde posteriormente instalou-se a empresa MBM". O senhor frequentou alguma vez a sede dessa empresa, a GFD?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, particularmente, lendo os autos do processo... Veja: nós ouvimos o Paulo Roberto Costa na semana passada; ouvimos o Youssef ontem, e todos eles confirmaram o conhecimento e o recebimento, e o nome de V.Sa. aparece em todas as listas como tendo recebido recursos da estrutura do Sr. Alberto Youssef. Ele mesmo ontem confirmou seu nome aqui, e o Paulo Roberto Costa também.

O que o diferencia de 30 e tantos Deputados do PP que foram arrolados, alguns como líderes, presidentes de partido, outros apenas por recebimento ainda não confirmado — em todos os casos —, é que a relação, inclusive pelos grampos telefônicos com V.Exa., mostrava um tipo de afinidade maior com o senhor e os negócios mais pessoais do que com o restante dos Deputados.

Então, a pergunta e o que eu queria entender é o seguinte: tem uma estrutura montada, o Sr. Youssef é bastante conhecido, mas, no seu caso, pareceu-me haver uma amizade maior com o Sr. Youssef, tanto que virou uma sociedade empresarial — e também pelos telefonemas que foram grampeados pela Polícia Federal. De onde veio essa amizade especial com o Sr. Youssef, mesmo o senhor mudando de partido posteriormente?

Então, se o senhor pudesse falar alguma coisa sobre isso, mesmo que não o incrimine. Mas pode ser esclarecedor para a CPI.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter no direito do silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Muito bem.

A outra pergunta que quero fazer é a seguinte. O Sr. Alberto Youssef afirma que, além de operacionalizar recursos para os líderes do PP, atendia pedidos específicos de alguns Parlamentares, citando como exemplo a entrega do já citado



helicóptero Robinson R-44, utilizado durante a campanha eleitoral. Ou seja, o senhor poderia esclarecer melhor esse contrato: se o senhor pagou de verdade uma parcela dessa aeronave ou o que ocorreu de fato?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de me manter no silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bem, Sr. Presidente, eu entendo que é um direito do depoente e só queria fazer uma consideração final: eu acho que é interessante, porque eu entendia que o Sr. Luiz Argôlo era uma pessoa beneficiária na estrutura do PP; mesmo assim, o senhor trocou de partido, mas continuou a sua amizade com o Alberto Youssef, que era um operador do PP. Então, é estranho isso, porque há uma especificidade muito grande nisso, porque continuou funcionando o esquema de drenagem de recursos dos escândalos da PETROBRAS para o PP, mas o senhor mudou de partido, foi para o Solidariedade, mas continuou tendo uma relação que foi até a campanha eleitoral, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É bom que a CPI registre bem esse fato, porque tem algum grau de especificidade nas operações do Sr. Alberto Youssef que privilegia essa relação, inclusive financeiramente.

Era o que eu queria dizer, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Deputado inscrito é o Deputado Aluisio Mendes. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração com relação ao Sr. Luiz Argôlo. Eu entendo a linha de defesa que o senhor e os seus advogados escolheram e posso dizer e posso garantir que, após meus 25 anos como policial federal, essa é uma linha equivocada. Eu não me recordo — nenhuma vez — de ter participado do depoimento de alguém acusado por alguma coisa e, por ter ele colaborado, que isso tenha sido prejudicial ou ao indiciamento ou à acusação feita. E uma prova clara disso é o que estamos vendo aqui no bojo da Operação Lava-Jato: todos aqueles que estão colaborando estão



tendo a sua pena reduzida significativamente e estão tendo a oportunidade, inclusive, de cumprir essa pena em casa.

Eu aqui, diferentemente do Deputado Ivan Valente e talvez de outros colegas aqui, não me sinto constrangido em estar fazendo essas perguntas. Eu não fui colega do senhor no Parlamento. E, mesmo que tivesse sido, eu não teria nenhum constrangimento, pois acho que cada um escolhe seu caminho. Então, eu vou fazer algumas perguntas. O senhor exerça seu direito constitucional de não respondê-las. Mas não me cabe aqui fazer nenhum tipo de aconselhamento jurídico, pois o senhor está muito bem assessorado. Mas reflita sobre isso, reflita sobre aqueles que já passaram pela situação que o senhor está passando.

O senhor já passou, talvez, por uma das instâncias de julgamento mais benevolente de que eu tenho conhecimento, que é o Conselho de Ética, e foi condenado pelo Conselho de Ética. E o senhor teve a oportunidade de conversar e fazer um depoimento aos delegados da Polícia Federal. Esse benefício, esse retorno dessa vontade de colaborar não é imediato, como o senhor imaginou. Não seria simplesmente o seu depoimento que levaria o senhor a rapidamente ter a sua liberdade concedida. Isso tudo é um processo. Mas reflita mais.

Acho que o senhor é muito novo e pode, com certeza, se decidir fazer essa delação, ter um benefício significativo, até porque acho que o senhor tem muito a falar, muito a colaborar e pode ser beneficiado extremamente em função do quanto tem a colaborar.

Todos os depoimentos das pessoas até hoje arroladas nessa operação citam o senhor de maneira muito contundente. Eu só posso imaginar que há uma grande orquestração contra o senhor quando todos eles fazem esses depoimentos colocando o senhor no centro desse esquema criminoso da PETROBRAS. Mas acho que ainda há salvação. É uma questão de reflexão. Como eu disse: o senhor é muito novo, e pessoas que cometeram crimes muito mais graves, como o Paulo Roberto Costa e o Alberto Youssef, por exemplo, estão tendo penas diminutas e já estão nas suas casas.

Então, reflita sobre isso. O senhor tem bastante tempo para refletir. Acredito que o senhor ainda vai ficar preso algum tempo. Isso talvez possa colaborar muito



na sua defesa e fazer com o que o senhor volte, talvez, mais rapidamente ao convívio de sua família.

Mas eu não vou fazer todas as perguntas, Presidente, porque são muitas, e o depoente já demonstrou o interesse de não respondê-las. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta: o senhor tinha alguma amizade mais próxima com o Sr. Youssef?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor efetivamente utilizou um helicóptero Robinson R-44 durante a sua campanha?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio, até mesmo porque V.Exa. está falando como o Deputado Ivan Valente. O helicóptero está detido há mais de 1 ano e meio. A eleição foi no ano passado. É só para deixar claro isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a alegação de que o senhor utilizou esse helicóptero na campanha não é verdadeira? O senhor, então, nunca usou esse helicóptero, mesmo que fora de campanha, durante esse tempo?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, o senhor está nos dizendo que não usou na campanha, mas que esse helicóptero realmente existe. O senhor nunca teve sociedade nessa aeronave? Nunca participou da aquisição dessa aeronave junto com o Sr. Youssef?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor se lembra de ter participado de alguma reunião na casa de alguma liderança do PP, para tratar da confecção de listas para distribuição de recursos oriundos da PETROBRAS?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto, Diretor da PETROBRAS?



O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores advogados, brasileiros e brasileiras, na minha forma de observar — e estava sentado à frente, porque eu sempre procuro ficar na frente daqueles que vão depor, porque consigo ver a fisionomia —, eu vi em sua mão um terço, assim como tinha a Sra. Nelma anteriormente também. Parece-me que o senhor é católico. E o Deputado Izalci falou-me sobre outro item importante, que é a sua questão familiar. No Conselho de Ética, seu pai esteve lá, assim como sua família. Realmente, são fatores diferenciados. Estou como Deputado Federal, eu era suplente na Legislatura passada, estou chegando lá agora. E o que acho importante, Sr. Presidente, é que a Câmara Federal, quando necessário, corta na carne — e o Deputado Izalci deixou isso claro, pois a Casa acabou afastando o senhor e outros Parlamentares.

Mas, como eu vejo o senhor com a mão no terço, eu gostaria de fazer uma pergunta: o senhor está arrependido das amizades que teve, dos colegas que o senhor teve ou das enrascadas em que foi colocado? E da sua conduta, o senhor está arrependido?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - É muito subjetiva a sua pergunta. A única coisa que eu posso falar aqui a todos é que os humilhados, um dia, serão exaltados. Então isso é bíblico. Então, não aqui adianta eu voltar a falar nas afirmações colocadas no Conselho de Ética, colocadas em depoimento na Polícia Federal, um questionamento... Não que a CPI não tenha essa prerrogativa de valor, de importância; muito pelo contrário, toda a imprensa do Brasil está aqui presente, todos os jornalistas estão aqui a pedido dos seus chefes de redações, claro, para acompanhar o depoimento a todos aqueles que estão no Paraná, detidos na carceragem da Polícia Federal, ou até mesmo nas penitenciárias. Mas eu volto a informar a todos que estão aqui presentes que eu gostaria, pelo direito que me é exercido, constitucional, de permanecer em silêncio, porque... assim, eu ouço meus



advogados, porque até agora não foi apresentada nenhuma denúncia do Ministério Público. A partir desse momento, sim, eu terei o fórum adequado para poder me defender.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Com todo o respeito a todos os Parlamentares que vieram, saíram de seus Estados, e estariam também na sua pauta hoje e de terça-feira, dia de votação. Mas é o que eu gostaria de passar e falar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de fazer mais alguns questionamentos ao senhor, dentro do meu tempo. O senhor foi eleito sem a necessidade de utilizar essa estrutura que hoje é imputada ao senhor. Estão sendo colhidas as provas. Ninguém está dizendo que é verdade. Existe uma prisão, existe uma investigação, e o senhor está preso preventivamente, por medida cautelar. Qual foi a necessidade, uma vez que o senhor não precisou dessa estrutura, do seu envolvimento com esse grupo, nessa organização, considerando que o senhor não teve necessidade dele durante a campanha? Alguém levou o senhor a isso? Alguém atraiu o senhor para isso? Foi uma armadilha? Como aconteceu isso? É possível o senhor relatar isso, até para que outras pessoas não sejam vítimas da mesma forma?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

O senhor se sente abandonado por pessoas que sempre estiveram ao seu lado neste momento? O senhor se sente abandonado?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Teria algum fato que o senhor tivesse errado, que o senhor não faria de novo?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Todo ser humano erra; acredito que não só eu, como V.Exa., como qualquer um ser humano. Jesus Cristo, que é filho de Deus, foi crucificado. Então, é claro que todo mundo aqui não é o julgador necessário. Como a gente tem que responder um processo criminal, que



assim vai ser instaurado, foi um inquérito da Polícia Federal, esse inquérito vai ser agora... ser ouvido pelo Ministério Público, o Ministério Público vai apresentar então a denúncia, para daí, se for o caso, e aí ter o veredito da Justiça, do Juiz. Então, eu volto a informar que não irei responder. Gostaria de utilizar meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço-lhe que conclua, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só para finalizar, Sr. Presidente — o tempo está muito curto, eu gostaria que V.Exa. tivesse um pouquinho de paciência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho tido. Mas V.Exa. já estourou o tempo, e eu ainda estou aqui condescendendo e escutando V.Exa. — e não só eu, como todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser rápido.

Nós vimos aqui, com a prisão do senhor e de outros dois Deputados Federais, que o Parlamento acabou sendo manchado. Não estou julgando o senhor. E, normalmente, quando se tomam essas decisões, não são os Deputados que as tomam, mas outras pessoas. Às vezes, são decisões que partem de líderes ou de pessoas que estão em outro Poder. Se hoje aconteceu o que aconteceu na PETROBRAS e em outros órgãos, deve haver a autorização, a omissão ou a conivência de outro Poder. E eu não tenho visto em nenhum momento o Poder Executivo manchado. Eu não vejo o Executivo manchado. Eu vi que o Parlamento, mais uma vez — e já insisti nisso outras vezes —, foi manchado. Em algumas situações, os verdadeiros mandantes não têm aparecido.

O senhor está sendo execrado politicamente e publicamente, assim como outros Parlamentares e outras pessoas, e não se chega realmente àqueles que efetivamente têm o poder de permitir que haja essa corrupção desmedida. Isso vai continuar dessa mesma forma, ou o senhor acha que existe a possibilidade de mudança disso? Não sei se por uma colaboração do senhor ou de outras pessoas, mas apenas o Parlamento vai continuar manchado?



O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - A única coisa que eu posso informar a V.Exa. é que eu sempre fui um Deputado presente nas minhas bases, dei atenção, levei recursos, destinei recursos necessários para as minhas bases. Eu nunca indiquei nenhum cargo federal, seja no meu Estado da Bahia ou em Brasília. Se essa regra de indicação de cargo, até que seja na PETROBRAS, tenha sido indicada por algum partido, eu desconheço dessa informação. Eu fui Deputado Federal pelo PP e fiquei apenas 2 anos como Deputado Federal em Brasília, 2011 e 2012. Então, saí do partido, fui para o Partido Solidariedade, partido que hoje faz oposição ao Governo de Dilma, partido formado de um sindicalista, que é Paulinho da Força, partido que não tem relação de troca de cargo nenhum. Então, se fica o questionamento na mente de cada um aí, que pode interpretar da forma que pode... achar bem melhor. Então, eu gostaria de dizer a V.Exa. que, infelizmente, eu permanecerei em silêncio, como é um direito constitucional.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. João.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - S.Exa. abre mão da palavra. Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Argôlo, o senhor foi eleito Vereador pelo PFL, em 2000, e depois se tornou Presidente da Câmara de Vereadores. O senhor também se tornou um dos Prefeitos mais jovens do Brasil; foi Deputado Estadual — parece-me, com a quarta maior votação de seu Estado — e foi um Deputado Federal bem votado, com uma expressiva votação no Estado da Bahia. E o senhor poderia seguir um rumo diferenciado, considerando exatamente a juventude. O senhor tomou outro rumo. Por quê?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - A interpretação do que V.Exa. está dizendo, de tomar outro rumo, não cabe a mim agora julgar. Eu acho que cabe aí às investigações que estão sendo feitas apurarem o que realmente for a mim imputado, porque a única que eu acho que faltou foi dizer que a falta de água em São Paulo, a culpa foi de Luiz Argôlo. Mas, o resto, passei 1 ano e meio



apanhando, recebendo aqui várias denúncias sobre mim. Então, eu continuo dizendo que eu não tenho nada a colaborar, infelizmente, porque até então não recebi formalmente nenhuma denúncia do Ministério Público. Então, até então, não adianta eu aqui dizer se eu estava no partido, por que saí ou se tive uma carreira brilhante. Sei que a minha base continua lá presente. Tive uma votação agora que, para mim, continua sendo expressiva, através daqueles que confiaram, que acreditaram e que acreditam em mim, todos aqueles que estão fazendo uma corrente de oração junto com minha família, me dando força para sustentar tudo isso que está acontecendo e que estou passando — eu, minha família e meus amigos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor se sente injustiçado?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Depende da justiça. Eu acredito que todos nós... Como já coloquei, se fizeram com Jesus Cristo, filho de Deus, crucificaram — assim está na Bíblia —, eu não sou e nem serei melhor do que ninguém. Eu posso dizer que nunca indiquei nenhum cargo federal em Brasília ou no Estado da Bahia. Fui um Parlamentar ao qual recebi convite para permanecer no partido, e saí do partido por vontade própria, não foi por imposição, não foi por expulsão. Me dou bem com todos os Parlamentares do partido progressista, não tenho nada para me queixar nem indagar. Não tenho absolutamente nada a ver com a questão da PETROBRAS, mas eu volto a dizer: eu prefiro permanecer em silêncio e não gostaria de responder, até pela orientação de meus advogados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor é acusado de ter emitido notas frias de empresas suas. O senhor não emitiu essas notas?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Que eu emiti notas frias?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - De empresas suas.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - É por essa razão... V.Exa. tem que entender que, a cada momento, se tem uma denúncia nova. Eu não sabia já dessa. Vou ter que colocar agora... Pedir para os meus advogados, que eu emiti nota fria. Está vendo, gente? Então, mais uma que eu, agora, estou sendo acusado, segundo informação que passaram para V.Exa. Então, eu prefiro permanecer em silêncio. Quando forem formalizadas as denúncias, aí, eu terei, aí, a possibilidade de me defender.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor é inocente?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Claro que sou! Até o momento, que me foi colocado alguma denúncia só foi no Conselho de Ética da Câmara. Lá, eu tive oportunidade de me apresentar, junto com o Deputado Izalci, e esclareci... Mas, naquele Colégio, foi colocado em votação... Não fui absolvido unanimemente, também não fui denunciado. Foi uma votação, salvo meu engano, 9 a 4. E eu, agora, na CPI... Como não tem direito de me absolver ou de me condenar, infelizmente, prefiro permanecer em silêncio e esperar que a Justiça tome os rumos devidos e adequados das investigações.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor saiu do PP em 2011, não foi isso? Foi 2011 que o senhor colocou?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Em 2012.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Em 2012.

O Youssef colocou aqui, inclusive, no depoimento que deu a nós, que o racha que aconteceu no PP, em 2012, levou-o a receber uma recomendação do Paulo Roberto de que as doações para o PP deveriam obedecer uma nova lista, obedecer novas recomendações, por conta de um racha que aconteceu dentro do PP. A sua saída do PP se deu também por conta disso?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - É o que eu volto a dizer: todos os Deputados do PP, eu tenho boa relação. Não tenho inimizade com ninguém do Partido Progressista. Não posso aqui alegar que existiam lados de um lado ou de outro, contra a liderança de um ou de outro. Então, eu gostaria de deixar pelo menos claro esse ponto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua relação com Alberto Youssef, depois da sua prisão, continua a mesma?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - A minha relação com Alberto Youssef é uma relação privada, relação de interesse privado. Não foi interesse público. Mas aí eu vou voltar a dizer que não vou querer responder.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não recebeu propinas dele?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu gostaria de permanecer em silêncio.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Deputado Argôlo, cumprimento o amigo.

Gostaria de, primeiro, deixar claro que é muito importante que o depoimento que V.Exa. concedeu junto à Polícia Federal possa ser considerado na sua inteireza, porque V.Exa. sabe muito bem que é fundamental que todos os fatos sejam esclarecidos, até porque passa por uma situação de grave constrangimento, ocasionando sofrimento para a família e para todos os seus amigos.

Então, o que eu queria... Não vou fazer nenhuma indagação, mas apenas pedir uma reflexão, pensando na sua família, nos seus pais, na sua esposa, em todos aqueles que gostam de você. Pense bem no que deve fazer daqui para a frente, porque, jovem como é, talentoso também como é, tem uma perspectiva muito grande pela frente. Então, eu espero que possa encontrar o caminho adequado, mas na mais absoluta convicção de que os fatos têm que ser esclarecidos, porque, se assim não o forem, Deputado, fica uma situação muito difícil para uma solução adequada.

Então, pense muito bem no que vai fazer. Pense na sua família. Evidentemente, ouça os seus advogados, mas pense mais na sua família e no seu futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O último inscrito é o Deputado Perondi. *(Pausa.)*

O Deputado abre mão da palavra.

Indago se mais algum Parlamentar deseja fazer mais algum questionamento. *(Pausa.)*

Não havendo, transmito a palavra de volta ao Sr. Luiz Argôlo, para que ele faça as considerações finais.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Primeiramente, de forma alguma é prazeroso estar aqui. Disso não tenha dúvida. Mas, pela força da juventude do Presidente e da firmeza que tem exercido a Presidência da CPI o Deputado Hugo Motta... Os Parlamentares que tiveram a oportunidade de vir ao



Estado do Paraná e acompanhar, pela imprensa e pela mídia, os acontecimentos das investigações estão no seu papel, no direito e no seu dever. Ao Relator, Luiz Sérgio, ao conselho que acabo de ouvir, primeiro, pela questão da experiência... Um Parlamentar que exerceu, com grande maestria, a Presidência da Assembleia do Estado da Bahia, foi Governador, Prefeito da Capital, e a oportunidade de ser Deputado Federal, e que tive o prazer de ser seu colega, Imbassahy, sem dúvida alguma, absorvo, com muita atenção, o que V.Exa. acaba de me colocar. Eu quero informar que eu estou colaborando com a Justiça. Eu volto... aqui vou reafirmar que, dos 3 ex-Parlamentares detidos, eu fui o primeiro e o único a prestar o depoimento. Se isso é levado em consideração pela Justiça, então, eu vou aguardar o segundo passo, para que eu possa me pronunciar. E, em respeito a V.Exas., que compreendem, eu entendo, principalmente da imprensa, que não está aqui apenas para ouvir de um Parlamentar *“Quero exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio”*... Que compreendam que eu preciso, agora, receber uma denúncia formal, que essa denúncia, depois de formalizada, eu vou ter o direito de poder me defender. Porque eu tive, durante um bom tempo, várias sugestões ou aparições de acusações, que eu não tive os foros adequados para que eu pudesse me defender. Eu apanhei e fui denunciado ou fui criticado em um ano eleitoral. Se tudo isso que está acontecendo fosse antes da eleição, eu tenho certeza que mudaria muito os rumos do resultado eleitoral do Brasil, ou para alguns Parlamentares, ou não. Então, entendam bem: eu tive de ser alvejado. Fui alvejado, na Câmara Federal, uma Casa do povo, que representa... os Parlamentares representam a sociedade, seja do Rio Grande do Sul, ou da Paraíba, ou da Bahia, qualquer que seja a religião, sua crença, e que foi apresentado um requerimento no Conselho de Ética e que esse parecer, na Mesa Diretora, de Luiz Argôlo, durou apenas 13 minutos. Foi apresentado um requerimento para a abertura de uma investigação no Conselho de Ética e, apenas em 13 minutos, já tinha um parecer — 13 minutos! Treze minutos! Então, os senhores jornalistas que tenham senso da justiça e do contraditório, que recebem a orientação do chefe da redação de cada órgão de imprensa, avaliem isso. Avaliem isso. É importante avaliar. É muito importante avaliar. Não estou aqui para julgar nem ser julgado, é claro, pelos Parlamentares mais, porque não sou mais Parlamentar, mas o Conselho de Ética



me julgou de uma forma rápida, veloz, e a gente também espera, e a sociedade brasileira espera, como os meus eleitores também esperam que isso aconteça também agora, neste exato momento, em Brasília. Mas eu agradeço, primeiramente, a Deus, que tem me dado muita força, à minha família, meus amigos, aos meus fiéis eleitores, que continuam firmes comigo. E dizer ao Deputado Imbassahy, que me deu o conselho de permanecer sempre com garra, disposição e com essa força de vontade, que, sem dúvida alguma, o espírito de ser baiano, o espírito de ser família, de ser católico permanece muito forte. E terei oportunidade, para a Bahia e para o Brasil, de mostrar a todos que realmente não tenho nada a ver com a Operação Lava-Jato, operação da PETROBRAS. Eu não tive nenhuma relação de indicação de nenhum cargo federal, quer que seja no meu Estado da Bahia, ou quer que seja ele no Brasil. Então, se algum cargo fosse favorecer um Parlamentar e se eu não o indiquei... E, como foi colocado pelo Deputado Izalci aqui, salvo meu engano, ou foi o Deputado Ivan Valente, que, se eu saí do partido e continuava uma relação, como se é colocado, então, existia algo privado. Eu conheci o doleiro, como é colocado pela mídia, Alberto Youssef como um empresário que tinha investimento no Estado da Bahia. Isso eu posso afirmar a vocês. Me foi apresentado o empresário Alberto Youssef. Se ele agora é um criminoso, se ele é um doleiro, ou se ele fez delação no passado, não coube a mim entrar no Google ou entrar fazendo consulta no seu CPF, porque, se ele foi condenado, e a Justiça depois o liberou ou absolveu, não cabe a mim esse julgamento, mas eu volto a dizer que o empresário Alberto Youssef já tinha investimento no Estado da Bahia, e eu o conheci depois de eleito Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor poderia, Deputado Argôlo, dizer quem o apresentou ao Youssef?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Eu já informei isso na minha... a que vocês poderão ter acesso. Está na mão da Polícia Federal, mas aqui posso informar. Eu conheci o empresário Alberto Youssef na casa dos Deputados Mário Negromonte e João Leal. Como empresário. Eu não o conheci com sacolas de dinheiro, nunca frequentei nenhum escritório dele com o nome de doleiro ou caixa de campanha. Muito pelo contrário, como V.Exas. aqui mesmo citaram, em 2010 eu participei de uma campanha que não conheci, não fazia sequer



conta de que eu estaria eleito, não recebi doação de construtora nenhuma em 2010, na minha eleição. Fui eleito Deputado Federal e em 2011, já Deputado Federal, foi quando eu conheci o empresário, que já tinha investimento no Estado da Bahia, assim como já coloquei no Conselho de Ética em outra oportunidade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Porque o senhor disse que o resultado das eleições seria diferente? O senhor disse agora que o resultado das eleições seria diferente.

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - É porque é difícil acreditar no novo, como estão aqui o Covas e outros Deputados jovens, como o próprio Deputado Hugo Motta. A política passa por um descrédito muito grande. V.Exa. inclusive disse que tudo que se tem de corrupção ou de bagunça se joga no Parlamento. É verdade. Todos os Governos tiveram escândalos: Getúlio Vargas, Juscelino. Em todos os Governos da história do Brasil houve denúncias ou supostos escândalos. E sempre cabe ao Parlamento. Então, a crença que já nasce na sociedade é de que tudo de ruim é culpa do político. Infelizmente, quando você é jovem e não tem a experiência, a bagagem de ter um capital político, é difícil as pessoas acreditarem, mas eu construí, como disse a Deputada, com muito esforço, dando palestra em porta de escola, em movimento estudantil, nas caminhadas no interior, na capital, como fui eleito Vereador, depois Deputado Estadual e depois Deputado Federal. Eu fui o Deputado Federal mais jovem da Bahia. Poucas pessoas acreditavam, até porque exerciam um poder político muito forte na Bahia a ponto de escolherem quem seria e quem não seria eleito. Então, não se colocava na conta daqueles da roda política que eu seria eleito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Luiz Argôlo, V.Sa. disse que o Alberto Youssef já tinha, como empresário, investimento na Bahia. Poderia citar algum exemplo de investimento que ele tinha como empresário na Bahia?

O SR. JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS - Quando o conheci, ele me informou que tinha um hotel em Salvador. Seria um investimento. Ele tinha esse hotel e estava querendo ampliar esse investimento. Logo depois ele comprou outro hotel em Porto Seguro, também no Estado da Bahia. Depois comprou um terreno em Lauro de Freitas e adquiriu outros bens lá. Mas ele já tinha um hotel.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao depoente, ex-Deputado Luiz Argôlo, e a presença dos advogados.

Vamos prosseguir a sessão convidando o ex-Deputado André Luiz Vargas Ilário.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados nesta Comissão, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido por defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios garantidos em lei.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Já estão inscritos.

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o Sr. André Luiz Vargas Ilário.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu queria saudar todos e todas, muito especialmente o Presidente em exercício, Deputado Antonio Imbassahy, meu ex-colega, o meu ex-companheiro e ex-colega Deputado Luiz Sérgio, e todos os nossos nobres Deputados. Não vi nenhuma Deputada aqui que tenha sido Deputada no meu período, mas quero saudá-la muito especialmente também. Quero dizer do respeito que tenho pelo Legislativo, todo o respeito manifesto nos meus posicionamentos no período em que fui Deputado, muito especialmente no período em que fui Vice-Presidente da Casa. Em todos os momentos em que o Legislativo foi atacado, eu fui uma das vozes a defendê-lo, seja em relação à visão distorcida que muitas vezes a mídia tenta passar para a sociedade e outros poderes ou outros atores da política nacional. Não obstante ter os 20 minutos e não obstante esse



respeito já manifestado nessa inicial, pretendo abrir mão desse tempo, possibilitando o andamento célere dos trabalhos, reafirmando que vou utilizar o direito ao silêncio, previsto na Constituição e na decisão do Dr. Sérgio Moro em relação à nossa presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., na decisão de não responder, não responderá a nenhuma pergunta ou responderá dependendo da pergunta que for feita?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Nenhuma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nenhuma pergunta?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Nenhuma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nem em referência à Labogen, quando se inicia o processo de denúncia de V.Exa. tanto no Conselho de Ética da Câmara quanto na denúncia depois apresentada a V.Sa.?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Nenhuma das questões.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu tomarei a mesma postura que tomei em relação aos depoentes anteriores, encaminharei à Taquigrafia as perguntas que eu preparei para apresentar ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra ao Sub-Relator Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. André Vargas, o senhor gostaria de falar alguma coisa em relação às seguintes pessoas: Leonardo Meirelles, Pedro Barusco, Pedro Paulo Leoni, Pedro Argese, Cândido Vaccarezza, Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Meire Poza, Vaccari Neto, José Dirceu, Paulo Bernardo, Ricardo Hoffmann, Claur dos Santos, Leon Vargas e Alexandre Padilha?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não, não. Realmente, me reservarei o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor gostaria de falar alguma coisa em relação a petrolão, deltaduto ou mensalão?



O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não, não. Realmente, eu não gostaria.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor gostaria de falar alguma coisa em relação às empresas Agência Borghi/Lowe, Labogen, Arbor, Pink Girl Comércio e Confecções, Limiar Consultoria e Assessoria, IT 7 Sistemas Ltda., PETROBRAS, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde, Serviço Federal de Processamento de Dados?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não, não, não gostaria, não. Vou manter silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. André Vargas, o senhor se arrepende de ter feito aquele gesto provocando o Ministro Joaquim Barbosa na Câmara dos Deputados?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Também não pretendo responder a essa questão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado. Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dando sequência, vamos ouvir aqui os autores dos requerimentos. Inicialmente, o Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu ouvi com satisfação as palavras do Deputado Izalci na sua fala anterior sobre a nossa vinda a Curitiba. Quando apresentei o requerimento da Operação Curitiba, como eu a chamei, fui muito criticado, disseram que estávamos querendo dar um abafa. Mas nós tínhamos a certeza de que era fundamental vir aqui ouvir os presos da Operação Lava-Jato.

Depois disso, alguns empresários obtiveram a liberdade — nós iremos ouvi-los em Brasília —, tivemos novos integrantes, novas pessoas presas, e tivemos celeridade para aprovar os novos requerimentos e aproveitar para ouvi-los. Hoje, inclusive, vamos ouvir outra pessoa cujo requerimento nós aprovamos. Até foi feito hoje de manhã, aqui, o requerimento.

É assim mesmo. Esta é a terceira CPI que trata da questão da PETROBRAS. O Parlamento e os políticos vão ter que cortar na carne, não tem jeito. Em algum



momento isso vai virar processo, vai virar condenação, e não restará à Câmara e ao Senado outra saída senão cassar alguns mandatos de quem for efetivamente comprovado.

A gente vê que está no caminho correto, apesar de alguns percalços. O depoente, que foi Deputado — André Vargas —, está no seu direito de não responder e nós estamos no nosso direito de perguntar. Então vamos perguntar um pouquinho e depois entregar o restante das perguntas, novamente, para a taquigrafia, para que fiquem registradas.

Sr. André Vargas, o senhor foi Deputado e seu drama começou quando surgiu a Operação Lava-Jato e quando usou um avião de propriedade do Sr. Alberto Youssef — se eu não me engano — e o fio dessa meada foi sendo puxado, puxado. A partir daí o senhor teve a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores desfeita, o senhor ficou sem partido, não pôde concorrer às eleições, e agora esse seu drama, que avança até a sua prisão. Está muito clara — ouvimos o Sr. Alberto Youssef ontem — a sua relação com ele.

Eu lhe faço a seguinte pergunta: como e quando o senhor conheceu o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou utilizar o direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O.k. Eu vou fazer mais uma pergunta. O senhor também está sendo acusado de comprar um imóvel cujo valor declarado na escritura é de 500 mil reais, embora o vendedor tenha declarado que esse imóvel teria o preço de 980 mil reais. Essa foi uma das coisas que motivaram a sua ordem de prisão. O que o senhor tem a dizer sobre esse fato, sobre a compra desse imóvel com a declaração de um valor menor na escritura?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou utilizar o direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, vou encaminhar as demais perguntas à Mesa. E vamos seguindo. Não tem jeito, é assim que vamos avançar com a CPI para chegar às nossas conclusões depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, também autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu sinceramente esperava, Sr. Presidente, Sr. Relator, que o depoente utilizasse esse espaço na CPI para falar, até porque o Sr. André Vargas, enquanto exerceu o mandato de Deputado e de Diretor Nacional de Comunicação do PT, se não me falha a memória, era um falastrão, e hoje ele é um caladão. E se cala é porque se falar vai se enrolar. E vale para ele o que vale para todos: o expediente de ficar calado ou em silêncio apenas reafirma publicamente que a sua culpa existe e que a condenação virá. Na Câmara já veio. Agora vamos aguardar a sentença do Sr. Sérgio Moro. Eu não tenho nada a perguntar a esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Convido para fazer uso da palavra o próximo autor de requerimento, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - André Vargas, boa tarde.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você sabe que eu fui fundador do PT. Você também foi dirigente do PT por muitos anos. Eu saí de lá há 10 anos. É o meu terceiro mandato no PSOL. Para mim é difícil ver uma pessoa que conviveu como dirigente de um partido que cumpria um papel essencial à democracia brasileira estar aqui hoje não só depondo numa CPI, mas preso, respondendo na Justiça e assim por diante.

A primeira pergunta: Sr. André Vargas, como se chegou a isso?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou, Deputado Ivan, renovar a minha estima por V.Exa., pelo papel que V.Exa. desempenha no Parlamento e pelos embates que tivemos em posições diferentes, mas sempre respeitadas, renovar essa estima que tenho por V.Exa. e pedir realmente essa deferência, pela pessoa urbana que é, pelo democrata que é, o respeito ao meu direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certamente, é um direito constitucional e legal de V.Sa., nem vou insistir nisso. Mas V.Sa., depois que saiu do partido, se julgou abandonado pelo PT nesse período?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu realmente não vou responder. São questões de valores que vão merecer um livro no futuro.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já é alguma coisa. Espero que a gente possa registrar historicamente essa questão. A mim causou espécie saber que o senhor tinha empresas. Eu não sabia que o senhor tinha empresas. O senhor realmente tem empresas no seu nome?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu não vou responder, em respeito àquilo que já reafirmei. Tudo será corroborado ou desmentido no processo legal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas as empresas Limiar e LSI — responda apenas a essa pergunta, se puder ou quiser — eram formalmente de sua propriedade ou de sua família?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou me reservar o direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Eu só queria me referir, então, à seguinte questão: eu li o trecho aqui que diz do que o senhor é acusado... Parece-me que a base imediata para a sua prisão foi a questão do imóvel. Eu pensei na seguinte questão, Sr. André: ao se declarar imóveis no Imposto de Renda há sempre muita confusão, porque o próprio Imposto de Renda às vezes dá ao cidadão o direito de colocar o valor venal do imóvel, muitas vezes, subestimado. Mas o problema aqui nessa questão não é esse, porque o vendedor pode ter outra posição, uma posição subjetiva muito maior. Mas o problema é que houve o recebimento maior. Eu acho que é por isso que a denúncia ganhou gravidade, porque está declarado como 500 mil e o vendedor, em sua declaração, declarou que o negócio foi no valor de 980 mil. Aí entra a seguinte questão: o preço foi integralmente recebido em 2011. O senhor tem alguma coisa a declarar sobre essa questão?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não está no escopo exatamente das investigações desta CPI e a escritura foi assinatura pelas duas partes. Mas eu vou permanecer em silêncio a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. As outras questões são relativas a repasses diretos de 2,4 milhões do doleiro Alberto Youssef para o senhor. A questão do Alberto Youssef é particular. Eu estive observando aí as dezenas de casos de Parlamentares que acabaram envolvidos nessa denúncia de escândalo da PETROBRAS, muitos do PP, também do PT, do PMDB, do PTB. Como é que as pessoas ganham a amizade — isso é que eu queria entender — do Sr. Alberto



Youssef? O Sr. Alberto Youssef deve ser uma pessoa muito convincente, simpática, porque o Luiz Argôlo acabou de dizer aqui que o conheceu na casa dos Deputados João Leão e Negromonte como empresário.

Eu não sei. Essa atratividade do empresário parece ser uma coisa bastante interessante no Alberto Youssef, porque ele se tornou um grande empresário, embora venha de uma tradição de responder a vários processos, inclusive com a delação premiada. No caso do Banestado, V.Sa. deve lembrar que ele fez delação premiada. V.Sa., ao se aproximar do Youssef, não teve a preocupação de saber com quem estava lidando?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu fiz um discurso de defesa na Câmara. Eu conheço o Alberto Youssef há mais de 30 anos. Eu moro na mesma cidade em que ele há mais de 30 anos. E qualquer outra intercorrência nesse período e aquelas que forem atinentes ao processo judicial eu vou responder no processo judicial. Portanto, permaneço em silêncio, mas reafirmo aquilo que eu disse no plenário: eu o conheci vendendo coxinha no aeroclube de Londrina.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então a amizade com o Youssef é antiga mesmo. Mas talvez seja por isso ele lhe tenha repassado recursos, por essa amizade antiga. O senhor confirma?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - São conclusões antecipadas de V.Exa. Eu permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou fazendo perguntas, não estou tirando conclusões.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - São conclusões antecipadas, mas ainda assim eu digo que eu o conheço há mais de 30 anos, acompanhei o processo de delação premiada. Portanto, a Justiça, após a delação, deu-lhe autorização para ser empreendedor. Ele se transformou no proprietário do maior hotel da nossa cidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Londrina?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Londrina. O maior hotel da nossa cidade. Aliás, também proprietário de um hotel em Aparecida do Norte, em sociedade com a Igreja Católica. V.Exa. já deve estar lendo e acompanhando. Está tudo nos autos. Eu li. Aliás, eu tive muito tempo para ler. Há 1 ano que eu tenho lido.



E, independentemente disso, como ele era um empresário, eu mantive como ele uma relação à luz do dia e não reconheço nenhum repasse financeiro de Alberto Youssef para mim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado. Eu lhe agradeço. É só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não reconheço nenhum repasse, pois não ocorreram repasses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Izalci se desloca eu queria só fazer uma observação. Várias pessoas têm me mandado mensagens no Twitter e no Facebook e eu acho que assiste razão às pessoas que acompanham os nossos trabalhos.

Em vários momentos aqui, até por uma questão de deferência, nós usamos o tratamento V.Sa. para pessoas que na verdade estão completamente desclassificadas, por uma série de razões. Acho que o tratamento de senhoria, senhor e senhora é suficientemente respeitoso. Essa situação de V.Sa. causa indignação à sociedade brasileira ao ver pessoas que ou cometeram crimes comprovadamente ou são suspeitas de ter cometido crime serem aqui tratadas com tal deferência. Eu queria só fazer uma sugestão aos membros da CPI: que conservemos o tratamento de senhor — ninguém vai destratar ninguém aqui, vai tratar com respeito: o senhor, a senhora é mais do que suficiente —, e suprimamos o V.Sa., porque as pessoas, os brasileiros e as brasileiras que estão pagando essa conta da PETROBRAS estão muito indignados com esse tipo de deferência, que eu acho que nós não devemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero lembrar ao nosso depoente, o ex-Deputado André Vargas, o placar da sua cassação: foram 359 votos favoráveis, um contrário e seis abstenções. Para não entrar no mérito, uma vez que não quer responder, vou fazer algumas perguntas importantes, sem prejudicá-lo no processo. Esse placar do Plenário foi surpresa para V.Sa.?



O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou manter o direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No Conselho de Ética V.Sa. argumentou e alegou que não teve oportunidade de fazer a defesa, que foi muito rápido o processo. E olhe que nós lá tratamos até do Labogen. Eu, particularmente, não cheguei a conhecer. Sabia que V.Sa. tratava no Ministério da Saúde e na Caixa Econômica, mas nós não tínhamos, naquele momento, informações das negociações com essas empresas.

Uma pergunta que eu acho que não tem nenhuma dificuldade para V.Sa. responder: sabe informar quem o sucedeu no cargo de Secretário de Comunicação do PT?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Parece-me uma pergunta absolutamente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu vou explicar por que.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou me reservar o direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Deputado Rosinha, colega de V.Exa., foi que assumiu. É importante o Brasil saber. Nós já sabemos aqui que V.Sa. foi, inclusive, Secretário de Comunicação do Partido dos Trabalhadores, na cúpula do Partido dos Trabalhadores. Nós sabemos — isso foi já comprovado — que o Partido dos Trabalhadores utilizou, inclusive, empresas fantasmas, inovação no sentido de utilizar palestras, consultorias, doações ao Partido dos Trabalhadores, de forma aparentemente legal, mas totalmente indireta de coação feita durante esse período.

No Partido dos Trabalhadores essas empresas, LSI Soluções, Limiar... Não digo para o Governo, ou para a PETROBRAS, ou para a Caixa Econômica, mas para o Partido dos Trabalhadores: houve alguma emissão de nota dessas empresas para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na área de publicidade também o PT utilizou essas empresas que foram utilizadas pelo Ministério da Saúde?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa., durante o processo de cassação, chegou — pelo menos está na mídia toda — a ameaçar que daria o troco a alguns Deputados do Partido dos Trabalhadores se o cassassem — a cassação de fato aconteceu . V.Sa. se arrependeu ou alguém... O que aconteceu? Por que V.Sa. não cumpriu o que foi divulgado na mídia?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Nem todos acreditam em tudo que sai na mídia. Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso significa então que V.Sa. não disse isso na mídia?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vou passar minhas perguntas para a Taquigrafia para que fiquem registradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, o Sr. André Vargas já declinou aqui de responder às perguntas invocando o direito constitucional de permanecer em silêncio, mas mesmo assim vou fazer algumas perguntas.

Durante a busca e apreensão feita em sua casa, Sr. André Vargas, foram apreendidas várias planilhas registrando pagamentos recebidos em nome de empresas de dois dos seus irmãos. O senhor tem conhecimento da apreensão dessas planilhas?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor é da mesma cidade do Sr. Alberto Youssef. O senhor mencionou aqui uma convivência de mais de 30 anos. O que vou perguntar ao senhor aqui não tem nada a ver com o processo nem vai comprometê-lo de forma alguma: o senhor tem essa amizade de mais de 30 anos, conheceu o Sr. Youssef vendendo coxinha e pastel no aeroclube. O senhor tinha conhecimento do envolvimento do Sr. Youssef e da sua família com atividades criminosas desde as mais tenras idades?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou utilizar o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, é público e notório — eu até tive a curiosidade de fazer uma pesquisa no boletim de vida pregressa do Sr. Youssef, é um hábito que nós temos da polícia de fazer isso, eu sou policial — e o histórico dele, desde a mais tenra idade, é de envolvimento, não só dele, quanto do pai, da irmã, o senhor deve saber disso, com o crime de contrabando, desvio de recursos, lavagem de dinheiro, negociação de moeda estrangeira sem autorização do Banco Central. O senhor disse que, nessa convivência de 30 anos, o senhor, mais do que ninguém, devia conhecer o histórico do Sr. Youssef. Mesmo assim, pelo fato de ele ter cumprido uma pena e saído do cumprimento dessa pena com todo esse histórico, o senhor, como Parlamentar, como representante da sociedade, não se sentiu inibido, intimidado de manter relação de amizade com um cidadão com uma folha pregressa tão prejudicial?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou utilizar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É um direito que o senhor tem, que lhe assiste, mas eu acho, Sr. André Vargas, que o senhor já percebeu que está abandonado. A votação do plenário da Câmara na sua cassação mostra isso. O senhor já foi um dos próceres do Partido dos Trabalhadores, foi Vice-Presidente da Casa. Eu sou Parlamentar de primeiro mandato. Embora tenha trabalhado no Congresso há alguns anos, eu não me lembro de um processo de cassação com uma votação tão absolutamente desfavorável ao Parlamentar cassado. O senhor se sente abandonado pelos seus ex-colegas, pelo seu partido? O senhor se sente de alguma forma abandonado?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou utilizar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor foi consultado ou instado a colaborar com a Justiça, colaborar com a Polícia Federal, com o Ministério Público no sentido de amenizar a sua pena ou de facilitar o seu processo?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou utilizar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu também já me cansei de ouvir essas frases e dou por encerrada a minha inquirição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado. Sr. Presidente, senhoras advogadas, Sr. André Vargas, percebi que o senhor vai se reservar o direito constitucional de ficar calado, mas eu gostaria de deixar registradas algumas perguntas — talvez em alguma dessas eu consiga sensibilizá-lo a responder.

O senhor está arrependido de ter sido um dia filiado ao PT, que, a partir de 2003, instalou uma organização criminosa para roubar a PETROBRAS, um grupo extremamente organizado, que direcionou recursos de propina para as campanhas de Senadores e Deputados e da Presidente da República?

O senhor está arrependido de um dia ter sido filiado ao Partido dos Trabalhadores e hoje estar pagando o preço, tendo sido algemado, colocado em camburão, tendo sido feita busca e apreensão em sua residência?

O senhor está arrependido de um dia ter sido filiado ao PT e hoje estar abandonado?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Queria saudar o Delegado Waldir e, respeitosamente, renovar a afirmação de que vou permanecer em silêncio, usando o direito constitucional.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Eu já disse, nas perguntas que fiz ao depoente que o antecedeu, que mais uma vez o Parlamento é o único que está sendo denegrado, porque nós estamos ao lado do Planalto. As decisões que permitiram a roubalheira, não apenas na PETROBRAS, mas também na Caixa Econômica e em outros órgãos, não foram tomadas por Parlamentares. Eu diria que alguns Parlamentares que escolheram esse caminho acabam sendo o meio — tem o doleiro, tem o empreiteiro, tem o não sei o quê, e eles recebem um pouco. Mas não é possível que metam a mão em uma empresa como a PETROBRAS ou em qualquer órgão sem a autorização de quem comanda o País. E, mais uma vez, apenas o Parlamento vai pagar o pato, Sr. André Vargas?



O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Respeitosamente, vou me reservar o direito de ficar calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Outro colega fez uma pergunta muito próxima, mas eu acredito que não tão específica. O senhor, na Câmara, ainda como Deputado Federal, em uma visita do ex-Ministro Joaquim Barbosa, fez um gesto levantando o braço em homenagem aos companheiros, os mesmos companheiros que hoje o abandonaram e o deixaram no presídio. O senhor fez um gesto de solidariedade. Eu não vi, durante a prisão do senhor, lá na Câmara, nenhum Deputado do PT, quando o senhor foi preso, fazendo um gesto de solidariedade ao senhor. E nós já recebemos lá o Ministro da Justiça e outras pessoas. O senhor acha que a prisão do senhor tem alguma coisa a ver com aquele desafio que o senhor fez ao Poder Judiciário? O senhor acha que é uma retaliação do Ministério Público, da Polícia Federal, do Poder Judiciário àquele gesto do senhor?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu me reservo respeitosamente o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Última pergunta: o senhor já está preso há aproximadamente um mês, não é?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Um dia mais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Um dia mais, um mês e um dia. A gente conta nos dedos. É complicado, é difícil.

Eu vi que o senhor, como o Deputado Federal que esteve aqui anteriormente, está diferente dos depoentes que estiveram ontem aqui, bastante caídos, amparados na advogada, mancando, com cara de vítima. Ontem eu vi vários depoentes que vieram aqui com cara de vítima. Hoje, não, o senhor, assim como o Deputado que esteve aqui anteriormente, está com uma aparência bonita, vistosa, parece realmente firme, com uma fala muito inteligente, muito esperta. Eu queria saber do senhor se por acaso essa manutenção... Não sei se o senhor está fazendo ginástica na cadeia ou não. Eu gostaria de saber se, por acaso, alguém do PT o visitou no presídio, se alguém do Partido dos Trabalhadores foi ao presídio, levou iogurte para o senhor, cigarro, chocolate, se tem levado alimentação, bebida, alguma coisa. O senhor participou de várias festas, foi a vários eventos, que eu sei,



a gente vê as imagens. Eu vi as imagens do senhor participando de várias festas, vários eventos junto com outros companheiros, muitos companheiros. Eu quero saber se algum militante do PT, qualquer militante, não necessariamente político ou, se foi político, se alguém do PT foi lá fazer visita ao senhor e lhe prestou solidariedade, levou iogurte, chocolate ou alguma coisa.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - As visitas à Polícia Federal são feitas apenas por familiares. Realmente eu recebi, porque todos os meus familiares são filiados ao PT. Então, recebi realmente visitas de petistas, porque são meus familiares.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - À exceção deles.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Não é possível, lá não é permitido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas sempre se dá um jeitinho.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Lá não é permitido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não? O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. ex-Deputado André Vargas, muito embora o senhor esteja aí fazendo uso do direito de não falar, vou insistir com algumas perguntas.

Desde quando o senhor conhece o Ricardo Hoffmann?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Eu vou utilizar o direito ao silêncio, com todo respeito. Aliás, desculpe-me por não tê-la reconhecido, porque não tive o prazer de ser Deputado no seu período.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É, esse é o meu primeiro mandato como Deputada Federal.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Parabéns.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

Ex-Deputado André Vargas, todos sabem que o senhor tem um nível de proximidade muito grande com o ex-Presidente Lula. Durante toda a investigação que nós estamos fazendo na PETROBRAS, sempre fazemos um questionamento. Alguns nos dão informações, mas fica um grande questionamento sobre como



poderia haver, por exemplo, tanto desvio de recursos, recursos bilionários, desfalques, números que às vezes a gente nem consegue alcançar. Aí vem a pergunta: considerando a sua proximidade com o ex-Presidente Lula, a sua proximidade com a Presidente Dilma: seria possível, na sua opinião, tudo isso acontecer sem que, por exemplo, a Presidência do Conselho de Administração da PETROBRAS não tivesse conhecimento?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou me reservar o direito ao silêncio, respeitosamente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mais uma pergunta: o ex-Presidente Lula nunca fez algum comentário com o senhor? O senhor ocupou altos cargos, que na verdade o Parlamentar até deseja alcançar na Câmara Federal, foi Vice-Presidente da Câmara, fazia parte do núcleo duro do PT. O Presidente Lula nunca chegou a fazer comentários referentemente a esses atos de corrupção que hoje nós estamos a acompanhar?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou me reservar o direito de permanecer em silêncio, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Por fim, Sr. André Vargas, considerando que o senhor afirma que não vai responder a nenhuma das perguntas, eu quero dizer ao senhor que hoje a população brasileira precisa de uma resposta. O seu silêncio, sem sombra de dúvida, vem na contramão do sentimento popular. O Brasil precisa ter, no mínimo, o que é o direito elementar de todo brasileiro: o direito à informação. E é o que não está conseguindo ter, exatamente, às vezes, pela omissão, pela falta de dados, pela falta das informações que nos poderiam ser muito bem apresentadas pelos senhores, mas que especialmente os políticos que vêm a esta Casa... No meu entendimento, havia duas correntes: a corrente liderada por partidos e líderes políticos e a corrente ligada às empresas. Mas, infelizmente, nós não conseguimos chegar a muita coisa com os depoimentos que chegam até esta Comissão.

Portanto, eu quero apenas lamentar a sua decisão de se manter em silêncio aqui nos trabalhos da Comissão.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Sêneca, grande pensador romano, disse que as grandes injustiças se corrigem com tempo, paciência e silêncio.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor se sente injustiçado?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor teve um placar muito alto na votação de sua cassação. Parece-me que só houve um voto contrário à sua cassação na Câmara. O senhor, mesmo assim, ainda acha que foi injustiçado pela maioria esmagadora da Câmara?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O PT o abandonou na votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só mais uma pergunta, para finalizar: quando o senhor fala, por exemplo, do Youssef, o senhor diz que o conhece há mais de 30 anos. Então tem uma relação com ele, mas se referia a ele, por exemplo, como empresário. Entretanto, no seu discurso na Câmara Federal, o senhor se referiu a ele como doleiro. O senhor já tinha conhecimento de fato dos atos ilícitos que ele, na verdade, cometia? E mesmo assim, manteve relações muito próximas?

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Vou me reservar ao direito de permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tá. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Deputado André Vargas, convivemos na Câmara durante um longo tempo e lamento bastante a situação que, neste momento, estamos aqui vivenciando. De qualquer maneira, nós tínhamos uma expectativa de que V.Exa. pudesse aqui fazer algum esclarecimento. No entanto, não foi possível, dentro de uma estratégia organizada pelo seu suporte de advocacia. De qualquer sorte, eu também entendo que é fundamental que todas as coisas fiquem esclarecidas. E até pela sua história de homem público, é fundamental refletir a possibilidade de passar mais informações, esclarecer mais informações, para que possa, dentro desta situação toda que nós estamos convivendo, o País também evoluir.



Então, nós confiamos que toda essa operação, deflagrada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e sob o comando do Juiz Sérgio Moro, possa trazer benefícios. Com certeza trará grandes benefícios para o País do ponto de vista de penalizar os culpados e também avançar na modernização das nossas legislações específicas, seja na área de combate ao crime organizado, lavagem de dinheiro, controle do sistema financeiro.

O que eu sugiro, se eu posso assim me colocar, é que haja uma reflexão no sentido de que possa efetivamente, dentre toda essa situação neste momento, encontrar um caminho para esclarecer tudo o que ocorreu neste episódio da Lava-Jato envolvendo a sua pessoa. Que desses esclarecimentos possamos alcançar os resultados esperados. É isso o que eu desejo para que possamos efetivamente conseguir bons avanços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Indago se mais algum Parlamentar deseja fazer algum questionamento. Não havendo quem queira fazer, darei a palavra novamente ao ex-Deputado André Vargas para fazer suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO - Desculpe-me. Novamente, não tive a oportunidade de saudá-lo, pois V.Exa. estava em outras tarefas que nós sabemos bem, mesmo com a sua juventude, do denodo com que tem exercido seu mandato que nós tivemos a oportunidade de exercer em conjunto. Agora, V.Exa. está na Presidência desta CPI. Sem dúvida nenhuma, são importantes os esclarecimentos que aqui serão trazidos ao País. São importantes. Peço escusas, naturalmente. Não há nenhum tipo de demérito para o trabalho parlamentar, mas, dentro da nossa estratégia, da estratégia de defesa, nós estamos praticamente tomando conhecimento, pois ainda nem tomamos conhecimento de tudo aquilo que foi apresentado. Vamos ler ainda. Há até informações faladas aqui de que nós mesmos não tivemos acesso. Portanto, é preciso ter segurança quando se fala sobre algo a que lhe atribuem. Então, portanto, é por essa situação que nós optamos pelo silêncio. Também agradeço esta oportunidade e desejo um grande mandato para todos porque eu não tive a oportunidade de estar na posse. Não disputei a eleição. Foi aqui falado... Alguns falaram que o PT me desfilou, mas eu optei pela desfiliação



do PT; eu optei pelo meu afastamento da Vice-Presidência assim que surgiram as denúncias, para evitar que ... Eu entendia que, pelo surgir das denúncias, eu não tinha condições de ser Vice-Presidente da Casa. Eu fiz essa opção e depois lutei com todas as forças para que não fosse cassado, porque entendi, sim, e continuo entendendo e reafirmando, que não tive o devido direito de defesa porque não tive acesso aos documentos que embasavam à época a minha cassação. Com relação ao placar, quero fazer apenas um comentário. Nós estamos vivendo um período novo de votação de cassação em votação aberta, o que foi um avanço do Parlamento. Nós votamos lá. Talvez eu tenha sido o segundo ou terceiro Parlamentar. Parece-me que o segundo Parlamentar; o primeiro foi o Donadon. Eu rezo para que isso não ocorra novamente neste mandato, ao longo de 3 anos e 9 meses, 8 meses, que não ocorra novamente, para que o Parlamento possa se engradecer cada vez mais.

Obrigado e bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Já convido imediatamente o Sr. Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra o Sr. Pedro Corrêa, para a saudação inicial.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Bom, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, imprensa, boa tarde. Eu vou me resguardar ao direito constitucional do art. 5º da Constituição, no seu inciso XVII, de permanecer em silêncio, primeiro porque eu estou aqui na condição de “bipreso”: eu estava preso em Pernambuco e agora vim ser preso novamente aqui no Paraná. Então, eu estou discutindo... No



Supremo Tribunal Federal, eu tenho uma reclamação que ainda não foi julgada sobre a legalidade ou não da minha prisão e tenho também aqui um *habeas corpus* que está na 4ª Região, no TRF da 4ª Região, que também ainda não foi julgado. Então, a única coisa que pode acontecer comigo nesta hora, na CPI, é eu, novamente, ser preso, e seria, em vez de “bipreso”, “tripreso”. Afora isso, eu vou continuar exercendo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio. No final, se eu tiver a oportunidade de dizer algumas palavras... Eu vou aguardar, então, o final das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator, o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tomou a decisão que lhe é de direito constitucional de não responder a nenhuma pergunta ou, dependendo da pergunta, V.Sa. pode acabar respondendo?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu vou, eu vou... Eu tomei o direito de não responder a nenhuma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, seguindo na mesma linha dos anteriores, em razão de o depoente tomar a decisão de não responder, arguindo o seu direito constitucional, eu enviarei à Taquigrafia as perguntas que faria ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e, de imediato, já passo a palavra para o segundo Sub-Relator, Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, da mesma forma que fiz com o Deputado André Vargas...

Deputado Pedro Corrêa, há várias pessoas e empresas citadas. Eu vou ler algumas delas, se o senhor quiser comentar algo em relação a algumas das pessoas ou empresas, o senhor pode fazê-lo, senão, o senhor tem todo o direito de permanecer calado.

Ediel Viana, Posto da Torre, Alberto Youssef, João Cláudio de Carvalho Genu, Carlos Habib Chater, corrupção na PETROBRAS, Angel Serviços e Torre Comércio, Fayed Traboulsi, Paulo Roberto Costa, Mário Negromonte, José Janene, João Alberto Pizzolatti Júnior, Nelson Meurer, Empresa MBM, Pedro Henry,



Presidente Lula, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Othon Zanoide. Sobre alguma dessas pessoas ou empresas, o senhor gostaria de fazer algum comentário?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não. Muitas delas eu não conheço, e, sobre as que eu conheço, eu não gostaria de fazer nenhum comentário. Vou me reservar ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, repasso aos autores dos requerimentos.

Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, vamos lá, então.

Sr. Pedro Corrêa, boa tarde.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor já, no início da sua fala, falou que é "bipreso", isso tem a ver com o fato de que o senhor estava em prisão já domiciliar em função do processo.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não em prisão domiciliar.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É isso aí, está certo, em função do mensalão, e agora o senhor retoma a prisão por conta de um escândalo chamado petrolão.

Ontem o Sr. Alberto Youssef reafirmou um conjunto de informações que já constam da delação premiada dele aqui. Então, eu quero fazer algumas perguntas ao senhor, e vamos ver se conseguimos avançar nessa relação.

Qual era a sua relação com o falecido Deputado José Janene e como ela se dava com referência ao Sr. Alberto Youssef?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Bom, essa pergunta eu posso... Porque é do conhecimento público: o Deputado José Janene era do meu partido, foi meu Líder na Câmara. Eu era Segundo-Vice-Presidente do partido e ele era o Líder. Eu conheci o Sr. Alberto Youssef num aniversário do Deputado Janene em Londrina. Não lembro em que ano foi isso, mas deve ter sido depois de 2005, 2006, por aí.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Sr. Alberto Youssef lhe repassou recursos de apoio político, doações legais e ilegais em algum momento?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu me reservo — porque eu não sei quais são essas informações — ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Recentemente, o advogado do senhor declarou: *“Pedro Corrêa vai passar a República a limpo”*. O senhor pode nos deixar claro o que é isso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Esse advogado não estava autorizado por mim. Eu vi uma reportagem, quando estava vindo para cá, no jornal, no dia em que estava vindo de Recife para Curitiba, de que eu iria fazer uma delação premiada e que iria passar a República a limpo. Eu não sei de onde é que esse advogado tirou isso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Vamos lá. Em depoimento prestado em 2 de setembro de 2014 à Polícia Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou que:

“V.Sa. recebia parte dos repasses periódicos destinados ao PP e oriundos das propinas pagas nos contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS”, que na agenda do Sr. Paulo Roberto, “apreendida na Operação Lava-Jato, consta a anotação de um pagamento de R\$ 5,3 milhões (cinco milhões e trezentos mil reais) feitos a Pedro Corrêa” — está anotado ‘5,3 Pe’ —; “que referida anotação diz respeito a um repasse que teria sido feito no primeiro semestre de 2010; que no caso tratava-se de um repasse extraordinário, pois não era comum que um único parlamentar do PP recebesse uma quantia desta monta do ‘caixa’ de propinas do PP; que Alberto Youssef, que controlava o caixa único das propinas recebidas pelo PP, disse ao declarante” — no caso, Paulo Roberto Costa —



“que referido valor seria destinado à campanha eleitoral de Pedro Corrêa no ano de 2010;”

O senhor confirma o recebimento desse valor?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Veja V.Exa. como o Sr. Paulo Roberto Costa estava enganado. Eu não sou Parlamentar desde 2006. Eu fui cassado pela Câmara dos Deputados em 2006. Então, eu teria obrigatoriamente de passar 8 anos sem poder disputar eleição. De 2006 para 2010, são 4 anos. Então, como é que eu poderia receber 5 milhões e 300 para a minha eleição se eu não fui candidato, se eu não era Parlamentar, se eu não votava com o Governo, se eu não tinha nenhuma influência na Câmara dos Deputados?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Então, o senhor pode nos dizer que o senhor tem elementos para implodir com a delação premiada dele?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É evidente que sim, porque ele diz que eu sou o Parlamentar que dava o dinheiro para manter o diretor nas votações do Governo, nas votações do Congresso, em favor do Governo, para manter os diretores, e eu sequer era Deputado e não poderia nem ser candidato a Deputado — e recebi 5 milhões e 300 para a minha eleição?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País, com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações. O senhor mantinha contato com representantes das grandes empreiteiras e em quais circunstâncias?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Dessas empreiteiras que estão aí, eu não conhecia, com exceção da Queiroz Galvão, porque o Dr. Antonio Queiroz Galvão era de Pernambuco, e eu tinha convivência social com o Dr. Antonio Queiroz Galvão, até porque eu fui Presidente do Clube Internacional do Recife, antes de 1978, antes de ser Deputado pela primeira vez e ele era um dos frequentadores do Clube Internacional do Recife. Eu o conhecia, como conheci seus filhos, porque moravam em Recife. Mas, afora isso, eu não conheci nenhum desses outros representantes de empreiteiros dessa região. Mesmo sendo Presidente de partido e muitas vezes tendo que participar de reuniões para discutir assuntos referentes à posição do meu partido, eu não tive nenhuma ligação com qualquer um desses empreiteiros.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor participou de alguma reunião conjunta com representantes das empreiteiras e diretores da PETROBRAS?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor é proprietário ou sócio de empresas, empresas as quais têm algum tipo de contrato com a Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde, PETROBRAS ou algum outro órgão público?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor já nos falou que conheceu aqui Alberto Youssef.

Então, é isso, Sr. Presidente, que eu tinha a perguntar ao Sr. Pedro Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, que também é autor do requerimento de convocação.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - No Termo de Delação nº 17, do dia 14 de outubro de 2014, o Sr. Alberto Youssef — está aqui o termo — diz textualmente o seguinte:

“Que quem comandava a alta cúpula do partido Progressista tinha participação maior nos valores a serem recebidos, como Jose Janene, Mario Negromonte, João Pizzolatti, Pedro Corrêa e Nelson Meurer; que recebiam em torno de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais; que em relação a tais parlamentares, o declarante realizava pagamentos de vantagem indevida diretamente a cada um deles;”

E por aí afora vai o relato de Alberto Youssef. No depoimento também do Sr. Alberto Youssef, em outra delação premiada, ele fala aqui — página 4:

“Que o declarante ressalta que nas épocas de campanha eleitoral, nos anos de 2006 e 2010, também era utilizado pelas empreiteiras cartelizadas o subterfúgio de efetuar doações oficiais para fazer frente aos repasses de propinas; que tais doações eram efetuadas tanto ao



Partido Progressista (nacional ou estaduais) quanto diretamente aos próprios parlamentares; que tais doações oficiais eram deduzidas pelo declarante do percentual a receber das empreiteiras em decorrência de contratos firmados com a PETROBRAS; que questionado acerca de parlamentares específicos que receberam propinas por intermédio de doações oficiais, o declarante mencionou Mario Negromonte, Nelson Meurer, Joao Pizzolatti, Aline Correa, Jose Otavio Germano e Luiz Fernando.”

Eu estou lendo aqui esses dois termos de depoimento porque eu conheci o Sr. Pedro Corrêa no episódio do mensalão. Eu estava lá na CPI dos Correios. Foi identificada a participação dele, veio a condenação, e o senhor está “bipreso” porque são dois aspectos diferentes. A primeira prisão, do mensalão. E o senhor está preso porque seguramente foi chamado para cá. O Dr. Sérgio Moro, por conta de tudo o que dispõe, tem sobradas razões, no meu entendimento de tudo o que li dos autos, para trazê-lo para cá em busca de esclarecer toda a verdade. E o senhor fazia parte de um grupo que, num dado momento, entre 2010 e 2011, quando há uma crise na bancada, Youssef deixa de ser o operador, Paulo Roberto Costa tem que consultar o Planalto e, depois, Henry Hoyer passa a ser o homem que recebe e distribui o dinheiro, sendo que, para o grupo antigo, e o líder era Nelson Meurer, em que o senhor se encaixa. Youssef continuava operador. Para o grupo novo, era Henry Hoyer de Carvalho que recolhia o dinheiro e distribuía aos Parlamentares.

E, na continuidade, Sr. Pedro Corrêa, se tiver qualquer outra circunstância, talvez o senhor seja “tripreso”; talvez o senhor possa pedir música no *Fantástico*, porque é uma coisa absolutamente incrível... E eu vejo isso com muita tristeza. O senhor podia ter aprendido com os bons exemplos que existem, felizmente, no Parlamento brasileiro, mas o senhor aprendeu com os maus exemplos: João Paulo Cunha envolveu a mulher; João Vaccari envolveu a cunhada e, talvez, a mulher; e, triste e lamentavelmente, a sua filha, a ex-Deputada Aline Corrêa, está citada nos autos do processo da Operação Lava-Jato.

Então, essa circunstância que o senhor está estranhando me parece altamente justificada por tudo aquilo que está nos autos. E, na minha opinião, o



senhor perde uma excelente oportunidade de poder se defender aqui; de poder, quem sabe, fazer a defesa de sua filha. O fato de o senhor calar vai comprometer ainda mais a sua filha.

Eu sou pai de quatro filhos. Eu faço qualquer coisa para proteger os meus filhos, e acho que todo pai digno faz isso. Eu queria saber se o senhor aqui vai optar, diante da CPI e do Brasil, por exercer a sua dignidade de pai ou vai se acovardar no silêncio.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Em primeiro lugar, V.Exa. não me perguntou nada. V.Exa. fez algumas afirmações e não me fez nenhuma pergunta. Em relação ao julgamento do Mensalão, eu tenho a certeza, como já foi dito... Em outras épocas, se prendeu no Brasil Getúlio Vargas, que terminou se suicidando; João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Carlos Lacerda, Miguel Arraes, que queriam jogar, o Governador do meu Estado, no mar; num voo para Fernando de Noronha, queriam jogá-lo no mar. Então, eu não tenho a preocupação de ter sido preso por um julgamento político onde foi usada uma teoria de Direito de fato, um Direito que não se pratica nem no nazismo, na época, no nazismo que se praticou na Alemanha. Mas, de qualquer maneira, eu fui condenado e estou cumprindo a pena. Eu sei que a história vai me fazer justiça nisso. Em relação a 250 mil, a 300 mil reais que eu recebi em 7, 8 anos, eu deveria ter de 21 a 25 milhões de reais. Meu patrimônio não aumentou. Está aí a perícia feita pela Receita Federal. Eu não tive aumento de patrimônio. Ao contrário, meu patrimônio diminuiu, e quem sabe, quem faz política, como eu fiz durante 30 anos, disputei oito eleições partidárias, sabe que o sujeito, em política, para continuar na vida pública, tem uma vida de sacrifício e, certamente, se tem algum patrimônio — meu patrimônio foi todo de herança; eu não comprei nada depois que entrei na política... Eu deveria ter de 21 a 25 milhões, se eu ganhei esse dinheiro todo. Deveria estar em algum lugar esse dinheiro. Não sei onde, mas deveria estar em algum lugar. Em 2006, meu filho foi candidato. Eu tinha sido cassado, e meu filho foi candidato em Pernambuco a Deputado Federal e não pôde terminar a eleição porque faltou dinheiro. Ele não teve dinheiro para fazer. E minha filha, Aline Corrêa, se elegeu porque Paulo Maluf e Celso Russomano fizeram uma votação imensa, da maneira como fez o Enéas, e ela teve 11 mil votos e se elegeu Deputada Federal



por São Paulo. Na segunda eleição, ela teve 90 mil votos — saindo de 11 mil para 90 mil votos — pelo trabalho dela. Ela foi Deputada por dois mandatos. Desistiu de sua vida pública, apesar de ter sido escolhida uma das melhores Deputadas da Legislatura passada; apesar de ela ter sido escolhida, ela desistiu da vida pública em função do que aconteceu comigo. Ela deixou a vida pública. Não tenho ligações com esse Henry Hoyer. Não sei quem é esse Henry Hoyer, nem tive ligações com ele. Além de não ter sido perguntado nada pelo Deputado Onyx Lorenzoni, ele acompanhou a minha vida, como eu acompanhei a vida dele. Ele sempre foi um Deputado brilhante, um Deputado brigão, um Deputado de tribuna, um Deputado que enchia o saco do Governo durante todo o tempo na tribuna, porque...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Continuo enchendo o saco.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Ele continua fazendo isso. Ele é do Democratas e continua fazendo isso. Mesmo quando o Democratas apoiava Fernando Henrique, ele era um dos dissidentes e estava sempre criticando o Governo do Presidente Fernando Henrique...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não é verdade.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É verdade, é verdade...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não era Deputado nessa época.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Foi Deputado em quatro mandatos. V.Exa. já tem quatro mandatos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas eu entrei em 2003 na Câmara.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Em 2003? Então, já começou fazendo oposição ao Presidente Lula e continua assim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, claro, até porque eu conheci a tragédia da experiência petista no Rio Grande do Sul com Olívio Dutra.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Com Olívio...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quando eu cheguei lá, eu sabia qual o mal que o petismo iria causar ao Brasil. E as minhas palavras só estão se confirmando ao longo do tempo.



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não votei no PT, eu não votei. Eu votei, em 2002, em José Serra, porque eu acompanhava a liderança do Governador Jarbas Vasconcelos. Nós, inclusive, fizemos um grande, o único ato importante da campanha de José Serra no segundo turno. Foi uma carreata, uma passeata em Pernambuco comandada por Jarbas Vasconcelos, e eu estava presente nessa situação. Apenas, em 2003, quando fui para o meu sexto mandato, eu tive que... Em 2003, fui para o sétimo mandato e tive então que acompanhar a maioria do meu partido que tinha votado no segundo turno em Lula, e como eu era o Segundo Vice-Presidente — o Presidente era Paulo Maluf e o Primeiro Vice, Delfim Netto —, eles não cuidavam dessa parte política de partido, eu passei, então, a representar o partido junto ao Governo e, daí então, as negociações com o Governo de Lula. Nós passamos a fazer parte da base de sustentação do Governo Lula. Então, eu confio na Justiça, mesmo depois de um julgamento onde eu fui julgado apenas por uma única Corte — eu não era mais Deputado. Eu tinha sido cassado em 2006. Fui condenado em 2013 pelo Supremo Tribunal Federal sem ter direito a ser julgado, pelo menos como manda a Constituição, por duas cortes jurisdicionais. Eu não fui julgado desse jeito. E eu tenho certeza de que isso vai ser analisado ainda pela Comissão de Direitos Humanos, lá de Washington, que vai representar junto ao Pacto de San José. Então, eu sei disso e eu espero que esse julgamento, amanhã, possa ter algum tipo de conclusão. Em relação aos demais companheiros, aos demais Deputados... V.Exas. têm o direito de perguntar e fazer uma CPI... Eu participei de várias CPIs; fui Presidente, fui Relator, então eu sei bem como é que funciona uma CPI. Eu quero parabenizá-los e espero que V.Exas. possam chegar a uma relatório final que seja um relatório de bom termo, com muita tranquilidade, para que possa ajudar a esclarecer esses assuntos da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo autor é o Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem a palavra.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Outro Deputado muito combativo que eu conheci também durante todo o mandato. Sei da violência com que V.Exa. argui e com que V.Exa. faz as intervenções.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Boa tarde, ex-Deputado Pedro Corrêa.



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. é um político bastante experiente, não só pelo número de mandatos, mas porque é um político que exerceu cargos de direção no seu partido. Então, V.Sa. não pode se julgar inocente em nenhuma história da política brasileira, inclusive sobre o financiamento privado das campanhas.

Certamente, o problema aqui é que a CPI... Eu não vou, nem tenho tempo, nem posso discutir o problema do Mensalão. Por exemplo, a tese que V.Sa. levanta sobre o domínio do fato é realmente questionável. Isso aí é uma questão sobre a qual os maiores juristas têm uma grande divergência. Mas, rigorosamente, havia, sem dúvida, um esquema de governabilidade, entende, que corrompe a democracia brasileira — corrompeu e continua corrompendo a democracia brasileira. E esta é uma das grandes divergências que eu tive no próprio PT quando cismou de governar sem povo, através de articulações que tinham um custo operacional enorme e compra de votos mesmo, entregues a partidos políticos e em nome da governabilidade conservadora. Mas essa é outra questão, porque, aqui, eu tenho de debater... Porque o senhor está aqui no Paraná, e o senhor estava cumprindo pena em Pernambuco. Eu acho que nós temos que entender o seguinte: existe o cidadão chamado Alberto Youssef, e ele realmente é uma figura que fez uma delação premiada longa, e V.Sa. deve ter lido essa delação dele. E nessa delação V.Sa. é citado e o seu partido, o PP, é citado como o partido mais envolvido. Quer dizer, é uma bateria de trinta e tantos Parlamentares envolvidos, não é pouca coisa. Então, o Sr. Alberto Youssef conhece o seu partido. E ele começou...

Eu quero começar fazendo essa pergunta ao senhor: o Sr. José Janene, que era Presidente...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, era Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Líder da bancada...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Líder da bancada e 1º Tesoureiro do partido.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Líder e 1º Tesoureiro do partido. E, pelo que entendi aqui, o senhor era um amigo próximo dele. O senhor foi até Londrina, onde conheceu o Sr. Youssef, não é?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Era uma coisa natural — um aniversário, parece, acho que era de 50 anos do Líder — ele reunir a grande maioria da bancada naquela festa. Até porque nós do PP, nós, a partir da Presidência... Quando eu estava exercendo a Presidência, eu costumava, toda quinta-feira, sair de Brasília e ir a um Município, a qualquer Estado do Brasil para a gente ter uma presença maior...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor acha que o Sr. José Janene tem alguma responsabilidade seja no escândalo do mensalão, seja nesse processo de corrupção que atingiu a maioria ou uma grande parte, pelo menos, da bancada do PP?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Infelizmente, o Deputado José Janene não está mais vivo para se defender.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas o senhor o conheceu bem.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu o conheci bem e acho que ele era um Deputado muito combativo, que falava mal do Ministério Público, era brigado pessoalmente com esse Juiz Sérgio Moro, o Dr. Sérgio Moro, e era um Deputado que, pelo menos pelas notícias que eu tenho de empresários, cobrava, como tesoureiro do partido, com violência, com veemência a participação desse empresariado para o financiamento das campanhas eleitorais. Esta é a informação que eu tenho sobre o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele cobrava com violência ou ele chantageava e achacava?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Aí V.Exa. tem que perguntar ao empresariado que já declarou isso — alguns empresários —, que ele era violento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Isso já esclarece. Até essa declaração de V.Sa. corrobora para uma visão... O problema é que se formou nesse partido, no seu partido, em que V.Sa. chegou a exercer liderança...



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO -
Presidência. Vice-Presidência e Presidência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidência... Inclusive, quando V.Sa.
foi cassado, era o Presidente.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Era o
Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em 2006. Formou-se uma cultura
política — não é? — que eu posso perceber...

Eu quero ler aqui para o senhor... Poderia ler vários depoimentos, vários
trechos de depoimentos do Youssef. E todos os depoimentos dele estão detalhados
aqui. *“A distribuição de dinheiro iniciava-se com José Janene, o qual receberia a
porção maior por ser o organizador do esquema; que as demais lideranças —
Deputados Mário Negromonte, Pizzolatti, Pedro Corrêa, Nelson Meurer — recebiam
percentual de recursos; que a média de ingresso das receitas era de cerca de 4 a 5
milhões de reais por mês; que os demais Parlamentares recebiam entre 30 e 150 mil
reais, conforme a sua força política dentro do partido.”*

O senhor confirma esse depoimento?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu já
disse anteriormente, quando me perguntou, acho, o Deputado Onyx Lorenzoni, que,
se essa delação fosse confirmada, eu deveria ter recebido entre 21 e 25 milhões de
reais durante esse período. Eu gostaria de saber onde está esse dinheiro. Eu não
tenho conta no exterior, meu patrimônio diminuiu, eu tenho uma movimentação
financeira que eu mostro e que é compatível com a minha renda. O que eu tenho na
minha vida é de herança, recebi de herança...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, Pedro Corrêa, preste atenção...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu
gostaria de saber onde é que está esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu vou lhe dizer onde está.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Pois
não.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é que esteja em algum cofre... Depois, V.Sa. me responde também a outra pergunta que vou fazer, se já teve contas no exterior. Teve?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Nunca!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nunca teve. Então, se tem outros bens, etc. Mas mesmo... V.Sa. é um político muito experiente, faz política.

Então, vou ler outro trecho do depoimento aqui em que são citadas essas reuniões na Avenida São Gabriel, em São Paulo, no escritório da GFD, com o Sr. Youssef. Inclusive há um *e-mail* de Othon Zanoide. O senhor conhece esse cidadão?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, não me... Qual é a empresa dele?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É um cidadão intermediário de recursos; ele cobra recibos de valores que haviam sido pagos e que os candidatos não tinham entregues os recibos. *“Que, mostrado ao declarante o e-mail, do dia 30 de agosto de 2010, a partir da conta pauloioia58@hotmail, o declarante confirma que se trata desse repasse para vantagens indevidas; que, em relação ao e-mail de 17 de agosto de 2010, com o assunto ‘Conta Doação de Campanha - Primo’ — como era tratado o Sr. Youssef —, o declarante informa que está repassando a conta do Diretório Nacional do PP para pagamento da Queiroz Galvão; que, em seguida, há outro e-mail, datado do dia 30 de agosto, em que Othon Zanoide solicita os recibos faltantes em nome do PP da Bahia, 500 mil; Aline Corrêa, 250 mil; Roberto Teixeira, 250 mil; Nelson Meurer, 500 mil...”* — e vai para vários Deputados do PP aqui que eu não posso agora... mais de 100 mil a vários Deputados do PP e outros partidos.

O que eu queria dizer é que esse repasse, quando é de 5 milhões, ali, não quer dizer que vai para o seu bolso, mas o senhor faz política, o senhor redistribui. O senhor ajudou a financiar a campanha da sua filha, Aline Corrêa, certamente.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - V.Exa. me dá um aparte?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu estou perguntando a V.Sa. V.Sa. nunca recebeu dinheiro do Sr. Youssef? Esta é a pergunta.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu nunca recebi dinheiro ilegal do Sr. Youssef.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual dinheiro então...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - E gostaria de dizer a V.Exa. que eu deixei de ser Presidente do Partido Progressista em 2006. Todas as datas que o senhor está dizendo aí...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem importância...,

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - ...são de 2010.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...mas o senhor continua influente. Não é essa a questão. O que eu estou falando não é de ser Presidente de Diretório...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Como é que eu continuo influente, Deputado? O senhor sabe o que é política, sabe que político sem mandato... Até se faz uma brincadeira dizendo que político sem mandato é não sei o quê sem cama. Então, o que político sem mandato vale, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Político sem mandato pode ser poderoso. Isso não é verdade, Deputado Pedro Corrêa. Eu também tenho muitos anos de estrada...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Quem é poderoso? Diga um.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele está, às vezes, por trás. Ele está por trás... Ele pode estar no diretório...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Lula.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Lula é um político sem mandato e não é só ele. O Fernando Henrique está sem mandato e também é influente.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Qual é a influência hoje dele se querem botá-lo na cadeia? Agora não têm coragem. Ninguém tem coragem de botar ele na cadeia, porque, eu tenho certeza de que, aí sim, vai existir o que aconteceu na época de Getúlio, quando ele deu um tiro no



peito e o povo saiu pelas ruas, com pau, com panela, com tudo, para quebrar as coisas, quebrar o *Tribuna da Imprensa*...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Pedro Corrêa, esse é um bom debate, mas...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu só quero me congratular com V.Exa., Deputado, porque V.Exa. concorda que a teoria de domínio de direito é uma teoria questionável.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma questão questionável, questionável...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu fico feliz em saber disso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso não implica em que as provas ali contidas não sejam contundentes, as do mensalão. Só acho que há pessoas ali acusadas diretamente e outras acusadas pelo domínio do fato.

Mas aqui eu tenho também outra pergunta para o senhor: o doleiro Alberto Youssef, em delação premiada, afirmou: *“que, questionado como se deu o ingresso de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, afirma que soube por Janene que essa seria uma manobra política engendrada por José Janene em parceria com os Deputados Pedro Corrêa e Pedro Henry, do PP, sendo que, a fim de pressionar o Governo, o PP inclusive promoveu o trancamento da pauta juntamente com outros partidos aliados”*.

O senhor confirma essa versão do doleiro Youssef? Lembra-se de quando houve esse trancamento de pauta e em cima de que pauta foi?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - O Deputado José Janene sempre foi um Deputado de muita bravata. Ele gostava muito de contar essas bravatas. Era um Deputado valente e tinha mania de contar essas bravatas. Se os outros partidos políticos não tinham interesse na nomeação de Paulo Roberto Costa, se era uma nomeação exclusiva do PP, por que os outros partidos iam participar de um trancamento de pauta? Deve ter havido algum motivo. Se houve esse trancamento, deve ter havido algum motivo para o descontentamento dos partidos aliados com o Governo para fazer um trancamento de pauta.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não foi pela nomeação do Sr. Paulo Roberto Costa? O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da PETROBRAS?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Estive com ele algumas vezes. Algumas vezes estive com ele, pessoalmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor lutou para que ele entrasse na Diretoria da PETROBRAS?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não. Nós indicamos ele, sem eu conhecê-lo, através do Deputado Janene, para a TBG. Ele era Presidente do Transporte Brasil-Bolívia — TBG. E depois ele se credenciou, inclusive ele tinha força, porque fez um grande trabalho, junto ao Governo Lula para ser Diretor de Abastecimento da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Última pergunta para o senhor...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Aliás, quando nós... Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A última pergunta.

Há uma ala do seu partido que está muito descontente com o que aconteceu, porque é evidente que, ao ter 32 políticos envolvidos na lista, que forma a maioria do partido, indiciados no Supremo Tribunal Federal — ainda não estão condenados, quero fazer essa objeção, obviamente...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Estão sob inquérito, não é?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É. Estão sob inquérito. Mas realmente é muito complicado, porque é uma estrutura, porque é toda a cúpula, desde o Senador, Presidente hoje, Ciro Nogueira, toda a cúpula, Líderes, Eduardo da Fonte, todos estão envolvidos com outras pessoas. Do seu Estado, inclusive, o Senador Sérgio Guerra recebeu 10 milhões de reais, segundo Paulo Roberto Costa e Youssef, confirmado aqui ontem, para abafar a anterior CPI da PETROBRAS. Entende? O senhor deve conhecer o Sr. Sérgio Guerra, inclusive.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Foi Deputado comigo, depois foi Senador.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certamente. Então, como é que o senhor vê isso? Quer dizer, o que levou a esse tremendo desgaste, a essa corrupção? Como é que o senhor enfrenta esse problema? Como é que um partido entra numa crise dessas proporções? O senhor acha que é assim de graça, ou é um processo em que se faz uma política deliberada, inclusive se envolvendo nesses escândalos com financiamento privado de campanha?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Deputado Ivan Valente, desde 2006 eu não faço mais política partidária. Eu não sou filiado ao PP, eu não sou membro da Executiva. Então, eu não posso responder pelo que fez o Presidente Francisco Dornelles, pelo que fez o Presidente Ciro Nogueira. Eu não sei, porque eu não participo das reuniões da Executiva do partido. Não sei o que está havendo. Eu sei do que eu fiz até 2006, quando eu era Presidente do partido. Mas, daí para frente, eu não participo de nada. Eu ia à Câmara raramente, para ir ver a minha situação de seguro de Caixa Econômica...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o Sr. Youssef disse que o senhor continuou recebendo recursos depois de 2006.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É que o Sr. Youssef, talvez, queira diminuir a sua pena, diminuir os seus problemas, até porque o que eu sei é que esses depoimentos dele são todos controversos, inclusive há um desacordo até entre ele e o Sr. Paulo Roberto Costa. Então, eu tenho notícias disso. Notícias dos jornais, muito pouco, porque eu estava preso. Eu lia somente o *Jornal do Commercio*, em Pernambuco, e via na televisão a *Globo* e o SBT, porque não tinha outro canal na cidade de Canhotinho. Eu não assistia televisão, porque só tinha a *Globo* e o SBT. Não via a *Record*, não via nenhum outro tipo. Não via a *Globo News*, não via nada. Então, eu não tinha informação. Eu estava preso. Preso. Então, eu não tinha informação. Não ouvia rádio, nem ouvia nada disso, nem recebia jornal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrados os autores, vamos agora para os Deputados inscritos.

Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Pedro, eu vou continuar nessa linha que foi colocada pelo Deputado Ivan Valente.

De acordo com a investigação, o Paulo Roberto Costa foi nomeado Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, em 2004, após manobra política realizada pelos Deputados Federais José Janene, Pedro Corrêa, Pedro Henry, que chegaram a promover um trancamento de pauta. Aqui eu me lembro, se não me falha a memória, na Presidência já estava o Severino, também do PP.

V.Sa. poderia falar um pouco sobre esse episódio? Como é que se deu isso nesse momento? Inclusive V.Sa. era Deputado na época. Como é que foi essa nomeação? O Paulo Roberto ficou meio doente, aí queriam tirá-lo inclusive da Presidência. Então, houve essa manobra dos...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não era mais Deputado nessa época.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2004?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Em 2004. Eu era Deputado até 2006. Mas quando ele ficou doente, eu não era Deputado mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2004, ele foi nomeado?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Ele foi nomeado em 2003. Ele foi nomeado para a TBG, que era uma subsidiária da PETROBRAS, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil. Ele foi nomeado. E daí, então, o Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, que, se não me engana a memória — eu estou com 67 anos, sou diabético, tenho insuficiência renal, tenho ureia alta, então, eu tenho uma série de problemas e não me lembro mais, não tenho a memória que eu tinha há 10 anos atrás —, se eu não me engano, o era um tal de Manso. E ele se atritou com a Diretoria, e o Presidente Lula convidou o Paulo Roberto Costa para ser Diretor de Abastecimento. Ele era engenheiro da PETROBRAS há 30 anos. Ele era funcionário da área, tinha trabalhado em diversos setores da PETROBRAS. E a notícia que chegou para mim era essa, era que ele foi nomeado inclusive pelos conhecimentos e pela sua capacidade administrativa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há um episódio, inclusive, em que Lula o chamava de Paulinho. Talvez...



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não sei. Não sei. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. disse agora que foi o Presidente Lula que o convidou para a Diretoria de Abastecimento.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É verdade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho a informação, e foi dito inclusive por Alberto Youssef, que também tinha uma relação muito próxima com o PP, aliás, que o ex...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Nesse período, eu acho que Alberto Youssef estava preso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Nessa época, não.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Em 2002? Em 2003? Eu acho que ele estava preso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Olha o que diz Alberto Youssef: “*Que o ex-Presidente Lula ficou contrariado*” — contrariado — “*com a nomeação de Paulo Roberto Costa*”. V.Sa., então, acha que não é verdade?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Veja que é mais uma contradição do Sr. Alberto Youssef, porque, se o Lula tinha esse carinho de chamar de Paulinho, como é que ele ficaria contrariado por nomear o Paulo Roberto para a PETROBRAS? (*Riso.*) Então, é uma contradição extrema.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo. Eu também acho que há uma contradição. Então, V.Sa. deixou muito claro para nós, e agora eu estou entendendo o porquê do Paulinho, que, na prática, quem colocou e quem de uma forma espontânea deu as instruções na Diretoria de Abastecimento foi exatamente o Presidente Lula, que sabia exatamente o que estava querendo naquela época.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Como... Posso, Deputado?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode. Pode falar.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Como todo Governo, como todo Presidente da República num Estado democrático, ele procura nomear aqueles que acha melhor qualificados e procura, então, com que os



partidos possam assumir a nomeação para que possam participar e dar sustentação à base aliada do Governo. Então, o Presidente Lula, depois de achar que o Paulo devia ser o Diretor de Abastecimento, disse que ele ficaria na cota de autoridades que poderiam ter a chancela do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Lula disse isso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não disse isso a mim, não disse isso a mim, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Disse ao Janene?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - ... disse isso ao Líder do partido, que era o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, esclareceu muito. Bem, vou ficar, então, nesse ponto, porque esse ponto é muito importante. Pedro Barusco disse, inclusive, que num período até 2002, ou 2003... Em 2002, porque era ainda no Governo Fernando Henrique, ele recebeu diversas comissões em função de pedir para a empresa e a empresa oferecia para ele comissões, propina, alguma coisa assim. Mas que, a partir de 2003, a corrupção na PETROBRAS passou a ser sistemática, organizada e sistematizada. Por quê? Porque, a partir de 2003, houve o envolvimento dos diretores da PETROBRAS, como há provas, muitas provas no processo e nas delações todas. Então, em 2003, Paulo Roberto Costa e Renato Duque começaram a questão do petrolão. Então, como V.Sa. acaba de afirmar, o ex-Presidente Lula disse ao Presidente do partido...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não ao Presidente, ao Líder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ao Líder, que estaria na cota do PP e que era nomeação do próprio Presidente. Fica muito claro que o ex-Presidente Lula montou esse esquema já a partir de 2003.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Aliás, a nomeação é do Conselho da PETROBRAS, não é do Presidente da República. O Governo indica, mas quem faz a nomeação é o Conselho da PETROBRAS. Agora, em 2003... Eu nunca vi na minha vida esse Pedro Barusco. Eu vim saber que esse camarada existia agora, quando houve essa crise, essa delação dele. O Paulo



Roberto Costa não era Diretor da PETROBRAS, era Diretor da TBG. Ele foi nomeado na PETROBRAS em 2004.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2004?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, de fato a sistematização e a operação do petrolão começaram um pouco mais à frente. Foi em 2004. Não havia ainda todo esse arcabouço legal que a gente percebe agora, como eu disse há pouco, inclusive com modificações na legislação. Tudo isso já nessa estrutura da quadrilha que foi montada na PETROBRAS.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - V.Exa. podia me conceder 1 minuto só?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Lógico. Nós queremos aqui...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - A partir de 2004, segundo eu li na delação da PETROBRAS, não começou esse esquema, porque, de 2004 a 2006, não tinha nenhuma obra. Só começou a partir de 2006, depois que eu deixei de ser Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, intensificou mais a partir disso. Mas já existia o esquema.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Sim, porque eu vi, eu vi no depoimento, na delação do Sr. Paulo Roberto Costa, ele dizer isso. Aliás, vi nos jornais ele dizer que o esquema da PETROBRAS começou em 2006. Depois que eu deixei de ser Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Algumas informações que eu gostaria de perguntar a V.Sa.: V.Sa. confirma que, em relação ao Partido Progressista, após a morte de José Janene, ficaram então Nelson Meurer, Mário Negromonte, João Pizzolatti e V.Sa., não como Deputado, mas do partido, como as principais pessoas do partido?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu confirmo que o Deputado Nelson Meurer, o Deputado João Pizzolatti e o Deputado Mário Negromonte eram Deputados do partido, mas eu não era mais Deputado e não fazia parte da Executiva.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Na época em que V.Sa. participou, até porque antes do petrolão existia o mensalão, V.Sa. confirma que esses valores eram entregues semanalmente, ou quinzenalmente, para o Líder do partido em Brasília, e essa espécie, depois, foi chamada de mesada, de mensalão?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Durante o mensalão, as pessoas, os personagens eram o Sr. Marcos Valério, eram outras personagens que não o Sr. Alberto Youssef nem o Paulo Roberto Costa. Era o Sr. Marcos Valério, de quem eu nunca tinha ouvido nem falar. Eu conheci esse Marcos Valério no depoimento na CPI do Mensalão. Foi quando eu o vi pela primeira vez. E eu quebrei todo o sigilo fiscal meu, de minha mulher, de meus três filhos, de minha nora, do meu genro, dos meus dois genros, da minha mãe, do meu irmão, e não encontraram nada, e eu fui condenado a 7 anos e 2 meses, e estou preso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como V.Sa. está afastado já há algum tempo, só para informá-lo, se V.Sa. ainda não tomou conhecimento, o petrolão na prática é uma inovação que aconteceu do mensalão. O mensalão, como V.Sa. disse, Marcos Valério, a questão das empresas de publicidade, só que depois, aperfeiçoando esse processo do petrolão, criaram-se outros mecanismos, ou seja, essa estratégia na PETROBRAS, com um superfaturamento, através de cartel, etc., como está sendo dito, mas criou esse mecanismo novo das empresas de consultoria. No mensalão tinha empresa de consultoria com nota fria também ou não? O senhor se lembra disso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É inovação do petrolão? Notas fiscais de consultoria, notas fiscais de empresas fantasmas.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não sei se existia, não. Eu não me lembro. Não sei se existia. Eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi. Empresas fantasmas, doações. V.Sa., que foi Presidente do partido, naquela época também se recebia contribuições ao partido de uma forma aparente legal, mas que era de fato sob pressão, ou coação, junto às empresas, ou não?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não conheço...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque V.Sa. disse que recebeu...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não conheço, Deputado, nenhuma forma aparente legal; ou ela é legal ou é ilegal. Então, no período em que eu era Presidente, o partido tinha uma conta especial, que não era a conta do fundo partidário, era uma conta especial para receber doações não somente de pessoas jurídicas, mas também de pessoas físicas. Inclusive nessa conta nós fazíamos também descontos dos Parlamentares, dos Vereadores, dos Deputados Estaduais, dos Senadores, de todos aqueles filiados do partido, para que a gente pudesse ter recursos para, então, tocar o programa, tocar o partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, para concluir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para o conhecimento de V.Sa., já está confirmado, o próprio... Várias colaborações premiadas confirmaram isso, que na inovação de notas fiscais, etc., havia também o recibo de contribuição para o partido e para as campanhas, onde as empresas, que já confirmaram — Mendonça Neto é um das empresas, da Setal, que disse isso —, que era solicitado a ele que doasse para o partido oficialmente, mas que ele doou, evidentemente, sob coação. Então, esse foi um novo mecanismo, essa invocação que houve com relação ao...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Então, eu acho que o partido não pode ser o criminoso, e sim quem doou. Se fez isso, ele doou de maneira ilegal, mas o partido recebeu dentro da forma da lei, dentro do que a lei previa como doação partidária.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Era assim também que acontecia?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Todos os partidos do Brasil recebem dessa maneira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas não sob coação ou sob pressão, ou sob intimidação de não receber as faturas.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Durante a minha Presidência, não houve coação nenhuma para se receber recursos. E outra coisa: eu estou sendo investigado. Eu sou condenado no mensalão, mas eu não sou réu no processo da Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para encerrar, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para encerrar. Temos vários inscritos e ainda mais dois depoimentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para encerrar. É porque eu participei, eu ouvi muitas pessoas...

Havia uma expectativa muito grande, de fato, quando saiu na mídia, de que o advogado, parece que é parente ou primo de V.Sa., foi à mídia dizendo que V.Sa. contribuiria com a colaboração premiada.

Depois, eu acho que o filho de V.Sa. desmentiu, dizendo que não, que não...

V.Sa. não poderia, de fato, contribuir um pouco mais para desvendar, definitivamente, essa participação?

V.Sa. já contribuiu muito quando disse aqui que a nomeação de Paulo Roberto Costa foi feita pelo ex-Presidente Lula. Eu acho que essa informação...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Como de todas as pessoas do Governo dele, foi ele que nomeou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas era de confiança dele. Ele chamava de Paulinho.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não sei se ele chamava. Ele nunca me disse isso nem eu nunca presenciei isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas ele disse ao Líder. O Líder do seu partido é que disse isso.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Ao Líder. De Paulinho não. Ele disse que Paulo Roberto Costa ficaria na cota do Partido Progressista. Isso foi informado por José Janene. Não sei se houve essa conversa. O Deputado José Janene é quem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Informou a V.Sa. que Lula...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - ...informou à bancada do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que Lula colocou na cota do PP?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Que o Presidente Lula tinha colocado na cota do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu fui o primeiro e o depoente disse que não ia falar. Depois resolveu falar. Então, isso, evidentemente, me leva...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Nobre Deputado Luiz Sérgio, eu não estou falando sobre um assunto que pudesse... Apenas sobre os comentários de que foram feitos...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, são colaborações importantes...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - ...que ocorreram, mas que não eram fatos, na minha opinião, verdadeiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, V.Sa., que é do PP, sempre...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Fui.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foi do PP. Sempre retoma essa história de que o PP teria, inclusive, trancado a pauta da Câmara. Nesse período, V.Sa. era Deputado Federal do PP.

Quantos Deputados eram? E o PP sozinho tinha o poder de articular esse trancamento na pauta? Quantos Deputados eram?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, não. O PP, naquela época, tinha 36. Hoje tem 39. Tinha 34... Eu acho que chegamos a 36. Quando houve aquela troca de Parlamentares, que foi permitido, nós chegamos a 36 ou 37. Éramos 30, 32. Não podíamos nunca fechar a pauta sozinhos. Não seria por nomeação. Se não interessasse aos outros partidos, por que os outros partidos iam acompanhar o Partido Progressista em trancar a pauta? Isso, certamente, foi uma bravata do Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. sempre foi Parlamentar de base de apoio de governo em vários mandatos.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nos governos passados, a relação... Qual foi a mudança, a grande mudança que teve da relação do Governo do PT com o Parlamento dos outros governos na época?



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Nenhuma. Nenhuma mudança. Apenas o PT tinha a minoria. O PT, V.Exa. sabe disso... Nós votamos sempre a favor da reforma tributária, a favor da reforma previdenciária, votamos sempre a favor da reforma trabalhista e o PT votava contra. E quando Governo, o PT teve que tomar outra posição, porque sabia que se não fosse feita essa reforma, o País ia quebrar. Então, o PT foi que, inclusive, trocou de posição. O PT começou a governar com uma minoria muito pequena, e a gente sabe que nenhum governo vai governar o País sem que tenha, pelo menos, uma maioria que dê tranquilidade no Congresso para poder governar. O PT foi atrás, então, dos partidos para formar uma base aliada que pudesse governar o País.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. era um Parlamentar muito amigo do ex-Deputado Janene?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não diria que era muito amigo. Eu era Parlamentar como o Deputado Janene. Era o meu Líder, eu tinha... E era membro da Executiva do partido do qual eu era Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Alberto Youssef afirma também em sua delação premiada que, antes da PETROBRAS, o PP operava em Furnas, através de uma indicação que o Janene teria feito em Furnas. Nessa época, V.Sa. era Parlamentar. Isso procede?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não era o PP, o Partido Progressista de hoje; era do PP, o Partido Popular. Ele fazia parte de um partido que, depois, juntou com o PPR, que era o nosso partido, e formamos, então, o PPB. E, depois, na minha presidência, tiramos o B e ficou só o PP, Partido Progressista. Antes, quando eles tinham essa coisa de Furnas, eu não tinha nenhum contato com o Deputado Janene, a não ser como Parlamentar. Eu o cumprimentava, como todos nós, como V.Exa. Eu tenho o respeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o senhor teve conhecimento?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, nunca tive conhecimento disso.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. aqui também fez questão de citar do julgamento do processo chamado mensalão. V.Sa. se sente injustiçado porque foi julgado numa única instância.

O Deputado Donadon chegou a renunciar ao mandato, o Supremo manteve o processo dele no Supremo Tribunal Federal e depois ele foi julgado no Supremo.

O Ministério Público pedia a condenação do ex-Deputado Azeredo, por mais de 20 anos. E ele, então, renunciou ao mandato, e o Supremo Tribunal manda o caso dele para Minas Gerais.

Analisando essa questão, V.Sa. se sente injustiçado com o Supremo Tribunal mudando a sua jurisprudência em relação às pessoas, não obtendo mais o foro — entre aspas — chamado de “privilegiado”?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu ainda tinha um fato, Deputado Luiz Sérgio, diferente do Deputado Donadon. Eu não era mais Deputado quando fui denunciado. Eu fui cassado em 2006. Eu fui denunciado pela Procuradoria-Geral em 2007 e fui condenado em 2013. Evidentemente que é uma injustiça grande. Foram condutas diferentes do Supremo Tribunal em relação a quem tinha foro privilegiado e a quem não tinha foro privilegiado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas qual a relação, mudando aqui de assunto, de V.Sa. com o doleiro Alberto Youssef? Foi apenas nesse aniversário do Janene ou depois V.Sa. manteve realmente relação?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, eu o conheci. Como ele era primo e sócio do Deputado José Janene, ele frequentemente ia a Brasília, e eu morava no mesmo prédio que morava o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele era primo do Janene?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu acho que ele chamava... Por isso esse apelido de primo. É porque o Janene o chamava primo. Não sei se ele era primo real ou se era primo porque ambos eram descendentes de libanês, alguma coisa assim. “Primo, primo”, essa coisa que faziam isso. Eu não sei. Mas, na verdade, eu o vi outras vezes na casa do Deputado



Janene, que morava junto. Era muito comum a gente sair da Câmara e ir jantar juntos lá no apartamento do Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas nessa operação chamada de Lava-Jato, V.Sa. está afirmando que conhecia apenas o Janene, mas não teve contato com as empreiteiras, com exceção...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Isso foi dito, inclusive, na declaração do Paulo Roberto Costa, que nenhum Deputado do Partido Progressista procurava nenhuma das empreiteiras, com exceção do Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Essa questão de V.Sa... Como disse, teve vários mandatos. Foi a primeira vez que o partido do qual V.Sa. estava vinculado participou de um processo de indicação de uma pessoa para cargo em uma empresa estatal, como o Paulo Roberto, ou em outros momentos, mesmo em outros partidos, V.Sa. tinha participado de processo de indicação de outra pessoa?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É claro. No Governo Fernando Henrique, nós indicamos o Deputado Dorneles para ser Ministro da Indústria e Comércio e indicamos o Deputado Francisco Turra para ser Ministro da Agricultura. E, depois, na substituição de Francisco Turra, indicamos o ex-Deputado que foi Ministro também do Governo Castello e depois foi Presidente de negócio da carne. É o... Famoso, da agricultura, o Pratini de Moraes, do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi a bancada que indicou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Além de Ministro, indicaram para cargos estatais?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Indicamos também para delegados, cargos em estatais, cargos no IBAMA, cargo na Delegacia do Trabalho nos Estados e os cargos naturais. Os Parlamentares da base aliada comumente fazem isso desde a época do ex-Presidente Figueiredo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desde a época de Figueiredo que V.Sa. é Deputado e...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Era Deputado em 1978. A primeira vez em que eu me elegi foi em 1978 e, em 1979, eu indiquei, naquela época, a Superintendência do INAMPS, em Pernambuco. O



Ministro era Jair Soares, e eu indiquei, eu indiquei não — com o apoio da bancada, mas por indicação minha —, a bancada indicou o INSS, o INPS, o INAMPS, a LBA, uma série de... No Governo de João Figueiredo, na abertura política, no processo de abertura política. Então, tem sido uma coisa natural, como tem sido assim nos governos. V.Exa. é do Rio de Janeiro e sabe que é assim. Os governos, para constituir a maioria, como V.Exa.... O Deputado Imbassahy é da Bahia e sabe que os Deputados indicam os cargos, e os Deputados da base aliada indicam os cargos de governo. E existe muito uma coisa: o político indica e o Governo demite. Se o sujeito presta, o Governo mantém; se não presta, demite e depois indica outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, com toda essa experiência de V.Sa., quando vê o discurso, algumas pessoas chocadas porque houve indicação, qual é o olhar de V.Sa. em relação a isso? V.Sa. participou de indicação desde o Governo Figueiredo, logo depois, os outros governos, Tancredo, que nem assumiu, Sarney...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Sarney, que foi Presidente da ARENA, que era o partido em que eu me elegi, pela primeira vez, em 1978. Eu me elegi pela ARENA. Ele era o meu Presidente. Depois, Presidente do PDS, que era o maior partido do Ocidente. Eu acompanhei todas essas fases. Eu sou filho de político. O meu pai foi Deputado 20 anos, minha vida toda foi em cima disso. Eu acompanhei todas essas fases de fim de governo. Eu não me esqueço, porque eu era do PDS, e o povo na rua cantando: “*O povo não esquece, acabou o PDS*”. Então, essas coisas são naturais. E V.Exa., agora, o seu partido, está passando por isso. Um partido que está há 12 anos no poder e hoje, certamente, tem toda a classe média contra e vai ter cada vez mais. As pessoas ficam insatisfeitas, porque não estão ganhando o que querem ganhar, não têm nenhuma satisfação com o Congresso, que é *status*, acham que político não trabalha, político não faz nada, que ganha bem, que indica todo mundo, que faz, acontece e que rouba. Então, é uma coisa natural dos governos longos. É por isso que eu votei contra a reeleição, porque eu sei que essa coisa da reeleição é uma coisa que não dá certo. Eu sei que agora, nessa reforma política, está se pensando nisso.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor estava no Parlamento na votação da reeleição?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu estava no Parlamento e votei contra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a tal da história de que teve compra de votos para a reeleição? Qual era o comentário que vocês tinham na época?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não vou falar da minha Casa. Eu comi muitos anos no prato da Câmara dos Deputados. Então, evidentemente, eu não farei nunca um comentário contra a minha Casa. A Casa que eu, mesmo fora, tendo sido cassado, jamais falarei mal da Câmara dos Deputados ou falarei mal dos políticos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pois bem, Sr. Presidente, vamos caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. tem a palavra e, se desejar, pode vir até a Mesa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu vou declinar do meu direito de fazer perguntas, porque o Relator Luiz Sérgio já esgotou todas as possibilidades possíveis de eu fazer alguma pergunta. Eu agradeço. Eu já me sinto contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, como sempre atuante, V.Exa. deseja vir à Mesa para que a gente possa ouvir a sua intervenção? *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar ser conciso.

Obrigado pela colaboração, Sr. Pedro Corrêa e advogados. O meu respeito.

Eu vou fazer algumas perguntas muito básicas. Aprendi muito aqui com a sua vivência política. Agora, em poucos minutos, consegui aprender muito. É o meu primeiro mandato, fui suplente na anterior. Então, isso a gente acaba aprendendo.

O senhor foi Presidente do PP por muito tempo?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Por 4 anos.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por 4 anos foi Presidente. Mas desde a criação do partido, o senhor está dentro do PP?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu fui da ARENA, depois do PDS e saí por aí. Quando juntou, ficou PPB, e quando eu era Presidente, nós fizemos uma convenção e tiramos o B, ficou só Partido Progressista, PP.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. O senhor acha que foi abandonado pelo PP? Porque o senhor foi preso uma vez, agora foi “bipreso”. O senhor foi “bipreso”. O senhor acha que foi abandonado pelo PP?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu já disse anteriormente que não falo mal nem dos meus companheiros nem falo mal da Casa em que eu vivi durante tantos anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Tranquilo.

Em toda essa questão do Lava-Jato, do mensalão, surgiram informações, depoimento do Youssef, do Paulo Roberto, e de várias outras pessoas, de que os acertos dos valores ilícitos que foram pagos a alguns agentes públicos e a alguns políticos começariam na reunião dos Líderes, com Ministros ou com alguma outra pessoa ou com o Executivo.

Isso, efetivamente, na prática, era dessa forma que funcionava?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - V.Exa. é o Delegado Waldir, não é isso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Delegado Waldir.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu quero dizer a V.Exa. que V.Exa. começa realmente como uma pessoa que pode até não ter essa experiência política, mas tem muita experiência em inquérito. Começa mansinho... Eu sou policial também porque sou médico da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Médico legista.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Médico legista. Então, acompanhei, por diversos anos, algumas vezes, em plantões da polícia, os inquéritos. O meu pai foi delegado do DOPS, foi o interventor do Estado e foi Chefe de Polícia no Estado Novo, de Getúlio. Então, eu tenho tios que



foram delegados, eu tenho muito parente na polícia. Eu conheço bem esta maneira: o delegado começa mansinho, mansinho e depois, então, vai aprofundando. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Com certeza.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Então, eu gostaria só de ouvir a pergunta de V.Exa. Qual foi?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Essa questão do pagamento ilícito de alguns valores, o pagamento ilícito de alguns valores. Segundo vários depoentes que nós já ouvimos nesta CPI, eles comentaram que, normalmente, esse pagamento ilícito para alguns Parlamentares, para algumas pessoas, ocorriam nas reuniões com Ministro, com diretor da empresa, dos Líderes do partido, segundo alguns disseram aqui, com o Ministro ou com o diretor da empresa. A partir de então é que se definia a partilha.

Efetivamente era dessa forma que acontecia?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não participei disso, Deputado. Nunca participei disso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não participou disso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Essa indicação do Sr. Paulo Roberto pelo Presidente Lula, foi um acordo feito pelo PP, pela eleição de 2002 ou foi um acordo para as votações em plenário?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Primeiro, eu quero dizer, vou repetir, em 2002, eu votei no candidato José Serra, no primeiro e no segundo turno.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu era do PP e votei no José Serra, acompanhando a posição do Governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos. Depois é o seguinte: no segundo turno, vários Deputados do PP — nós éramos 32 ou 33, eu não me recordo — tinham votado, no segundo turno, no Presidente Lula. Por essa razão, eles queriam participar do Governo. Houve, então, uma reunião para a escolha do Líder — o Líder escolhido foi o Deputado Pedro Henry —, presidida pelo Deputado Delfim Netto, no final de janeiro, antes de começar o mandato, e aí ficou decidido que seriam constituídos



três Parlamentares: eu, que era Vice-Presidente do partido, o Pedro Henry, porque era o Líder, e José Janene, porque tinha disputado a Liderança com Pedro Henry, mas tinha feito um acordo e ele era o tesoureiro do partido. Então, nós três ficamos de conversar com o Governo Lula para a participação disso, até porque nós tínhamos, no Governo do Fernando Henrique, dois Ministérios. Nos 8 anos de Fernando Henrique, o Delegado do Ministério do Trabalho, em Pernambuco, era uma pessoa indicada por mim, como também o Delegado do Ministério das Comunicações. Então, eu tinha essas duas pessoas. E no início do Governo Lula, todo esse pessoal foi afastado. Então, nós ficamos de manter essas conversações e começamos, então, a conversar isso com o José Genoíno. Ele era o Presidente do partido, e passamos a conversar com José Genoíno. Depois, então, levamos as nossas propostas, as nossas conversas ao Ministro José Dirceu. Evidentemente, que nós queríamos manter o que tínhamos no Governo Fernando Henrique, que eram dois Ministérios, e o Presidente Lula não pôde atender a esse pleito. Então, ele nos deu a TBG, deu um cargo na ANVISA, deu um cargo no Ministério da Saúde, uns cargos menores, e alguns cargos nos Estados. Não dava, evidentemente, na Delegacia do Trabalho, porque tinha que ser do PT, era um compromisso. Então, nós ficamos sem Ministério durante 2 anos, até que o Presidente Lula atendeu o partido e colocou lá o executivo, que era o executivo do Ministério da Indústria e Comércio. O Ministro era aquele da Sadia. Como é o nome dele? Aquele que era o Presidente da Sadia. Bom, era ele o executivo e foi nomeado Ministro das Cidades. Ele era um técnico e foi nomeado Ministro das Cidades. Era o Secretário Executivo, que ficou até bem pouco tempo no Governo, que era o Presidente da Olimpíada no País. Foi isso que aconteceu. Nós conversamos e, então, fomos nos entendendo. Devagarzinho, nós fomos retomando alguns postos com o compromisso de evidentemente apoiar o Governo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Esse acordo, então, era nas votações?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não, não eram as votações. Era um acordo para...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Apoio do Governo.



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - ...apoiar o Governo, fazer parte da base do Governo, como o PT era partido do Governo, como depois ficou o PTB, ficou o PDT, ficou o PR, ficaram vários partidos na base do Governo do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Só mais duas perguntinhas bem rápidas. O senhor acha que a indicação, que a volta do Ministro Dias Toffoli, para o STF — ele voltou para o STF —, ele estava lá, não sei se o senhor acompanhou essa situação, isso acabou facilitando a colocação em liberdade de vários empreiteiros.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Veja V.Exa. que eu não tenho... A impressão minha sobre o Supremo não foi uma impressão boa. Eu tive um julgamento que eu considero suspeito. Então, eu não posso falar sobre o Supremo Tribunal Federal e nem saber o que está acontecendo no Supremo. Eu não me interessa muito pelo que ocorre no Supremo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A última pergunta e aproveitando uma fala do senhor mesmo aqui... Aproveitando uma fala do senhor, eu fiquei prestando bastante atenção para aprender muito.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - V.Exa. não precisa aprender, não. V.Exa. já nasceu, realmente, depois desse estágio na polícia, V.Exa. sabe tudo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

Eu peguei uma fala do senhor aqui, na qual o senhor disse que, se alguém tivesse a coragem de prender o Presidente Lula, no dia seguinte, ele cometeria o suicídio e nós teríamos uma grande tragédia no País, panelaço... Panelaço nós já temos, já temos panelaço. O senhor acha que pelo o que o senhor...

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Ah..

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pois não. O senhor pode falar.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - É evidente que isso é uma força de expressão. Mas, na verdade, todos nós sabemos que o Presidente Lula individualmente, o ex-Presidente, é o maior Líder popular do País.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. O senhor acha que pelos fatos que foram narrados no mensalão e várias outras operações que foram feitas e agora com a Lava-Jato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E muitas pessoas falando nele. O senhor acha que já existem motivos para o Presidente Lula ter sido preso e o senhor estar aqui hoje sendo injustiçado? O senhor, outros Deputados foram presos e nunca se chegou ao Planalto. Sempre os Parlamentares são sacrificados. Eles não são os verdadeiros Líderes? O senhor acha que já teria motivos para o Presidente Lula ser preso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu quero dizer que todos os dias que eu vejo as notícias da revista *Veja*, do jornal, fala-se no Presidente Lula, que ele é responsável. Querem atingir a Presidente Dilma. Querem atingir o Presidente Lula. Todo dia se fala isso. Então, se eu tivesse uma bolinha de cristal, certamente não estaria aqui. Mas eu acho que, na minha avaliação pessoal — sou um camarada que estou fora de política desde 2006, estou 9 anos fora de política —, realmente a prisão dele seria uma catástrofe para este País. Pelo que eu conheço da minha região, o Nordeste, e pelo que eu andei pelas casas daquele povo pobre, quando a gente chega lá encontra um retrato do Padrinho Padre Ciço e junto um retrato de Lula e de Miguel Arraes. É uma coisa complicada. E é um discurso difícil de a gente enfrentar. Colocar o rico contra o pobre é uma coisa difícil de se enfrentar. Eu fui adversário de Miguel Arraes e sei o que eu sofri na vida.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mesmo com essa roubalheira toda?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Diz V.Exa. Eu não sei. V.Exa. é delegado e deve ter...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, eu, não. É a PF, o Ministério Público. O Dr. Sérgio que está dizendo.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Sim, mas a PF...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Delegado Waldir.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - V.Exa. diz isso. Eu não posso saber. Primeiro, não sou juiz, depois não estou mais na polícia; estou preso. Então, eu não sei se de tudo isso alguém vai ser condenado, se não vai ser, se vai ser arquivado processo, se não vai. Então, só depois disso aí é que a gente pode afirmar o que é que houve ou o que não houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Mota) - Obrigado, Sr. Pedro. Obrigado, senhores advogados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Mota) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra. Em seguida, Deputado Antonio Imbassahy e Deputado Darcísio Perondi.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Pedro Corrêa, nós temos, na verdade, indiciamento pela Polícia Federal, além naturalmente da investigação em torno do senhor e também já de condenações, a participação também da sua esposa e do seu filho, que acabaram sofrendo e, pelo o que a gente percebe, dentro de uma organização conduzida pelo senhor. O que levou o senhor...

Na verdade, nós temos aqui o envolvimento — dados da Polícia Federal — do nome de sua esposa e de seu filho Fábio Corrêa Andrade Neto. Não é seu filho ele?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso.

Ivan Mernon da Silva Torres. É isso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Trabalhou comigo até 2006.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Como é que se deu a participação do envolvimento dele? O senhor acreditava numa impunidade?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu não posso responder isso, Deputada. Eu vou me manter em silêncio. Eu acreditar na impunidade, eu condenado. Então, eu vou me manter em silêncio.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - No caso, o Ivan Mernon trabalhou com o senhor até o ano de 2006? Ele trabalhou de que forma com o senhor?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Ele era assessor do meu gabinete.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não era laranja seu?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Laranja? Ele era funcionário da Câmara dos Deputados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas além de ser funcionário da Câmara, ele também não era laranja de uma das suas empresas?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Novamente eu não vou responder a esta pergunta, até porque acho que não cabe aqui eu fazer isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mais uma pergunta. Na verdade, eu também tenho poucas perguntas para o senhor. Quando foi falado aqui acerca do Presidente Lula, agora inclusive colocaram mais uma vez, o primeiro nome dele foi tratado aqui quando se falou que político fora do mandato não tinha força nenhuma. Aí o senhor colocou: "*Olha, o Presidente Lula, por exemplo, jamais seria preso*". Enfim, em sua opinião, ele jamais seria preso por que não tem força ou por que tem força demais?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu diria a V.Exa. que eu falei num político importante, como falei em Fernando Henrique Cardoso, como falei em Lula, que são ex-Presidentes da República, passaram 8 anos governando o País. É diferente de mim que fui Deputado Federal somente, não cheguei nem a Ministro de Estado. Então, eu estou fora há 9 anos. Evidentemente que o tempo passa. Eu até queria fazer aqui só uma retificação daquilo que eu disse. Eu quero dizer que eu continuo confiando no Supremo, no Supremo Tribunal Federal, a mais Alta Corte do País. Embora eu tenha sido condenado de maneira, eu acho, equivocada, e o Supremo já admite isso, eu quero — se eu disse alguma coisa, se eu fiz alguma afronta ao Supremo — aqui me penitenciar, porque nem ao Supremo, nem ao Governo da Presidente, nem às Assembleias Legislativas, nem ao Congresso Nacional, eu, em nenhum momento, já deixei muito claro, vou falar mal de qualquer uma dessas instituições do País. Eu não falarei mal jamais nem dos



funcionários da Câmara, nem dos funcionários do Senado, nem dos funcionários federais. Eu tenho por eles o maior respeito e tenho por eles e pelos funcionários da Justiça o maior respeito e tenho, sim, muito orgulho de o meu País estar vivendo um regime pleno de democracia, porque eu vivi também o período da ditadura. Eu tinha 15 anos e fui chamado para depor, a 1 hora da manhã, para dar conta de um tio meu, que era secretário assistente de Miguel Arraes, que meu pai era líder da Oposição contra ele, e eu fui chamado com 15 anos para fazer isso. Então, eu não me esqueço. Eu quero, então, se eu fiz alguma grosseria com o Supremo ou com qualquer outro órgão do País, me desculpar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Dos nomes que foram apresentados na lista Janot, Sr. Pedro Corrêa, nós tivemos mais de 30 nomes do PP, seu partido. Ao mesmo tempo, também temos outros partidos citados na Operação Lava-Jato, mas que a quantidade de participantes nessa lista é extremamente inferior aos nomes do PP. Como é que o senhor vê isso? O PP seria um partido injustiçado ou está sendo feito justiça com o PP e não está sendo feito justiça com outros partidos que têm uma relação direta com essa corrupção?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Veja que no meu partido todo mundo está eleito democraticamente pelo voto popular. O Líder do meu partido, Deputado Eduardo da Fonte — está aqui o Deputado Fernando Monteiro, que representa o nosso Estado —, foi o Deputado Federal mais votado, em duas eleições que ele disputou, do Estado de Pernambuco. E certamente ele é uma das pessoas que vai ter um futuro grande, até porque é um guri, é muito novinho e tem muito futuro pela frente. Eu tenho certeza de que ele vai sair disso bem. Então, eu quero dizer que o meu partido não é diferente de nenhum outro partido. Nenhum outro partido. Nem é diferente do PPS, cujo Presidente Roberto Freire eu conheço bastante, que foi meu companheiro de bancada durante muitos e muitos anos. Temos uma qualidade comum: somos torcedores do Sport, somos rubro-negro. Eu fui Vice-Presidente e Presidente do Sport e ele sempre foi um dos conselheiros atuantes ao lado do clube. Então, nenhum partido é diferente, até porque as eleições são todas iguais, são todas iguais, são todas iguais. Se a pessoa não tem um governo do Estado por trás, uma secretaria de governo, se não tem uma Igreja por trás, se não tem uma estrutura partidária muito forte por trás, se



não tem... Ele, para se eleger, ele sabe quanto custa, sabe o que custa isso. Se você não é famoso e não tem um *recall*, você sabe o quanto custa uma eleição. Todo mundo sabe. E lá no Nordeste, a senhora é do Maranhão e sabe como é que é feita a eleição lá no Nordeste, sobretudo no seu Estado, que é um Estado realmente onde as oligarquias mandaram durante muitos anos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Pedro Corrêa, deixe-me dizer uma coisa ao senhor...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero pedir à Deputada Eliziane Gama 10 segundos para dizer, aqui publicamente, ao Sr. Pedro Corrêa que os partidos não são iguais. O meu bota para a rua os corruptos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria responder, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu fui do partido de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero dizer para o senhor...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas ninguém sabia que o senhor roubava, porque, se descobrisse, eu tinha pedido a sua expulsão.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu fui do partido de V.Exa. Eu fui do partido de V.Exa. e eu conheço a história do partido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas depois que o senhor saiu, mudou.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - E no Nordeste, o partido de V.Exa. foi o partido mais forte do País. A parte forte dele não era no Sul não, era no Nordeste. Era no Nordeste.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu sei disso. Mas nós botamos para a rua quem rouba no meu partido. É diferente.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Era Marco Maciel, Roberto Magalhães, todo esse povo que era Deputado Federal e era político do Nordeste.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É diferente. É diferente. É diferente.



O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO -
Todos, todos! Roseana Sarney era Deputada, era do PFL.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Volto a lhe afirmar: nós botamos para a rua quem rouba, diferentemente dos outros.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO -
Talvez seja hoje.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não. Desde 2013 é assim, graças a Deus! Antes eu não posso responder.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero só falar ao Sr. Pedro Corrêa que nós estamos aqui fazendo uma investigação de casos de corrupção.

O partido de V.Sa., Sr. Pedro Corrêa, é o partido mais citado nesses casos de corrupção. O partido de V.Sa. é o partido que é citado por comandar um sistema de corrupção, na verdade uma verdadeira quadrilha de corrupção. E não venha aqui o senhor tentar colocar, inclusive, não apenas os partidos, mas os membros partidários numa vala comum.

Inclusive quero dizer a V.Exa. que, de fato, o meu Estado é o Estado onde há maior concentração de pobreza do Brasil. Infelizmente está lá. Aquele Estado foi liderado e foi comandado historicamente por um grupo que, graças a Deus, conseguimos derrotar.

E também quero dizer a V.Exa. que eu fui a Deputada Federal mais votada do meu Estado — e falo isso com muita honra —, uma votação fruto de um sentimento popular. Não houve nenhum ato minúsculo sequer de ação ilegal que envolvesse a nossa campanha, uma das campanhas mais baratas e que representou muito mais a população daquele Estado.

Então, eu quero dizer ao senhor que não tente nos colocar, inclusive nós que estamos aqui, nessa mesma vala. Nós estamos aqui na tentativa de combater uma corrupção que é sistêmica, dita pelos principais operadores que estiveram conosco na Comissão, inclusive falando de forma institucionalizada, e que foi operada pelo partido de V.Sa., o PP. Como eu já coloquei, mais de 30 das pessoas que estão na lista do Janot são, na verdade, membros do PP.



Mas eu também queria fazer uma ressalva: existem integrantes do PP — eu tenho plena convicção disso porque existem bons e maus em tudo —, pessoas sérias e probas também que são filiadas ao PP.

Mas para finalizar a minha participação com o senhor, V.Sa. foi Deputado já de vários mandatos, não é? Já está na vida pública aí há muitos anos, desde a década de 70, não é isso?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Já estive.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E tem, portanto, conhecimento e informação aprofundada não apenas da Operação Lava-Jato, mas também das outras operações, inclusive pelas quais o senhor é condenado.

Eu pergunto ao senhor: os seus advogados estudam a tentativa da construção de uma colaboração premiada, para que o senhor dê uma contribuição muito mais efetiva a essa operação?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu me reservo o direito de não responder à pergunta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Indago se algum Parlamentar deseja fazer mais algum questionamento.
(Pausa.)

O Deputado Celso Pansera tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não é um questionamento não. Eu queria citar algo para o Sr. Pedro Corrêa, porque eu estou aqui com os termos de colaboração do Alberto Youssef, um catatau. Eu dei uma passada de olho nele novamente e encontrei, Sr. Pedro Corrêa, a citação do seu nome em diversos lugares, e o da sua filha também.

Mas no Termo de Colaboração nº 14, na página 346, ele fala o seguinte — vou ler para o senhor:

“(…) que, contudo, de forma paralela e oculta, a pedido de Paulo Roberto Costa, o grupo anterior do PP,



composto por Pedro Henry, Pedro Correa, Nelson Meurer, João Pizzolatti, Mario Negromonte, Luiz Fernando Sobrinho e José Otávio, continuaram a receber as comissões da PETROBRAS por intermédio do declarante;(..."

No caso, o declarante é o Alberto Youssef. Isto aqui está na página 346 do Termo de Colaboração nº 14, a que, com certeza, a sua banca de advogados tem acesso.

Então, acho que a sua convocação aqui tem o sentido de avançar em cima de documentos que já têm sido colocados, formalizados na Justiça e aceitos inclusive pelo Supremo Tribunal Federal. Por isso é que nós chamamos o senhor para falar a esta CPI.

Se o senhor quiser se posicionar, tudo bem. Mas eu, entre tantas situações que encontrei, falo desta que está escrita aqui na página 346.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Eu quero afirmar a V.Exa. que essa declaração do Sr. Alberto Youssef é mentirosa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, tenho só uma pergunta ao ex-Deputado Pedro Corrêa.

Sr. Pedro Corrêa, nós começamos este debate aqui perguntando ao senhor sobre um advogado — eu queria saber se era mesmo advogado do senhor — que falou, quando o senhor estava transferido de Recife para cá, que o senhor ia passar a República a limpo. Esse advogado foi demitido? Ele era seu advogado?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Esse nunca foi meu advogado. É meu primo, primo legítimo e foi juiz do Tribunal de Trabalho e foi Presidente do TRT de Pernambuco. Então, é um primo de primeiro grau. Mas nunca foi o meu advogado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele não estava te representando então?

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Não estava me representando nem estava autorizado. Tanto é que eu e meu filho desmentimos. E também os meus advogados fizeram uma nota no mesmo dia, desmentindo essa notícia.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas., Deputado Ivan Valente e Deputado Celso Pansera.

Transmito agora a palavra de volta ao ex-Deputado Pedro Corrêa, para que ele possa fazer as considerações finais.

O SR. PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO - Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que, apesar de ter sido condenado no mensalão, eu confio na Justiça do meu País. Eu acredito que eu sou inocente nessa Operação Lava-Jato. Não era mais Deputado. Eu quero deixar claro que eu não vou fazer delação e que vou esperar o resultado da Justiça. E não acredito que essas delações do Sr. Alberto Youssef e do Sr. Paulo Roberto Costa sejam mantidas, até porque existem vários desacordos em cima delas. Eu confio no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal deixou aquele ímpeto de 2013 e 2012, quando havia assim uma briga permanente entre o ex-Ministro Joaquim Barbosa e o Ministro Ricardo Lewandowski e outros Ministros. E hoje tem uma Casa que está realmente com o sentimento que todos nós esperamos da mais Alta Corte do País. Eu tenho certeza de que o Supremo vai agir com a sensatez e com a “sensitidez” do que é peculiar ao longo de sua história. Eu queria apenas fazer um apelo aos Deputados da CPI: que eles fossem bem a fundo em cima disso e pudessem apresentar também uma contribuição maior a esse projeto de reforma política, que hoje é um assunto que todos os partidos discutem, porque sabem que eleição não pode continuar desse jeito. Por que os partidos querem indicar os Ministérios com orçamento gordo, querem indicar as diretorias da PETROBRAS, diretoria do Banco do Brasil, diretoria da Caixa Econômica, querem indicar diretoria do DNIT, querem indicar IBAMA, querem indicar DNOCS, querem indicar...? Por que querem fazer isso? Certamente porque querem fazer favor aos empresários, para que, na eleição, possam ter caixa para fazer essa eleição. Então, é importante que a gente faça uma modificação disso, porque eu disputei oito eleições partidárias e sei o quanto custa uma eleição e sei o seguinte mais: que, se a gente for ver a conta corrente dos Parlamentares, todos eles sequer têm cheque especial, porque hoje não têm condição de manter o cheque especial. A grande maioria é uma maioria sacrificada. E olhem que eu fui Deputado na época em que um médico, um engenheiro, um



advogado podia ser Deputado, porque a eleição era mais barata. Hoje não. Hoje, se você não tiver uma Igreja — volto a dizer isso —, se você não tiver uma Igreja, se você não tiver uma representação de alguma coisa, você não chega mais ao Congresso Nacional, a não ser quem já tem mandato parlamentar e que tem um trabalho muito grande em favor de seu Estado e do País. Senão, é fundamental que a gente encontre uma maneira, se é o voto distrital. Eu, por exemplo, sou favorável ao voto de lista, mas já vi que esse não será um voto que será utilizado. Mas que seja o distrital misto, que seja o distrital, que seja qualquer tipo de voto, o distritão, qualquer coisa, mas contanto que a gente diminua o custo da eleição, porque, senão, nós não vamos acabar nunca com essa coisa de indicação política e de auxílio de dinheiro para empresário, seja caixa dois, seja caixa um, no nosso País.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero só fazer um comentário final. Aqui se falava em bola de cristal. Acho que o problema não é cristal, é bola moral, porque, na verdade, pelo que nós acompanhamos ao longo da trajetória do Parlamentar que está aqui, a sua fala final revela claramente como as coisas aconteceram lá no mensalão. E nós que pudemos acompanhar podemos entender por que ele está “bipreso”, não é?

Então, acho que ele não tem autoridade moral para vir dar nenhuma lição a ninguém aqui, assacar algo contra quem quer que seja. Acho que ele deveria ficar calado, quieto e pagar a conta que deve para a Justiça.

E faço uma observação importante: não é o Supremo que vai julgar, é o Dr. Sérgio Moro, que é muito mais duro que todo o Supremo somado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Pedro Corrêa, agradeço a V.Sa.

Já convido o Sr. Carlos Habib Chater para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Sr. Carlos Habib Chater, advirto que V.Sa. será ouvido na condição de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas



conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra o Sr. Carlos Habib Chater para as saudações iniciais.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Boa noite!

Por orientação da minha defesa, eu permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra para o Sr. Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Carlos Habib, na denúncia que o Ministério Público apresenta, V.Sa. responde já por ter operado, sem a devida autorização do Banco Central com a empresa Fly Turismo, efetuado operações de câmbio não autorizadas a fim de promover evasão de divisas no País.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Luiz Sérgio, fala mais alto, fala mais próximo do microfone.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Olha que tem não sei o quê aqui.

Sr. Carlos Habib... (*Manifestação na plateia.*) O auditório está afinado!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Melhorou visivelmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Carlos Habib, na denúncia que o Ministério Público apresenta, V.Sa. responde por operar, sem a devida autorização do Banco Central do Brasil, pela empresa Fly Turismo; efetuar operação de câmbio não autorizada a fim de promover a evasão de divisas no País; ocultar e dissimular a origem ilícita desses recursos. E a Operação Lava-Jato leva esse nome em decorrência de uma rede de postos de combustíveis com que V.Sa. tinha uma relação estreita. O nome vem daí.

Esta é uma CPI que tem como objetivo investigar a fundo essa questão. E V.Exa. vem a esta CPI e resolve que não quer colaborar?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., em outro anteriormente, já foi condenado ou respondeu por algum outro crime?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. é amigo do Sr. Alberto Youssef?



O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. José Janene era amigo de V.Sa.?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando na CPI, acho que na primeira reunião, eu o chamei por senhor, o Deputado disse que isso... Não, não foi o Arnaldo Faria de Sá, foi o Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, não foi.

Ele fez uma questão de ordem — o Pauderney Avelino — de que o termo “senhor” revelaria uma intimidade que regimentalmente estava equivocada. E eu, para não ser chamado equivocadamente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de fazer um apelo: que essa discussão fosse feita num outro momento, para que a gente possa evoluir com a oitiva.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é complicado, não é, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Carlos Habib, quer dizer que V.Sa. aqui, com relação ao Sr. Assad Jannani, o senhor o conhece?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na visão de V.Sa., qual é a credibilidade do Sr. Alberto Youssef no mercado paralelo de moedas estrangeiras? V.Sa. confiaria a Alberto Youssef a administração de seu patrimônio?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, se ocorrer como o Pedro Corrêa, que disse que não ia falar e depois resolveu falar, eu retomarei com minhas perguntas. Mas, para adiantar o processo, eu passo aos outros, para que possam fazer as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O Deputado Bruno Covas tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Carlos Habib, o senhor é proprietário do Posto da Torre, em Brasília?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Posto da Torre, em Brasília?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Continuo calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É verdade que lá eram feitos os pagamentos a Deputados em espécie?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Continuo calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É verdade que lá só era aceito pagamento em dinheiro, para poder facilitar a lavagem de recursos de propina?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor tinha uma conta corrente com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quantos milhões de reais ou de dólares foram destinados a agentes políticos a pedido de Alberto Youssef?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. tem conhecimento da reunião ocorrida entre Rui Falcão e João Vaccari Neto no Posto da Torre, ainda neste ano de 2015?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V. Exa.

Vamos agora aos autores. O Deputado Onyx Lorenzoni é o único autor.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, dado o adiantado da hora, a decisão do depoente e nós termos uma oitiva que pode render muito mais, a do Sr. Ricardo Hoffmann, eu abro mão de fazer qualquer tipo de pergunta ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos para a ordem dos inscritos. Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, Sr. Carlos Habib, já que o senhor não quer responder sobre esse processo, eu vou fazer umas perguntas que talvez não comprometam. Se puder responder...

Eu tive uma informação agora há pouco de que alguns Parlamentares abasteciam no posto porque lá a gasolina era de melhor qualidade. Havia algum diferencial entre a gasolina do posto e outros postos de um modo geral ou não?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vi a fotografia aqui do Rui Falcão e do Vaccari.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ali.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Sim. Não estou conseguindo ver.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não enxerga, não?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Leva lá. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - *(Ininteligível)* para o senhor.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor identifica essa fotografia? Essa lanchonete é no Posto da Torre?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não conhece a lanchonete? É só para dizer se conhece ou não conhece. Não conhece?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, Sr. Presidente, também vou entregar as perguntas aqui para a Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que a Taquigrafia faça constar as perguntas dos Srs. Parlamentares.



Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta porque o declarante já disse que não vai falar.

Mas, Sr. Carlos Habib, quero dizer que eu o conheço há muito tempo, graças a Deus só de nome. Sou integrante da Polícia Federal, trabalhei em Brasília e sei da sua fama de agir ao arrepio da lei já há muito tempo — o seu pai, o senhor.

Então, quero dizer apenas uma coisa: o senhor com todo o seu envolvimento com o que há de mais ilegal com relação a moeda estrangeira, ao tráfico de drogas o senhor prestou um grande serviço ao País. Graças ao desleixo do senhor na sua relação com o Sr. Renê, o Brasil teve oportunidade de conhecer a Operação Lava-Jato, porque o senhor deu início a ela. E hoje nós sabemos de tudo que acontecia de podre na PETROBRAS, com esse envolvimento de uma série de políticos e de pessoas.

Então, o senhor, em toda a sua vida criminosa, fez, no final dela — eu espero que o senhor passe muitos anos na cadeia —, um grande serviço ao Brasil, prestou um grande serviço ao Brasil.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, doutor! Boa tarde não, boa noite já, não é, doutor? Boa noite Sr. Carlos Chater! O senhor mora em Brasília, e eu estou lá de passagem.

Eu queria saber se o senhor está reservando o direito constitucional de permanecer calado. Mas eu percebi que, pelos indiciamentos que foram feitos, pelas broncas que o senhor está respondendo aí, o senhor acabou se aventurando em duas áreas extremamente rentáveis: o tráfico drogas; e mexer com o pessoal da política que gosta de dinheiro escuso. Qual das duas é mais rentável, Sr. Chater? Qual das duas é mais rentável? O senhor poderia me dizer qual das duas é mais rentável?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Posso. Se o senhor tivesse feito o dever de casa, saberia que eu não fui condenado por tráfico de drogas. Mas como o senhor não fez o dever de casa...



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - E por orientação da minha defesa técnica, eu permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É, eu não fiz o dever de casa, mas é o senhor que está algemado aí, passeando de camburão, não é? Então, as acusações que tenho aqui são contra o senhor. O senhor é um traficante. O senhor é traficante.

Há poucos minutos aqui, estive um membro da sua quadrilha aqui, o Renê. E vocês mexiam com droga da Bolívia, do Peru. E a gente vê que houve uma grande ligação, Sr. Carlos Chater, entre a PETROBRAS e a Bolívia. A ex-Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Lula fizeram vários acordos. E foi estendido até um gasoduto para a Bolívia, para o Presidente Evo Morales. Um grande favorecimento à Bolívia. No Peru também têm sido feitos investimentos constantes. Até a construção da “rodovia da coca”, que fica dentro da Bolívia, é investimento brasileiro.

Essa ligação do Executivo Federal, com as facilitações, os financiamentos que tem feito à Bolívia — e aí o envolvimento da PETROBRAS —, tem alguma ligação com o senhor? O senhor tem alguma ramificação nessa facilitação da entrada da droga no País?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Permanecerá calado.

Eu tenho muito orgulho de vários amigos libaneses que tenho. Vários libaneses têm contribuído para este País, vários libaneses honestos, trabalhadores. Mas o senhor veio aqui para traficar. O senhor é diferente.

Nós já temos bandidos demais neste País. O senhor veio aqui, vira traficante, se envolve com político bandido, com empreiteiras. E através da vacilada do senhor, do tráfico, das suas escutas, nós descobrimos que posto de gasolina também virou “lavanderia”. Então, é uma pena. Nós já temos bandidos demais no País.

Eu queria finalizar com uma última pergunta: o senhor vende droga para a Indonésia também?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Antes de mais nada, eu sou brasileiro, eu não vim do Líbano. A segunda: qual parte o senhor não entendeu de que eu não fui



condenado por tráfico de drogas? Se o senhor não entendeu, eu posso fazer um desenho para o senhor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria que o senhor fizesse um desenho, então.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - E continuo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor faz o desenho, então.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - E continuo lhe dizendo que, por orientação do...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tem que me respeitar, viu? O senhor tem que me respeitar.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Assim que o senhor me respeitar, o senhor vai ser respeitado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou respeitando o senhor. O senhor é um criminoso. O senhor é um bandido aqui. O senhor é um interrogado aqui. O senhor tem que me respeitar.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Mas o senhor está me chamando de traficante.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor é traficante!

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Se o senhor não provar, eu posso lhe interpelar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pode, pode. O seu advogado está do seu lado aí.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Então, por favor, o senhor se coloque dentro do... Faça o dever de casa, leia melhor, venha mais bem preparado, que eu vou responder para o senhor. Enquanto o senhor não fizer o dever de casa, eu continuo calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor vende droga para a Indonésia? Sim ou não?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Eu vou ter que fazer o desenho para lhe dizer que eu não sou traficante?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Faz o desenho! Eu estou esperando.



O SR. CARLOS HABIB CHATER - E o senhor ainda quer ser respeitado? O senhor está no lugar errado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou tratando o senhor... Não...

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O senhor está me tratando com falta de educação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu o estou tratando como senhor.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O senhor me chamou por traficante. E eu estou lhe dizendo, estou repetindo que eu não fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos, Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está aqui. Eu estou dizendo para o senhor o que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Abaixе o dedo aí!

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor abaixe o dedo! Não levante o dedo para mim, não!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Abaixе o dedo aí.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O senhor abaixe a voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos, Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Manda ele abaixar o dedo e me respeitar, senão eu dou voz de prisão a ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir... Sr. Carlos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele vai ser conduzido por desacato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos, V.Sa...

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Ele está me chamando de traficante. Ele não sabe nem ler. Nem leu.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É desacato, é desacato, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Desacato não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Carlos, V.Sa. não pode fazer (*ininteligível*) o Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Manda ele abaixar o dedo aí. Tem que abaixar o dedo para as negas dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. responde às perguntas dele.

Deputado Delegado Waldir, há mais alguma pergunta?

O SR. CARLOS HABIB CHATER- Não, não, não. A partir do momento em que ele diz que eu sou traficante, eu não posso aceitar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nós temos aqui vários...

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O senhor está errado. Faça o dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. não pode discutir.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Faça o dever de casa. Verifique se eu fui condenado por tráfico de drogas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor está sendo investigado.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Investigado não é ser traficante. Eu não sei qual é a sua formação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir, eu vou passar a palavra para o advogado, que deseja fazer algum esclarecimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pois não, doutor.

O SR. ROBERTO BRZEZINSKI NETO - É simples: ele foi acusado, foi absolvido; e o Ministério Público não recorreu. Ponto. Ele não tem nenhuma condenação por tráfico de droga. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nós temos aqui informações...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir, vamos prosseguir com as perguntas.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Informação aqui no Brasil, até onde eu sei...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu não estou perguntando ao senhor. Não estou me dirigindo mais ao senhor.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O senhor está falando comigo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor, o senhor... Abaixa esse dedo aí. O senhor aponta o dedo para as suas negas.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - O dedo vai ficar. Aqui ó.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Abaixa o dedo aí! Abaixa o dedo! Você é bandido, cara! Você é bandido! Você não pode apontar o dedo para pessoa decente, não! Você é bandido!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que intervenha.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Você é presidiário. Você foi preso pela polícia, cara Você é algemado. Você é bandido. Tu é bandido, cara. Tu é bandido, entendeu?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor é bandido.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Abaixei a bola. O senhor é bandido.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos prosseguir ouvindo a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu tenho umas perguntas, mas vou declinar e vou fazer apenas uma ao Carlos Chater, porque não sei se ele vai responder.



Sr. Carlos Chater, o senhor conhece essas pessoas que são citadas ou chamadas por alguns codinomes, como, por exemplo, Omeprazol, Matusalém, Black, Michelin, Salomão, Chavo e Primo. O senhor alguns desses codinomes?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado, senhora. Permaneço calado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Celso Pansera tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Carlos Chater, o senhor é apontado como uma espécie de caixa eletrônico da propina em Brasília. Estima-se que o senhor movimentou 10,8 milhões de reais entre 2007 e 2014, através de 375 contas bancárias.

Em delação premiada, o Sr. Alberto Youssef disse que utilizou os seus serviços através de TEDs e também de movimentações financeiras em espécie, para pagamento de propinas para políticos e agentes de políticos. O senhor tem condições de comprovar a origem e, sobretudo, a legalidade desses negócios?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Por orientação da minha defesa técnica, permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor tem conhecimento da delação premiada do Sr. Alberto Youssef e a sanção dele. O senhor confirma as palavras do Sr. Alberto Youssef?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Sr. Renê Luiz Pereira, que negou, obviamente, toda a culpa dele no tráfico de drogas, disse que abastecia no seu posto devido à qualidade do combustível. O senhor conhecia o Sr. Renê Luiz Pereira?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Continuo calado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, as demais perguntas eu vou encaminhar à Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera.

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero ler um trecho sobre o declarante, no caso o Sr. Youssef:

“(...) que o declarante também utilizou Carlos Chater para repassar valores para Nelson Meurer; que isso ocorria quando Nelson Meurer precisava de valores em espécie em Brasília; que não necessariamente este dinheiro era para o próprio Nelson Meurer e poderia ser para o Partido Progressista; que questionado como ocorria tais repasses, às vezes Carlos Chater precisava de dinheiro para comprar combustível no Posto da Torre e recorria ao declarante, pois sabia que, por vezes, o declarante precisava de dinheiro vivo em Brasília; que então o declarante pagava os distribuidores de combustível do Posto da Torre e quatro ou cinco dias depois o declarante pedia a Chater que entregasse os valores em Brasília, diretamente para Nelson Meurer, Pizzolatti, João Genu, Mário Negromonte ou em outros lugares, a pedido do declarante; que o declarante tinha uma “conta corrente” em Brasília com Chater; (...)”

A pergunta, se V.Sa. quiser responder, é se conhece as pessoas que eu citei aqui, os Deputados. Parece que o maior frequentador era o Deputado Nelson Meurer. O senhor conhece?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Youssef o senhor conhece?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E os outros Parlamentares aqui citados?

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor não tem nada a dizer, então. Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom, não havendo mais nenhum Deputado inscrito, retorno a palavra ao Sr. Carlos Habib Chater, para, se desejar, fazer comentários finais.

O SR. CARLOS HABIB CHATER - Não. Só agradeço e permaneço calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Então, nós estamos dispensando a presença do Sr. Carlos Habib Chater.

Estamos convidando o Sr. Ricardo Hoffmann. *(Pausa.)*

Muito bem. Convido-o para sentar, por favor. *(Pausa.)*

Bem, registrando a presença do Sr. Ricardo Hoffmann, acompanhado dos seus advogados, nós reiniciamos a sessão, advertindo a V. Sa. que será ouvida na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados como também a decisão do juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Deputado Imbassahy, tendo em vista que os autores do requerimento estão com voo marcado para agora à noite, eu, como Sub-Relator, e o Deputado Luiz Sérgio, como Relator, nós pedimos a inversão, para que os dois possam fazer uso da palavra, e depois nós questionamos. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Então, eu passo inicialmente a palavra para o Sr. Ricardo Hoffmann para os comentários iniciais. V.Sa. tem até 20 minutos.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu abro mão dos comentários, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Acolhendo, então, a proposta do Sub-Relator, Bruno Covas, e do Relator, Luiz Sérgio, vamos dar início com os autores do requerimento.



Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Ricardo Hoffmann, só para que eu tenha compreensão, o senhor estará respondendo as nossas perguntas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou fazer uso do direito constitucional de ficar calado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu vou fazer aqui algumas perguntas para o senhor. Até mesmo como autora do requerimento, faço questão de fazer as perguntas.

Sr. Ricardo, V.Exa. e a empresa de que o senhor era Vice-Presidente são acusados de participar de licitações fraudulentas em contas do Ministério da Saúde, do BNDES, na Apex-Brasil, na BR Distribuidora e, principalmente, na Caixa Econômica, onde havia aí a famosa "República do Paraná". Além do senhor e do ex-Deputado André Vargas, do ex-Prefeito de Londrina, Nedson Micheleti, e do Superintendente de *Marketing* da Caixa, Clair Luiz Santos, quem mais fazia parte dessa chamada República?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu farei silêncio, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor tem contato com a ex-Ministra Gleisi Hoffmann? Ela também fazia parte dessa República?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu permanecerei em silêncio, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor conhece e tem contato com o ex-Ministro Paulo Bernardo?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu ficarei em silêncio, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os recursos desviados dos contratos da Caixa Econômica, do Ministério da Saúde, que faziam, portanto, parte dessa República, eles serviam para quê, exatamente? Para irrigar campanhas de partidos políticos, campanhas de candidatos, nas eleições?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu me manterei em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - As empresas dos irmãos André e Leon Vargas, a LSI e a Limiar, elas prestam quais serviços para a sua empresa?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu ficarei em silêncio, Sra. Deputada.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na verdade, o Sr. Hoffmann está fazendo uso do direito de se manter em silêncio, que, na verdade, é um direito constitucional, e, portanto, o senhor hoje está fazendo com todo o direito que possui. Mas, ao mesmo tempo, também, eu queria lamentar. Vejo que a nossa vinda para o Paraná foi importante, era necessário virmos, até mesmo porque um ato da Mesa impede que as pessoas que estão em privação de liberdade possam ser ouvidas no Congresso Nacional. Mas, infelizmente, algumas informações que são importantes, inclusive até para mostrar o tamanho da corrupção em torno da PETROBRAS... Porque, como o Juiz Sérgio Moro já deixou muito claro, desde o início da sua investigação, lá atrás, na Lava-Jato, até agora, são vários tentáculos, e, a partir dessa operação, surgem várias e várias outras operações. Aqui é um caso mais uma vez emblemático, que, no nosso entendimento, poderá, inclusive, chegar a outras possíveis operações. E eu entendo que nós do Congresso Nacional precisamos, inclusive, estar atentos quanto a isso. Inclusive, Presidente, já encaminhamos a V.Exa., mais uma vez, a nossa solicitação ao Presidente desta Comissão para que nós, o quanto antes, venhamos a aprovar as quebras dos sigilos. Nós ouvimos aqui... E, quando a gente chega aqui na CPI, a gente tem as pessoas que são convocadas, elas vêm, mas, na verdade, não falam, e alguns que falam mentem. Então, a quebra do sigilo é um mecanismo extremamente fundamental para chegarmos, na verdade, a essa linha de investigação. E temos as informações, porque não precisa perguntar. Você já tem realmente os dados e será fundamental para o relatório do nosso Relator Deputado Luiz Sérgio.

Portanto, fica o nosso apelo quanto à aprovação das quebras dos sigilos fiscais, telefônicos e bancários, que nós temos feito de forma concomitante. Da mesma forma como nós geralmente apresentamos a convocação em paralelo, nós também já apresentamos as quebras. Aliás, no nosso entendimento, deveriam ser aprovadas antes das convocações, porque nos daria muito mais elementos, inclusive para fazer os questionamentos necessários.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Deputada Eliziane Gama.

Passo a palavra para o Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Ricardo Hoffmann, há quanto tempo o senhor é publicitário?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu me mantereí em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem essa pergunta o senhor pode responder? O senhor é um profissional da área de comunicação.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de exercer o meu direito constitucional de ficar calado, com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou então... Eu tenho aqui um histórico da sua trajetória como publicitário. E realmente o senhor trabalhou, parece-me, em várias agências de publicidade no Paraná. Depois o talento peculiar em se relacionar com o Governo lhe rendeu o cargo de diretor da agência catarinense Máster na sua filial em Brasília, para onde se mudou em 1994. Lá em Brasília, posteriormente — eu tenho aqui no meu resumo —, o senhor trabalhou em empresas bastante conhecidas e reconhecidas no mercado, como a DM9, a Newcomm e a Fischer. Confirma isso?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Desculpe, Deputado, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Inclusive eu tenho indicação de que o senhor se aproximou da vida política, foi assessor do ex-Governador Roberto Requião em *marketing* político e, depois, partiu para a chamada Borghi Lowe. Após a multinacional Lowe comprar a pequena agência BorghiErh, o senhor foi indicado para assumir a chefia do escritório em Brasília. Em 2008 a 2009, a agência passou de 14º para o 4º lugar em faturamento e o número de clientes saltou de 12 para 25, inclusive com contratos importantes como o da Caixa Econômica Federal, 260 milhões de reais. O senhor confirma?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Respeitosamente, Sr. Deputado, eu vou-me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois o senhor fez uma relação com o ex-Deputado André Vargas, e a razão pela qual o senhor está preso nesse momento foi por relações com as firmas LSI e Limiar, controladas pelos irmãos Vargas. Esses fatos caracterizariam crimes de corrupção, com comissões devidas à Borghi Lowe



sendo direcionadas como propinas e sem causa lícita a André Vargas e seus irmãos, deste por intermédio de um estratagema fraudulento. Essas são as afirmações do Juiz da Justiça Federal Sérgio Moro.

O senhor já foi ouvido pelo Juiz Sérgio Moro?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Os contratos publicitários que o senhor ganhou são contratos bastante grandes, não é? E certamente, no mínimo, tem tráfico de influência e outras questões.

Eu queria deixar registradas, Sr. Presidente, as perguntas que eu vou fazer, mas eu quero lê-las, porque elas têm um caráter didático e pedagógico.

É possível que uma empresa de propaganda e *marketing* conquiste uma licitação mesmo apresentando preços superiores numa concorrência pública? Se sim, em que circunstâncias? Essa é uma prática comum no mundo das agências de propaganda?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual o montante de recursos que a empresa Borghi Lowe detém em contratos com o Governo Federal?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não pode responder?

O senhor é acusado de manter contratos fraudulentos com órgãos de serviço público, recebendo por serviços não prestados, razão pela qual parece que o senhor está aqui respondendo neste momento.

Eu já perguntei sobre a Limiar e a LSI.

A última pergunta é a seguinte: o senhor conhece o ex-Deputado André Vargas de quando?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nosso depoente não quer contribuir com o debate da CPI. É um direito constitucional dele.



A última pergunta é se ele pretende fazer ou está pensando em fazer delação premiada na Justiça Federal.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

Passo a palavra para o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. se manterá em silêncio ou já há disposição de responder algumas das perguntas dos Parlamentares?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu gostaria de exercer o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, mantendo a mesma linha de atuação com todos aqueles que optaram pelo seu direito constitucional de não responder, eu passo adiante para que os outros possam fazer as suas intervenções e protocolarei na taquigrafia as perguntas que eu preparei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradecendo ao Deputado Relator Luiz Sérgio, passo a palavra para o Sub-Relator, Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dr. Ricardo Hoffman, o senhor já trabalhou em campanhas eleitorais?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio, com todo o respeito, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem.

O senhor conheceu o ex-Deputado André Vargas? Quando?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor se lembra das empresas LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda. e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda.?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe quem são os sócios dessas empresas?



O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu lhe digo: os sócios dessas empresas eram André Vargas e Leon Vargas, no caso da LSI Solução, e Leon Vargas e Milton Vargas, no caso da Limiar Consultoria e Assessoria. Leon e Milton, irmãos do ex-Deputado André Vargas.

O senhor era diretor da agência Borghi Lowe em Brasília?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Como é que o senhor conseguiu contratos de publicidade com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério da Saúde? Foi a partir da interferência de agentes políticos?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Esses agentes políticos eram André Vargas e Paulo Bernardo?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essas empresas LSI Solução e Limiar Consultoria eram empresas de fachada. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Uma delas só tinha um funcionário e a outra não tinha nenhum funcionário. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas essas empresas recebiam recursos de agências por determinação de V.Sa. Essa é a imputação que lhe está sendo feita. O senhor confirma ou nega isso?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, o que está sendo montado aqui, a acusação, é de que os contratos eram conseguidos com órgãos do Governo, e esse favor era pago repassando recursos às empresas de André Vargas, Leon Vargas e Milton Vargas. A dúvida que fica: ninguém da Borghi Lowe nunca lhe questionou repassar recursos a empresas fantasmas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu gostaria de me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.



Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra ao Deputado Celso Pansera. (*Pausa.*) Dispensa do uso da palavra.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, tendo em vista o comportamento do depoente, eu não vou perguntar nada relacionado a essa Operação Lava-Jato, não; eu vou perguntar outras coisas.

No caso das empresas de publicidade, normalmente é praxe, parece que 20% são destinados realmente para as empresas, no caso, de publicidade. E sabemos também — acho que V.Sa. teve conhecimento — que o Mensalão entrou, começou com essa questão do Marcos Valério, empresa de publicidade. Então, já tenho que alertá-lo disso. Porque, daqui a pouco, o Marcos Valério ficou 40 anos... Foi condenado a 40 anos, e continua na cadeia.

O que nós já percebemos aqui, de um modo geral, é que, para participar deste Governo, seja na PETROBRAS, seja nas obras do PAC, seja no Ministério do Trabalho, seja em vários locais, aqueles que querem participar de fato têm que contribuir de uma forma espontânea ou até mesmo sob chantagem, porque, senão, não participa. Então, eu quero aqui lembrá-lo de que, nisso aí, todas em empresas que participaram, praticamente todas que estão envolvidas neste processo do Lava-Jato, foram de certa forma coagidas a participarem desse esquema.

Eu pergunto — não vou perguntar sobre o Governo —: essa empresa prestou serviço para o Partido dos Trabalhadores, na livre iniciativa?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu gostaria de fazer uso do direito constitucional de me manter calado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, Sr. Presidente, fica difícil!

Mas eu quero aproveitar para reforçar, diferentemente do que foi dito aqui, e dizer, Sr. Presidente, que os dias de ontem e de hoje foram muito produtivos para esta CPI. Quero parabenizar os autores dos requerimentos, a vinda nossa aqui em Curitiba, porque acho que podemos até estabelecer uma nova CPI daqui para frente, como marco dessa CPI. Por quê? Primeiro, nós conseguimos aqui uma fala da



Nelma, da Iara, do próprio Youssef, e agora, por último, do ex-Deputado Pedro Corrêa, que para nós foi fundamental. A partir de hoje ficou estabelecido claramente que o esquema, ou esquema do Petrolão, de uma forma sistêmica, começou a partir do Governo Lula, colocando na Diretoria de Abastecimento uma pessoa não só da sua confiança, mas da sua intimidade, o Sr. Paulinho; e que, através do Paulinho e do Duquinho, Hélio Duque e Cerveró, a partir deste momento é que a coisa realmente virou — como disse o Ministério Público, não sou eu que estou falando, não — a quadrilha organizada.

Portanto, ouvimos a fala do ex-Deputado dizendo que foi comunicado — não foi só o Janene que foi comunicado, não, mas toda a bancada — que o Paulinho estaria na quota do PP, diferente do que foi dito anteriormente de que Lula teria se surpreendido e teria ficado chateado. Não foi isso. Na prática, está confirmado isso.

E a outra coisa interessante também que foi colocado pela Iara ontem e confirmado aqui por Nelma, a doleira, é que o sistema financeiro, a parte cambial, exportação e importação, está totalmente vulnerável. E basta ver o que aconteceu com o Meirelles, Leonardo Meirelles, que fez mais de 3.900 operações fictícias, e sem ninguém perceber. E hoje a gente soube aqui que um simples Gerente-Geral do Banco do Brasil junto com uma empresa corretora foi suficiente para fazer todo esse esquema. E aí a gente percebe também que a Medida Provisória 315, de 2006, inclusive, é que flexibilizou e começou, então, a dar margem a fazer esse tipo de operação.

Então, acho que esta CPI em Curitiba passa a ser um marco da CPI. Acho que a partir de agora nós temos elementos para realmente caminhar muito bem para não só aperfeiçoar a legislação como de fato colocar o rei e a rainha onde merecem estar. Na conclusão final, o Relator vai poder aproveitar muito bem o que foi dito aqui em Curitiba.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente Imbassahy em exercício, eu abro mão das minhas perguntas, já que o depoente não vai colaborar em nada com essa oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Delegado Waldir com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. advogados, boa noite; Sr. Ricardo Hoffmann, boa noite.

Sr. Ricardo Hoffmann, eu estou olhando aqui a aparência do senhor: o senhor tem a pele avermelhada. Não sei se é por causa do nervosismo de estar aqui frente às câmaras, frente aos Deputados. Vejo o cabelo do senhor, um cabelo grisalho, já; há uma expressão cansada. Neste momento, eu acho que na sua residência, os seus filhos ou netos estão vendo o senhor. O senhor se sente arrependido de ter se envolvido com essas pessoas que acabaram, de forma indireta ou talvez por opção do senhor, não sei por que razão, levando-o a estar em uma situação extremamente constrangedora de estar hoje na cadeia; de ter sido algemado; de ter sido realizada busca na sua casa? O senhor se sente arrependido?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, eu gostaria de exercer o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

A partir da prisão do senhor, e a partir da prisão do Deputado Andre Vargas, acontecida poucos dias atrás, nós vimos que as fraudes não estavam apenas na PETROBRAS, elas se estendem às empresas de publicidade. E essa é uma grande caixa-preta. Se nós abrirmos as questões das agências de publicidade, com certeza vai cair muita gente importante.

Eu queria saber do senhor, se o senhor puder responder — me parece que o senhor vai se reservar o direito constitucional de permanecer calado, — se por acaso esse dinheiro que foi migrado para essas empresas foi destinado para as campanhas da Senadora Gleisi Hoffmann, a mando do Palácio do Planalto, a mando do Paulo Bernardo. Foi isso que aconteceu, Sr. Ricardo Hoffmann?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou exercer o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.

Passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, o último Deputado inscrito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Sr. Relator, este caso eu conheço bem, porque a origem do mensalão foi com as operações de Marcos Valério. Eu estava lá na CPI dos Correios, e o que acontece aqui é uma repetição do que aconteceu lá, por exemplo, com a DNA, no Banco do Brasil, e no Visanet. Como é o esquema? Realmente, em torno de, vamos dizer, 20% o contrato a que a empresa, a agência tem direito a receber. No Banco do Brasil tinha, talvez na Caixa também tenha, há uma bonificação de 5% sobre volume que, em muitos contratos, retorna para o contratante. Em alguns casos, esse é o valor rateado. Só para vocês lembrarem, da primeira transferência daqueles 73 milhões que o Henrique Pizzolato, esse que vai ser deportado da Itália, autorizou para a Visanet, e que foi o primeiro volume de recursos, se a gente pegar 5% dos 23 milhões e aplicar os impostos, nós vamos encontrar os 326 mil reais — porque ele é o único cara que recebe dinheiro quebrado no episódio do mensalão —, divididos por ele e mais dois diretores. Três diretores do Banco do Brasil, do setor de *marketing* do Banco do Brasil é que tinham que assinar conjuntamente para poder liberar o dinheiro.

Então, esse é um esquema já conhecido. O PT não aprendeu nada com o mensalão. Eu já repeti isso mais de uma vez aqui. E eu desejo ao Sr. Ricardo Hoffmann o mesmo destino do Marcos Valério: uma condenação longa, dolorosa, para que a gente depois possa ver também esse falastrão e ex-Vice-Presidente de Comunicação do PT, Andre Vargas, que esteve aqui, que era uma pessoa que não deixava passar nenhuma frase, nenhuma palavra que se dizia no Parlamento, e hoje aqui está absolutamente calado, aguardando a definição do seu futuro. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o esquema passou pelo Ministério das Comunicações, passou pela influência do então Vice-Presidente da Câmara e ex-Vice-Presidente do PT, no que diz respeito aos contratos com a Caixa, o que demonstra que a doença da corrupção é sistêmica e foi utilizada como método para sustentar o poder dentro e fora do Brasil. Eu acho que é muito importante nesta CPI a gente lembrar o foro de São Paulo, no final da década de 80, início da década de 90, uma série de partidos



de Esquerda se reúne com o comando de Lula e do PT, no Brasil, montam um projeto de poder, e aí tinham que buscar dinheiro para isso. Então, está lá o mensalão, está aqui o Petrolão, que é apenas a continuidade desse processo. E cada vez está mais claro que havia o método e havia um esquema sistematizado.

E a frase que muitos dos senhores aqui acompanharam da nossa conversa com o Dr. Sérgio Moro, e apenas o Dr. Sérgio Moro ficou em silêncio, esboçou um parco sorriso, foi quando nós questionamos se, baseado no que ele tinha investigado até a semana retrasada, ele também não concordava que um esquema desta monta não poderia ser organizado apenas com a ação individual de Andre Vargas, fanfarrão e falastrão, com essa agência de publicidade do Sr. Ricardo Hoffmann. Não podia ser apenas da iniciativa de Paulo Roberto Costa, de iniciativa de Renato Duque, de Sérgio Gabrielli, de Nestor Cerveró, não podia ser apenas da iniciativa isolada de cada um. E obedecia, Sr. Presidente — eu concluo —, a um grande sistema organizado, comandado. E cada vez mais nós chegamos à cadeia de comando. E o topo da cadeia de comando, triste e lamentavelmente, cada vez mais aponta para ex-ocupantes ou ocupantes do Palácio do Planalto.

Então, desejo ao depoente de hoje que ele tenha o mesmo destino de Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Passo a palavra de volta ao Deputado...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu queria 2 minutos, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu queria, primeiro, agradecer a toda a equipe da Justiça Federal do Paraná pela acolhida, pelo espaço, pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. vai fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não. Eu queria fazer, antes do encerramento, e serei rápido...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não. Eu vou dispensá-lo. Depois a gente faz as considerações.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está bom.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu só queria fazer um questionamento em relação à conduta dele e à do Andre Vargas.

Sr. Presidente, é extremamente grave, o Deputado Onyx disse muito bem, só lembrando que eles estão roubando dinheiro da Saúde. Foi tirado dinheiro da Saúde, e as pessoas estão morrendo por falta de medicamentos nas UTIs. Estão metendo a mão na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente. Só lembrando isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Delegado Waldir, agradeço também a intervenção.

Retorno a palavra para o Sr. Ricardo Hoffmann, se assim desejar fazer algum comentário final.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, V.Sa. está dispensado. E agradeço também a presença dos advogados que o acompanharam.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu queria agradecer o pessoal da Polícia Federal,...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - À Polícia Federal, que está se retirando, e deu apoio. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - ...que está ajudando. Muito obrigado pelo apoio. A gente deu um trabalho sobressalente para eles, mas é necessário que se faça. Obrigado. E também à equipe do Manoel Alvim e a todos do apoio da Câmara que vieram para Curitiba nos ajudar. Obrigado. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Antes de encerrar esta reunião, passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, Relator, se desejar fazer algum comentário final.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A uma hora dessa, só quero também agradecer a todos que ajudaram a viabilizar a reunião. Acho que esses dois dias



foram extremamente cansativos, mas produtivos para a CPI. Quero agradecer à Justiça Federal; aos assessores da Câmara que vieram; aos Parlamentares que contribuíram para mais essa etapa da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Passo a fazer agora agradecimentos, em nome de todos os membros da CPI. Inicialmente, ao Juiz Federal, Dr. Fábio Brunoni, Diretor do Foro; também aos servidores da Justiça Federal do Paraná, com destaque para Ivone de Paula, Fábio Luiz dos Santos e Pedro Silvestre Bueno; também aos agentes da Polícia Federal responsáveis pela escolta; aos agentes da Polícia Federal responsáveis pela proteção e segurança dos Parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados que estiveram presentes às audiências; ao Sr. Juiz Federal, Dr. Sérgio Moro e a servidores da Secretaria da 13ª Vara Federal de Curitiba, em especial a Dra. Flávia Blanco; aos funcionários da Câmara dos Deputados presentes: servidores, assessores, Parlamentares; à imprensa, que fez uma cobertura notável.

Acho que para muitos foi uma experiência inédita. Percebeu-se como funciona, de uma maneira muito intensa, a CPI que cuida desse assunto palpitante, que é a questão das investigações dos casos de corrupção na PETROBRAS.

Essa decisão de se fazer sessão aberta, quero deixar claro, foi uma decisão do Presidente Hugo Motta, acolhendo a proposta de todos os membros da CPI. Aliás, tem sido assim o comportamento do Presidente: sempre fazer sessões abertas. Evidentemente, pode haver uma determinada situação que leve a fazer alguma sessão secreta, mas sempre será orientação fazer a sessão aberta com a experiência, com a participação da Imprensa Nacional.

Aproveito também para informar que na próxima quinta-feira, depois de amanhã, teremos novas audiências da CPI em Brasília. A partir das 9h30min, teremos reunião deliberativa de requerimentos e, também, a oitiva do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor da Sete Brasil, que justificou, na sessão anterior, sua ausência por conta de problema de natureza de saúde.

De qualquer sorte, quero encerrar a sessão, mais uma vez agradecendo a todos a presença. E como vários disseram aqui, foi uma sessão muito proveitosa. Ao Deputado Celso Pansera, que fez a sugestão para que viéssemos a Curitiba, os agradecimentos especiais, porque foi realmente de grande valor.



Muito obrigado a todos. Tenham todos uma boa noite.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO PRESIDENTE

Relator - Depoente Mário Goes

PERGUNTAS MÁRIO GOES

RESUMO (DENÚNCIA MPF): MARIO FREDERICO MENDONÇA GOES [MARIO GOES], brasileiro,

nascido em 28/01/1941, inscrito no CPF/MF sob o nº 986.389.127-49, com endereço na Avenida Rio Branco, 151, Sala 1311, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040006; na Rua João Lira, 50, apartamento 701, Leblon, Rio de Janeiro/RJ; e Rua General Danton Teixeira, 15, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ, atualmente recolhido na carceragem da Polícia Federal em Curitiba;

DA DENÚNCIA DO MPF:

“6. MARIO GOES: desempenhava importante papel no esquema criminoso, sendo controlador de um dos subnúcleos do sofisticado esquema de operacionalização de repasse de valores indevidos em nome de diversas empresas (ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, CARIOCA, BUENO ENGENHARIA, MPE/EBE, OAS, SCHAIN, SETAL, UTC, dentre outras), sendo responsável pelo repasse de recursos financeiros desviados da PETROBRAS, incluindo a lavagem de capitais destes numerários com a finalidade de integrá-los à economia formal por meio da empresa RIOMARINE 011 E GAS ENG. E EMPREENDIMENTOS LTDA., utilizada para simular negócios com as referidas empreiteiras cartellizadas a fim de dar aparência lícita à movimentação do dinheiro proveniente de vantagens indevidas. Era, assim, um importante elo entre corruptores e corrompidos, representando os interesses das empresas corruptoras nos pagamentos das vantagens indevidas a agentes públicos da PETROBRAS, como RENATO DUQUE e PEDRO BARUSCO, e pessoas por eles indicadas. Assim, participou de operações de lavagem de vantagens ilícitas prometidas a empregados da PETROBRAS, em decorrências dos contratos celebrados pelos Consórcios INTERPAR e CMMS, na REPAR e na REPLAN, e dos contratos firmados no interesse das obras dos gasodutos PILARIPOJUCA e URUCU-COARI. Também efetuou operações de lavagem internacionais no interesse de RENATO DUQUE e PEDRO BARUSCO, e, ainda, operação de lavagem de dinheiro de PEDRO BARUSCO mediante aquisição de aeronave via RIOMARINE.”

TRECHO DA DENÚNCIA DO MPF:

“Para tanto, MARIO GOES celebrava contratos de consultoria fraudulento5 com as empreiteiras –ou consórcios por elas integrados –emitindo notas fiscais a fim de justificar a transferência de recursos para a conta corrente da empresa RIOMARINE OIL & GÁS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS127. Após, sacava os valores e os entregava em espécie a PEDRO BARUSCO, o qual se encarregava pela entrega dos valores

1

a RENATO DUQUE, ou realizava depósitos, de forma parcelada, em contas mantidas pelos agentes públicos denunciados no exterior, especialmente na Suíça, através de contas correntes por ele mantidas no mesmo país, em especial as contas registradas em nome das offshores MARANELLE e PHAD CORPORATION. A partir destas contas, MARIO GOES enviou vultuosos valores às contas pertencentes a PEDRO BARUSCO, registradas em nome das offshores DOLE TECH INC e RHEA COMERCIAL INC, no Banco i Safra Sarasin, em Genebra/Suíça, e BACKSPIN MANAGEMENT S.A e DAYDREAM PROPERTIER LTD, no Banco Lombard Odier, também em Genebra/Suíça”.

PEDRO BARUSCO SOBRE MÁRIO GOES:



“[...] conheceu MARIO GOES em 1997, aproximadamente, tendo se tornado seu amigo pessoal a partir do ano 1999 ou 2000; QUE a partir do ano de 2004, quando o COLABORADOR já ocupava o cargo de Gerente Executivo de Engenharia, representantes de grande empreiteiras passaram a procurar MARIO GOES com o intuito de ter acesso ao COLABORADOR; QUE neste contexto os administradores dessas grandes empreiteiras, dentre as quais a UTC (RICARDO PESSOA e WALMIR PINHEIRO), MPE (CARLOS MAURÍCIO), OAS (AGENOR FLANKLFN MEDEIROS), MENDES JUNIOR (ALBERTO VILAÇA), ANDRADE GUTIERREZ (ANTONIO PEDRO e PAULO DALMAZZO), SCHAIN (EDSON COUTINHO), CARIOCA (LUIZ FERNANDO ou MOSCOU) e BUENO ENGENHARIA (ADROALLJO BUENO), passaram a utilizar-se do MARIO GOES para oferecer e efetuar o pagamento de vantagens indevidas ao COLABORADOR e a RENATO DUQUE, em decorrência de contratos que pretendiam firmar com a PETROBRAS E...”

PEDRO BARUSCO

- 1) Qual era o tipo de relacionamento que Vossa Senhoria mantinha com PEDRO BARUSCO? Com que frequência se encontravam? Eram amigos íntimos? Onde se davam os encontros? E o que era tratado nesses encontros?
- 2) PEDRO BARUSCO afirmou à CPI que começou a receber propinas por volta de 1997. E disse que conhece Vossa Senhoria desde aquele ano. Vossa Senhoria participou do esquema de recebimento de propinas de PEDRO BARUSCO? Tinha conhecimento que PEDRO BARUSCO recebia propinas já em 1997, 1998?
- 3) PEDRO BARUSCO afirmou o seguinte (abre aspas): “QUE recebeu US\$ 7.554.098,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e noventa e oito dólares) de off shores de MARIO GOES;”. Vossa Senhoria confirma essa afirmação? Poderia dizer a

2

que se refere esse valor? De quais empreiteiras provinham esses recursos e de que contas?

- 4) Pode confirmar se é comum que empreiteiras brasileiras paguem vantagens indevidas por intermédio de contas no exterior, especialmente via off-shores? Sabe relacionar as construtoras de ser conhecimento que façam ou tenham feito pagamentos desse tipo?

GRUPOS POLÍTICOS

- 5) Vossa Senhoria realizava pagamentos a quais grupos políticos? Quais? Para que parlamentar direta ou indiretamente? Entregava dinheiro em espécie ou em contas no exterior?

CONTAS NO EXTERIOR

- 6) Vossa Senhoria fazia pagamentos a pessoas envolvidas no esquema de corrupção da PETROBRAS por meio de contas secretas no exterior? Em que bancos?
- 7) PEDRO BARUSCO afirma que diversos denunciados no caso Lavajato possuíam contas no BANCO DEITA, em Genebra, na Suíça. Vossa Senhoria fez operações se utilizando do DELTA BANI(e de bancos do GRUPO ALFA? Sabe quem operava por meio desses bancos? Conhece a representante do DELTA, a senhora ANGELA, citada por BARUSCO?
- 8) Vossa Senhoria é administrador, procurador, beneficiário, proprietário ou representante legal de alguma empresa off-shore (empresas meramente de papel) ou vincutação de qualquer espécie com qualquer empresa no exterior?
- 9) Após celebrar o primeiro acordo de delação, Vossa Senhoria ainda operou ou manteve contato com os seguintes doleiros?

- a. Dano Messer
- b. Armando Santone
- c. Oscar Frederico Jager
- d. Ettore Reginaldo Tedeschi,

3

- e. Chaim Henoch Zalgberg,
- f. Antônio Wanis Filho,
- g. Roberto Matalon,
- h. Clark Setton, vulgo Kiko Setton,
- i. Gabriel Lewi Seszes,



j. Clemente Dana,

k. Benjamin Katz.

10) Saberá informar quais são os maiores doleiros do Brasil atualmente e como ocorre o pagamento ou liquidação de operações feitas entre eles, especialmente as de dólar- cabo?

11) Quanto a Dano Messer, Vossa Senhoria pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou pessoa envolvida com a Operação Lavajato? Sabe dizer se Dano Messer mantém contas ou subcontas em bancos estrangeiros? Sabe informar a atividade dele atualmente?

12) Vossa Senhoria ainda opera ou operou com as contas de Dano Messer? Sabe informar os nomes das contas operadas por Dano Messer?

EMPREITEIRAS

13) Vossa Senhoria trabalhou como operador ou intermediário com o objetivo de pagar vantagens indevidas de alguma empreiteira envolvida na Operação Lavajato? Quais empreiteiras?

4

Relator – Perguntas a André Vargas

PERGUNTAS ANDRE VARGAS

1) Antes da decretação da sua prisão preventiva, qual era a sua atividade econômica?

2) Vossa Senhoria está sendo forçado ou se sentindo forçado a celebrar acordo de delação premiada?

3) Vossa Senhoria encontra-se preso preventivamente aqui em Curitiba. Por outro lado, políticos como o ex-deputado do PSDB, EDUARDO AZEREDO e o ex-vice-governador de Minas Gerais no Governo AÉCIO NEVES, o senhor CLÉSIO ANDRADE, recebem um tratamento diferenciado: eles nem foram julgados até hoje pelos crimes relativos ao Mensalão do PSDB mineiro da década de 90. Sequer foram presos temporariamente. Vossa Senhoria se sente injustiçado com isso?

4) Vossa Senhoria tem conta ou recursos no exterior não declarados à Receita Federal e ao Banco Central?

5) Vossa Senhoria é sócio ou representa alguma empresa no Brasil ou no exterior? Quais empresas, quais são os sócios de cada uma delas e quais as atividades delas?

6) Essas empresas têm contratos com a PETROBRAS ou com qualquer outra estatal ou órgão público.? Se afirmativo, quais os valores e a

7) Vossa Senhoria tem conhecimento de que existam indicações políticas para o cargo de direção na PETROBRAS?



8) Vossa Senhoria sabe se as diretorias na PETROBRAS são vinculadas a partidos políticos?

9) Quais os benefícios que um partido político ou um parlamentar obtém com a indicação de um diretor para uma estatal como a PETROBRAS?

10) Esse processo de indicação política de diretores abrange outras empresas além da PETROBRAS? Se afirmativo, quais seriam elas?

11) Vossa Senhoria representa ou faz intermediação para alguma das empreiteiras investigadas na Operação Lavajato? Mantinha contatos com empresários dessas empreiteiras? Qual o motivo desses contatos?

12) É normal existir contatos entre políticos e empresários?

1

ALBERTO YOUSSEF

13) Que tipo de relação teve com ALBERTO YOUSSEF? Realizou transações com ele ou com as empresas dele?

14) Na visão de Vossa Senhoria, devido aos antecedentes criminais de ALBERTO YOUSSEF, qual é a credibilidade dele para celebrar duas delações premiadas?

15) Sabe informar se ALBERTO YOUSSEF mantém contas ou recursos no exterior?

Relator – Perguntas a Carlos Habib Chater

PERGUNTAS - CARLOS HABIB CHATER

RESUMO: CARLOS HABIB CHATER, vulgo “Zeze”, brasileiro, nascido em 25/2/1968, inscrito no CPF 416.803.751-72, com endereços na OTR MLN, Trecho 10, conjunto 1, casa

2, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília/DF, e na SHS, quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco



B, ap. 214, Tryp Convention Brasil 21, Asa Sul/DE, atualmente preso na Superintendência

Regional da PF/PR.

DA DENÚNCIA DO MPF:

“Nos autos da ação penal nº 2001.34.00.026520-8, perante o Juízo Federal de Brasília, CARLOS HABIB CHATTER e outros foram denunciados como incurso nas sanções do art. 16 da Lei 7.492/86 por fazerem operar sem a devida autorização do Banco Central do Brasil empresa Fly Turismo, de fevereiro de 1992 até ao menos 01. de janeiro de 1995, nas lojas 4 . D e 18 . D do bloco B .50 e posteriormente na sala 111, sobreloja do bloco B .50, do Edifício Venâncio, em Brasília/Df. Essa ação penal foi julgada procedente para condenar os Réus HABIB SALIM EL CHATER e CARLOS HABIB CHATER, nas penas do art. 16 da Lei 7.492/86, à pena corporal de 1 ano e 6 meses de reclusão e a pena de multa. A sentença sujeita a recurso pela parte e MPF foi confirmada nos autos da Apelação Criminal nº 2001.34.00.026520-8/DF, restando, no entanto, declarada extinta a punibilidade em face da prescrição (cópia anexa do acórdão).

CARLOS HABIB CHATER também foi denunciado recentemente nos autos da ação penal nº 5026663-10.2014.404.7000 junto com ANDRE CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINÍCIUS VIANA DA SILVA, TIAGO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ÂNGELO DA SILVA e ANDRÉ LUIS DE PAULA SANTOS por comandar uma organização criminosa (art.1º, 2o, § 4o, II, III, IV e V, da Lei 12.850/2013) destinada a fazer operar instituição financeira sem autorização legal (art. 16 da Lei 7.492/86), efetuando operações de câmbio não autorizadas para o fim de promover evasão de divisas do país (art. 22 da Lei 7.492/86). Nos autos do Inquérito 5001438-85.2014.404.7000, no período de 2009 a 2014, restaram constatados indícios da prática de crimes de lavagem de dinheiro, especialmente pela utilização de interpostas pessoas físicas

jurídicas e utilização de contas bancárias destas, como forma de ocultar e dissimular a origem ilícita desses recursos, o que será objeto de nova denúncia, tão logo concluído o levantamento financeiro resultado da quebra de sigilo bancário decretada. Dentre as pessoas físicas e jurídicas utilizadas pela organização criminosa comandada pelo denunciado CARLOS HABIB CHATER, destacam-se as seguintes: POSTO DA TORRE LTDA., CNPJ 04.473.193/0001-59,



ANGEL SERVIÇOS

1

TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ 08.641.915/0001-98, TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ 07.542.146/0001-08, e ED SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA., CNPJ 14.726.207/0001-52 (nome fantasia Lavanderia Posto da Torre). Uma das empresas, a VALORTUR CÂMBIO E TURISMO LTDA., CNPJ 17.303.459/0001-67, atua especificamente no setor de câmbio turismo (paralelo), expediente usualmente utilizado para ocultar a prática de operações no mercado de câmbio negro.”

ANTECEDENTES CRIMINAIS E ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Segundo o MPF, “o nome do caso, “Lava Jato”~ decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou”.

- 1) Vossa Senhoria poderia comentar o tipo de operação que realizava? Essas transações deram origem à Operação Lavajato?
- 2) Vossa Senhoria já foi condenado por algum crime anteriormente?
- 3) Vossa Senhoria já esteve preso alguma outra vez, anteriormente à atual prisão?
- 4) Na Operação Lavajato, Vossa Senhoria foi condenado por quais crimes? Qual a pena aplicada para cada um deles?
- 5) Qual era a sua atividade até o momento da sua prisão? Vossa Senhoria atuava no mercado paralelo de moeda estrangeira? Se afirmativo, que tipo de operação realizava? Se realizava operações do tipo dólar-cabo, quem fazer a cobertura da moeda estrangeira no exterior? E quem provia reais no Brasil?
- 6) Vossa Senhoria é sócio ou representa alguma empresa no Brasil ou no exterior? Se afirmativo, quais empresas e quais os ramos de atividade? Quais eram seus sócios em cada uma delas? A empresa FLY-TURISMO é uma delas?



7) Vossa Senhoria oferecia vantagens a interpostas pessoas (laranjas) para figurarem como sócias em suas empresas? Oferecia vantagens para aberturas de empresas ou contas em instituições financeiras? Vossa Senhoria operava com quantos

LARANJAS?

2

8) Vossa Senhoria possui recursos financeiros ou qualquer outro espécie de bem, movei ou imóvel, não declarados e que são mantidos no Brasil ou no exterior, em nome próprio ou de terceiros? Se afirmativo, quais valores e onde estão localizados os recursos?

9) Que controles Vossa Senhoria mantinha para identificar os seus clientes, que eram os verdadeiros beneficiários dessas transações?

10) Qual o valor que Vossa Senhoria cobrava de comissão para realizar operações ilícitas?

11) Qual a relação de Vossa Senhoria com as seguintes pessoas, e se dessa relação decorriam atividades ilícitas e que papel cada uma delas desempenhava?

- a) Ediel Viana da Silva
- b) Dinorá Abrãao Chater
- c) Alberto Youssef
- d) Carlos Alberto Murari
- e) Assad Janani
- f) Danielle KemmerJenene
- g) Carlos Alberto Pereira da Costa
- h) Rubens de Andrade Filho



i) José Janene

CONTRATOS DE CÂMBIO NO BANCO CENTRAL

Contratos de câmbio são operações em que uma das partes entrega ou recebe reais em troca de moeda estrangeira: dólar, euro, iene etc. São de quatro espécies: de exportação, de importação (os comerciais), de transferência DO o exterior e transferência PARA o exterior (os financeiros). Todos eles são OBRIGATORIAMENTE registrados no BANCO CENTRAL. Inclusive o modelo do contrato é definido em LEI.

12) Vossa Senhoria fazia remessas para o exterior por meio de corretoras unicamente ou por meio das empresas?

13) Se por meio de corretoras, Vossa Senhoria apresentava documentos falsos para fundamentar os contratos de câmbio formalizados pela corretora?

14) As corretoras com que Vossa Senhoria operava tinham conhecimento das suas atividades? Não suspeitavam do volume de operações realizadas por Vossa Senhoria?

15) Vossa Senhoria fechava os contratos de câmbio por telefone com as corretoras, como é tradição nesse mercado fechar operações por telefone devida à rápida oscilação da taxa de câmbio?

16) Vossa Senhoria tem conhecimento de que as mesas de câmbio gravam todas as conversações?

17) Quem eram os seus clientes que ordenavam as transações ilícitas e quais eram os beneficiários finais dessas quantias?

18) Quais controles Vossa Senhoria mantinha sobre a identificação do cliente que ordenava a transação ilícita, o valor e o beneficiário final dessas transações?

19) Como Vossa Senhoria recebia o valor das suas comissões?



20) Quem assumia o risco das operações fossem bloqueadas? Era Vossa Senhoria, era o cliente ou era o beneficiário?

21) Vossa Senhoria fazia lavagem de dinheiro de tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de mulheres, tráfico de órgãos e de corrupção? Se afirmativo, quais eram os seus clientes?

22) Qual foi o volume financeiro aproximado de transações ilícitas que Vossa Senhoria realizou?

23) Vossa Senhoria se valia de doleiros para fazer a cobertura de remessas de recursos a exterior?

CONTAS NO EXTERIOR _DOLEIROS

24) Vossa Senhoria operou ou manteve contato com os seguintes doleiros? Se afirmativo, que tipo de transação realizou e qual o valor das transações?

a) Roberto Matalon

b) Dano Messer

c) Antônio Pires de Almeida

d) Raul Henrique Srour

e) Armando Santone

f) Oscar Frederico JAGER

g) Ettore Reginaldo Tedeschi,

h) Chaim Henoch Zalgberg,

4



- i) Antônio Wanis Filho,
- j) Clark Setton, vulgo Kiko Setton,
- k) Gabriel Lewi Seszes,
- l) Clemente Dana,
- m) Benjamin Katz.

25) Quais são os maiores doleiros do Brasil atualmente e como ocorre o pagamento ou liquidação de operações feitas entre eles, especialmente as de dólar-cabo?

26) Quanto a Dano Messer, Vossa Senhoria pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou pessoa envolvida com a Operação Lavajato? Sabe dizer se Dano Messer mantém contas ou subcontas em bancos estrangeiros? Sabe informar a atividade dele atualmente?

27) Vossa Senhoria ainda opera ou operou com as contas de Dano Messer? Sabe informar os nomes das contas operadas por Dano Messer?

ALBERTO YOUSSEF

28) Que tipo de relação teve com ALBERTO YOUSSEF? Realizou transações ilícitas com ele ou com as empresas dele?

29) Na visão de Vossa Senhoria, qual é a credibilidade ALBERTO YOUSSEF no mercado paralelo de moeda estrangeira? Vossa Senhoria confiaria a ALBERTO YOUSSEF a administração do seu patrimônio?

30) É normal nesse Mercado que Vossa Senhoria operava não saber o nome e endereço do beneficiário? Vossa Senhoria lembra dos beneficiários, ou é comum lembrar de alguns e esquecer de outros?



5

31) Vossa Senhoria fazia entrega de dinheiro em espécie na residência dos beneficiários? Como eram realizadas essas entregas? Fazia entregas a parlamentares ou a representantes de partidos políticos?

32) Sabe informar se ALBERTO YOUSSEF mantém contas ou recursos no exterior?

33) O que representa ALBERTO YOUSSEF no mercado paralelo de moeda estrangeira no Brasil? Era um doleiro importante? Celebrava operações de vulto?

34) ALBERTO YOUSSEF firmou um acordo de delação premiada em 2003. Colocado em liberdade, imediatamente ele voltou a cometer crimes. Na Lavajato, firmou um segundo acordo de delação premiada e, mesmo sendo acusado pelo MPF de lavar dinheiro do narcotráfico, será posto em liberdade daqui a três anos. Na opinião de Vossa Senhoria, em quanto tempo ALBERTO YOUSSEF voltará a realizar transações ilícitas no mercado de moedas estrangeiras?

35) Vossa Senhoria não acha que daqui a alguns anos poderá surgir uma nova profissão no Mercado de trabalho para comportar ALBERTO YOUSSEF: a de “Criminoso-Colaborador-Seleto”?



Relator – Perguntas a Luiz Argôlo

PERGUNTAS - LUÍS ARGOLO

- 1) Antes da decretação da sua prisão preventiva, qual era a sua atividade econômica?
- 2) Vossa Senhoria está sendo forçado ou se sentindo forçado a celebrar acordo de delação premiada?
- 3) Vossa Senhoria encontra-se preso preventivamente aqui em Curitiba. Por outro lado, políticos como o ex-deputado do PSDB, EDUARDO AZEREDO e o ex-vice-governador de Minas Gerais no Governo AÉCIO NEVES, o senhor CLÉSIO ANDRADE, recebem um tratamento diferenciado: eles nem foram julgados até hoje pelos crimes relativos ao Mensalão do PSDB mineiro da década de 90. Sequer foram presos temporariamente. Vossa Senhoria se sente injustiçado com isso?
- 4) Vossa Senhoria tem conta ou recursos no exterior não declarados à Receita Federal e ao Banco Central?
- 5) Vossa Senhoria é sócio ou representa alguma empresa no Brasil ou no exterior? Quais empresas, quais são os sócios de cada uma delas e quais as atividades delas?
- 6) Essas empresas têm contratos com a PETROBRAS ou com qualquer outra estatal ou órgão público.? Se afirmativo, quais os valores e a
- 7) Vossa Senhoria tem conhecimento de que existam indicações políticas para o cargo de direção na PETROBRAS?
- 8) Vossa Senhoria sabe se as diretorias na PETROBRAS são vinculadas a partidos políticos?
- 9)Quais os benefícios que um partido político ou um parlamentar obtém com a indicação de um diretor para uma estatal como a PETROBRAS?
- 10)Esse processo de indicação política de diretores abrange outras empresas além da PETROBRAS? Se afirmativo, quais seriam elas?
- 11)Vossa Senhoria representa ou faz intermediação para alguma das empreiteiras investigadas na Operação Lavajato? Mantinha contatos com empresários dessas empreiteiras? Qual o motivo desses contatos?



12) É normal existir contatos entre políticos e empresários?

1

ALBERTO YOUSSEF

13) Que tipo de relação teve com ALBERTO YOUSSEF? Realizou transações com ele ou com as empresas dele?

14) Na visão de Vossa Senhoria, devido aos antecedentes criminais de ALBERTO YOUSSEF, qual é a credibilidade dele para celebrar duas delações premiadas?

15) Sabe informar se ALBERTO YOUSSEF mantém contas ou recursos no exterior?

2

Relator – Perguntas a Pedro Correa

PERGUNTAS – PEDRO CORREA

1) Antes da decretação da sua prisão preventiva, qual era a sua atividade econômica?

2) Vossa Senhoria está sendo forçado ou se sentindo forçado a celebrar acordo de delação premiada?

3) Vossa Senhoria encontra-se preso preventivamente aqui em Curitiba. Por outro lado, políticos como o ex-deputado do PSDB, EDUARDO AZEREDO e o ex-vice-governador de Minas Gerais no Governo AÉCIO NEVES, o senhor CLÉSIO ANDRADE, recebem um tratamento diferenciado: eles nem foram julgados até hoje pelos crimes relativos ao Mensalão do PSDB mineiro da década de 90. Sequer foram presos temporariamente. Vossa Senhoria se sente injustiçado com isso?

Vossa Senhoria tem conta ou recursos no exterior não declarados à Receita Federal e ao

Banco Central?

5) 1 Vossa Senhoria é sócio ou representa alguma empresa no Brasil ou no exterior? Quais empresas, quais são os sócios de cada uma delas e quais as atividades delas?

Essas empresas têm contratos com a PETROBRAS ou com qualquer outra estatal ou órgão público? Se afirmativo, quais os valores e a



7) Vossa Senhoria tem conhecimento de que existam indicações políticas para o cargo de direção na PETROBRAS?

Vossa Senhoria sabe se as diretorias na PETROBRAS são vinculadas a part

9) Quais os benefícios que um partido político ou um parlamentar obtém com a indicação de um diretor para uma estatal como a PETROBRAS?

10) Esse processo de indicação política de diretores abrange outras empresas além da PETROBRAS? Se afirmativo, quais seriam elas?

Vossa Senhoria representa ou faz intermediação para alguma das empreiteiras investigadas na Operação Lavajato? Mantinha contatos com empresários dessas empreiteiras? Qual o motivo desses contatos?

12) É normal existir contatos entre políticos e empresários?

1

ALBERTO YOUSSEF

3) Que tipo de relação teve com ALBERTO YOUSSEF? Realizou transações com ele ou com as empresas dele?

19-

14) Na visão de Vossa Senhoria, devido aos antecedentes criminais de ALBERTO YOUSSEF, qual é a credibilidade dele para celebrar duas delações premiadas? ,sabe informar se ALBERTO YOUSSEF mantém contas ou recursos no exterior?

2

Relator – Perguntas a Ricardo Hoffmann

PERGUNTAS - RICARDO HOFFMANN

1) Vossa Senhoria exerce atividade profissional em qual empresa?

2) Vossa Senhoria tem participação societária em alguma empresa no Brasil ou no exterior? Quais são elas e quais são os seus sócios? Quais são as atividades delas?

3) As suas empresas possuem contrato com a PETROBRAS ou demais estatais ou órgãos públicos? Caso afirmativo, com quais, quais valores e com que finalidade?

4) Vossa Senhoria atua em agência de publicidade. Tem conhecimento de que para



contratar com estatais ou órgãos públicos, há a necessidade de indicação política?

5) Do que Vossa Senhoria está sendo acusado na Operação Lavajato?

6) Antes da decretação da sua prisão preventiva, qual era a sua atividade econômica?

7) Vossa Senhoria está sendo forçado ou se sentindo forçado a celebrar acordo de delação premiada?

8) No despacho que fundamenta a sua prisão preventiva, ela se mostra necessária para (abre aspas) “interromper ciclo delitivo”. Pergunto: Vossa Senhoria é a peça principal, é o líder da organização?

9) Vossa Senhoria irá celebrar acordo de delação premiada?

10) Com que fatos e provas Vossa Senhoria poderia colaborar?

Dep. Celso Pansera – Diversos depoentes

DEPOIMENTOS AGENDADOS PARA 12/05/2015

RENÉ LUIZ PEREIRA

(condenado na 1ª sentença da Operação Lava-Jato pelos crimes de tráfico internacional de drogas, Igen de dinheiro e evasão de divisas. Ligado ao doleiro Carlos Habib Chater dono do Posto da Torre, que da quem à Operação)

1) V.Sa. foi condenado pelos crimes de tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Foi atribuída a V.Sa. a responsabilidade por uma carga de 698 kg de cocaína apreendida em novembro do ano passado em Araraquara (SP).

Há notícias de que V.Sa. atuava em conjunto com o Sr. Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, apontado como uma espécie de “caixa eletrônico da propina” em Brasília, que movimentou pelo menos R\$ 10,8 milhões entre 2007 e 2014, através de 375 contas bancárias.

V.Sa. pode descrever a sua relação com o Sr. Carlos Habib Chater?

Os crimes a que V.Sa. foi condenado possuem relação com as atividades do Sr. Chater?

V.Sa. possui relação com políticos? Presenciou ou tem conhecimento se o Sr. Chater possui relação com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

2) V.Sa. conhece o Sr. Alberto Youssef? Os crimes a que V.Sa. foi condenado possuem relação com as atividades do Sr. Youssef? Presenciou do Sr. Youssef com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

3) Quais eram as atividades de V.Sa. antes de ser detido? Estas atividades tinham alguma relação com pessoas investigadas na Operação Lava-Jato?

Como réu condenado na primeira sentença da Operação Lava-Jato, qual a relação entre as atividades desempenhadas por V.Sa. e a distribuição de propina oriunda dos contratos da Petrobras?

NELMA MITSUE PENASSO KODAMA

(condenada na 2ª sentença da Operação Lava-Jato a 18 anos de prisão, em regime inicialmente fechado, pela prática de 91 crimes de evasão de divisas. Ficou famosa por ter sido flagrada tentando embarcar com dinheiro na calcinha. Foi namorada de Alberto Youssef)

1) Ao avaliar a conduta de V.Sa., o Juiz Sérgio Moro julgou que o “emprego de esquemas sofisticados de evasão, não inerentes aos crimes, e acessíveis apenas a criminosos de grande sofisticação merece especial



reprovação, devendo ser valoradas negativamente as circunstâncias dos crimes”. Segundo ele, “as provas colacionadas neste mesmo feito indicam, porém, que (Nelma) faz da prática de crimes financeiros o seu meio de vida”.

Quais as atividades profissionais de V.Sa.?

V.Sa. é sócio ou proprietário de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais?

V.Sa. possui contrato de prestação de serviços ou procuração dada com as empresas que representa?

As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Sa. possuem contratos com a Petrobras? E com a Sete Brasil?

2) **V.Sa. mantém contatos com Diretores da Petrobras? Quais e em que circunstâncias?**

V.Sa. tinha conhecimento do esquema de distribuição de propina envolvendo políticos, diretores da Petrobras e empreiteiros?

3) V.Sa. foi flagrada tentando embarcar com 200 mil euros em suas roupas íntimas. Dois dias depois do episódio, foi deflagrada a Operação Lava-Jato.

Como V.Sa. soube que estava sendo investigada pela Polícia Federal, para tentar sair do país?

Segundo as notícias, V.Sa. alegou que estava a caminho de uma feira de móveis em Milão.

V.Sa. apresentou algum comprovante desta alegação, como um convite ou ingresso para o evento?

4) Segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo de 22 de outubro de 2014, V.Sa. “foi namorada do doleiro Alberto Youssef, alvo maior da Lava Jato, e com ele manteve negócios no mercado paralelo do dólar.”

Qual a relação que V.Sa. possui com o Sr. Alberto Youssef?

V.Sa. confirma a realização de negócios com ele? Pode detalhá-los?

V.Sa. tem condições de comprovar a realização efetiva e, sobretudo, a legalidade destes negócios?

5) V.Sa. possui relação com políticos? Presenciou ou tem conhecimento se a Sra. Nelma Kodarna possui relação com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

6) V.Sa. conhece o Sr. Carlos Habib Chater? Presenciou ou tem conhecimento se ele possui relação com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

LUIZ ARGÔLO, EX-DEPUTADO

1) Em depoimento à Polícia Federal no dia 24 de novembro de 2014, o Sr. Alberto Youssef declarou que V.Sa. adquiriu um helicóptero “no ano de 2012 para pagar a prazo, todavia no vencimento das prestações o mesmo não possuía o dinheiro necessário; QUE, ARGÔLO pediu que o devedor emprestasse o dinheiro para que ele efetuasse o pagamento pelo helicóptero, tendo o declarante se negado a o fazer, propondo que quitasse as prestações e ficasse com a aeronave, emprestando o bem a ele ARGÔLO para que utilizasse até a campanha eleitoral; QUE, o parlamentar teria pago o valor de entrada pelo bem, sendo advertido pelo devedor que perderia tal quantia, eis que o utilizaria até a campanha eleitoral de 2014; QUE, ARGÔLO aceitou a proposta”.

V.Sa. pode explicar por que procurou o Sr. Alberto Youssef para lhe emprestar dinheiro?

Para pedir este tipo de empréstimo, V.Sa. é parceiro de Sr. Youssef ou sabia que ele trabalhava como financiador de negócios?

V.Sa. pode detalhar a forma com que este negócio e a transferência desta aeronave ao sr. Youssef foram concretizados?

V.Sa. contraiu outros empréstimos de forma semelhante a esta? Conhece os Srs. Carlos Habib Chater e Nelma Kodama? Realizou empréstimos ou outros negócios com eles?

2) Em depoimento à Polícia Federal no dia 24 de novembro de 2014, o Sr. Alberto Youssef declarou que “ARGÔLO fazia parte do rol de parlamentares do PP que recebiam repasses mensais a partir dos contratos da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS”,

V.Sa. confirma esta informação?

V.Sa. conhece os Srs. Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Pedro Barusco ou outros Diretores da Petrobras? Pode detalhar os entendimentos que mantém com eles?



V.Sa. conhece algum Diretor da SeteBrasil? Caso afirmativo, Dode detalhar os entendimentos que mantinha com eles?

3) De acordo com reportagem do jornal O Estado de São Paulo do dia 10 de abril de 2015, a prisão de V.Sa. foi decretada, dentre outros motivos, por “ser acusado de receber ao menos R\$ 1,2 milhão do doleiro Alberto Youssef e, segundo as investigações da Polícia Federal, ter ainda se tornado sócio dele na empresa Malga Engenharia”.

V.Sa. é sócio da Malga Engenharia?

-fossui outras empresas? Possui sócios em seus negócios?

V.Sa. é sócio do Sr. Albertp Youssef em outros empreendimentos?

4) As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País, com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações.

V.Sa mantinha contatos com TePresentantes das randas empreiteiras? Qualse em que circunstâncias?

V.Sa. se participou de reunião conjunta com representantes de empreiteiras e diretores da Petrobras?

ANDRE VARGAS, EX-DEPUTADO

(segundo sua defesa no Conselho de Ética da Câmara, é amigo de Alberto Youssef há mais de 20 anos)

1) O jornal O Estado de São Paulo veiculou matéria em 10 de abril de 2015 informando que, segundo a força-tarefa, a agência de publicidade BorghiLowe Propaganda e Marketing Ltda. que administra contas publicitárias de órgãos como a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde, teria contratado serviços das empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz, 8H Serviços de Comunicação e Zulu Filmes para a realização de serviços de publicidade para o banco estatal e o ministério, e as orientado a realizar pagamentos de comissões de bônus de volume nas contas das empresas Limiar e LSI controladas por André Vargas e seus irmãos”.

Qual a participação de V.Sa. nas empresas Limiar e LSI?

Houve pagamentos das restadoras de serviços da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde Para as empresas Limiar e LSI? Qual a natureza destes pagamentos?

V.Sa. é proprietário ou sócio de outras empresas? Estas empresas prestam serviços ao banco, ao Ministério ou a outros órgãos públicos?

2) V.Sa. é investigado pela compra suspeita de sua casa em Londrina; segundo as autoridades, operação típica de lavagem de dinheiro. De acordo com o Estado de São Paulo, o imóvel foi Q_____,eustrado por ordem do juiz federal Sérgio Moro. Vargas dedarou a compra do imóvel por R\$ 500 mil, segundo consta da escritura, Mas o vendedor, em sua declaração de rendimentos, dedarou o negócio por R\$ 980 mil, ‘preço integralmente recebido em 2011”.

O que V.Sa. tem a declarar em relação a esta operação?

Pode detalhar o negócio? quem foi o vendedor

3) V.Sa. também é investigado pelo uso de um avião emprestado pelo Sr. Alberto Youssef. Na ocasião, além de ter alegado desconhecer a origem da aeronave, V.Sa. disse ter cometido uma “imprudência”. A propósito, sobre o Sr. Alberto Youssef, de quem é amigo há mais de 20 anos, V.Sa. declarou: “Não sabia com quem estava me relacionando. Não tenho nenhuma relação com os crimes que ele eventualmente cometeu”.

V.Sa. pode detalhar como aconteceu a negociação para uso da aeronave?

V.Sa. manteve relações empresariais com o Sr. Youssef?

V.Sa. se sente enganado Por um amigo de 20 anos de convívio?

V.Sp. considera que sua atitude foi “inocente” ao usufruir de um avião Particular enquanto exercia um mandato público?

4) O jornal O Estado de So Paulo veiculou matéria em 10 de abril de 2015 informando que “é investigado ainda o repasse de R\$ 2.399.511,60, em espécie, do doleiro Alberto Youssef, personagem central do esquema de corrupção na Petrobrs, para o ex-deputado. Segundo o juiz federal Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Lava Jato, ‘os fatos configuram crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro”.

V.Sa., confirma a transferência de valores ao Sr. Alberto Youssef? Quais as justificativas?

V.Sp. tem condições de comprovar a replicação efetiva e, sobretudo, a legalidade de destes



negócios?

4) As empresas Limiar e LSI possuem contratos com a Petrobras? V.Sa. conhece os Srs. Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco? Mantinha entendimentos com eles? Quais e em que circunstâncias?

5) **V.Sa. ainda** é acusado de favorecer o laboratório Labogen em negócios junto ao Ministério da Saúde. O Sr. Alberto Youssef menciona um encontro entre V.Sa. e o então Ministro Alexandre Padilha para tratar do assunto.

V.Sa. Pode detalhar este encontro?

Qual a relação de V.Sa. com os Srs. Leonardo Meirelles e J. eartdro Meirelles representantes do laboratório Labogen?

PEDRO CORRÊA, EX-DEPUTADO

(condenado no âmbito do escândalo do Mensalão)

1) **V.Sa.** foi condenado no processo do Mensalão por ter recebido dinheiro em troca de apoio político ao governo do ex-presidente LUÍZ Inácio Lula da Silva. O nome de V.Sa. volta ao cenário nacional pela acusação de apoiar politicamente o Sr. Paulo Roberto Costa no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Qual a relação de V.Sa. com o Sr. Paulo Roberto Costa?

V.Sa. exerceu algum tipo de pressão ou manutenção do Sr. Paulo Roberto no

V.Sa. manteve reuniões em conjunto com o Sr. Paulo Roberto Costa e com o Deputado falecido Joséjanene? Quais os assuntos tratados?

2) Em depoimento prestado em 2 de setembro de 2014 à Polícia Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou que V.Sa. “recebia parte dos repasses periódicos destinados ao PP e oriundos das propinas pagas nos contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento”/ Que na agenda do Sr. Paulo Roberto apreendida na Operação Lava-Jato “consta a anotação de um pagamento de R\$ 5,3 milhões (cinco milhões e trezentos mil reais) feitos a PEDRO CORREA (“5,3 Pe” a anotação diz respeito a um repasse que teria sido feito no primeiro semestre de 2010; QUE no caso tratava-se de um repasse extraordinário, pois não era comum que um representante do PP recebesse uma quantia desta monta do “caixa” de propinas do PP; QUE ALBERTO YOUSSEF, que controlava o caixa único das propinas recebidas pelo PP, disse ao declarante que referido valor seria destinado à campanha eleitoral de PEDRO CORREA no ano de 2010”.

V.Sa. confirma o recebimento deste valor?

Caso contrário, possui provas que possam desconstituir as alegações do Sr. Paulo Roberto Costa, realizadas em sede de delação premiada?

As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do

País, com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações.

V.Sa. mantinha contatos com representantes das grandes empreiteiras? Quais e em que circunstâncias?

V.Sa. se participou de reunião conjunta com representantes de empreiteiras e diretores da Petrobras?

4) V.Sa. é proprietário ou sócio de outras empresas? Estas empresas prestam serviços à Caixa Econômica Federal, ao Ministério da Saúde, à Petrobras ou a outros órgãos públicos? Fez alguma indicação de empresas a prestarem serviços a estes órgãos?

5) V.Sa. conhece o Sr. Alberto Youssef? Prestou apoio político a ele ou alguma de suas empresas?

6) Recentemente, o advogado de V.Sa. declarou: “Pedro Correa vai passar a República a limpo”.

O que V.Sa. tem a declarar que possa colaborar com as investigações desta CPI?

V.Sa. pretende assinar termo de colaboração premiada?

CARIQ5 HABIB CHATER Q “

(dono do Posto da Torre em Brasília, que, pelas transações financeiras suspeitas, deu origem ao nome da Operação Lava-Jato)



7

1) V.S. é apontado como uma espécie de “caixa eletrônico da propina” em Brasília, que / movimentou pelo menos R\$ 10,8 milhões entre 2007 e 2014, através de 375 contas bancárias.

V.Sa. tem condições de comprovar a origem e, sobretudo, a legalidade destes negócios?

2) Há notícias de que V.Sa. atuava em conjunto com o Sr. René Luiz Pereira, que foi condenado pelos crimes de tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Foi atribuída a ele a responsabilidade por uma carga de 698 kg de cocaína apreendida em novembro do ano passado em Araraquara (SP).

V.Sa. pode descrever a sua relação com o Sr. René Luiz Pereira?

Os crimes a que V.Sa. foi condenado possuem relação com as atividades do Sr. René?

3) V.Sa. possuía relação com ex-Deputados José Janene e Pedro Corrêa? Possuía relação com outros políticos, com diretores da Petrobras e empreiteiros?

4) Quais as atividades profissionais de V.Sa.? V.Sa. é sócio ou proprietário de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais?

Conhece os Srs. Alberto Youssef e Nelma Kodama?

As empresas das quais V.Sa. é proprietário ou sócio possuem relações comerciais com os Srs. Alberto Youssef e Nelma Kodama?

5) De acordo com matéria veiculada pelo Valor Econômico de 28 de novembro de 2014, “um de seus principais sócios, Ediel Viana da Silva, já admitiu em juízo que uma de suas contas usadas por Chater foi usada para pagamentos em dinheiro retirado no Posto da Torre por emissários de agentes políticos, segundo relatou o Juiz Sérgio Moro”.

O que V.Sa. tem a declarar sobre isto?

V.Sa. possui provas para desconstituir estas declarações?

Dep. Izalci – Carlos Habib Chater 2

CARLOS HABIB CHATER

Dono do Posto da Torre, em Brasília, alvo inicial da Operação Lava Jato, nomenclatura que faz menção, ao mesmo tempo, à lavagem de capitais e ao serviço comumente disponibilizado por postos de combustíveis, utilizados juntamente com lavanderias de roupas no esquema. Funcionava no Posto da Torre uma casa de câmbio de valores, fechada desde a deflagração da Lava Jato, na manhã de 17 de março de 2014.

Segundo a *Folha*, “Há cerca de 20 anos Chater tem problemas com a lei de decorrência da prática de crimes contra o sistema financeiro nacional – operação da *Fly Turismo*, empresa de câmbio, sem a autorização do Banco Central do Brasil). Antes da Lava Jato, ele foi indiciado pela PF e denunciado pelo Ministério Público junto com seu pai, Habbib Salím El Chater, nascido em 1935 na localidade de KarmAsfour, no Líbano, por “operar casa de câmbio sem a devida autorização” do Banco Central.

Em 2008, o nome de Chater voltou a aparecer em uma investigação da PF que averiguava participação do deputado federal José Janene (PP-PR), morto em 2010.

Ao longo de meses, desde 2013, ele teve seus telefones interceptados pela PF. Nas conversas, segundo a polícia, surgiram indícios de que Chater operava remessas de dinheiro para o exterior por meio do chamado “dólar-cabo”, uma modalidade clandestina e ilegal.

‘Se precisar de uma conta para colocar reais, e depois transferir para outro lugar, eu te arrumo’, diz Chater numa das gravações. Ele atuava em conexão com outro doleiro, Alberto Youssef.

Segundo a PF, o Óoaf (unidade de inteligência financeira do governo federal) detectou movimentações financeiras de R\$ 124 milhões “em operações financeiras suspeitas” do grupo de Carlos Chater”. (<http://www1.folha.uol.com.br/Doder/2014/11/548828-osto-de->



[aasolina-ii-fz mQtWounDeracao .shtml](#))

Chater já sofreu duas condenações criminais no âmbito da Operação Lava Jato e seus desdobramentos. Na primeira sentença, prolatada em 20 de outubro de 2014, o doleiro foi condenado a cinco anos e seis meses de prisão, em regime fechado, e multa de R\$ 67.800,00 pelo crime de lavagem de dinheiro.

De acordo com a denúncia do MPF com base na qual a ação penal foi deflagrada. Rene Luiz Pereira, Sleiman Nassim El Kobrossy (foragido), Maria de Fátima Stoker (presa na Espanha), Carlos Habib Chater, André Catão de Miranda e Alberto Youssef faziam parte de uma quadrilha responsável pelo tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Segundo as investigações, a droga vinha da Bolívia e do Peru através de Rene e Sleiman. Os entorpecentes eram enviados através do Porto de Santos à Europa, onde Maria de Fátima morava (Inglaterra) e negociava o produto com traficantes locais.

O dinheiro, US\$ 124 mil no total, foi enviado por Maria ao Brasil com a ajuda de Chater, que realizava as operações de câmbio. Chater também auxiliava Rene e Sleiman nas operações de câmbio para o pagamento dos entorpecentes na Bolívia e Peru.

Na segunda condenação criminal, constante da sentença proferida na data de 06 de maio do corrente ano, Carlos Habib Chater foi condenado a 4 anos e 9 meses de prisão, pela **prática do crime de lavagem de R\$ 1,16 milhão do Mensalão. Alberto Youssef também foi condenado neste processo.**

PERGUNTAS

Alberto Youssef, em um dos depoimentos que prestou em regime de colaboração premiada (Termo de Declarações n.º 26), declarou que se utilizava dos serviços de Vossa Senhoria, como doleiro, para efetuar repasses de dinheiro vivo em Brasília:

“(…) QUE o declarante *também* utilizou CARLOS CHATER para repassar valores para NELSON MEURER; QUE isso ocorria quando NELSON MEURER precisava de valores em espécie em Brasília; QUE não necessariamente este dinheiro era para o próprio NELSON MEURER e poderia ser para o Partido Progressista; QUE questionado como ocorria tais repasses, às vezes CARLOS CHATER precisava de dinheiro para comprar combustível no Posto da Torre recorria ao declarante, pois sabia que, por vezes, o declarante precisava de dinheiro vivo em Brasília; QUE então o declarante pagava os distribuidores de combustível do Posto da Torre e quatro ou cinco dias depois o declarante pedia a CHATER que entregasse os valores em Brasília, diretamente para NELSON MEURER, PIZZOLATTI, JOAQUINI, MARIO NEGROMONTE ou em outros lugares, a pedido do declarante; QUE o declarante tinha uma “conta corrente” em Brasília com CHATER; QUE não sabe o conteúdo último anotava isto, mas sabe que CHATER tinha um controle bem organizado”.

Vossa Senhoria confirma o teor das declarações acima? Fazia repasses em dinheiro vivo a pessoas indicadas por Alberto Youssef? Chegou a manter uma “conta corrente” conjunta com o doleiro? Qual era a finalidade da manutenção dessa conta conjunta? Qual o montante dos valores desviados da Petrobras que foram lavados por Vossa Senhoria? E de outras fontes ilícitas?

Vossa Senhoria foi condenado, na semana passada, a uma pena de 4 anos e 9 meses de prisão pela prática do crime de lavagem de R\$ 1,16 milhão do Mensalão. Alberto Youssef também foi igualmente condenado pela lavagem de capitais relacionados ao escândalo.

No depoimento que prestou a esta CPI na data de ontem, Alberto Youssef reconheceu, com base no que conhece, a continuidade entre os esquemas de corrupção conhecidos



como Mensalão e Petrolão.

Diante disso, pergunto: sua atuação na lavagem de recursos desviados da Petrobras e no repasse de valores a pessoas indicadas por Alberto Youssef, narrada por este em sua colaboração premiada, assemelha-se ao procedimento adotado por Vossa Senhoria no tempo do Mensalão? Confirma a continuidade entre o Mensalão e o Petrolão, reconhecida por seu parceiro Alberto Youssef? Sabe informar se recursos provenientes da Petrobras chegaram a alimentar o escândalo do Mensalão? A seu ver, quais são as semelhanças e as diferenças entre os dois principais escândalos da era petista (ao menos com base no que até agora chegou ao conhecimento público)?

Em que data Vossa Senhoria conheceu Alberto Youssef? Como e em que circunstâncias conheceu Alberto Youssef? Lembra-se de quem os apresentou? Desde quando atua em parceria com Alberto Youssef, na prática de lavagem de dinheiro e de outros crimes?

Vossa Senhoria conhece a doleira Nelma Kodama, presa, como Vossa Senhoria, na primeira etapa da Operação Lava Jato, com duzentos mil euros escondidos na calcinha, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo? Nelma também integrava a organização criminosa da qual Vossa Senhoria fazia parte? Tem conhecimento das operações efetuadas por Nelma Kodama no período do Mensalão? Confirma a informação de que Nelma Kodama era responsável por operações em **dólar para o PT na época em que Celso Daniel**, assassinado em 2002, era prefeito de Santo André? Nelma Kodama continuou, após esse período, a prestar serviços ilícitos ao PT? Tinha conhecimento do relacionamento amoroso entre Alberto Youssef e Nelma Kodama, referido nesta CPI por Iara Galdino da Silva?

Vossa Senhoria conhece o atual presidente do PT, Rui Falcão? Mantém ou manteve algum relacionamento com ele? Chegou a repassar a ele valores em espécie? E quanto ao ex-tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, que atualmente se encontra detido? Vossa Senhoria o conhece? Mantém ou manteve algum relacionamento com ele? Chegou a repassar valores em espécie a ele?

Tem conhecimento da reunião ocorrida entre Rui Falcão e João Vaccari Neto, no Posto da Torre, ainda nesse ano de 2015, revelada pela Revista Época, em matéria de 23 de março do corrente? Sabe informar o que eles faziam no local que foi o pano de fundo da primeira etapa da Operação Lava Jato? Será que eles, que tanto vieram à Brasília, não tinham conhecimento que a Operação Lava Jato recebeu esse nome exatamente em decorrência da lavagem de dinheiro e dos repasses de valores em espécie efetuados no Posto da Torre por Vossa Senhoria e por seus antigos comparsas?

Dep. Izalci – Depoente André Vargas

situado no bairro da Mooca em São Paulo.

[...],

Diante do exposto, indago:

V.Sa. conhece Alberto Youssef desde quando? V.Sa. tinha negócios com Alberto Youssef? Poderia dar mais detalhes desses negócios?

2. V.Sa. foi beneficiário, de propinas repassadas por Alberto Youssef? Quanto V.Sa. recebeu desse esquema de corrupção da Petrobras? E para além da Petrobras, que “negócios” V.Sa. manteve com Alberto Youssef? –

3. V.Sa. tem conhecimento de outros agentes políticos que foram beneficiados por esse esquema de corrupção da Petrobras? Poderia declinar os nomes, valores e circunstâncias desses repasses? –

4. V.Sa. entende que os esquemas do “Mensalão”, do “Deltaduto” e do “Petrolão” têm



conexão?

5. V.Sa. entende que esses esquemas de corrupção contavam com um suporte político por detrás deles? Na opinião de V.Sa., estruturas políticopartidárias foram beneficiadas por esses esquemas? Que estruturas político-partidárias foram beneficiadas no entendimento de V.Sa.?

6. V.Sa. tinha conhecimento da sistemática de lavagem de propinas por intermédio de doações oficiais aos partidos? P-cíderia fornecer mais detalhes sobre esse procedimento?

2

Dep. Izalci – Depoente Carlos Habib Chater

Roteiro da Oitiva

CARLOS HABIB CHATER

CARLOS HABIB CHATER, brasileiro, casado, empresário, nascido em 29/08/1969, filho de Habib Salim El Chater e Maba Fahd Chater, portador da CIRG 8o5743/DF, inscrito no CPF sob ~ n~ 416.803.751-72, residente e domiciliado na OTR MLN, trecho io, cj. **i**, casa **2**, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília-DF ou na SHS, quadra 6, conjunto A, lote **1**, bloco B, ap. **214**, Asa Sul, Brasília/DF, atualmente preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais/PR.

CARLOS HABIB CHATER é operador do mercado de câmbio negro em Brasília. Proprietário do Posto da Torre, local onde recursos em espécie foram repassados a agentes políticos.

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1.

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, Helton Rodrigo Gomes dos Santos disse que V.Sa. era o proprietário do Posto da Torre, como segue:

“[...]J Helton:- Trabalhei de 2006 à 2008.

Ministério Público Federal:- Que tipo de atividade o senhor fazia nessa empresa?

Helton: Eu era motorista da lavanderia do posto. Ministério Público Federal:- Lavanderia do posto. O senhor fazia pagamentos pra o senhor Ediel, pro senhor Carlos? Saía pra fazer pagamentos, depósitos, transferências bancárias ou alguma outra coisa parecida?

1

Helton:- Sim. Às vezes eu fazia pagamentos de contas, pagamento de alguns títulos. [...]

Juiz Federal:- E o Posto da Torre que o senhor fala é o próprio posto, o Posto



da Torre?

Helton:- Sim.

Juiz Federal:- E esse Posto da Torre era do senhor Carlos Habib. Helton:- Sim.

Juiz Federal:- Qual que era a relação entre o senhor Ediel e o senhor Carlos Habib? O senhor sabe me dizer?

Helton: . É patrão e funcionário.

Juiz Federal:- O senhor presenciou, ou o senhor viu, o senhor Edie! recebendo ordens do senhor Carlos?

Helton:- Sim. [...]“

Diante do exposto, indago:

- i. V.Sa. confirma que é à proprietário do Posto da Torre em Brasília? Desde quando? Que outras empresas V.Sa. é ligado direta ou indiretamente por intermédio de parentes ou “laranjas”?
2. V.Sa. confirma que recursos em espécie foram repassados a agentes políticos no Posto da Torre? Quem foram os beneficiários? Em que período esses repasses ocorreram? Esses recursos foram repassados a pedido de Alberto Youssef?

II.

Alberto Youssef, em decorrência de acordo de colaboração premiada celebrado com a Procuradoria Geral da República, disse que tinha relação comercial e crédito com V.Sa., como segue:

“[Juiz Federal:- Perfeito. Então, senhor Alberto Youssef como eu

lhe adverti, como o senhor está nessa condição de colaborador o senhor não tem direito ao silêncio, certo? O senhor fica sujeito. se o senhor mentir, as consequências legais. Essa ação penal aqui diz respeito, especificamente, a transações... segundo o Ministério Público, o senhor teria frito com recursos do senhor José Janene, investimentos nessa empresa em Londrina, Dunel, e, segundo aqui o Ministério Público Federal, o senhor teria se utilizado dos serviços do senhor Carlos Habib Cha ter na ocasião. O senhor pode, pra nós tentarmos ser diretos aqui, o senhor pode me esclarecer o que aconteceu nesse caso?



Alberto Youssefi- *Sim, sim senhor. Bom, na verdade eu não fiz nenhum investimento na Dunel. Eu não era proprietário da Dunel e não fiz nenhum investimento na Dunel. O que aconteceu nesse caso é que eu havia emprestado um dinheiro ao senhor Carlos Habib Chater, e na hora de devolver, eu pedi que ele depositasse esse dinheiro pra comprar os equipamentos para a Dunel, a pedido do senhor José Janene, porque ele tinha conta corrente comigo. Então foi isso que aconteceu.*

Juiz Federal:- *Esses valores que foram depositados eram então do senhor José Janene?*

Alberto Youssefi- *É, na verdade o senhor José Janene tinha conta corrente comigo, está certo? Onde tanto eu emprestava dinheiro pra ele quanto ele deixava dinheiro na conta corrente do caixa. Nesse eventual depósito, o que que aconteceu, eu tinha emprestado dinheiro ao Carlos Habib Chater, eu pedi que ele me devolvesse esse dinheiro, e aí, no caso, encaixou de ser para compra dos equipamentos da Dunel.*

Juiz Federal:- *Quanto aproximadamente de valores, nessas operações?*

Alberto Youssefi- *Eu não lembro, é coisa de... o Habib deve ter depositado uns duzentos e cinquenta mil reais, trezentos e cinquenta mil reais, alguma coisa nesse sentido, eu não.... sinceridade, eu não lembro, faz muito tempo. [...]*

Juiz Federal:- *O senhor negociou essas transações, que teriam sido feitas, em favor do senhor José Janene, o senhor negociou elas com quem? com o senhor Carlos Chater ou com mais alguém, como foi? Alberto Youssefi- Não. Eu pedi que o senhor Carlos Chater fizesse o depósito e posso ter pedido para mais algumas pessoas terem frito também na época. Eu não me lembro se foi a Nelma Penasso que frz, ou se eu disponibilizei valores em reais vivos para que fossem fritos, porque eu acho que o valor era um pouco maior na questão desses equipamentos.*

3

Juiz Federal:- *Mas no que se refrre ao, vamos dizer, ao grupo db senhor Carlos Chater, o senhor tratou com mais alguém, não?*

Alberto Youssefi- *Não. Não tratei com mais ninguém, a não ser com Carlos Habib Chater. [...]*

Juiz Federal:- *Depois tem uma aqui de quatro mil e quinhentos em favor de Ferramentas Gerais, também veio de Brasília; depois, de Brasília, uma transação maior de cento e trinta mil e treze reais, que saiu da conta da empresa Angel, para conta da empresa Ferramentas Gerais, também veio de Brasília. Essas transações, que foram feitos os depósitos por Brasília, eram provenientes do senhor Carlos Habib Cha ter?*

Alberto Youssefi- *Sim, senhor. Mas eu deixo claro aqui que foi empréstimo que eu fiz para ele e que ele me devolveu.*

Juiz Federal:- *E que empréstimo é esse?*

Alberto Youssefi- *Bom, ele sempre necessitava de recursos para compra de combustíveis, esse tipo de coisa. Eu havia emprestado dinheiro a ele, e na hora da devolução, eu pedi que ele fizesse esse depósito pra mim.*

Juiz Federal:- *E quando o senhor fez esse empréstimo pra ele?*

Alberto Youssefi- *Esse empréstimo... foi um empréstimo, se eu não me engano, foi de um, foi um longo tempo que ele ficou me devendo, foi coisa de seiscentos ou setecentos mil na época, ele veio me pagando parcelado.*

Juiz Federal:- *Mas o senhor tinha isso formalizado de alguma forma?*

Alberto Youssefi- *Não. De boca mesmo.*

Juiz Federal:- *O senhor tinha uma conta corrente com ele, é isso?*

Alberto Youssefi- *Sim, senhor. [..1”*

Diante do exposto, indago:



3. V.Sa. confirma que tinha uma espécie de conta corrente com Alberto Youssef? Qual o montante que circulou por essa conta corrente? Em que período?
4. V.Sa. saberia nos dizer qual o montante que circulou nessa conta corrente proveniente do esquema da Petrobras?

4

III.

Alberto Youssef ainda confirmou que V.Sa. fez vários pagamentos por solicitação dele a terceiros, inclusive para agentes políticos, como segue:

“/~...J Alberto Youssefi- Pelo que eu sei, o Habib tinha um posto que vendia muito combustível, mas que ele não estava capitalizado, então ele tomava dinheiro no mercado, praticamente quase todos os dias, isso é a questão. Eu emprestei várias vezes pra ele, e tanto recebi dinheiro em devolução em conta, como também recebi dinheiro lá em Brasília, pedindo que ele disponibilizasse em reais para mim várias vezes.

Juiz Federal:- Só para o senhor ou para clientes do senhor? Alberto Youssef- Para mim, para que eu entregasse aos meus clientes.

Juiz Federal:- E também ele fazia entregas diretas aos clientes, como foi nesse caso aqui do pagamento, em favor do senhor José Janene?

Alberto Youssefi- Às vezes, quando eu pedia, sim.

Juiz Federal:- Que tipo de cliente, por exemplo, do senhor, que ele fez pagamentos?

Alberto Youssefi- Agente político.

Juiz Federal:- Isso por intermédio do posto lá em Brasília? Alberto Youssefi- Aí eu já não sei se foi por intermédio do posto. Eu depusitei o dinheiro para que ele pudesse, no caso, comprar combustível e tal. Agora, se esse dinheiro... provavelmente deve ter retornado do posto sim senhor.

Juiz Federal:- Ele conhecia o senhor José Janene?

Alberto Youssefi- Ele conheceu o seu José Janene sim, lá na praia, porque ele é meu vizinho de praia. Ele chegou a conhecê-lo sim. Juiz Federal:- Ele tinha conhecimento do seu relacionamento com o senhor José Janene?

Alberto Youssefi- Sim, tinha.”

Diante do exposto, indago:

5. V.Sa. poderia declinar nomes, quantias e datas de todos os repasses feitos a agentes políticos?

5



Iv.

Alberto Youssef também confirmou a origem e a natureza criminosa dos recursos de José Janene e que o contrato de mútuo falso entre a CSA e a Angel foi feito a pedido dele por V.Sa., como segue:

“[...] Juiz Federal:- Esses recursos que o senhor José Janene tinha para investimentos ou esses recursos que ele deixava para o senhor administrar, qual era a origem desses valores?

Alberto Youssefi- Era com issionamento de empresas empreiteiras, esse tipo de empresa.

Juiz Federal:- Decorrente de contrato com a administração pública?

Alberto Youssefi- Sim, senhor.

Juiz Federal:- Em geral propina, então, coisa dessa espécie? Alberto Youssefi- Sim, senhor, Excelência.

Juiz Federal:- Tem nos autos aqui, os autos do inquérito, da folha 1.862 a 1.863 1.864... um contrato de mútuo, eu vou mostrar para o senhor, se o senhor puder dar uma olhadinha...

Juiz Federal:- Esse contrato de mútuo, é esse que o senhor refria, que o senhor teria pedido ao senhor Chater para pagar? Alberto Youssefi- Eu pedi ao senhor Carlos Habib Chater que fizesse e pedi que o senhor Carlos Costa fosse, se eu não me engano, levar o contrato pessoalmente em Brasília, pegar a assinatura e trazer de volta, se eu não me engano foi isso o que aconteceu.

Juiz Federal:- O contrato aparentemente está assinado aqui pelo senhor Ediel Viana, o senhor chegou afalar com ele, não? Alberto Youssefi- Não senhor.

Juiz Federal:- O senhor tratou isso com o senhor Carlos Chater?

Alberto Youssefi- Sim, senhor, Excelência. [...]”

Diante do exposto, indago:

6. V.Sa. sabia que os recursos que estavam sendo repassados tinham origem ilícita? O contrato de mútuo foi apenas para dar aparência de legalidade aos repasses?

6

V.

Ediel Viana da Silva, por sua vez, afirmou, em síntese, ser o sócio dirigente da Angel Serviços que era uma empresa que funcionava junto ao Posto da Torre, de propriedade de V.Sa. Trabalhava subordinado a V.Sa. e teria feito o depósito de R\$ **130.013,50** na conta da Ferramentas Gerais a pedido V.Sa. Teria feito várias outras transações com a conta da Angel a pedido de V.Sa. Transcrevo:



“[...] Juiz Federal:- Senhor Ediel, para nós sermos aqui bastante diretos, essa ação penal diz respeito a algumas operações, transações que, segundo a acusação, teriam sido fritas por intermédio do senhor Carlos Habib Chater, utilizando empresas em Brasília em favor do senhor Alberto Youssef O senhor pode me esclarecer o que o senhor sabe dessas operações?

Ediel Viana:- Em 2008, quando houve a utilização da Angel para mandar um valor de cento e trinta mil reais, o posto sempre teve situação financeira complicada, complexa, e como eu cuido da parte operacional, ele pediu para eu mandar um valor para São Paulo, através da minha conta..., porque a conta do posto da Torre estava com saldo negativo, que não poderia colocar o valor na conta para mandar pra São Paulo... até então não sabia que era para Youssef, que era para político, que era para partido político... a conta foi usada com essa intenção.

Juiz Federal:- E o senhor fazia isso com frequência, transações a pedido do senhor Carlos Chater utilizando a sua conta?

Ediel Viana:-Não. Utilizava a conta da Angel... que a Angel foi criada, vale um parêntese aí, que ela foi criada para minha situação de gerente geral da empresa... eu tinha um salário de vinte, vinte e poucos mil reais..., por questão de custo foi colocada essa opção de abrir uma empresa de terceirização, onde eu iria prestar serviço através dessa empresa. O Habib começou a se estender nessa empresa depois de aberta, com algumas operações do posto. Como oposto estava sempre em situação complicada financeiramente, a conta da empresa era usada... um exemplo, se tinha cinquenta mil reais de combustível na quinta-feira, oposto não tinha como fazer, a gerente liberava cinquenta mil da minha conta e no outro dia o cheque do posto era colocado para compensar esse déficit que estava na conta... então era utilizado com bastante frequência para esse fim.

Juiz Federal:- Mas como ele movimentava a sua conta, a conta da Angel? Ele tinha autorização, tinha procuração?

Ediel Viana:- Não, não. Ele me pedia e era frito por mim. Juiz Federal:- Ah, o senhor que fazia mesmo? Ediel Viana:-Isso, não tinha nenhuma intervenção do Habib não. Juiz Federal:- E qual era a frequência disso?

Ediel Viana:-Movimentou quatro milhões e pouco nesse período né.

Juiz Federal:- Na sua conta?

Ediel Viana:-Nessa conta da Angel. Então esse pedido dele, dos cento e trinta mil, para mim era uma coisa que fazia parte do modus operandi.”

Diante do exposto, indago:

7. V.Sa. poderia nos dizer quanto desses quatro milhões foi destinado a agentes políticos a pedido de Alberto Youssef? Poderia nos dar mais detalhes a respeito?

VL

Ediel afirmou desconhecer que essa transação era para Alberto Youssef, mas confirmou que conhecia este e que V.Sa. fazia diversas transações para Alberto Youssef, assim como para terceiros.



Transcrevo:

7...] Juiz Federal:- O senhor conhecia na época o senhor Alberto Youssef?
Ediel Viana:-O Alberto a gente conhece da empresa, muito conhecido através de... ele comentar nas... fisicamente, eu o vi, nesse período, umas três, quatro vezes na empresa. A gente não tinha contato.
Juiz Federal:- Não entendi, era conhecido por que, dele comentar o quê?
Ediel Viana:-O Carlos comentava do Alberto. Juiz Federal:- Mas comentava o quê do Alberto?

8

Ediel Viana:- Que um dinheiro vinha da conta dele, passava pelo posto e a gente tinha que devolver, como se fosse um empréstimo. O Alberto fazia vários empréstimos para o Carlos, inclusive essa operação não é uma coisa assim inédita na empresa. Várias operações com o Alberto, com o Fayed ou com o Caled, já eram corriqueiras na empresa, é como se eles estivessem emprestando à empresa, a empresa devolvendo o valor para eles.
Juiz Federal:- E devolvia para quem, para eles mesmos, para o senhor Alberto, para o senhor Fayed, devolvia pra quem?
Ediel Viana:- Através de terceiros. Eles não vinham pessoalmente no posto pegar os valores, era através de terceiros.
Juiz Federal:- Terceiros?
Ediel Viana:- É. Alguém que o Alberto mandava, alguém que o Fayed mandava, alguém que o Caled... O Caled sempre lá né... era entregue na mão dele.
Juiz Federal:- Ou em depósito em conta então?
Ediel Viana:- Muito difícil. Vinham mais para o posto e era entregue em cash.
Juiz Federal:- A maioria eram transações em espécie?
Ediel Viana:- Isso. A maioria..., noventa por cento, noventa e cinco por cento.
Juiz Federal:- E por que não faziam as transações em depósito que são mais seguras? Por que faziam a maioria em cash?
Ediel Viana:- A questão financeira a gente não entrava muito, não detalhava muito..., os valores vinham e você tinha que... chegava um valor para pagar em quinze dias e sempre... noventa e cinco por cento... era feito com o próprio recurso do posto. Oposto tinha faturamento muito alto..., cinquenta, sessenta por cento é em cash, o pagamento dos clientes na ponta. Era entregue para essas pessoas através de cash, muito pouco em conta. Me chamou atenção essa específica que tinha que ser em conta, não entendi, o pessoal mandava empréstimo...
Juiz Federal:- Mas essas operações em espécie o senhor participava delas ou era só as operações com a sua empresa Angel?
Ediel Viana:- Não, a parte financeira quem cuidava era o André, André Catão.
Juiz Federal:- Mas o senhor observava isso no posto? **Ediel Viana:- Sim, com frequência.**

9

Juiz Federal:- iam terceiros lá, a pedido do senhor Alberto Youssef do senhor Fayed, para retirar dinheiro, é isso?
Ediel Viana:- Senhor Caled e outros empréstimos também. Os maiores são esses, mas teve vários empréstimos... seu Rodolfo, seu Geraldo, tinham vários credores lá, um policial lá, o Cleiton, eram frequentes lá na empresa.
Juiz Federal:- Ele tinha também essas operações com doleiros, com



operadores de mercado negro?

Ediel Viana:- Com o Caled... o Caled sim, com uma frequência grande. Tinha o pessoal do Marcos Flores, não era uma frequência tão grande. Que eu me lembre, os grandes que movimentavam lá eram esses dois.

Juiz Federal:- Também entregava dinheiro pros agentes públicos? Ediel Viana:-Agentes públicos, Vossa Excelência, eu não tenho conhecimento específico de pessoas... porque a minha função era gerência geral, então não envolvia, assim, sabendo quem é, quem não é. Muitas pessoas circulavam pelo posto, assim, cada época vinha gente diferente lá para retirar esses valores.”

Diante do exposto, indago:

8. V.Sa. confirma que o Posto da Torre funcionava como uma verdadeira lavanderia de dinheiro sujo? V.Sa. confirma que a forma encontrada para dar aparência de legalidade aos recursos seriam esses contratos de mútuo? V.Sa. confirma que a estratégia funcionava por que o Posto da Torre tinha um faturamento alto, sendo a maioria das transações feitas em espécie?

VII.

Ediel também revelou a existência de um sistema de contabilidade informal no posto denominado de “Sistema Money”, como segue:

lo

“[...]Ministério Público Federal:- E esse controle, foi mencionado no interrogatório anterior um sistema Money...”

Ediel Viana:-Money.

Ministério Público Federal:- Money. Como que funcionava, todas as entradas e saídas eram registradas?

Ediel Viana:-Todas as entradas e saídas... você recebia um milhão do Fayed, entrava conta Fayed, um milhão..., com a devolução o André ia dando baixa... mandou cinquenta, mandou oitenta, até zerar aquela conta.

Ministério Público Federal:- Quem administrava esse sistema era o André?

Ediel Viana:-Sim, o André.

Ministério Público Federal:- Existia uma pasta para cada empresa ou era unificado, contas do posto da Torre e daAngel?

Ediel Viana:-É um caixa geral do dia... você gerava faturamento da empresa, o que veio externamente, jogava tudo no Money... você tinha



saldo de bancos, saldo das contas que houve crédito e alguns pagamentos... então não tinha uma pasta específica para quem dava o crédito, você tinha um caixa geral do dia, seria isso. [...]

Diante do exposto, indago:

9. V.Sa. confirma a existência dessa contabilidade paralela? Quando do registro das saídas, identificava-se também o beneficiário final dos recursos? Ou V.Sa. não tinha conhecimento da destinação final dos recursos?

VIII.

Apesar de afirmar não conhecer José Janene, Ediel recordou-se de outro agente político, Pedro da Silva Correia que frequentava o Posto da Torre, de lá retirando dinheiro em espécie, como segue:

li

[...]Juiz Federal:- O senhor tinha conhecimento na época dos fatos do relacionamento do senhor Alberto Youssef com o senhor José Janene?

Ediel Viana:-Na verdade a gente não tinha acesso a informações do Beto, só sabia que algumas vezes foi no posto, ia com o Carlos, mas nada inerente à operação do posto.

Juiz Federal:- O senhor José Janene nunca foi lá? Ediel Viana:-Não.

Juiz Federal:- Refe rente aqui a outros agentes públicos, folha 3 da denúncia, tem aqui João Cláudio de Carvalho Genu, esse o senhor conhece?

Ediel Viana:-Eu conheço de nome, não o vi no posto... o Lucas, que era o portador lá, que ia retirar os valores lá do Reto, do Youssef, alguma vez comentou no grupo que era sócio dele em algumas operações, esse Genu.

Juiz Federal:- Foi dito lá?

Ediel Viana:-Mas eu não conheço fisicamente, nunca vi na empresa. Juiz Federal:- Outro aqui mencionado, Pedro da Silva Correia, Pedro Correia?

Ediel Viana:-Esse já esteve no posto numa época da... algumas vezes, uma, duas vezes, eu me lembro ter visto, um senhor forte.

Juiz Federal:- Mas esteve no posto para que?

Ediel Viana:-Em reunião com o senhor Carlos Habib. Juiz Federal:- Mas sabe qual era o objetivo dessa reunião? Ediel Viana:- Não, não. A partir desse momento, que teve algumas reuniões, começou a sair valores através..., para essa pessoa que o senhor mencionou, da empresa, também em cash. [...]

Diante do exposto, indago:



- io. V.Sa. confirma que o ex-deputado Pedro Corrêa beneficiou-se de recursos ilícitos repassados a ele no Posto da Torre a pedido de Alberto Youssef?
- ii. V.Sa. poderia nos dizer quem era exatamente esse tal de Lucas referido por Ediel Viana?

2

Dep. Izalci – Depoente Luiz Argôlo

Roteiro da Oitiva

LUIZ ARGÔLO

JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS, ex-deputado federal, recebeu recursos ilícitos de Alberto Youssef em razão do esquema de corrupção instalado na Petrobras.

JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS é investigado por seu envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, de quem recebeu ao menos R\$ 1,2 milhão por meio de notas frias. Além disso, o ex-parlamentar comprou um helicóptero em 2012, mas devido a dificuldades para quitar o financiamento, Alberto Youssef pagou o restante da aeronave e a emprestou para LUIZ ARGÔLO utilizar na campanha em 2014.

JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS é suspeito ainda de ter adquirido a empresa Malga Engenharia em uma sociedade com Alberto Youssef.

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1.

No Termo de Declarações nº 13, de 11/02/2015, PAULO ROBERTO COSTA disse:

“[. 1 QUE conheceu Luiz Argôlo, então deputado federal, no escritório de Alberto Youssef onde funcionava GPD Investimentos; QUE encontrou muitas vezes Luiz Argôlo no escritório de Alberto Youssef mas nunca se reuniu com ele; QUE nunca esteve na F~Td~H~TãtkLuizArgôlo[~]”



V.Sa. frequentava com regularidade o escritório de Alberto Youssef, correto? V.Sa. era bastante próximo dele, correto? V.Sa. tinha, inclusive, negócios com ele, correto? Poderia detalhar esses negócios?

V.Sa. foi beneficiário desse esquema de corrupção instalado na Petrobras, correto? Quanto que V.Sa. recebeu de Alberto Youssef? Em que circunstâncias?

3. Na opinião de V.Sa., esse esquema de corrupção instalado na Petrobras contava com um suporte político para ter êxito? Na opinião de V.Sa., esse suporte político foi dado por quem?

4. Na opinião de V.Sa., o Palácio do Planalto tinha conhecimento desse esquema de corrupção instalado na Petrobras? Se afirmativo, que elementos V.Sa. dispõe para ter esse entendimento?

5. Quais os agentes políticos, além de V.Sa., foram beneficiários desse esquema de corrupção instalado na Petrobras? Que elementos V.Sa. dispõe para comprovar esses benefícios?

II.

De acordo com o
depoimento
prestado em
18.li.2014 por
JAYME ALVES
DE OLIVEIRA
FILHO perante a
Polícia Federal em

Diante do exposto, indago:

12.



Jato', além de referir a participação de outras pessoas envolvidas segundo seu conhecimento dos fatos. Nesse contexto, relatou que [...]
a pedido de ALBERTO YOUSSEF fez entrega de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o ex-Deputado JOÃO LUIZ ARGOLLO EL HO (qTt7Z~7certeza7Oi identuicado por meio e otogra a que lhe foi apresentada), quantia que foi entregue no Hotel Ibis perto do Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro) [

Diante do exposto,
indago:

6. V.Sa. confirma que recebeu essa quantia de Jayme Alves de Oliveira Filho no Hotel Ibis, no Rio de Janeiro?/.Sa. conversava com Jayme Alves de Oliveira Filho sobre esse esquema de corrupção? Ele chegou y"mencionar algum detalhe so,k~ e esquema?Ineficiário5~ quantias, locais etc.? Qual a quantia total que V.Sa. recebeu por intermédio de Jayme Alves Oliveira Filho~J Em que circunstâncias?—
”

III.

O doleiro ALBERTO YOUSSEF, além de operacionalizar os repasses aos líderes do PP, também atendia a pedidos específicos de conforme ilustra o episódio abaixo relatado (Termo de Colaboração. -de 24/11/2014):

“[.1 afirma que o deputado federal JOAO ARGOLO adquiriu a aeronave no ano de 2012 para pagar a prazo, todavia no vencimento das prestações o mesmo não possuía o dinheiro necessário; QUE, ARGOLO pediu que o declarante emprestasse o dinheiro para que ele efetuasse o pagamento pelo helicóptero, tendo o declarante se negado a fazer, propondo que quitasse as prestações e ficasse com a aeronave, emprestando o bem a ele JOAOARGOLO para que utilizasse até a campanha eleitoral; QUE, o parlamentar teria pago o valor de entrada pelo bem, sendo advertido pelo declarante que perderia tal quantia, eis que o utilizaria até a

campanha eleitoral de 2014; QUE, ARGOLO aceitou a proposta; QUE, se tratava de um helicóptero usado ROBSON - tendo o declarante pago por ele cerca de setecentos mil reais por meio da empresa GFD, em nome da qual foi



registrada a aeronave; (..) QUE, conforme declinado anteriormente João ARGOLLO fazia parte do rol de parlamentares do PP que recebia repasses mensais a partir dos contratos da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS. QUE, diz não ter recebido nenhum valor por parte de JOÃO ARGOLLO por conta do tempo em que o mesmo ficou com o helicóptero, inclusive tendo ele locado a aeronave eventualmente QUE, conforme acordado, a manutenção do bem ficava por conta de JOÃO ARGOLLO. [...]

Diante do exposto, indago:

7. V.Sa. confirma-se “acerto” envolvendo o helicóptero? Outros agentes políticos, que não V.Sa., fizeram uso dessa aeronave? Quem, quando e em que circunstâncias?

IV.

O esquema criminoso envolvendo parlamentares foi confirmado por outras pessoas, dentre elas o advogado CARLOS JOSÉ RIBEIRO DA SILVA que declarou nos autos do IPL nº 104/2013, em 12 de setembro de 2014: ■

[...] QUE, soube também por meio de JANENE que ALBERTO YOUSSEF fazia caixa do PP não sabendo integralmente como isso funcionava, exceto que envolvia o recebimento de recursos de empreiteiras o qual era repassado a quem participou de reuniões com YOUSSEF na Av São Gabriel, São Paulo recorda ter visto parlamentar entrando no local, dentre eles MARIO NEGROMONTE, PEDRO CORREIA, ALINE CORREIA, JOÃO ALBERTO PIZZOLATI JÚNIOR, LUIZ ARGOLLO e NELSON MEURER; QUE, quando YOUSSEF instalou-se no local os mesmos parlamentares, os quais se reuniam reservadamente com YOUSSEF nas salas da GFD onde posteriormente instalou-se a empresa MBM;

[...]

Diante do exposto, indago:

8. V.Sa. confirma que frequentou regularmente os escritórios de Alberto Youssef? V.Sa., em alguma oportunidade, já se reuniu com MARIO NEGROMONTE, PEDRO CORREIA, ALINE CORREIA, JOÃO ALBERTO PIZZOLATI JÚNIOR ENELSON MEURER no escritório de Alberto Youssef? Se afirmativo, quando e



em que circunstâncias?

~. V.Sa. sabia que essas pessoas foram beneficiárias do esquema da Petrobras? Se afirmativo, poderia nos dar mais detalhes?

io. Além dos agentes políticos do PP, que outros agentes políticos e públicos, segundo o conhecimento de V.Sa. beneficiaram-se desse esquema de corrupção da Petrobras? Poderia fornecer detalhes acerca de quantias e circunstâncias dos pagamentos?

Destaco ainda depoimento de Alberto Youssef no qual ele trata crimes de V.Sa., como segue:

“f..] que, conforme declinado anteriormente, João Argolo fazia parte do rol de parlamentares do PP que recebia repasses mensais a partir dos contratos da Diretoria de Abastecimentos da Petrobrás; [...].”

E ainda

V

5

7...]” que, por outro lado, ‘a depgente com~çou a fazer pagamentos para LuizArgoJo4~d~quand0 o conheceu no ano de 2011, em i~ãĩÜoJ~çJçyc~tencer ao PP e ser parceiro de Mano Nejromonte; que Luiz Argolo presenciou algumas oportunidades em que o depoente entregou dinheiro para Mano Negromonte, bem como na oportunidade em que o depoente presenteou com um relógio Rolex para Paulo Roberto Costa, ocasião em que a bancada do PP estava reunida para agradecer os repasses determinados por Paulo Roberto Costa decorrentes dos superfaturamentos dos contratos da Petrobrás e pagos pelas empreiteiras; que parte dos pagamentos que o depoente fazia para Luiz Argolo era decorrente do dinheiro £n{qegue pelas ~ com aPetrobrás por ordem de Paulo Roberto Costa, contudo houve repasses que o ~ sem O conhecimento de Paulo Robecto e de Mano Negromonte, em razão do depoente ter o controle do caixa doPP e apostar na carreira política de LuizArgo!o; (...) que os valores pagos pelo depoente a LuizArgolo variava entre vinte mil a duzentos mil, em especial nas épocas de campanha eleitoral e das ações sociais que ele fazia antes do aniversário dele; que na campanha eleitoral de 2012 Luiz Argolo pediu dinheiro para os candidatos do PP aos cargos de prefeito e vereador de diversos municípios da Bahia, que compunham a base de Luiz Argolo; que além do futuro político promissor de Luiz Argolo, sobre o qual o depoente sempre dizia a ele que um dia ele iria cobrar a conta, Luiz Argolo prometeu ajudar o depoente para obter um financiamento perante o Banco do Nordeste, com quem o depoente pretendia financiar a reforma do Hotel Príncipe das Enseadas em Porto Seguro/BA, ou seja, Luiz Argolo intercedeu a favor do depoente dentro do Banco do Nordeste, não lembrando com quem foi tratado naquela instituição financeira; [...].”

Diante do exposto, indago:



ii. V.Sa. recebia uma espécie de “mesada” regular de Alberto Youssef? Que outros agentes políticos recebiam da mesma forma?

12. Que contatos V.Sa. fez em órgãos públicos para facilitar a entrada de Alberto Youssef?

6

VI.

Alberto Youssef, ~ prerniadar— confirmou que notas fiscais foram emitidas para acobertar entrega de

valores a V.Sa., como segue:

“[...] QUE LUIZ ARGOLO também indicou o depoente para emitir notas fictícias como se tivesse prestado algum serviço MOINHO de F~5Jaleza, denominado M DIAS, \$RANfQ~ cujo amigo de LVI _J1B~LOG~AUDIO J3QNT&ELE, sócio daquela empresa, precisava de tais notas para justificar pagamentos que tinham de ser feitos em Brasília/DF e em Salvador/BA; QUE o depoente pediu para MEIRE emitir as notas fiscais e indicar para aquela empresa as contas bancárias de terceiros/laranjas que ela administravaj~QIJ~& ~ c~mi~°~jdo total recebido e repassou o restante para o depoente, que ficou com mais io% e o restante providenciou a entrega em Brasília/DF, em espécie/moeda nacional, por meio de RAFAEL ÂNGULO e ADARICO NEGROMONTE, no apartamento funcional do deputado LUIZ ARGOLO; QUE o montante entregue no apartamento funcional de LUIZ ARGOLO era cerca de 60% do total das notas emitidas contra o moinho M DIAS BRANCO, em torno de R\$ 2 a R\$ 3 MILHÕES; QUE o restante, cerca de 40% daquele montante, foi entregue por RAFAEL e ADARICO em Salvador/BA, não lembrando o endereço indicado LUIZARGOLO; 1...]”

Essas transferências foram também objeto de explicação por Meire Pozza, contadora de Alberto Youssef, como segue:

com relação aos documentos relacionados no item 500 do auto de apreensão 682/2014 lavrado em 21/07/2014, detalha que por volta do mês de maio ou junho do corrente ano recebeu um telefonema de um repórter do jornal Estado de São Paulo, o qual disse que havia vazado um e-mail onde ALBERTO YOUSSEF determinava a empresa GRANDE MOINHO CEARENSE o pagamento de determinada quantia a empresa ARBOR, questionando o repórter o porquê desse pagamento; QUE, não forneceu qualquer informação mesmo, sendo que na oportunidade estava- no seu escritório TA IA NA CAMARGO, amante deALBERTO YOUSSEF, a qual



disse que a empresa GRANDE MOINHO CEARENSE estaria relacionada ao Deputado LUIZARGOLO; QUE, tentou entrar em contato com o referido Deputado, por meio dos telefones fornecidos por TAIANA (61 99961133, 71 91800003) todavia não conseguiu falar com o mesmo; QUE, alguns dias, ALUIZIO LUNDGREEN, se apresentando como advogado de LUIZ ARGOLO retornou a ligação para a declarante marcaram um encontro para conversar; QUE, de fato a empresa ARBOR teria emitido três notas contra o GRANDE MOINHO CEARENSE conforme planilha defolha⁴⁹²² do apenso 41, volume i8, a respeito das quais foram feitos depósitos na conta da sua empresa e posteriormente transferências e saques por orientação de YOUSSEF, não sabendo a declarante se entre os seus registros existe o detalhamento o destino dos recursos depositados pelo GRANDE MOINHO CEARENSE, os quais totalizaram cerca de Rs 930.000,00; QUE, perguntado do porque estaria buscando contato com o Deputado Federal ARGOLO, responde que em sendo verdadeira a existência de tal documento, conforme noticiado pelo repórter, certamente seria chamada pela PF para prestar esclarecimentos quanto a operação; QUE, no dia 18/07/2014 encontrou-se com ALUIZIO LUNDGREEN o qual disse que no tocante aos valores depositados em favor da ARBOR relativos as notas fiscais ele resolveria o caso e entraria em contato posteriormente QUE, perguntou então como just~Jicaria os pagamentos fritos em favor de ARGOLO, como o depósito de Rs 60.000,00 a MANOELITO ARGOLO, (pai do Deputado) e Rs 47.000,00 a ELIA DA HORA (pessoa ligada ao gabinete do Deputado), tendo ALUIZIO dito que tais pagamentos se referiam a compra de um terreno do Deputado por ALBERTO YOUSSEF o qual estaria em nome de NEIDSON DA SILVA; QUE, algum tempo depois um Diretor do GRANDE MOINHO CEARENSE de nome CLAUDIO FONTENELE entrou em contato com o seu escritório a fim de acertar a entrega de documentos em caráter urgente, tendo o seu funcionário de nome MARCELO se encontrado com CLAUDIO em um café em São Paulo na semana passada; QUE, ao ter acesso a esses documentos ficou bastante surpresa pois defatoforain entregues relatórios de análise tributária com o nome e timbre da ARBOR, apenas para que a declarante os assinasse, constando dos documentos uma “solicitação de honorários” no valor correspondente as notas emitidas em favor do GRANDE MOINHO; QUE, tais documentos recebidos por seu funcionário das mãos de CLAUDIO FONTENELE são apresentados nessa oportunidade; QUE, acercado que constou em sua oitiva realizada no dia 23/07/2014 quanto ao seguinte trecho: “a MALGA ENGENHARIA, segundo sabe, é uma empresa de ALBERTO YOUSSEF, LUDO VICO e de um político”, esclarece que o político em questão trata-se do Deputado Federal LUIZARGOLO. [.1”

De acordo com as investigações, os documentos foram forjados para acobertar a entrega de valores em espécie a João Luiz Argolo, sendo de se destacar que, posteriormente, já no decorrer da investigação na assim denominada Operação Lava-jato, a testemunha Meire Pozza recebeu outros documentos falsos de Claudio Fonteneile, diretor da Grande Moinho Cearense, consistentes em falsa consultoria tributária realizada pela Arbor Contábil, a fim de dar amparo fraudulento às transações e atralhar as investigações.



Diante do exposto, indago:

13. V.Sa. confirma que fez uso da empresa ARBOR para simular a prestação de serviços e assim receber recursos ilícitos?

14. V.Sa. poderia nos informar que outros agentes políticos e públicos fizeram uso dessa sistemática fraudulenta de uso da empresa ARBOR para recebimento de recursos ilícitos? V.Sa. poderia nos dizer se Pedro Paulo Leoni Ramos também fez uso desse esquema?

15. V.Sa. foi sócio de fato da empresa Malga Engenharia? Que “negócios” foram firmados por essa empresa? Houve pagamento de propinas nesses “negócios”? [comentário: “Alberto Youssef e João Luiz
9

Argôlo teriam adquirido a empresa em 2013 de Leonardo Meirelies (laranja do doleiro), mas mantido no quadro social a pessoa interposta que ali já figurava, Adriano Roberto. Ainda assim a GFD Investimentos, empresa controlada por Alberto Youssef e por ele utilizada para investimentos, ingressou no quadro social em março de 2013, assinala o juiz Sérgio Moro em sua decisão que determinou a prisão preventiva

do ex-parlamentar].

‘TI’.

V.Sa., até o ano passado, quando ainda recebia R\$ 26,7 mil mensais como deputado federal, não apresentou um centavo sequer em suas contas bancárias, conforme revelou o bloqueio de bens / do sistema Bacenjud, do Banco Central, realizado por determinação do juiz Sérgio Moro, respóndível pelas ações da Lava Jato. Até a secretária de V.Sa., senhora Elia Santos da Hora, possuía mais dinheiro nas contas bancárias dela, cerca de R\$ 2,2 mil segundo relatório do Bacenjud.

Diante do exposto, indago:

/I’

i6. Que explicações V.Sa. poderia nos oferecer para explicar essa situação? —



VIII.

Sobre a empresa Malga Engenharia, registre-se trecho do inquérito 5011941-68.2014.404.7000, como segue:

“[...] O inquérito 5011941-68.2014.404.7000 foi instaurado em decorrência da constatação de que Alberto Youssef e João Luiz Argôlo seriam os proprietários de fato da empresa Malga

~ Youssef e João Luiz Argôlo teriam adquirido a empresa em 2013 de Leonardo Meirelles, mas mantido no quadro social a pessoa interposta que ali já figurava, Adriano Roberto. Ainda assim a GFD Investimentos, empresa controlada por Alberto Youssef e por ele utilizada para investimentos, ingressou no quadro social em março de 2013.

10

A esse respeito, consta nos autos depoimento de Leonardo Meirelles, pessoa que realizava operações financeiras, principalmente transferências internacionais, para Alberto Youssef Declarou na ~ Hora, que

se-que-estária de João Luiz Argôlo. Oportuno destacar que já havia declinado tal

essa ocasião a João Luiz

T3i&ind~7i~tad0 aos autos contrato no qual a empresa Malga Engenharia locou equipamentos de construção da empresa Renco Equipamentos S/A JgggJ~CfO4pJ~cUmCnto a pessoa de Vera Luc, ade Barros Correia, que é mãe de João Luiz Argôlo, depositária das máquinas.

Nas negociações para a transferência da empresa de Leonardo Meirelles para Alberto Youssef e João Luiz Argôlo, foram detectadas ~y~sas trocas de mensagem de Leonardo Argôlo em endereço eletrônico de elia hora 2shoÇjpfiiJsf~O11L_EliuL Santos da Hora era secretária do gabinete do ex-Deputado em Salvador. [...]”

Diante do exposto, indago:

17. Que explicações V.Sa. poderia nos oferecer para explicar essa situação?



Dep. Izalci – Depoente Ricardo Hoffmann

Roteiro da Oitiva

RICARDO HOFFMANN

RICARDO I-OFFMANN é portador do CPF 452.550.83968 e é proprietário da empresa BH SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE BRASÍLIA e, em consultas a fontes abertas, aparece como representante da BORGHI LOWE, em que pese não conste formalmente nos dados cadastrais como administrador da empresa.

As empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filme teriam realizado depósitos em contas controladas por André Vargas, com envolvimento da empresa Borghi Lowe, a pedido de RICARDO HOFFMANN.

Os fatos caracterizam, em princípio, crimes de corrupção com comissões devidas à Borghi Lowe, agência de publicidade contratada por entidades públicas, sendo direcionadas como propinas e sem causa lícita a André Vargas e aos irmãos deste por intermédio de estratagemas fraudulentos.

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1.

No processo **5010767-87.2015.4.04.7000**, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do MPF, a quebra do sigilo bancário e fiscal de empresas relacionadas a André Vargas como a LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda., com sede em São Paulo, e a Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Uda., com sede em Curitiba. André Vargas compôs o quadro social da empresa Limiar juntamente com seu irmão Leon Vargas entre **2009 e 2012**. A empresa teve um único empregado registrado entre **2011 e 2012**. Já o quadro social da LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda. seria composto por Leon Vargas e Milton Vargas, os dois irmãos de André Vargas. Esta empresa não teve empregados registrados. Segundo o MPF, há prova de que essas duas empresas teriam recebido, nos anos de **2010 e 2011**, *“remuneração por serviços não prestados por pessoas jurídicas que receberam recursos direta ou indiretamente da Administração Pública Federal”*.



Diante do exposto, indago:

1. Após diligências fiscais realizadas pela Receita Federal sobre as empresas E-noise Estúdios de Produção, Luiz Portela Produções, Conspiração Filmes S/A, Sagaz Digital Produções de Vídeos e Filmes e Zulu Filmes Ltda esses repasses foram constata4q~. V.Sa. solicitou que essas empresas repassassem recursos para as empresas LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda? Por que razão? V.Sa. não sabia que essas empresas eram de fachada? Que inclusive não tinham sequer funcionários?

2. V.Sa. tinha conhecimento de que as empresas LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda eram relacionadas a André Vargas? V.Sa. conhecia André Vargas? Desde quando?

~. V.Sa. já trabalhou em campanhas eleitorais no Paraná? De quem? Quando?

~. V.Sa. era o diretor da agência BORGHI LOWE em Brasília, correto? A agência detinha as contas de

2
publicidade da Caixa Econômica Federal e do Ministério de Saúde, correto? Qual o valor desses contratos? Qual o período que esses contratos estiveram ativos?

5. V.Sa. confirma que esses contratos da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde foram obtidos a partir de uma interferência de agentes políticos do Paraná? Esses agentes políticos seriam André Vargas e Paulo Bernardo?

6. V.Sa. confirma que o gerente de marketing da Caixa Econômica Federal foi indicação de André Vargas? Quem estava por detrás de André Vargas? Esses recursos desviados abasteceram campanhas políticas do Paraná? De quem?

II.



Em síntese, a agência de publicidade Borghi Lowe Propaganda e Marketing Ltda., que administra as contas publicitárias de entidades públicas como a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde, teria contratado serviços das empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filmes para a realização de serviços de publicidade para as referidas entidades públicas, e as orientado a realizar pagamentos de comissões de bônus de volume nas contas das empresas Limiar e LSI controladas por André Vargas e seus irmãos.

Diante do exposto, indago:

7. V.Sa. poderia nos dizer se esses pagamentos de comissões de bônus de volume sobre atividades de produção é prática comum no mercado? A legislação permite esses pagamentos sobre as veiculações de mídia, correto? Mas sobre as atividades de produção também são permitidos esses pagamentos de bonificação de volume?

8. O Presidente da Borghi Lowe tinha conhecimento dessa prática de pagamentos de bonificações de volume para as empresas relacionadas a André Vargas?

9. V.Sa. poderia nos detalhar como se davam os procedimentos internos para que esses pagamentos fossem efetivados? Havia mais alguém envolvido nessa prática?

III.

As empresas produtoras juntaram documentos relativos à produção de trilhas sonoras, jingles e filmes para o cliente Caixa Econômica Federal e cópias de mensagens eletrônica de Monica Cunha (monica.cunha@borghilowe.com.br) ou de Ricardo Hoffmann (ricardo.hoffmann@borhilowe.com.br) solicitando pagamentos para conta da LSI e da Limiar em decorrência desses contratos.

Exemplificadamente, como apontado pela E-noise:

“Ci a E-Noise não teve nenhum contato com a empresa LSI, a qual foi simplesmente indicada pela agência como razão social para faturamento de supervisão e planejamento prestado pela mesma em campanhas nas quais fomos fornecedoras de áudio. [...]”



O mesmo foi afirmado pela Conspiração filmes:

*“/I..] Assim, com base nas informações e documentos acima, a **Conspiração esclarece que os pagamentos feitos às empresas Limiar e LSI, nos períodos referidos no termo trataram-se de pagamentos para liquidar créditos da Agência .Borghi Lowe, por bonifi cação por volume a elas devidos no mesmo período,***

4

tendo tais pagamentos sido feitos para tais empresas segundo as expressas instruções de pagamentos dados pela BorghiLowe. [...],’

Diante do exposto, indago:

i. V.Sa. concorda que a agência de publicidade Borghi Lowe, que administrava as contas de publicidade de entidades públicas federais, como a Caixa Econômica Federal, solicitava às empresas subcontratadas que realizassem pagamentos vultosos, sem contrapartida de serviços, às contas das empresas LSI e Limiar controladas pelo então Deputado Federal André Vargas e seus irmãos?

ii. As produtoras nunca questionaram a razão de terem que repassar tais valores às empresas relacionadas a André Vargas, vez que, em tese, tais recursos deveriam retornar para agência? Se questionarâm, o que V.Sa. respondia?

Iv.

Informou ainda o MPF que, nas contas da LSI e da Limiar, foram também identificados depósitos de outras empresas que tem contratos com o Poder Público como a JBS S/A e a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A.

Diante do exposto, indago:

12. V.Sa. poderia nos dizer se essas empresas relacionadas a André Vargas seria a forma encontrada por ele para bancar campanhas eleitorais no Paraná? V.Sa. se reunia com frequência com André Vargas? Quando? Onde?



A partir da quebra de sigilo bancário e fiscal da LIMIAR (sócios ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO e LEON DENIS VARGAS ILARIO) e LSI (sócios LEON DENIS VARGAS ILARIO e MILTON VARGAS ILARIO) constatou-se que essas empresas receberam nos anos-calendário **2010** e **2011** e anos calendário de **2012** e **2013**, remuneração de serviços não prestados para pessoas jurídicas que receberam recursos direta ou indiretamente da Administração Pública Federal. Em diligência, a Receita Federal recebeu informações das empresas ENOISE ESTUDIOS DE PRODUÇÃO; LUIZ PORTELA PRODUÇÕES; CONSPIRAÇÃO FILMES S/A; SAGAZ DIGITAL PRODUÇÕES DE VÍDEOS E FILMES e ZULU FILMES LTDA de que a LSI e a LIMIAR não prestaram serviços para essas sociedades. As empresas acrescentaram que os pagamentos em favor das empresas ligadas a ANDRE VARGAS ocorreram em razão de solicitação da BORGHI LOWE PROPAGANDA E MARKETING, a qual seria representada por V.Sa.

Diante do exposto, indago:

13. V.Sa. poderia nos explicar o que lastreava esses repasses das produtoras para as empresas relacionadas a André Vargas? Havia algum contrato de prestação de serviços? Que tipo de serviços poderiam prestar se nem sequer possuíam funcionários? Esses repasses eram feitos apenas de boca? Como é que isso se dava?